

MARA VANESSA FONSECA DUTRA (Org.)



DIREITOS QUILOMBOLAS:

**Um estudo do impacto
da cooperação ecumênica**



MARA VANESSA FONSECA DUTRA (Org.)

DIREITOS QUILOMBOLAS:

**Um estudo do impacto da
cooperação ecumênica**

Rio de Janeiro
KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
2011





Esta publicação foi feita a partir do relatório final do estudo de impacto sobre o apoio das organizações da Aliança ACT no Brasil ao movimento e às comunidades quilombolas, encerrado em agosto de 2011.

Pesquisa, texto e edição: Mara Vanessa Fonseca Dutra

Texto histórico: Lúcia Andrade

Revisão: Carla Borges, Lucyvanda Moura e Beatriz de Souza Lima

Transcrição de gravações: Beatriz de Souza Lima

Projeto gráfico e diagramação: Renato Palet

Fotos: Duca Lessa (Comunidades do Rio Grande do Sul), Jota Santos (Maranhão), Marisol Soto Romero (Baixo Sul da Bahia e São Francisco do Paraguaçu), Zezzyinho Andraddy (Marambaia). Algumas fotos da Parte III são do acervo de Koinonia, do acervo do CAPA, do acervo da CPP e de Mara Vanessa F. Dutra.

Produção gráfica: Centro de Estudos Bíblicos - CEBI

Organizações participantes:

Coordenadoria Ecumênica de Serviço/CESE – Eliana Rolemberg (Diretora Executiva), Alonso Roberts, Augusto Santiago “Caju”, Rosana Fernandes (Assessores).

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço – Rafael Soares de Oliveira (Diretor Executivo) e Ana Gualberto (Assessora).

Fundação Luterana de Diaconia/FLD – Carlos Gilberto Bock (Secretário Executivo), Dezir Garcia (Assessor Administrativo), Juliana Mazurana (Assessora de Projetos), Susanne Buchweitz (Assessora de Comunicação). CAPA-Sul – Rita Surita (Coordenadora), Antonio Leonel Rodrigues Soares, Claudio Pinto Nunes, Daniel Roberto Soares, Daniela Silveira Lessa, Eduardo Medeiros de Medeiros, Islair Radtke (Equipe Técnica).

Christian Aid: Mara Manzonni Luz (Representante no Brasil), Caroline Garcia (Assessora de Performance do Programa da América Latina e Caribe) e Aidan Timlin (Responsável pela Estratégia Corporativa & Performance).

EED: Luciano Wolff (Responsável pelo Programa do Brasil)

As equipes das entidades envolvidas criaram comissões, uma nacional e outra internacional, para coordenar o trabalho.

Pessoas entrevistadas:

São Francisco do Paraguaçu: Agnaldo Neves dos Santos, Alexandro dos Santos, Antonio Tiago Cruz de Carvalho, Rosimeire Gomes Garcia (Babi), José Lopes Conceição (Brama), Celcidinha, Crispim Antonio Carvalho, Crispim dos Santos (Rabicó), Dionice de Santana (D. Bibiu), Demevaldo dos Santos, Eugênio dos Santos Sena, Fábio Ferreira de Jesus, Maria Lúcia dos Santos Gomes, Onildo, Ozório Brito, Teodoro Brito, Railda de Santana, Vitória Gomes da Cruz, e outros membros da comunidade. Assessora da Comissão Pastoral da Pesca: Maria José Pacheco.

Marambaia: Alessandra Saturnino, Bárbara Guerra, Beatriz Inocêncio (Biá), Cristina, Dionato de Lima Eugênio (Seu Naná), Guido Eugênio, Joeci Gomes do Nascimento Eugênio, Mara Elisabeth Machado Barbosa, Monique Alves, Nilton Carlos Alves, Sônia Maria Machado, Vânia Guerra e outras pessoas da comunidade. José Mauricio Arruti, antropólogo e professor da PUC-RJ. Daniel Sarmento, procurador do Ministério Público Federal. Advogadas da ONG Mariana Crioula: Aline Lopes e Ana Cláudia Diogo Tavares. Representante da Conaq: Ronaldo dos Santos.

Baixo Sul da Bahia: Ana Célia dos Santos Pereira, Andrea Mendes do Rosário, Carla Damiana, Domingos da Hora (Domão), Jerônimo (Seu Caboclo), Joerlindo, José Ramos, Joseildo do Rosário, Maria Andrelice Silva dos Santos (Del), Maria da Hora, Marilene Silva dos Santos, Martinho, Reginaldo, Renilda Ramos de Souza, Seu Bonfim (Domingos), Silvia Regina Ramos de Souza, Virginia Santos (Dona Moça)

Comunidades do Rio Grande do Sul: Torrão: Alessandra, Arlete, Cleusa, Darci, Geneci, Graciano, José, Lurdes Helena, Mara, Márcia, Nilza, Salvonei. Monjolo: Darci, Deleci, Erasmo, Ilaine, Jairo, Jerri, Jorge, Margarete, Noêmia, Rosângela, Rosaura, Valnei. Cerro das Velhas: Libânia de Matos e Roberto de Matos. Maçambique: Carmem, Dilma, Eliane, Juslaine, Jussara, Maria de Lurdes, Maria Jaci, Maria Joana, Maria, Olga, Sandra. Emater: Karin Peglow. MDA: Carla Rech.

Maranhão: Centro de Cultura Negra (CCN): Raimundo Maurício Matos Paixão, Ivan Rodrigues Costa, Maria do Socorro Guterres, Ana Amélia Bandeira Barros. Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos: Luís Antônio Pedrosa. Ministério Público Federal: Alexandre Silva Soares. Conselho Estadual da Igualdade Etnicorracial: Luiz Alves Ferreira. Ex-Secretário Adjunto da Secretaria Extraordinária da Igualdade Racial (Gov. Jackson Lago): Silvio Bembém. Aconeruq: Ivo Fonseca Silva, Justo Evangelista, Maria de Jesus (D. Djê), D. Nice (de Penalva). Soassin: Gilda. Santa Maria dos Pinheiros: Seu Tinoco e toda a comunidade. Santa Rosa dos Pretos: Anacleto e Libânio Pires. Filipa: D. Nielza.

D978d Dutra, Mara Vanessa Fonseca

Direitos quilombolas: um estudo do impacto da cooperação ecumênica. – Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011.

140 p. : il. ; 23 cm.

Inclui Referências bibliográficas

ISBN 978-85-99416-07-5

1. Comunidades Remanescentes de Quilombos. 2. Estudo de impacto. I. Título.

CDD 305.8
CDU 308

ÍNDICE

Apresentação	9
Casos estudados	11
Parte I: HISTÓRICO E CONTEXTO DA QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL	
1. As comunidades quilombolas no Brasil	16
2. Direito à terra e ao território - marcos legais	19
3. Mobilização para a garantia de direitos	23
Parte II: ESTUDOS DE CASO:	
São Francisco do Paraguaçu	32
Marambaia	46
Baixo Sul da Bahia	58
Comunidades do Rio Grande do Sul	72
Maranhão	86
Parte III: REFLEXÕES SOBRE O CAMINHO PERCORRIDO, OS IMPACTOS E SUA SUSTENTABILIDADE	
1. Algumas reflexões iniciais	102
2. Principais impactos	104
2.1. Afirmção da identidade e enfrentamento ao racismo	102
2.2. Direito à terra e ao território - titulação e integridade territorial	107
2.3. Movimento e organização quilombola	110
2.4. Incidência em/sobre políticas governamentais	115
2.5. Acesso a serviços e melhoria da qualidade de vida	117
3. Contribuição da cooperação ecumênica	120
Contribuição da Christian Aid e do EED	121
Valor agregado da cooperação ecumênica	122
Impactos das ações diretas das agências em relação às comunidades quilombolas	124
Sustentabilidade dos impactos e a contribuição da cooperação ecumênica	124
A Aliança ACT no Brasil e o apoio aos quilombolas	126
As Organizações Brasileiras da Aliança ACT e o apoio às comunidades quilombolas	126
Rsumo executivo	127
Referências bibliográficas	135
Páginas eletrônicas consultadas	136

SIGLAS UTILIZADAS

AATR	Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABIPEME	Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado
ACONERUQ	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
ACQUILERJ	Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ALERJ	Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Amubs	Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia
ARQIMAR	Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia
ARQMO	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CADIM	Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CCN	Centro de Cultura Negra do Maranhão
CEAP	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CJP	Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador
CNACNRQ	Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas
COHRE	Centro pelo Direito à Habitação e contra Despejos
COMIN	Conselho de Missão entre Índios
Conaq	Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI-SP	Comissão Pró Índio de São Paulo
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRQ	Comunidade Remanescente de Quilombo
DESC/FASE	Projeto de Direitos Econômicos Sociais e Culturais da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
DFID	Departamento de Desenvolvimento Internacional (sigla em inglês)
DHESCA	Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DIS	Programa de Desenvolvimento Integral Sustentável
EED	Serviço Evangélico de Desenvolvimento (sigla em alemão)
EFA	Escola Família Agrícola
ELCA	Igreja Evangélica Luterana na América (sigla em inglês)
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FCP	Fundação Cultural Palmares
FE Brasil	Fórum Ecumênico Brasil
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão
FLD	Fundação Luterana de Diaconia
GDASI	Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá

GTF	Fundo de Governança e Transparência (sigla em inglês)
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDES	Instituto de Desenvolvimento Sustentável, ligado à Fundação Odebrecht
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IN	Instrução Normativa
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
INESC	Instituto de Estudos Socioeconomicos
ITERMA	Instituto de Terras do Maranhão
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNU	Movimento Negro Unificado
MP	Ministério Público
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OQ	Observatório Quilombola
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Processo de Articulação e Diálogo
PAMN	Programa de Apoio ao Movimento Negro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIDESC	Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPM	Pão Para o Mundo
PQRN	Projeto Quilombo: Resistência Negra
PT	Partido dos Trabalhadores
PVN	Projeto Vida de Negro
RENAP	Rede Nacional de Advogados Populares
REJU	Rede Ecumênica da Juventude
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SASOP	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia
SFP	São Francisco do Paraguaçu
SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa de Direitos Humanos
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
TI	Terra Indígena
UFMA	Universidade Federal do Maranhão



Apresentação

Este estudo tem por objetivo avaliar o impacto do apoio das organizações da Aliança ACT no Brasil ao movimento e às comunidades quilombolas desde 1996 até 2009. Considera-se como impacto a mudança que permanece e que faz diferença. A identificação desse impacto deve colaborar para um aprofundamento da compreensão de como as organizações que compõem a Aliança ACT podem contribuir para a superação da situação de injustiça social e de pobreza e para a reflexão sobre de que forma essa contribuição pode ser aperfeiçoada.

O estudo contou com o apoio da Christian Aid e do EED, membros europeus da Aliança ACT e foi realizado a partir do trabalho do Comitê Nacional do Estudo de Impacto, formado por representantes das três organizações participantes da Aliança ACT no Brasil: Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço, CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço e FLD – Fundação Luterana de Diaconia, e pela representante do escritório da Christian Aid no Brasil.

A realidade quilombola é trabalhada pelas três instituições. Por isso, e por sua importância histórica e simbólica na luta pela justiça social no Brasil, foi escolhida como tema deste estudo de impacto, com foco no direito territorial. A abordagem se dá a partir do conceito de desenvolvimento transformador, que orienta a ação da Aliança ACT, e no marco dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais/DHESCA.

A metodologia utilizada foram os estudos de caso. Foram selecionadas cinco situações distintas, tanto em relação à localização geográfica quanto à natureza do problema vivido e da intervenção realizada: São Francisco do Paraguçu (Bahia); Marambaia (Rio de Janeiro); Baixo Sul (Bahia); Maranhão/Centro de Cultura Negra; e comunidades quilombolas do Território Sul do Rio Grande do Sul. Embora esses cinco casos não esgotem o panorama, oferecem



uma boa aproximação da situação quilombola no Brasil a partir do trabalho das três organizações mencionadas.

A proposta metodológica consistiu em ouvir as pessoas nas comunidades e observar as mudanças significativas em suas vidas, especialmente no que se refere ao direito territorial, com um olhar atento às questões de gênero e à juventude e com vistas a traçar um olhar comparativo entre a situação antes e depois da intervenção. Também buscou captar em que medida as comunidades relacionam/atribuem essas mudanças à atuação das organizações de apoio. Foram ouvidas, ainda, as equipes técnicas das organizações de apoio direto e da Aliança ACT no Brasil (KOINONIA, CESE, FLD, CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e CCN – Centro de Cultura Negra do Maranhão); e as coordenações ou diretorias das três organizações brasileiras analisadas e também da Christian Aid e do EED. Tais entrevistas abordaram a contribuição da cooperação internacional ao tema quilombola no Brasil

e o valor agregado da contribuição das agências ecumênicas.

A metodologia para identificar os impactos foi adaptada do método da Christian Aid “Fazendo a Diferença”, baseado nas percepções dos beneficiários e de outros atores envolvidos sobre as mudanças e, sempre que possível, identificando a percepção dos entrevistados sobre as causas e as formas como essas ocorreram, com um cuidado especial em relação à contribuição das organizações da Aliança ACT.

Para tal utilizou-se entrevistas semiestruturadas com grupos focais (uma adaptação da proposta de mini-oficinas, da metodologia citada da Christian Aid); entrevistas individuais, complementando informações com participantes dos grupos focais ou entrevistando outros atores; e a observação em campo: visitas às comunidades, participação em reuniões e outros eventos. Considerou-se apropriado trabalhar de maneira informal, devido ao fato de nem sempre ser possível reunir todas as pessoas em uma única oficina e por priorizar uma ferramenta com caráter mais etnográfico,



valorizando os momentos informais, a observação, as conversas, o não programado. O foco, nesse momento, era captar a percepção dos sujeitos envolvidos, que subsidiaria a análise qualitativa.

Os momentos com os grupos focais foram muito ricos e geraram intensos debates. Muitas vezes, o número de participantes, aos poucos, ia crescendo, incorporando outros interessados da comunidade. As falas resultantes das entrevistas individuais estão identificadas ao longo do documento. No caso das falas retiradas dos grupos focais, são consideradas como coletivas e, portanto, sem identificação individual.

Para melhor compreensão dos casos estudados, foi feita também uma revisão de relatórios, publicações e outros materiais pertinentes. Outro cuidado foi fazer um registro fotográfico das comunidades visitadas. Para isso, fotógrafos locais acompanharam as visitas.

Este documento está estruturado em três partes: a primeira refere-se à contextualização da questão quilombola no Brasil hoje, traçando um rápido histórico e apontando os principais desafios para a garantia dos direitos territoriais dessas comunidades. A segunda é composta pelos cinco estudos de caso mencionados; e a terceira contém uma reflexão sobre os principais aprendizados, desafios e recomendações à luz dos casos analisados de forma a contribuir para o avanço da garantia dos direitos quilombolas no Brasil como parte da luta por superar a injustiça social e a pobreza.

Por que esses casos foram selecionados?

A decisão sobre quais situações destacar neste estudo considerou alguns elementos. Como ponto de partida, era necessário ter a atuação direta e recente das organizações envolvidas: CESE, FLD e Koinonia.

A FLD possui um recorte claro, com definição geográfica e territorial devido à sua forma e local de atuação e, por isso, decidiu-se estudar o trabalho do CAPA-Sul, cujo foco é o desenvolvimento sustentável com base na agricultura familiar desenvolvida por comunidades quilombolas daquela região. Koinonia tem notável incidência em âmbito nacional e internacional, com destaque para o Observatório Quilombola, apresentando possibilidades de aprofundamento em comunidades no Rio de Janeiro e na Bahia. A CESE apoia muitas comunidades e organizações quilombolas em todo o país por meio do Programa de Pequenos Projetos, além de sua atuação estratégica de advocacy e de comunicação.

A partir desse crivo, procurou-se identificar os casos que trouxessem mais elementos para a compreensão das diversas situações vivenciadas pelas comunidades quilombolas hoje no Brasil. Duas situações foram definidas como emblemáticas pela reconhecida resistência das comunidades e pelo tamanho da desigualdade do enfrentamento pela garantia dos direitos territoriais: Marambaia, no Rio de Janeiro (Koinonia) e São Francisco do Paraguaçu, na Bahia (CESE).

O Maranhão tem relevante importância histórica para a luta e o movimento quilombola. A decisão foi de não focalizar em uma comunidade específica, mas no trabalho do parceiro institucional da CESE e da Christian Aid, o Centro de Cultura Negra do Maranhão/CCN, com atuação em várias regiões do estado. Além disso, considerou-se a realização do Programa de Apoio ao Movimento Negro/PAMN (CESE/EZE¹), entre 1996 e 2002.

Finalmente, o Baixo Sul da Bahia apresenta uma experiência singular: em relativamente pouco tempo (desde 2007), um conjunto de comunidades negras rurais passa a assumir a identidade quilombola – que estava sendo “imposta” pelos governos municipais como forma de angariar recursos federais – e se organiza para garantir seus direitos, tornando-se rapidamente um novo ator político coletivo na região.

¹ EZE (Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe eV – Associação Evangélica para Cooperação em Desenvolvimento) foi um dos componentes que formaram o EED.

SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU OU DO BOQUEIRÃO (BAHIA)

São Francisco do Paraguaçu tornou-se um caso emblemático para o movimento quilombola no Brasil ao ser alvo de polêmica gerada pela grande mídia para criar opinião pública contrária aos interesses quilombolas. Uma reportagem veiculada em maio de 2007 no horário nobre da TV Globo, canal com maior audiência no país, acusava a comunidade e seus aliados de forjarem um “falso quilombo”. Essa reportagem foi parte da onda violenta de acusações desse tipo contra comunidades quilombolas em todo o país e teve forte repercussão negativa na opinião pública nacional.

A CESE vem apoiando a comunidade de São Francisco do Paraguaçu por meio do Programa de Pequenos Projetos, (apoios à Comissão Pastoral da Pesca/CPP, que atua diretamente na comunidade desde 2005, e à Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Francisco do Paraguaçu – Boqueirão), e de ações de comunicação e de advocacy.

Esse caso é representativo de tantos outros que enfrentam desafios semelhantes e congrega elementos ilustrativos da situação quilombola. O coronelismo local, que reflete a perpetuação da aristocracia agrária no poder no Brasil, o poder de influência política e jurídica dos fazendeiros envolvidos, que têm orquestrado uma situação de criminalização do movimento, levando inclusive à morte de duas lideranças da comunidade, e o racismo ambiental – que apresenta os quilombolas como depredadores do meio ambiente e os fazendeiros como ambientalistas (ou preservacionistas) – são exemplos de elementos presentes neste e em tantos outros casos no país.

MARAMBAIA (RIO DE JANEIRO)

Marambaia é outro caso emblemático, dessa vez da luta de uma comunidade quilombola contra o aparato militar do Estado, mais precisamente a Marinha de Guerra. Marambaia funciona como uma espécie de “teste” para o estado de direito no país: de um lado está a comunidade quilombola, dotada de todos os referenciais necessários para seu reconhecimento legal e a regularização de suas terras; de outro, o interesse fundiário militar, representando o Estado.

A Marinha se utiliza do discurso ambientalista para criar ou reforçar um argumento de racismo ambiental, afirmando que a comunidade quilombola “faveliza” a ilha. A comunidade foi alvo de campanha da mídia (Jornal O Globo) a partir desse falso argumento ambientalista. Também está presente neste caso a estratégia de criminalização: a Marinha utiliza instrumentos coercitivos de caráter policial, como os inquéritos, a fim de aterrorizar os ilhéus.

Koinonia vem atuando em Marambaia desde 2002, apoiando a organização e a luta dos quilombolas e levando o caso para instâncias nacionais e internacionais. A atuação no local foi fundamental para a elaboração da metodologia de intervenção de Koinonia, assim como para a criação do Observatório Quilombola (portal na Internet com notícias e análises da situação quilombola no país)².

A resistência da comunidade, os ganhos jurídicos logrados, que possibilitaram uma diminuição da coerção da Marinha e da expulsão dos ilhéus, são alguns dos fatores que levam os quilombolas da Marambaia a persistirem na luta e a acreditarem na vitória final, mesmo frente a adversário tão poderoso. O caso da Marambaia foi motivo de intervenção da Casa Civil da Presidência da República, originando a revogação da publicação do Relatório Técnico de Identificação e De-

limitação (RTID) pelo Incra, em 2006.

BAIXO SUL DA BAHIA

Na região chamada de “Costa do Dendê”, na Bahia, há um conjunto de dezoito comunidades quilombolas com as quais Koinonia trabalha desde 2007. Essas comunidades têm se organizado a partir da pressão dos governos municipais, que, no intuito de captar recursos federais destinados a comunidades quilombolas, começaram a “estimular” seu reconhecimento legal sem que elas sequer soubessem do que se tratava.

É relevante notar como o grupo de comunidades tem conseguido se articular, resistir à pressão dos governos locais e tornar-se um ator político com voz própria. No entanto, essa experiência também é representativa das dificuldades e perigos da “corrida” desenfreada dos municípios por recursos federais com base na declaração da existência de comunidades quilombolas, que consiste em um evidente mau uso do instrumento de autoatribuição e gera sérios tropeços no processo de apropriação dessa identidade.

O aspecto mais delicado desse fenômeno reside na regularização fundiária, já que os governos municipais acenam para as comunidades com as possíveis melhorias trazidas por projetos especiais quilombolas (água, luz, casas etc.), mas não discutem a titulação coletiva da terra. Isso ocorre numa região em que a única forma de comunidades expulsas de seus territórios terem acesso à terra foram os assentamentos de reforma agrária, ou em que o órgão fundiário do estado tituló em lotes individuais parte de outras comunidades e em que, ao mesmo tempo, a especulação imobiliária provocada pelo turismo começa a se intensificar.

² Ver: <http://www.koinonia.org.br/oq/>

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Hoje existem 43 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e com processos de regularização fundiária abertos no Incria na região do Território da Cidadania Sul do Rio Grande do Sul. A simples existência dessas comunidades na região já causa um grande estranhamento para muitos, acostumados a pensar em um sul sem negros.

Essa tem sido a atuação do CAPA-Sul, projeto da FLD, que começou a trabalhar com os quilombolas desde 2002. Criado para trabalhar inicialmente com os agricultores luteranos, grande parte da minoria pomerana³, a FLD/CAPA foi aos poucos ampliando seu público, trabalhando com acampados e assentados da reforma agrária, com pescadores, com indígenas, com quilombolas, colaborando, assim, para uma reflexão interna promovida pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB a respeito de quem são os mais marginalizados.

O diferencial aqui é o foco no desenvolvimento sustentável – produção e comercialização de alimentos e de artesanato, permitindo que os quilombolas passassem a fazer parte da rede organizada da agricultura familiar na região (cooperativas, centros de venda, feiras) e a acessar projetos de governo que favorecem o aumento da renda dos agricultores. A participação dos quilombolas em espaços políticos (Fórum de Agricultura Familiar, Colegiado do Território) é um significativo avanço em relação à situação de total invisibilidade em que viviam essas comunidades. Para este estudo, foram visitadas quatro comunidades na

área do CAPA-Sul: Cerro das Velhas, Torrão, Monjolo e Maçambique.

O trabalho político de tecer essas parcerias, bem como o processo de autorreconhecimento dessas comunidades, frente ao racismo existente no país e reforçado pelo mito da não existência de populações negras na região, representa um grande avanço e um enorme desafio para a atuação da própria IECLB, para o movimento negro e para o nascente movimento quilombola no Rio Grande do Sul. O maior desafio está na questão fundiária, já que as comunidades quilombolas hoje ocupam áreas extremamente limitadas, cercadas em parte por fazendeiros, mas em grande parte por agricultores familiares da “colônia” pomerana, que também são uma minoria com um histórico de difícil acesso à terra.

MARANHÃO/CENTRO DE CULTURA NEGRA (CCN)

A primeira comunidade quilombola que recebeu algum tipo de demarcação, ainda que não como tal, mas sim como reserva extrativista, foi Frechal, no Maranhão. Junto ao Pará, o Maranhão foi um dos estados onde o movimento quilombola se iniciou. O Projeto Vida de Negro (PVN), desenvolvido pelo Centro de Cultura Negra (CCN) e pela Sociedade Maranhense de Defesa de Direitos Humanos (SMDDH) desde 1988 com o objetivo de mapear as comunidades negras rurais do Maranhão, é um marco histórico importante por seu pioneirismo. Desenvolveu uma metodologia de mapeamento das comunidades que gerou grande envolvimento e mobilização da população quilombola no estado. O PVN produziu laudos, publicou es-

tudos, realizou encontros de comunidades negras rurais com até três mil pessoas, organizou e participou de mobilizações na longa trajetória de luta quilombola em favor da regularização de suas terras. Em 1995, o CCN criou o Projeto Quilombo: Resistência Negra (PQRN), com o objetivo de trabalhar o fortalecimento da identidade quilombola a partir de ações educativas e político-culturais. O foco do trabalho do PQRN são as escolas das comunidades, formando professores e buscando incidir em suas práticas pedagógicas, mas também atuando diretamente com crianças, jovens e mulheres, entendendo o processo educativo como caminho de fortalecimento da organização das comunidades.

O trabalho pioneiro no Maranhão propiciou que, em 1997, fosse criada a primeira organização quilombola de nível estadual do país, a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq). Tanto o CCN como a SMDDH consideram a criação da Aconeruq como um impacto significativo de sua intervenção. Ela foi parte da criação da atual Conaq (Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e é uma das quatro organizações quilombolas consideradas mais consolidadas, dentre as vinte existentes no país.

Atualmente, o CCN tem atuado mais diretamente no Médio Mearim e no Baixo Parnaíba, regiões com alto grau de tensão fundiária⁴ - com recorte específico para o trabalho com as quebradeiras de coco de babacu. Continua trabalhando em parceria com a CESE, seja por meio do Programa de Pequenos Projetos ou em espaços comuns, como o Programa Água, Terra e Território, da ICCO.

Para este estudo, três comunidades foram visitadas: Santa

³ Os pomeranos formam uma etnia descendente de tribos eslavas e germânicas que vivem na região histórica da Pomerânia ao longo da costa do Mar Báltico.

⁴ Flaviano Pinto Neto, líder da comunidade quilombola do Charco, no estado do Maranhão, foi morto a tiros em 30 de outubro de 2010. A denúncia foi feita pela Anistia Internacional.

Maria dos Pinheiros, Filipa e Santa Rosa dos Pretos, todas no município de Itapecuru-Mirim. Essas comunidades haviam iniciado seus processos de titulação na época do PAMN⁵ e contaram com a atuação tanto do PVN como do PQRN. Também foi feita uma revisão da intervenção mais ampla do CCN, considerando a situação geral das comunidades e do movimento quilombola no Maranhão, tomando como foco a Aconeruq.

No caso do Maranhão, há dois

níveis de identificação de impactos – um, a partir das comunidades mesmas, em relação ao trabalho do CCN; outro, a partir do trabalho do CCN em relação à questão quilombola no estado e no país. Procurou-se observar como essas comunidades veem o CCN e avaliam essa relação; e qual a reflexão que o CCN faz sobre a parceria com a CESE e com a Christian Aid.

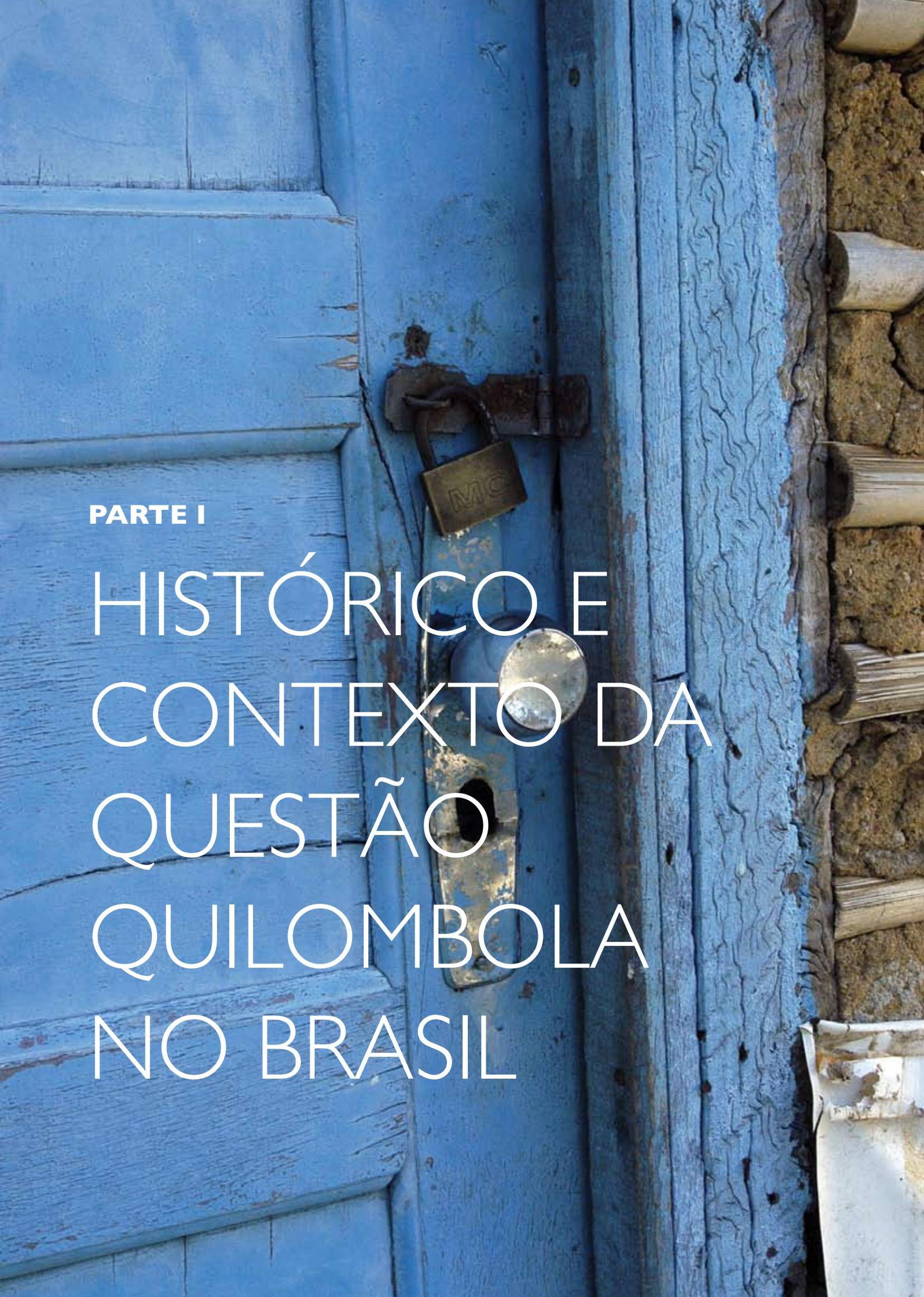
Esse caso permite observar as principais dificuldades que as comunidades quilombolas

enfrentam no caminho para a titulação de suas terras, ao longo de um período em que o estado foi normatizando cada vez mais o processo, em que mais legislação foi criada, em que projetos especiais de desenvolvimento quilombola foram desenvolvidos pelo governo federal, em que o tema quilombola se transformou numa questão nacional, mas em que, ao mesmo tempo, pouco se avançou na resolução da situação fundiária das comunidades em todo o país.



⁵ De 1996 a 2002, o CCN fez parte do Programa de Apoio ao Movimento Negro (PAMN), da CESE em parceria com a antiga EZE (depois EED). A sistematização dessa experiência gerou a publicação "Racismo no Brasil: por que um programa com quilombos?". A partir do PAMN, o CCN desenvolveu uma parceria com a Christian Aid (ainda em vigência em 2010), para o apoio ao PQRN e para o desenvolvimento institucional do CCN.





PARTE I

HISTÓRICO E
CONTEXTO DA
QUESTÃO
QUILOMBOLA
NO BRASIL

I. As comunidades quilombolas no Brasil¹

Origem

A origem dos quilombos relaciona-se com o processo de resistência ao regime de escravidão negra que vigorou no Brasil por 300 anos. Tais grupos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos e estratégias de resistência: as fugas com ocupação de terras livres; o recebimento de terras por herança, doação ou como pagamento de serviços prestados ao Estado; a compra de terras; ou ainda, a permanência nas áreas que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades.

Apesar do seu caráter de resistência e contestação, os quilombos, mesmo no período da escravidão, não eram física ou economicamente comunidades isoladas. No que tange à sua localização, era comum que estivessem situados nas proximidades de centros urbanos ou de fazendas. Os quilombolas mantinham também relações comerciais significativas com uma ampla gama

de agentes da sociedade de seu entorno (comerciantes, taverneiros, fazendeiros, escravos, negros libertos).² Tais relações eram parte das estratégias engendradas pelos negros para escapar do jugo dos senhores e garantir sua autonomia econômica.³

A abolição da escravidão em 1888 não significou o fim de tais grupos sociais, que permaneceram e resistiram em suas terras, sendo por muitas décadas ignorados pelo Estado brasileiro e invisíveis à sociedade. Até hoje, tais comunidades constituem grupos étnicos que compartilham de uma identidade que os singulariza e que constitui a base para a sua organização, mobilização e ação política, especialmente no que se refere a seu relacionamento com os demais grupos e com o poder público.⁴

Invisibilidade e reconhecimento

O reconhecimento da existên-

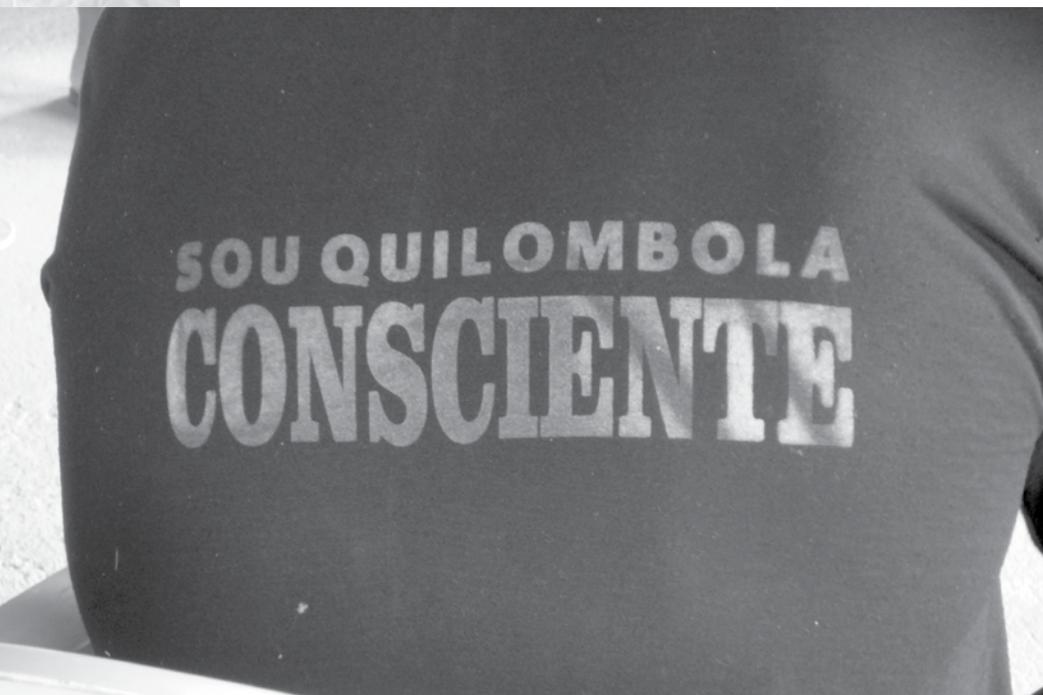
cia de quilombos contemporâneos no Brasil é relativamente recente. Apenas em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, o Estado brasileiro reconheceu a existência desse grupo social e lhes garantiu o direito à propriedade de suas terras.

Na luta mais recente para fazer valer esse direito, homens e mulheres quilombolas vão, aos poucos, superando a invisibilidade e evidenciando mais uma face da diversidade sociocultural do Brasil. Como coloca o antropólogo José Maurício Arruti, trata-se de uma categoria social relativamente recente:

representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começa a penetrar o meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno de terreiros de candomblé.⁵

A existência de quilombos contemporâneos é uma realidade latino-americana. Tais comunidades são encontradas em países como Colômbia, Equador, Suriname, Honduras, Belize e Nicarágua. Em diversos deles – como ocorre no Brasil – seu direito às terras tradicionais é assegurado por instrumentos legais.

No Brasil, estimativas do movimento social apontam a existência de cerca de três mil comunidades quilombolas. Essa cifra é endossada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR),



¹ Este trecho foi redigido por uma especialista convidada, Lúcia Andrade, da Comissão Pró-Índio de São Paulo, e serviu como ponto de partida e de diálogo para a análise final.

² REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos "Introdução - Uma História da Liberdade", In: Liberdade por Um Fio. História dos Quilombos no Brasil, Reis & Gomes (Org.), Companhia das Letras, São Paulo, 1996: 9 - 25.

³ GOMES, Flávio dos Santos, "Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX" In: Liberdade por Um Fio. História dos Quilombos no Brasil, Reis & Gomes (Org.), Companhia das Letras, São Paulo, 1996: 282.

⁴ A identidade étnica de tais grupos pode estar baseada em diferentes fatores, tais como a auto classificação, uma ancestralidade comum, uma estrutura de organização política própria, um sistema de produção particular (incluem-se aí as formas específicas de relação com os seus territórios), em características raciais, em elementos linguísticos e religiosos, ou em símbolos específicos.

⁵ In: ARRUTI, José Maurício Mocambo, antropologia e história do processo de formação quilombola, Bauru, SP, EDUSC, 2006: 26.

que afirma que o número de comunidades quilombolas identificadas chega a 3.524⁶, embora o Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares registre a apenas 1.527 grupos⁷.

Há de se ressaltar a grande lacuna quanto às informações censitárias (governamentais ou não) sobre as comunidades quilombolas. Os estudos disponíveis ainda são insuficientes para nos fornecer um quadro geral da situação das comunidades quilombolas no Brasil, embora apresentem alguns dados relevantes sobre grupos ou regiões específicos. Contudo, ainda não se dispõe de levantamentos ou estimativas confiáveis sobre sua população ou sobre a dimensão de seus territórios.

No esforço de suprir a lacuna de informações, há que se destacar a iniciativa pioneira do Projeto Vida de Negro (PVN), desenvolvido desde 1988 pelo Centro de Cultura Negra (CCN)⁸ e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH)⁹ com o objetivo de mapear as comunidades negras rurais do Maranhão.¹⁰

A organização Koinonia Presença Ecumênica e Serviço figura também entre as entidades que têm se preocupado em levantar, sistematizar e disponibilizar informações sobre as comunidades quilombolas, divulgando reportagens, ensaios acadêmicos e fotográficos e artigos analíticos sobre o tema no Observatório Quilombola¹¹, criado em 2005.¹²

Os Territórios

As comunidades quilombolas

estão distribuídas por todas as regiões do país,¹³ ocupando biomas bastante diversos. Em sua maioria, encontram-se na zona rural, mas existem também grupos localizados em área urbana. Dentre os estados com grande concentração de comunidades quilombolas, podemos citar Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Pará.

As comunidades quilombolas se caracterizam pela prática do sistema de uso comum de terras, concebidas como um espaço coletivo e indivisível. O território é ocupado e explorado por meio de regras consensuais entre os diversos grupos familiares que compõem as comunidades, cujas relações são orientadas pela solidariedade e ajuda mútua.¹⁴

Seus territórios étnicos constituem um dos pilares de sua existência enquanto grupo social. Portanto, assegurar aos quilombolas o direito à propriedade de seus territórios é garantir não somente a sua sobrevivência física, mas também a sua cultura e modo de vida próprio.

Tais características determinam que a titulação das terras quilombolas se diferencie da regularização fundiária mais habitual, que costuma distribuir lotes individuais para cada família, padronizados de acordo com o tipo de exploração, na maioria agrícola, e a localização do imóvel.

Embora o direito das comunidades quilombolas à propriedade das terras originárias/ocupadas esteja assegurado na Constituição desde 1988, apenas 185, uma ínfima parcela de 6% das 3.000 que se estima existir, lograram regularizar seus territórios. Dos 104 territórios qui-

lombolas regularizados,¹⁵ 25 foram tramitados pelo governo federal, 75 por governos estaduais e outros por meio de títulos concedidos pelo governo federal e governos estaduais (cada um para uma porção do território), somando 971.376,0752 hectares onde reside uma população estimada em 11.491 famílias.¹⁶

Quase metade dos territórios titulados está localizada no Pará. Em segundo lugar, está o Maranhão, com 22% do total de territórios regularizados. Nas duas situações, o número significativo de titulações advém da atuação dos governos estaduais acionados pelo movimento quilombola daqueles estados. No Maranhão, todas as regularizações foram realizadas pelo Instituto de Terras do Maranhão e no caso do Pará, o Instituto de Terras do Pará foi responsável pela entrega de 50% dos títulos.

Estado	Número de Territórios
Amapá	3
Bahia	5
Goiás	1
Maranhão	23
Mato Grosso	1
Mato Grosso do Sul	2
Minas Gerais	1
Pará	49
Pernambuco	2
Piauí	5
Rio de Janeiro	2
Rio Grande do Sul	2
Rondônia	1
São Paulo	6
Sergipe	1
TOTAL	104
Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, agosto de 2010	

⁶ In: SEPPPIR, Comunidades Quilombolas Brasileiras - Regularização Fundiária e Políticas Públicas, Brasília, 2010: 8. Acessado em 12/07/2010 https://gestaoseppir.serpro.gov.br/arquivos/relatorio_gestao_pbq2009

⁷ In: Fundação Cultural Palmares www.palmares.gov.br, consulta em 9/07/2010.

⁸ Ver: <http://www.ccnma.org.br/>

⁹ Ver: [HTTP://WWW.smdh.org.br/](http://WWW.smdh.org.br/)

¹⁰ Segundo o CCN (Centro de Cultura Negra do Maranhão) e a SMDDH (Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos), "para o surgimento e implementação do PVN, foi decisiva a participação solidária de agências de cooperação internacional", entre elas a CESE e a EZE (agora EED). In: CCN & SMDDH, Vida de Negro no Maranhão: Uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas, São Luís, maio de 2005: 41.

¹¹ Ver: [HTTP://www.koinonia.org.br/oq/default.asp](http://www.koinonia.org.br/oq/default.asp)

¹² No universo de ONGs podemos citar também os trabalhos do CEDEFES (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva) dedicados às comunidades quilombolas de Minas Gerais e o monitoramento da legislação, ações judiciais e processos administrativos de âmbito nacional desenvolvido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo.

¹³ Somente nos estados do Acre e Roraima não se tem informação sobre a existência de comunidades quilombolas.

¹⁴ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, "Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais", Rio de Janeiro, 17/18 de outubro de 1994.

¹⁵ A diferença entre o número de comunidades (180) e terras (104) deve-se aos casos em que em um mesmo território titulado vivem mais de uma comunidade.

¹⁶ In: Comissão Pró-Índio de São Paulo www.cpispp.org.br/terras

Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

As comunidades quilombolas vivenciam uma situação de desigualdade socioeconômica e de violação de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A morosidade do governo na efetivação das titulações coloca os quilombolas em situação de vulnerabilidade, mais suscetíveis às crescentes pressões do agronegócio, da mineração, de empreendimentos de infraestrutura e dos programas governamentais de “segurança nacional”. Nas diversas regiões do país, registram-se conflitos envolvendo territórios quilombolas, como os vividos pelas comunidades Marambaia (Rio de Janeiro), São Francisco do Paraguaçu (Bahia) e as localizadas no Baixo Parnaíba (Maranhão), objeto dos estudos de caso apresentados pela presente avaliação de impacto.

Conseqüentemente, muitas comunidades têm o acesso aos recursos naturais dos seus territórios cercado pela ação de terceiros. Outras sofrem com os impactos ambientais de empreendimentos vizinhos ou sobrepostos às suas terras, tais como hidroelétricas, madeiras, mineradoras e os grandes empreendimentos de monocultura de eucalipto. É importante destacar que inexistem programas ou políticas governamentais que visem proteger os territórios quilombolas e seus recursos naturais dos impactos de grandes projetos, das ameaças

de invasões e tampouco das conseqüências das mudanças climáticas.

A insegurança quanto à terra e à moradia dificulta o planejamento e a adoção de medidas voltadas para o desenvolvimento sustentado dos territórios quilombolas e afeta, entre outros, o direito à alimentação adequada. Os resultados da “Chamada Nutricional Quilombola 2006”¹⁷ evidenciam a realidade de insegurança alimentar vivenciada por essas populações. Uma das conclusões do estudo é que “do ponto de vista da nutrição de menores de cinco anos, fica estabelecido que se constituem em grupo com altos riscos de desnutrição, igualando-se às crianças do nordeste urbano de uma década anterior à ‘Chamada’ (1996).”¹⁸

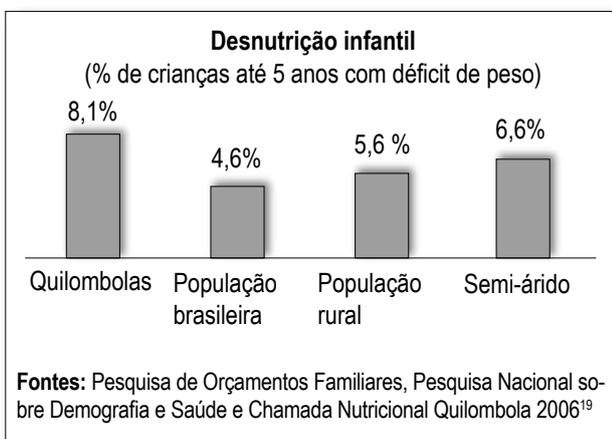
A pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome indica que a proporção de crianças de até cinco anos desnutridas é 76,1% maior do que na população brasileira e 44,6% maior do que na população rural. A incidência de meninos e meninas com déficit de peso nessas comunidades é de 8,1% — maior também do que entre as crianças do semiárido brasileiro (6,6%).

Também são preocupantes os dados referentes a saneamento básico, um elemento sintomático para a melhoria das taxas de desnutrição infantil. Apenas pouco mais de 30% das residências quilombolas entrevistadas estavam ligadas à rede pública de água e esgoto ou dispunham de fossa séptica.²⁰

Um artigo que analisa os dados da “Chamada Nutricional Quilombola 2006” destaca a situação de desigualdade vivida pelos quilombolas:

Conforme a classificação da Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado (Abipeme) constata-se que 57% das famílias quilombolas entrevistadas encontram-se dentro da classe E, o que significa crianças de zero a cinco anos vivendo em residências desprovidas de instalações e equipamentos mínimos. De acordo com a Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep (2003), esse grupo populacional encontra-se incluído entre os 4% mais pobres da sociedade brasileira.²¹

Tal desigualdade reflete-se também no acesso à educação. O Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)²² de 2009 inclui os quilombolas entre os grupos que estão em situação mais vulnerável quando se trata do pleno exercício do direito de aprender, juntamente com as meninas e os meninos que vivem no campo, os indígenas e as crianças e os adolescentes com deficiência. O Unicef avalia que a educação oferecida nas comunidades quilombolas



¹⁷ Estudo pioneiro do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizado junto a 60 comunidades quilombolas (3.000 famílias) em 22 estados do país em 2006.

¹⁸ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Chamada Nutricional Quilombola 2006 - Resumo Executivo, Brasília, maio de 2007: 7

¹⁹ PNUD “Desnutrição é 76% maior entre quilombolas”, Brasília, 16/05/2007 www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=2684&lay=rac

²⁰ SILVA, Helena Oliveira et alii, “Diagnóstico das Condições de Vida nas Comunidades Incluídas na Chamada Nutricional Quilombola, In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Políticas Sociais e Chamada Nutricional Quilombola: estudos sobre condições de vida nas comunidades e situação nutricional das crianças, Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 9, Brasília, 2008:45

²¹ Idem, ibidem: 42-43

²² Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 – O Direito de Aprender: Potencializar avanços e reduzir desigualdades, Brasília, 2009.

é, em geral, bastante precária:

As escolas frequentemente estão distantes das casas dos alunos, não apresentam infraestrutura adequada ao seu funcionamento e poucas conseguem oferecer o Ensino Fundamental completo. Além de serem poucos para atender a demanda, os professores, em sua maioria, não têm a formação adequada para dar aulas.²³

O documento afirma ainda que

[...] é comum nessas comunidades a presença de classes multisseriadas. Em geral, as crianças fazem as séries iniciais e, depois, precisam se deslocar longas distâncias para complementar os estudos. No Ensino Médio, a oferta é ainda mais crítica: nas

comunidades quilombolas situadas nos estados do Semiárido, existem 846 escolas de Ensino Fundamental e apenas nove de Ensino Médio, segundo dados do Censo Escolar 2007.²⁴

Os dados sobre as escolas quilombolas na Amazônia Legal também revelam dificuldades: em 2007, apenas 15% dos 2.449 docentes tinham Ensino Superior e 73% haviam concluído o Ensino Médio, segundo o Censo Escolar (Inep/MEC). Nas escolas não quilombolas da região esse índice foi de 54% e 45%, respectivamente.²⁵

Ainda segundo o Unicef, em 2007, somente 148 alunos cursavam o Ensino Médio em escolas quilombolas na Amazônia, o que revela a dificuldade dos meninos e meninas

dessas comunidades em concluir os estudos no campo. Apesar de concentrar a maioria dos estabelecimentos de ensino quilombolas da região (423), o Maranhão não tinha uma escola sequer que oferecesse o Ensino Médio.²⁶

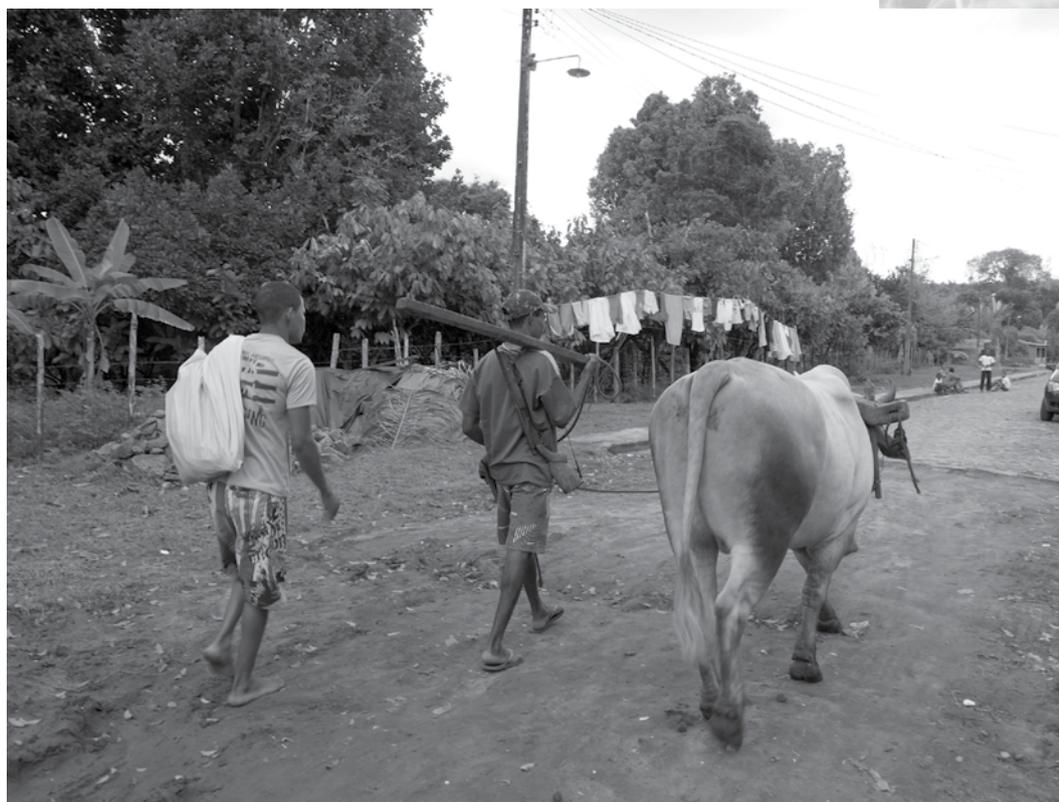
O Relatório informa que nos últimos anos, os quilombolas tornaram-se foco de políticas públicas específicas e de ações desenvolvidas por diferentes organizações da sociedade civil. Com isso, verificou-se uma melhora nos indicadores educacionais relativos a eles. O Unicef pondera, contudo, que “ainda há enormes desafios a enfrentar para garantir a essas crianças e a esses adolescentes o acesso à escola e uma educação de qualidade, que efetivamente atenda às suas necessidades de aprendizagem.”²⁷

2. Direito à terra e ao território - Marcos legais²⁸

Na América do Sul, três constituições reconhecem direitos de comunidades quilombolas: as da Colômbia, do Brasil e do Equador. A Colômbia foi o primeiro país a tratar em sua constituição do direito à terra dos afro-colombianos em 1991, direito que foi regulamentado pela Lei 70/1993 e Lei 397/1997.

No Equador, a constituição de 1998 já reconhecia aos afro-equatorianos direitos coletivos às suas terras. A nova constituição de 2008 reafirma tais direitos. O Equador conta também com a *Ley de los Derechos Colectivos de los Pueblos Negros o Afroecuatorianos*, de 2006, que assegura os direitos dos povos negros sobre as suas terras ancestrais.

Na América Central, a constituição da Nicarágua, de 1987, garante às “comunidades da costa atlântica” as formas comunais de propriedade das terras e o procedimento para titulação dessas terras está regulamentado pela Lei 445/2002. Em Honduras a *Ley de Propiedad* de 2004 reconhece o direito dos afro-hondurenhos às suas terras e es-



pecífica que as mesmas devem ser tituladas de forma coletiva.

No Brasil, os direitos territoriais das comunidades quilombolas

estão assegurados na Constituição Federal e nas constituições dos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Pará. Seus direitos

²³ Idem: 28

²⁴ Idem: 69

²⁵ Idem: 93.

²⁶ Idem: 92.

²⁷ Idem: 23.

²⁸ Todos os marcos legais mencionados nesta parte podem ser encontrados em: <http://www.cpisp.org.br/html/leis/>

estão garantidos também na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre Povos Indígenas e Tribais, instrumento internacional ratificado pelo Brasil em 2003 e que, portanto, tem força de lei em nosso país.

O Artigo 68 da Constituição Federal

O dispositivo constitucional²⁹ que garante aos quilombolas a propriedade de suas terras é fruto de uma articulação do movimento negro, responsável também pela inclusão de dispositivo semelhante em constituições estaduais.

O objetivo da iniciativa era reparar a injustiça histórica cometida pela sociedade escravocrata brasileira contra o povo negro. Uma reparação que se concretizaria por meio do reconhecimento dos direitos das comunidades de descendentes dos antigos escravos possibilitando-lhes, finalmente, o acesso à propriedade de suas terras.

A proposta foi inicialmente apresentada à Assembleia Nacional Constituinte na forma de emenda

popular, mas não alcançou o número necessário de assinaturas para permitir a sua tramitação. Em 20 de agosto de 1987 a proposta voltou a ser apresentada, sendo formalizada pelo Deputado Constituinte Carlos Alberto Caó (PDT-RJ).³⁰ Foi aprovada “no apagar das luzes” graças às intensas negociações políticas conduzidas por representantes do movimento negro do Rio de Janeiro, dentre eles, o próprio Dep. Carlos Alberto Caó e a Deputada Benedita da Silva (PT/RJ).³¹

O fato de a Assembleia Constituinte ter coincidido com o período do Centenário da Abolição contribuiu para a conformação de um cenário favorável à aprovação do Artigo 68. Outro fator que conspirou favoravelmente foi o desconhecimento sobre a realidade das comunidades quilombolas e as implicações do que estava sendo aprovado. Os constituintes não tinham ideia do impacto da aprovação do artigo uma vez que se imaginava que beneficiaria um número muito restrito de comunidades e não teria maiores consequências sobre o or-

denamento fundiário.

Direitos à terra e ao território

Outros dois artigos da Constituição Brasileira também reconhecem direitos das comunidades quilombolas, ainda que não haja menção específica a elas: os artigos 215 e 216 do Capítulo III, sobre Educação, Cultura e Desporto.

O artigo 215 determina que o Estado proteja as manifestações culturais afro-brasileiras. Já o artigo 216 considera os bens de natureza material e imaterial dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, entre os das comunidades negras – formas de expressão, modos de criar, fazer e viver – como patrimônio cultural brasileiro, a ser promovido e protegido pelo Poder Público.

Conforme explica a Procuradora Isabel Cristina Groba, em função dos artigos 215 e 216 da Constituição pode-se afirmar que a obrigação do Estado para com as comunidades quilombolas não se restringe ao reconhecimento da propriedade:

A norma do artigo 68 do ADCT deve ser vista sempre em cotejo com as normas de preservação cultural desses grupos na condição de formadores da sociedade nacional, assegurando-se-lhes a oportunidade de continuarem a reproduzir-se de acordo com as suas tradições, sob pena de estarem feridos os princípios maiores fundadores de nossa República. Os seus modos de fazer e viver são os bens imateriais a que alude a Constituição de 1988, competindo destarte ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, proteger tal patrimônio por todos os meios e formas de acautelamento e preservação, assegurando a sua permanência contra todos os atos públicos e privados tendentes a descaracterizar-lhes o traço cultural ou atentar contra a sua forma de viver.³²

Dessa forma, a Constituição per-



²⁹ Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

³⁰TRECCANI, Girolamo D. Terras de Quilombo - Caminhos e entraves do processo de titulação, Belém, Secretaria Executiva da Justiça/Programa Raízes, 2006: 77.

³¹ In: ARRUTI, Op. Cit: 67.

VIEIRA, Isabel Cristina Groba, palestra reproduzida In: “ANDRADE, Lúcia M. M. de (org.) Desafios para o Reconhecimento das Terras Quilombolas, São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1997: 51-52.

mite interpretar que o direito dos quilombolas à terra está associado ao direito à preservação de sua cultura e organização social específica, legitimando, portanto, o conceito de território, entendido como espaço de reprodução física e social.

O direito ao território está assegurado também pela Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³³ que determina que se reconheçam os direitos de propriedade e de posse desses povos sobre as terras que tradicionalmente ocupam (artigo 14). O tratado internacional estabelece, ainda, que o termo “terras” deverá “incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma” (artigo 13).

Consonante com as normas superiores, o Decreto 4.887/ 2003, que estabelece os procedimentos para titulação das terras quilombolas, também reconhece que são “terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural” (artigo 2º, § 2º).

Histórico da normatização federal

O Artigo 68 é autoaplicável, ou seja, não necessita de norma que o regulamente, produzindo efeitos por si só, independente de normatização complementar.³⁴ Portanto, as normas inferiores não vêm para regulamentá-lo, mas sim para orientar a ação do Poder Executivo quantos aos procedimentos para identificar, delimitar e titular as terras quilombolas.

Data de novembro de 1995 a primeira iniciativa para normatização dos procedimentos de regularização dessa categoria de terras: a Portaria 307 do Inbra, que determinava que as comunidades quilombolas tivessem suas áreas demarcadas e tituladas.

Tal regulamentação vigorou até



outubro de 1999 quando a 11ª reedição da Medida Provisória 1.911 delegou ao Ministério da Cultura a competência para titular as terras quilombolas. A mudança de competência refletia a decisão do governo Fernando Henrique Cardoso de não realizar desapropriações para assegurar a titulação das terras de quilombo. Em consonância com tal orientação, em novembro de 2000, a Fundação Cultural Palmares outorgou um “pacote de titulações” sem a desapropriação ou anulação dos títulos de terceiros incidentes nas terras quilombolas, nem tampouco a retirada dos ocupantes não quilombolas. Dez das doze comunidades “beneficiadas” com esses títulos sofrem até hoje com o conflito gerado por essa medida e não têm livre acesso aos recursos naturais de suas terras. Na gestão do governo Lula, o Inbra abriu novo processo para regularizar essas áreas, com vistas a proceder às devidas desapropriações e reassentamentos.

Em 10 de setembro de 2001, o presidente Fernando Henrique

editou o Decreto nº 3.912 que, ao regulamentar o procedimento para titulação das terras de quilombo, restringiu o alcance do Artigo 68. O decreto estabeleceu que apenas as “terras que eram ocupadas por quilombos no ano de 1888” e as que estavam “ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988” poderiam ser contempladas pelo Artigo 68.

Tal classificação temporal, que não encontrava qualquer respaldo no texto constitucional, restringia enormemente os potenciais beneficiários do artigo 68. Os principais atingidos pela medida foram os quilombolas de áreas de conflito que na data da promulgação da Constituição não se encontravam na posse de seus territórios, justamente em decorrência das disputas.

O resultado do Decreto 3.921/2001 foi a completa paralisação das titulações das terras de quilombo por parte do governo federal. Nenhuma terra de quilombo foi regularizada durante/sob a vigência desse decreto.

³³ As comunidades quilombolas constituem grupos étnicos e, assim sendo, enquadram-se na definição de “povo tribal” do artigo 1.1.a. da C 169 da OIT e são sujeitos dos direitos estabelecidos na Convenção. O governo brasileiro reconhece a aplicabilidade da C 169 às comunidades, por exemplo, na Instrução Normativa Inbra 57/2009 (artigo 2º). Decisões da Justiça Brasileira também referendam o entendimento de que as comunidades quilombolas são grupos específicos sobre os quais a Convenção 169 da OIT se aplica.

³⁴ Sobre o tema, o jurista Dalmo Dallari afirma que “Essa norma, que define e garante direitos fundamentais, é auto-aplicável, por força do que dispõe o parágrafo 1 do artigo 5 da Constituição. E o referido artigo 68 não exige lei regulamentadora, sendo juridicamente perfeita a edição de decreto federal, estabelecendo regras administrativas visando dar àquela norma constitucional efetividade prática, possibilitando o gozo dos direitos” In: DALLARI, Dalmo de Abreu: “Direitos constitucionais dos quilombos” In: Gazeta Mercantil, Caderno A - Pág. 1023/3/2009.

Histórico de aprovação de normas federais sobre procedimentos para titulação das terras quilombolas

Ano	Norma	Conteúdo
1995	Portaria Incra n.º 307	Determinou que as comunidades quilombolas tivessem suas áreas demarcadas e tituladas.
1999	11ª reedição da Medida Provisória 1.911	Delegou ao Ministério da Cultura a competência para titular as terras quilombolas.
2001	Decreto n.º 3.912	Regulamentou o procedimento para titulação das terras de quilombo. Restringiu o alcance do Artigo 68 ao estabelecer que apenas as "terras que eram ocupadas por quilombos no ano de 1888" e as que estavam "ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988" poderiam ser contempladas pelo Artigo 68.
2003	Decreto n.º 4.887	Regulamentou o procedimento para titulação das terras de quilombo (revogou o decreto de 2001).
2008	Instrução Normativa Incra n.º 49	Gerou retrocessos na garantia de direitos por meio da introdução de empecilhos burocráticos nos procedimentos para identificação e titulação das terras quilombolas. Criou as condições para a retomada das titulações: adotou uma conceituação adequada de comunidade e de terra de quilombo com a adoção do critério da autoidentificação; reconheceu a possibilidade de desapropriação de propriedades incidentes em terras de quilombos e atribuiu a competência de condução do processo ao Incra.

Normas federais atuais

Atendendo à reivindicação dos quilombolas, o governo do presidente Lula, em 20 de novembro de 2003, editou nova regulamentação sobre a matéria. O Decreto n.º 4.887 de 2003 criou as condições para a retomada das titulações, uma vez que adotou uma conceituação adequada de comunidade e de terra de quilombo com a adoção do critério da autoidentificação; reconheceu a possibilidade de desapropriação de propriedades incidentes em terras de quilombos e atribuiu a competência de condução do processo ao Incra.

Os avanços do Decreto 4.887/2003, no entanto, foram minados pelo próprio governo ao longo dos anos e à medida que as pressões contrárias às titulações das terras quilombolas foram crescendo. Por meio de normas internas ao Incra e a Fundação Cultural Palmares, o governo Lula acabou por introduzir uma série de empecilhos burocráticos nos procedimentos para a regularização das terras quilombolas que tornaram o processo mais moroso e custoso e, conseqüentemente, mais difícil de ser concluído.

Os obstáculos foram acrescidos progressivamente por meio de sucessivas normativas: a Instrução Normativa Incra n.º 16/2004; a Instrução Normativa Incra n.º 20/2005, a Portaria Fundação Cultural Palmares n.º 98/2007 e, finalmente, a mais polêmica delas, a Instrução Normativa Incra n.º 49/2008, reeditada como IN 57 em 2009, como explicaremos adiante. Conforme analisaremos, tais mudanças consubstanciam o recuo do governo federal.

Legislações estaduais

Atualmente, nove estados contam com leis próprias disciplinando o processo para a regularização das terras de quilombo: Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo.

É no Pará que se registra a mais antiga iniciativa de normatização: o Decreto 663 de 20 de fevereiro de 1992, que já não está mais em vigor. A mais recente iniciativa ocorreu no Maranhão, em abril de 2010 com a aprovação da Lei 9.169.³⁵ As leis em vigor em São Paulo e no Pará datam, respectivamente, de 1997 e de 1998.

Já as normas dos demais estados foram aprovadas entre 2002 e 2010.

De forma geral, as normas estaduais definem procedimentos mais céleres e eficazes para identificação, delimitação e titulação das terras quilombolas. E, por isso, têm se constituído num importante instrumento de garantia de direitos. Dos 104 territórios quilombolas regularizados até o momento, 75 foram titulados por governos estaduais, e somente 25 pelo governo federal. Outras cinco terras foram regularizadas por meio de títulos concedidos pelo governo federal e governos estaduais (cada uma para uma porção do território).

Políticas públicas

A luta dos quilombolas permitiu que programas e ações do governo federal e estadual fossem criados para assegurar políticas públicas específicas, ampliando o reconhecimento de direitos para além da garantia territorial.

Exemplo disso é o Programa Brasil Quilombola, que tem por finalidade coordenar as ações governamentais que almejam garantir o direito à terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, serviços de infraestrutura, previdência social, educação e cultura para as comunidades quilombolas. O Programa é coordenado pela SEPPPIR e agrega 23 órgãos da administração pública federal.³⁶

Programas de apoio específicos para as comunidades quilombolas também foram criados no âmbito estadual. O primeiro estado a adotar uma iniciativa desse tipo foi o de São Paulo, que em 1997 criou um Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta que congrega atualmente a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria da Cultura, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a Secretaria da Educação, a Casa Civil e a Secretaria da Habitação, e visa à regularização das terras de quilombolas e à implantação de "medidas socioeconômicas, ambientais e culturais".

³⁵ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo <http://www.cpis.org.br/htm/leis/index.html>

³⁶ In: SEPPPIR, Comunidades Quilombolas Brasileiras - Regularização Fundiária e Políticas Públicas, Brasília, 2010: 6. Acessado em 12/07/2010 https://gestaoeppir.serpro.gov.br/arquivos/relatorio_gestao_pbq2009

³⁷ Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, http://www.cpis.org.br/htm/leis/legislacao_estadual.aspx

Programas de apoio às comunidades quilombolas estão previstos em legislações de pelo menos cinco estados: Mato Grosso do

Sul, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo.³⁷ Ainda que pesem muitas críticas quantos aos resultados de tais programas,

é inegável que representam uma conquista no reconhecimento de direitos específicos a esse grupo social.

3. Mobilização para a garantia de direitos

Entre a promulgação da Constituição e a outorga do primeiro título de terra coletiva a uma comunidade quilombola transcorreram-se sete anos. O marco inicial ocorreu no município de Oriximiná, no interior do Pará, em 20 de novembro de 1995, quando a Comunidade Boa Vista recebeu do Incra o título de suas terras. A titulação de Boa Vista foi fruto da mobilização da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO),³⁸ com o apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo. Já em 1989, a recém-criada Associação realizou sua primeira viagem a Brasília em busca de apoio para titulação das terras das comunidades.³⁹ Os anos seguintes foram de intensas negociações com o Incra no intuito de garantir as titulações. Paralelamente, a ARQMO atuou na mobilização de suas associadas e realizou ações como a autodemarcação dos territórios para afirmar os seus direitos.⁴⁰

A titulação de Boa Vista foi importante para firmar entendimentos sobre a matéria num período em que não se dispunha de normas que detalhassem o procedimento para identificação e titulação das terras quilombolas. Uma das grandes dificuldades na negociação com o Incra naquele período – dirimidas pela regularização dessa comunidade – foi a aceitação de que a titulação deveria ser coletiva, algo que fugia completamente aos procedimentos usuais do órgão fundiário. A iniciativa em Oriximiná foi uma das diversas estratégias adotadas pelos quilombolas e seus parceiros para garantir a concretização do Artigo 68. Os quilombolas do Maranhão, Pará, Bahia e São Paulo



foram os pioneiros nessa luta.

O caso da comunidade de Frechal tem grande destaque na história da mobilização dos quilombolas do Maranhão. Em 1991, a Associação de Moradores das Comunidades Rumo e Frechal, apoiada pelo CCN e a SMDDH, formalizou, junto à Procuradoria Geral da República, solicitação de apoio para garantir a titulação de suas terras nos termos do Artigo 68 do ADCT. A medida pretendia coibir a grilagem e a degradação ambiental das terras das comunidades.

Essa iniciativa resultou na criação da “Reserva Extrativista do Quilombo Frechal”, em 1992. Por meio do Decreto 536 de 20 de maio 1992, o governo federal transformou o terri-

tório quilombola com 9.542 hectares em uma unidade de conservação ambiental sob a jurisdição do Ibama. A decisão não chegou a reconhecer o direito de propriedade aos quilombolas, mas foi a alternativa encontrada à época para proteger os moradores de Frechal e garantir a sua permanência na área.

No ano seguinte, registra-se outro marco na luta pelo cumprimento do Artigo 68: a primeira ação judicial proposta com base nesse instrumento normativo visando à titulação das terras da Comunidade Rio das Rãs, na Bahia. Em novembro daquele ano, a Procuradoria Geral da República ingressou com uma ação ordinária solicitando que os integrantes da comunidade fossem declarados como

³⁸ A ARQMO foi criada em julho de 1989 e representa as 34 comunidades quilombolas do Município de Oriximiná, Pará. O processo de sua criação foi um dos resultados das iniciativas desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), que promoveu os encontros Raízes Negras na região, fundamentais para conscientizar, mobilizar e articular as comunidades quilombolas do Baixo Amazonas (Pará).

³⁹ Viagem realizada com o apoio financeiro da CESE.

⁴⁰ A comunidade Boa Vista realizou a auto-demarcação de suas terras no período de outubro a novembro de 1992, ou seja, três anos antes da outorga do título. A estratégia de auto-demarcação foi aplicada pela ARQMO também nas Terras Quilombolas Água Fria, Trombetas (que congrega sete comunidades) e Erepecuru (oito comunidades) todas já tituladas. A iniciativa foi viabilizada por meio do apoio do PAMN – Programa de Apoio ao Movimento Negro da CESE-EZE (EED)

remanescentes de quilombos para os fins do Art. 68 e que a União Federal fosse condenada a adotar medidas para a delimitação e demarcação da área ocupada pela comunidade e emissão do título hábil para registro no cartório imobiliário.⁴¹ A medida foi adotada tendo em vista os conflitos que ameaçavam a comunidade, inclusive com expulsão de partes das famílias, conforme denunciado pelos quilombolas, pela Comissão Pastoral da Terra, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bom Jesus da Lapa e o Movimento Negro Unificado. A decisão veio apenas em julho de 1999, quando o juiz acolheu o pedido da Procuradoria. A União, embora tenha recorrido da decisão, acabou por titular a área no ano 2000.⁴²

Outra ação judicial pioneira foi a ajuizada em 1994 pela Comunidade Quilombola Ivaporunduva, em São Paulo, após a realização da autodemarcação de suas terras. Os quilombolas entraram com uma ação na justiça requerendo que fossem declarados como remanescentes de comunidades de quilombos e que fosse determinada a emissão do título. Em dezembro de 2003, o pedido foi julgado procedente. Cinco anos depois, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região confirmou a sentença, finalizando a ação com a determinação de que a União deveria providenciar a titulação da área, o que ocorreu em maio de 2010.⁴³

Ao lado das iniciativas que visavam garantir titulações de territórios específicos, conforme descrito acima, a mobilização para dar plena efetividade ao Artigo 68 envolveu articulações para garantir a aplicação da legislação e fomentar programas governamentais. No Pará, Maranhão e São Paulo, ainda nos anos 1990, as pressões do movimento também se dirigiram aos governos estaduais.

O governo do Pará foi o primeiro governo estadual a outorgar um título de propriedade às comunidades quilombolas, em 1997. A área reconhecida está localizada em Oriziminá e pertence às comunidades



Bacabal, Aracuan de Cima, Aracuan do Meio, Aracuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II, Jarauacá. No ano seguinte, a articulação da ARQMO, do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA) e da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) garantiu a aprovação da legislação estadual que disciplina a matéria. Em São Paulo, graças à ação dos quilombolas apoiados pelo Fórum Estadual de Entidades Negras e pela Comissão Pró-Índio (CPI-SP) de São Paulo, foi aprovada, em 1997, a legislação estadual que disciplina o processo de titulação das terras quilombolas pelo governo do estado.

No Maranhão, desde a década de 1990 o Instituto de Terras do Maranhão atua na regularização de terras quilombolas, embora apenas

recentemente tenha sido aprovada a legislação estadual. Em 1996 o Instituto chegou a firmar convênio de cooperação técnica com o CCN e a SMDDH objetivando “o reconhecimento e a regularização das terras de preto, além da preservação e desenvolvimento sustentado das áreas.”⁴⁴

As organizações quilombolas

Os esforços para colocar em prática o Artigo 68 mobilizaram quilombolas em todo o país e estimularam a fundação de organizações de âmbito local, estadual e nacional. O Maranhão e o Pará são os estados pioneiros na criação de organizações de âmbito estadual.⁴⁵ Em 1997, foi fundada a Associação das Comunidades Negras Rurais

⁴¹ Essa ação foi antecedida por outra também de autoria da PGR, proposta também em 1993. A ação buscou garantir o direito da comunidade de criar seus animais e realizar suas atividades agrícolas, práticas que estavam ameaçadas pela atuação da Bial Agropecuária. Já na decisão liminar, o juiz acatou o pedido da Procuradoria.

⁴² Título concedido pela Fundação Cultural Palmares em 14 de julho de 2000 com 2.100,54 hectares.

⁴³ Fonte: CPI-SP <http://www.cpis.org.br/acoes/html/jurisprudencia.aspx?LinkID=8>

⁴⁴ In: CCN & SMDDH, Op Cit: 41.

Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), com o objetivo geral de servir como fórum de representação dos quilombolas do estado. Dois anos mais tarde, foi criada, ainda em caráter provisório, a representação do Pará, formalizada em 2004 com a aprovação e o registro do estatuto da Malungu – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará.

Há registros da existência de 20 organizações estaduais quilombolas atualmente ativas: em Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. A mais recente delas é o Conselho Estadual Quilombola da Bahia, criado em abril de 2010.⁴⁶

Vale destacar que o grau de institucionalização e a capacidade de mobilização dessas organizações variam bastante. Algumas ainda estão em fase de constituição, com uma atuação mais informal. Dentre aquelas que estão mais consolidadas, encontram-se a ACONERUQ (Maranhão), a Malungu (Pará), a Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, de 2003, e a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N'Golo (criada em 2005).

Em âmbito nacional, em novembro de 1995, durante o "I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas", foi criada a Comissão Nacional Provisória de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas (CNACNRQ), que posteriormente originou a Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

A comissão foi inicialmente composta por sete estados, repre-

sentados pela então Coordenação Estadual dos Quilombos do Maranhão (atual ACONERUQ) e sete comunidades: Conceição das Crioulas (PE), Silêncio do Matá (PA), Rio das Rãs (BA), Kalunga (GO), Mimbo (PI), Furnas de Dionísio (MS) e da Boa Sorte (MS). Também foi instituída uma "comissão de apoio" integrada pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão, Movimento Negro Unificado, Instituto Socioambiental (SP), Malungos (PB), Movimento da Cultura Negra (MA), Omnirá (MA), Movimento da Cultura Negra de Alcântara (MA), Coisa de Negro (PI), SMDDH (MA), Grupo TEZ (MS) e Núcleo Cultural Niger Okam (BA). O Maranhão, por meio da coordenação estadual e do CCN, teve papel central na condução da articulação nacional durante os seus primeiros anos, assumindo a secretaria da organização.

O "II Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas" foi realizado em Salvador em dezembro de 2000. Nesse encontro, a coordenação nacional passou a ser integrada por representantes de dez estados: Bahia, São Paulo, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Goiás, Mato Grosso do Sul, Sergipe e Piauí.

Segundo o sítio eletrônico da Conaq, seus objetivos são:

- Lutar pela garantia do direito à terra e pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades;⁴⁸
- Preservar os costumes, a cultura e a tradição entre as gerações das populações quilombolas;
- Propor políticas públicas levando em consideração a organização pré-existente das comunidades de quilombo, tais como o uso comum da terra e dos recursos naturais, sua história e cultura em harmonia com o meio ambiente, que são as referências de vida;
- Zelar pela garantia dos direitos

das crianças e adolescentes como continuadoras da cultura e tradição quilombolas;

- Combater toda e qualquer discriminação racial e intolerância religiosa;
- Lutar pela garantia do direito à terra e pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades.

Ainda com relação aos seus objetivos, a instituição "surge não só para reivindicar soluções para os problemas locais, mas como movimento político para alterar as relações desiguais historicamente estabelecidas, em defesa dos direitos do povo negro, no meio rural."⁴⁹

Sua página eletrônica informa que a Conaq, embora não tenha sido formalizada como pessoa jurídica, é uma organização de âmbito nacional que representa os quilombolas do Brasil. Dela participam representantes de comunidades de 22 estados da federação.



⁴⁵ Cabe destacar que, no Maranhão, os debates sobre os direitos das comunidades negras rurais iniciaram-se antes mesmo da aprovação do Artigo 68. Em agosto de 1986, o Centro de Cultura Negra do Maranhão promoveu o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, com o tema "O negro e a Constituição brasileira" Posteriormente. Depois disso, mais cinco encontros foram promovidos em parceria com a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (em 1988, 1989, 1995, 1997 e 2000), In: CCN & SMDDH, Op. Cit: 47.

⁴⁶ Fonte: Koinonia, Quilombolas baianos criam Conselho Estadual <http://www.koinonia.org.br/comunicacao-noticias-detahes.asp?cod=1456>

⁴⁷ COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS, Relatório II Reunião Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, 17 e 18 de agosto de 1996, São Luis, Maranhão.

⁴⁸ Conaq: <http://www.Conaq.org.br/> (consulta em 19/07/2010).

⁴⁹ Idem.

4. Campanhas contrárias, ambiguidade e retrocessos

No início do governo Lula havia uma grande expectativa de avanço na implementação dos direitos das comunidades quilombolas. No entanto, o posicionamento do governo Lula foi bastante ambíguo quando não decepcionante.

De um lado, as comunidades quilombolas ganharam visibilidade e se consolidaram como segmento alvo de políticas públicas específicas. Exemplos disso foram a constituição de uma coordenação específica dentro do Inbra (a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas), uma série de programas de apoio e uma rubrica própria no orçamento do governo federal.⁵⁰ No que tange à regularização fundiária, podem ser citadas como medidas positivas a aprovação do Decreto 4.887/2003 e as primeiras desapropriações para garantir a titulação de terras de quilombo.⁵¹

No entanto, como já indicamos, os resultados em termos de titulações foram muito limitados, com apenas oito terras registradas até o presente momento. Em agosto de 2010, dados da CPI-SP indicavam que mais de três quartos (77,1%) dos

984 processos para regularização de terras quilombolas abertos no Inbra não haviam sido alvo de qualquer providência além de um número de protocolo.⁵²

O desempenho orçamentário do Inbra é outro indicativo da inoperância governamental. Desde 2004, o instituto não utiliza integralmente os recursos de seu orçamento destinados à titulação das terras quilombolas. De 2004 a 2008, utilizou no máximo 26% de seu orçamento (em 2006), não havendo ultrapassado sequer 10% em 2004 e 2008.⁵³ Tais dados indicam que não se pode justificar o tímido placar de titulações por falta de recursos.

O insignificante número de titulações não é a única marca da política quilombola do governo Lula. Essa gestão foi responsável também pela introdução de uma série de empecilhos burocráticos nos procedimentos para a regularização das terras quilombolas, que resultaram em uma restrição de direitos – movimento que reflete um recuo frente à oposição aos direitos quilombolas manifestada em ações judiciais, matérias jornalísticas e proposições

legislativas.

A primeira e mais significativa manifestação contrária foi a proposição da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239, em 2004, pelo então Partido da Frente Liberal (atual Democratas) contra o Decreto nº 4887/2003, que regulamentou o procedimento para titulação das terras quilombolas.⁵⁴ A relação das instituições que ao longo dos anos requereram a entrada no processo como *amicus curiae*⁵⁵ ao lado do proponente da ação é um bom indicativo dos interesses envolvidos nesse movimento contrário aos quilombolas. São elas: a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria, a Associação Brasileira de Celulose e Papel, a Sociedade Rural Brasileira e o Estado de Santa Catarina.

Apesar do insignificante número de titulações, as manifestações de oposição se intensificaram a partir de 2007. Como relata o “Observatório Quilombola” de Koinonia, nesse ano, observa-se uma clara e articulada mobilização de parte da imprensa contra os avanços do movimento:

Desde 2003, diversas matérias críticas às conquistas legais e efetivas das comunidades quilombolas foram publicadas, de forma eventual, algumas em periódicos de corte francamente conservador; outros nem tanto. [...] Em maio deste ano [2007], porém, tais matérias ganharam um caráter sistemático. Ao longo de poucas semanas, registramos a produção e difusão de uma série de reportagens que ocuparam espaços nobres de jornais impressos, assim como o horário nobre do maior telejornal do país (e de ao menos uma de suas afiliadas regionais). Em todas elas, o caráter parcial e estrategicamente desinformado

Etapas dos processos abertos no Inbra

Etapa	Número de Terras	%
Processo Formalizado	758	77,1
RTID em elaboração	114	11,6
RTID publicado	24	2,4
Prazo para manifestação de órgãos públicos expirado	0	0,0
Prazo de contestação por terceiros expirado	36	3,7
Portaria do Presidente do Inbra publicada	20	2,0
Desapropriação	32	3,3
Anulação dos títulos viciados	0	0,0
Demarcação física	0	0,0
TOTAL	984	100,0

Fonte: CPI-SP, agosto de 2010

⁵⁰ Pesquisando o orçamento do governo federal, o Inesc identificou, no período 2008 a 2010, seis programas e entre vinte e sete ações em 2008 e vinte e duas em 2010 destinadas especificamente às comunidades e organizações quilombolas. INESC, Orçamento Quilombola 2008–2010 e a maquiagem na titulação, Nota Técnica 168, Brasília, julho de 2010: 3

⁵¹ O governo Lula assinou 32 decretos de desapropriação para garantir a titulação de terras quilombolas entre 2008 e 2009.

⁵² Comissão Pró-Índio de São Paulo: www.cpis.org.br/terras

⁵³ Em 2004, utilizou 10% do orçamento disponível; em 2005, 12%; em 2006, 26%; em 2007, 23% e em 2008 somente 10%. Comissão Pró-Índio de São Paulo, Terras Quilombolas - Balanço 2009, São Paulo, 2010 <http://www.cpis.org.br/upload/editor/file/TerrasQuilombolasBalanço2009.pdf>

⁵⁴ A Ação de Inconstitucionalidade ainda não foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

⁵⁵ Amicus curiae é uma pessoa, entidade ou órgão, com profundo interesse em uma questão jurídica, na qual se envolve como um terceiro, que não os litigantes, movido por um interesse maior que o das partes envolvidas no processo. Fonte: <http://jus.com.br/revista/texto/7739/amicus-curiae>

das matérias torna-se evidente, sem qualquer preocupação com o velho verniz da imparcialidade jornalística. O foco são os processos de regularização fundiária movidos pelo Incri e a maior arma, a deliberada confusão em torno do conceito legal de remanescentes de quilombos.⁵⁶

O Observatório registrou mais de 60 reportagens contrárias publicadas ao longo de 2007. Em matérias com títulos como “Quilombos reais x quilombos suspeitos” e “É ou não é quilombo?” o telejornal de maior audiência no Brasil – Jornal Nacional da Rede Globo – questionou a identidade étnica de muitos dos grupos quilombolas que lutam por suas terras.

De forma geral, a imprensa acusou o governo federal de reconhecer comunidades como quilombolas sem critérios e extrapolar os direitos assegurados pelo Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal. Um dos alvos dos ataques foi o Decreto 4.887/2003 considerado muito permissivo, pois adota o critério antropológico da autoidentificação para definir quais comunidades são quilombolas. Vale esclarecer que tal critério é o mesmo que o utilizado na Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da OIT.

A profusão de matérias refletia a movimentação de diversos setores contrários aos direitos quilombolas, com desdobramentos no Legislativo. Naquele mesmo ano, o Deputado Federal Valdir Colatto (PMDB - SC) apresentou duas iniciativas que ameaçavam os interesses dos quilombolas:

- Projeto de Decreto Legislativo (PDC 44/2007),⁵⁷ para sustar a aplicação do Decreto nº 4.887/2003 e



- Projeto de Decreto Legislativo (PDC 326/2007),⁵⁸ que objetiva retornar a competência para titulação das terras de quilombolas ao Ministério da Cultura por meio da alteração do Decreto 4.887/2003.

A oposição à titulação das terras quilombolas por vezes é manifestada dentro do próprio governo. É o que ocorre nos casos das comunidades Marambaia (Rio de Janeiro) e Alcântara (Maranhão). Em Marambaia, os quilombolas enfrentam a forte oposição da Marinha, que mantém um Centro de Adestramento na área. Além de cercear o direito de ir e vir dos quilombolas, a Marinha recorreu à Justiça para tentar impedir a regularização da área em nome dos quilombolas. No caso de Alcântara o conflito é com o Centro de Lançamento de Alcântara do Comando da Aeronáutica (CLA)⁵⁹ instalado em

terras ocupadas pelas comunidades desde o século XVIII. Nos anos 1986 e 1987, os quilombolas de Alcântara foram vítimas de deslocamentos compulsórios promovidos pelo Centro de Lançamento. Entre 1986 e 1987, 312 famílias de 31 povoados tiveram de abandonar suas terras e se estabelecer em sete agrovilas, localizadas a vários quilômetros da costa marítima.⁶⁰ A aeronáutica prevê a ampliação do CLA, o que pode acarretar a remoção de mais 1.500 quilombolas.

A forte repercussão contrária aos direitos quilombolas motivou um recuo no posicionamento do governo Lula, que acionou a Advocacia Geral da União para definir novas normas para o processo de regularização das terras quilombolas. Alegando a necessidade de “dar segurança jurídica” aos procedimentos e evitar futuros

⁵⁶ OBSERVATÓRIO QUILOMBO/KOINONIA - Dossiê Imprensa Anti-quilombola http://www.koinonia.org.br/oq/dossies_detalhes.asp?cod_dossie=2

⁵⁷ O projeto encontra-se atualmente em apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Fonte: Câmara dos Deputados

http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=352032 [consulta em 05/08/2010]

⁵⁸ O projeto encontra-se na Coordenação de Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados.

Fonte: Câmara dos Deputados

http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=364358 [consulta em 05/08/2010]

⁵⁹ O CLA foi projetado para exercer as atividades operacionais de missões de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais. Possui também a função de execução de testes e experimentos de interesse da Aeronáutica.

⁶⁰ As agrovilas são administradas pela Aeronáutica de forma que os quilombolas não podem usufruir desses locais de maneira autônoma. Eles estão proibidos, por exemplo, de construir novas casas. Em função disso, os mais jovens não podem constituir família na mesma área em que seus pais vivem. Eles têm de ir morar nas periferias de Alcântara e São Luís. Ademais, os moradores das agrovilas enfrentam dificuldades para garantir a sua subsistência. As áreas são pequenas, têm solo impróprio para agricultura e localizam-se longe do mar, tornando difícil manter a pesca como uma atividade cotidiana. (ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara. Brasília: Ibama, 2006:55.

conflitos no judiciário, o governo Lula publicou, em 2008, a Instrução Normativa Incra nº 49/08 (republicada em 2009 como IN Incra 57/2009). Os principais problemas dessa norma apresentam-se no quadro da página seguinte.

É difícil aceitar que a motivação de tal mudança seja realmente aquela anunciada pelo governo. A medida parece ser, ao contrário, uma concessão aos setores que manifestaram forte oposição aos direitos quilombolas. Em outubro de 2009, o episódio envolvendo a publicação e revogação de mais uma instrução normativa do Incra ilustrou de forma clara como o governo federal está suscetível às forças contrárias aos direitos quilombolas e de que forma tal pressão repercute diretamente na definição de tais normas.

No dia 7 outubro de 2009, o presidente do Incra publicou uma nova

instrução normativa – a IN Incra nº 56/2009 – que removia diversos dos entraves da IN 49/2008. O avanço incentivado por funcionários da “coordenação quilombola” do Incra foi rapidamente contido, segundo eles, devido à pressão de setores que são favoráveis à manutenção dos entraves na política de regularização. Assim, 13 dias depois, a IN Incra nº 56 foi revogada e a norma de 2008 (a IN Incra 49) foi republicada como Instrução Normativa Incra nº 57, de 20 de outubro de 2009.⁶¹

A comparação entre o número de titulações efetivadas pelo Governo Lula e alguns governos estaduais que têm atuado efetivamente na matéria é uma clara evidência das consequências dos entraves impostos nas normas federais. Enquanto o governo federal titulou apenas onze terras, no mesmo período, o governo do Pará emitiu 27 títulos de

terras quilombolas, o do Maranhão 19, o do Piauí cinco e o de São Paulo três títulos. Os estados do Pará, Maranhão e Piauí adotam regras mais eficientes, que têm facilitado a conclusão dos processos administrativos.

Não há perspectivas de reversão em curto prazo desse cenário de retrocesso que pode agravar-se ainda mais com o julgamento da ADIN 3229 contra o Decreto 4.887/2003, o qual ainda não tem data agendada. Embora exista farta argumentação em defesa da constitucionalidade do decreto, não se sabe qual a visão dos ministros sobre uma matéria que, pela primeira vez, será tratada pelo Supremo Tribunal Federal. A incerteza quanto ao futuro do Decreto 4.887/2003 aumenta a insegurança e os riscos de retrocesso na garantia dos direitos das comunidades quilombolas.



Principais problemas das normas atuais

Dentre os principais retrocessos e entraves das normas em vigor (Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98/2007 e IN Incra 56/2009) destaca-se:

a) Desrespeito ao direito a autoidentificação – o direito a autoidentificação (garantido na Convenção 169 da OIT) vem sendo desrespeitado desde que a titulação passou a estar condicionada à “certidão de autodefinição como remanescente dos quilombos” emitida pela Fundação Cultural Palmares. Sem a certidão, o Incra sequer inicia o processo de regularização fundiária. Tal obrigatoriedade veio acompanhada de alterações nas regras de emissão da certidão, que antes era fornecida a partir da simples declaração da comunidade interessada. A partir de 2007, a Fundação Cultural Palmares passou a exigir a apresentação de “relato sintético da trajetória comum do grupo” e a prever a realização de eventual “visita técnica à comunidade no intuito de obter informações e esclarecer possíveis dúvidas”.

b) Entraves para a identificação do território – a norma que vigora desde 2008 tornou muito mais burocratizado e moroso o procedi-

mento de identificação do território, ao adicionar inúmeros tópicos de pesquisa ao relatório antropológico que integra o relatório técnico de identificação do território a ser titulado. A mudança foi criticada pelo movimento quilombola e também pela Associação Brasileira de Antropologia, que considerou a relação de quesitos “tão vasta quanto inútil”.⁶²

c) Restrições para convênios e contratações – a atitude do governo mostrou-se perversa no que se refere à celebração de convênios e contratos: além de burocratizar o relatório de identificação, inviabilizou a contratação de especialistas para a sua realização. Até então, a contratação de antropólogos e os convênios com universidades vinham sendo uma interessante estratégia para contornar as limitações do Incra em atender às demandas de elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). Na normativa atual, a contratação somente poderá se dar em caráter excepcional “em hipótese devidamente reconhecida de impossibilidade material” (artigo 10, §2º). A norma ignora as evidentes limi-

tações do Incra, que não dispõe de antropólogos em número suficiente para atender as demandas de relatórios antropológicos.

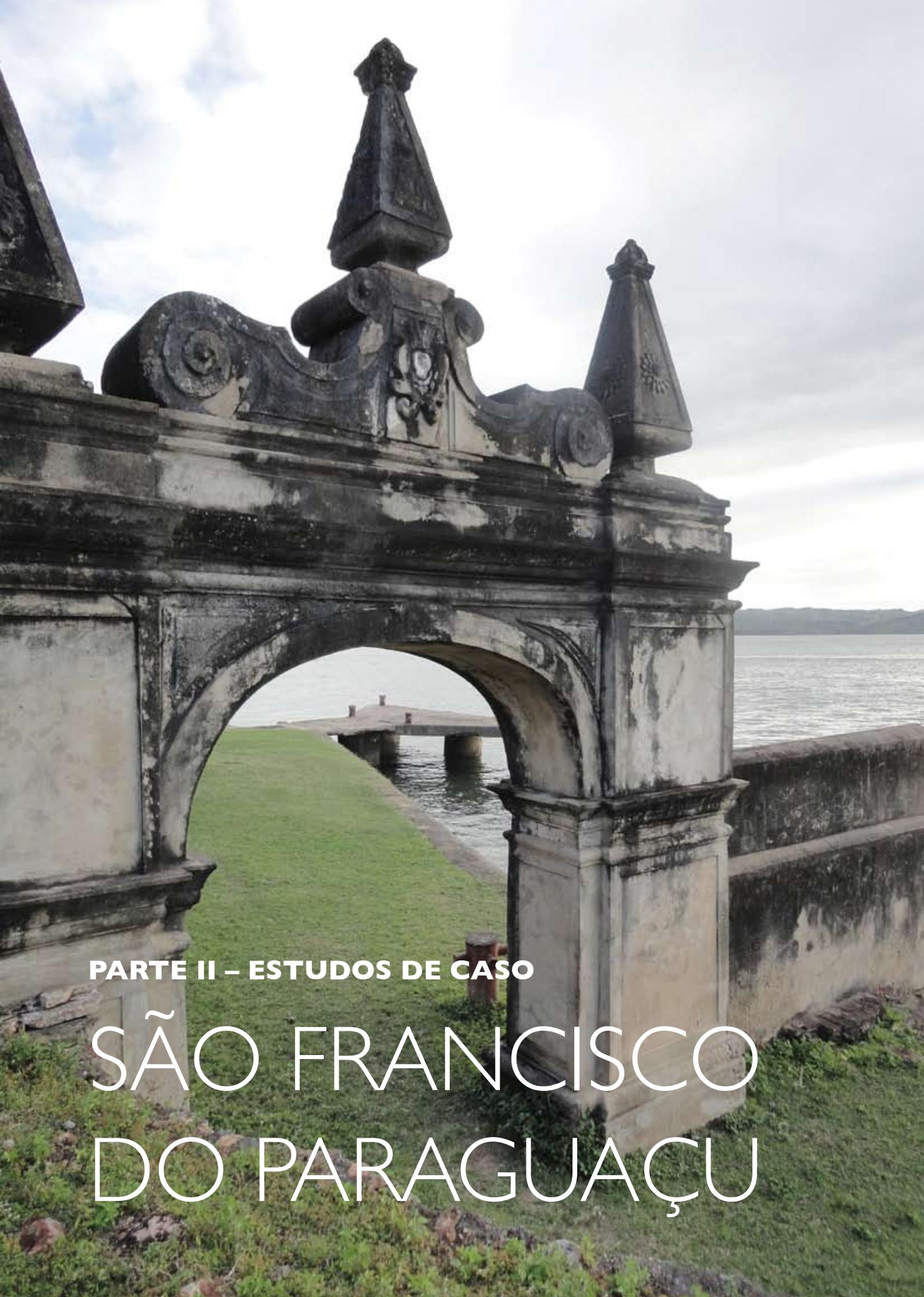
d) Aumento dos prazos para contestações e introdução do efeito suspensivo – após a publicação dos estudos de RTID no Diário Oficial e a notificação dos ocupantes e proprietários não quilombolas, é facultada a eles a possibilidade de apresentação de contestação ao relatório, que será apreciada pelo Incra. A etapa das contestações pode consumir até 270 dias (nove meses): são previstos 90 dias para a apresentação das contestações e mais 180 dias para o Incra julgá-las. Esse extenso prazo de seis meses é mais uma novidade introduzida em 2008. O prazo é preocupante, uma vez que, a partir de 2008, as contestações passaram a ser recebidas em efeito suspensivo, condição que não consta do Decreto 4.887/2003. Isso significa que, enquanto as contestações não tiverem sido julgadas, o procedimento de titulação deve ficar oficialmente suspenso.

Lúcia M. M. de Andrade
São Paulo, outubro de 2010

⁶¹ Comissão Pró-Índio de São Paulo, Terras Quilombolas - Balanço 2009, São Paulo, 2010 <http://www.cpis.org.br/upload/editor/file/Terras-QuilombolasBalanço2009.pdf>

⁶² Associação Brasileira de Antropologia “Carta de Porto Seguro. Sobre as posturas estatais diante das consultas formais aos antropólogos”, Porto Seguro, 04 de junho de 2008.





PARTE II – ESTUDOS DE CASO

SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU

I. Apresentação do local/região

Água, água, um mundo de água. É assim o Recôncavo Baiano, onde está a comunidade de São Francisco do Paraguaçu ou do Boqueirão.¹ Depois da viagem poeirenta

pela estrada esburacada e difícil, perde-se o fôlego com a beleza do imponente Rio Paraguaçu, à beira do qual está a comunidade. Região de mata atlântica e de manguezal, berçário de vida marinha e parte da Unidade de Conservação Reserva Extrativista do Iguape, São Francisco é uma das onze comunidades remanescentes de quilombo do município de Cachoeira, cidade histórica do Recôncavo Baiano.

O Recôncavo é a região geográfica em torno da Baía de Todos os Santos para onde foram trazidas milhares de pessoas africanas escravizadas para trabalhar com a cana-de-açúcar na época colonial; ainda nos dias presentes esse cultivo é uma das bases da economia da região. É hoje uma localidade com enorme influência africana (80,4% da população é negra), berço do samba de roda e referência para estudiosos da cultura afrobrasileira. É também uma região de crescente investimento imobiliário e turístico.

A maioria das 323 famílias do quilombo² vive, sobretudo, da pesca e da mariscação, mas também da agricultura familiar, em menor escala, e do extrativismo de piaçava, dendê, castanha, mel e cipós, com os quais fazem cofos, cestos e outros objetos de uso cotidiano. A maior parte das casas é de taipa, não há sa-

neamento básico e a estrada que liga a comunidade à sede do município é precária, o que muitas vezes impede a comunicação e o transporte. Existe apenas uma escola de ensino fundamental, o que se reflete no alto índice de analfabetismo entre os adultos. A maioria das famílias hoje tem acesso ao Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social.³

As comunidades quilombolas da região se articulam no Conselho Quilombola do Vale e Bacia do Iguape para lutar pelo direito à terra e ter acesso aos serviços públicos.⁴ O Conselho, atualmente integrado por 11 comunidades, conta com a parceria de organizações não governamentais, destacando-se a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador (CJP), a Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR). Como resultado dessa luta, os quilombolas conseguiram que o Incra desse início ao processo de titulação de diversos territórios quilombolas da região. No dia 22 de novembro de 2010, um desses territórios, o Quilombo de Salamina Putumuju, finalmente recebeu a titulação. Os demais encontram-se em tramitação no Incra, em processos demasiadamente lentos.



2. Apresentação da problemática

São Francisco do Paraguaçu é hoje um ícone para a luta quilombola no Brasil, pela violência que tem enfrentado no processo de luta por seus direitos territoriais. Ganhou visibilidade nacional em um episódio com a Rede Globo que apresentou São Francisco como “exemplo de quilombo forjado”.

Diferentemente da situação de Alcântara e da Marambaia, o conflito apresentado em São Francisco envolve treze fazendeiros

vinculados ao poder político local e estadual. São famílias que possuem muita força na região e que mantêm um discurso preservacionista contra a comunidade. Estão envolvidos também interesses de grupos estrangeiros na perspectiva de exploração turística da região. Há ainda a ameaça de instalação de um Polo Industrial Naval na Bacia do Iguape, com previsão de impactos negativos para a comunidade e seu território tradicional.

O conflito vem provocando a expulsão progressiva das famílias de seu território, por meio de ações judiciais possessórias e mesmo por meio da violência armada, tanto de jagunços como de policiais. Outra forma de violência é o cerceamento do acesso das famílias às áreas de extrativismo e ao mangue, de onde tradicionalmente tiram seu sustento.

Ele (o fazendeiro) não desrespeitou a mim e nem aos adultos, ele desrespeitou as crianças. Uma mãe de família com cinco filhos, na maré de março, seis horas da tarde, ela vai passar com os cinco filhos, com água no peçoço? Ela não passa. Ele botou a

¹ A comunidade vivia originalmente no quilombo Boqueirão, com o tempo, foi sendo “empurrada” para a beira do rio; daí originou-se o nome São Francisco do Paraguaçu.

² Fonte: <http://www.Incra.gov.br>

³ Dados do site do Incra, consulta feita em novembro de 2010.

⁴ Também participam do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista da Bacia do Iguape (RESEX do Iguape)

cerca lá embaixo na vaza da maré e disse "Aqui ninguém passa!", botou um cadeado lá. Botou cerca no mangue e tomou a estrada, fechou para os quilombolas não passarem.

Também houve destruição de roças, inclusive com ação policial, e proibição de plantar em áreas tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas.

Sou pescador, não sei ler, tenho 59 anos, tenho seis filhos, tudo criado, minha luta é da roça e da pesca. Veio 41 policial bem armado, tudo de fuzil, pra ver o quê? Os trabalhador de roça!"

Outra estratégia é a destruição intencional das roças por animais dos fazendeiros – uma ação recorrente em outras comunidades quilombolas.

O processo administrativo do Incra para regularização fundiária ficou parado por um ano e meio por força de decisão judicial em ação movida pelos fazendeiros. A comunidade vem sendo criminalizada judicialmente e na grande mídia e suas lideranças, ameaçadas. Vários processos estão correndo contra os quilombolas e muitos receberam intimações policiais, em situações para eles vergonhosas, ou foram coagidos com armas.⁵

Um efetivo de quarenta policiais numa comunidade tradicional quilombola é um horror pra eles! Eles falam: "Vieram com polícia, ver trabalhador!", que é uma pessoa que não tem tradição de ir à Polícia, que isso é uma vergonha, isso foi uma agressão muito grande pra comunidade! (Maria José, Assessora da CPP).

Duas dessas lideranças, seu Altino e Dona Maria, morreram em decorrência dos conflitos. Seu Altino morreu dois dias depois de chegar de uma peregrinação aos órgãos públicos em Brasília e em Salvador. Recebeu uma liminar que alegava que ele tinha apenas dois anos de ocupação da terra e, portanto, deveria ser retirado do local, quando, na verdade, aquela era uma terra que vinha passando de geração para geração em sua família, e ele tinha, sozinho, 53 anos de

ocupação. No dia seguinte do recebimento dessa liminar, ele faleceu de um ataque cardíaco fulminante.

Ele tinha mais de 300 anos na terra, vindo de geração pra geração, de pai pra filho. E de uma hora pra outra ele recebe uma liminar de dois anos na terra que ele criou os filhos, tem filho de mais de vinte anos. Isso aí deixou Seu Altino muito triste. Um homem que sempre viveu da terra dele, cultivou as plantaçaõ com as mão dele.

Doze dias depois, em decorrência de um derrame cerebral, faleceu Dona Maria, logo após receber uma intimação policial que vinha dirigida a ela nomeando-a por um apelido que ela detestava e que uma das fazendeiras, sabendo disso, sempre utilizava em público para provocá-la. Os dois eram pessoas extremamente importantes na comunidade, lideranças com estilos complementares – ele, reflexivo e calmo; ela, animada e cheia de força e energia.

Outro aspecto significativo do conflito foi uma reportagem no Jor-

nal Nacional da Rede Globo. Esta reportagem mostrou a comunidade de São Francisco do Paraguaçu como fraudulenta, como se forjasse uma identidade quilombola inexistente. Foi uma reportagem exibida no horário nobre no programa mais visto da rede de televisão de maior audiência no país, dizendo que ali não havia quilombolas, que tudo era mentira e que os supostos quilombolas eram depredadores da natureza.

Eles fizeram uma reportagem toda montada com pessoas ligadas aos fazendeiros, que diziam "Aqui nunca teve escravos." É impossível não ter escravo em qualquer canto desse Recôncavo Baiano! Também fizeram reportagem de uma outra área lá no Caibongo, onde o pessoal estava desmatando e vendendo madeira, e colocaram a imagem como se fosse S. F. Paraguaçu, e fizeram a relação disso com toda a mata que existia ali, dizendo que o interesse quilombola era aquele: traficar madeira. Colocaram a comunidade como criminosa, fraudulenta. (Maria José, Assessora da CPP)



⁵ As intimações vinham nos nomes das lideranças ou das pessoas mais destacadas da comunidade. Quando perguntados sobre a quantidade e a frequência das intimações, responderam que "todo mundo aqui já teve que ir à delegacia, parece que eles lá não fazem outra coisa a não ser intimidar os quilombolas" e que já tinham "perdido a conta" de quantas vezes isso tinha acontecido.

3. Período, tema da intervenção e situação inicial

Período da intervenção:
2005-2010

Tema: direito territorial

A assessoria direta da comunidade é realizada pela Comissão Pastoral da Pesca, por meio de dois representantes (Maria José, conhecida como “Zezé”; e Marcos). A AATR faz a assessoria jurídica com relação a questões territoriais. A atuação da CESE se deu de várias maneiras: apoiando diretamente ações do movimento quilombola local, apoiando o trabalho da CPP, realizando ações de articulação e de advocacy e apoiando projeto da Associação de Remanescentes de Quilombo da comunidade.

A CPP foi chamada a participar em 2005, quando a comunidade negra Salamina Putumuju, vizinha de São Francisco do Paraguaçu, com a qual mantém laços sociais e comerciais, origens comuns e histórias semelhantes, começou a ser considerada comunidade remanescente de quilombo. Nesse momento, a população de São Francisco do Paraguaçu começou a

reivindicar que eles também deveriam ser considerados comunidade remanescente de quilombo. Houve um trabalho de identificação e certificação de comunidades quilombolas na região, mas São Francisco não foi considerada como quilombola – segundo os membros da Associação, porque a pessoa encarregada da decisão fazia parte de uma das famílias de fazendeiros de lá. Mas as pessoas da comunidade queriam entender porque não tinham sido consideradas como tal e, como participavam da articulação dos pescadores, procuraram a CPP para mais informações. A partir dos processos de formação dos quais participaram, a população preparou o procedimento de solicitação de certificação à Fundação Cultural Palmares de forma autônoma, por meio de um abaixo-assinado para a Fundação. Todos sabiam que a certificação estava sendo buscada, mas talvez nem todos tivessem consciência de que isso significaria também uma reivindicação territorial. Essa reflexão se torna importante, pois, posteriormente, surgiram sete pessoas, de uma comunidade de aproxima-

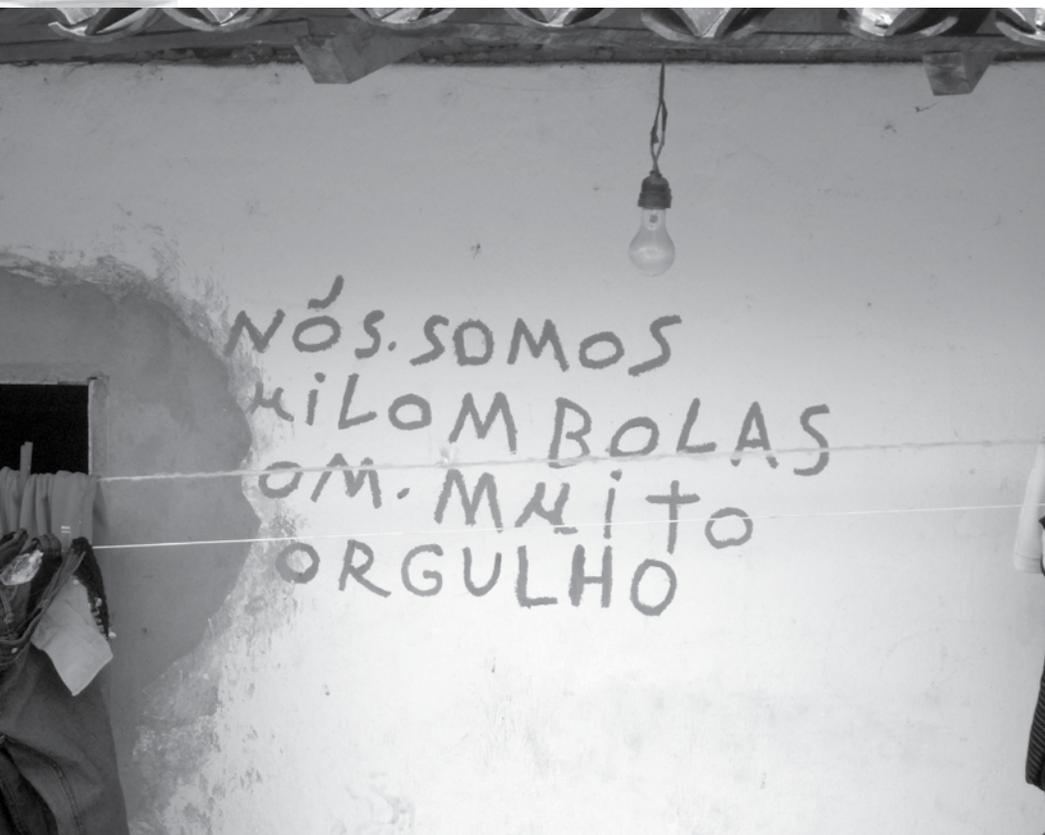
damente 350 integrantes, afirmando que eles não eram quilombolas e que se sentiam prejudicados pelos processos de certificação e de titulação. Essas pessoas são vinculadas aos fazendeiros, com os quais mantêm relações de dependência econômica ou de compadrio, com exceção de uma pessoa que entrou na lista por engano, assinou o papel sem saber do que se tratava, e que hoje integra o movimento quilombola.

A partir da certificação, os quilombolas sentiram-se livres para não mais pagar o arrendamento das casas e das terras aos fazendeiros. Estes tinham começado a impor mudanças nas áreas onde as famílias tradicionalmente plantavam, com a justificativa de que teriam que plantar em outro lugar, colocando diversos impedimentos.

Quando resolveram plantar em uma área coletiva tradicionalmente pertencente à comunidade, os fazendeiros entraram rapidamente com uma ação de reintegração de posse. Segundo os quilombolas, o mandado judicial veio acompanhado de dez policiais armados que procuravam por Seu Altino. Essa foi a primeira vez que a AATR foi a São Francisco, numa ação emergencial.

Os fazendeiros fizeram a reintegração tanto dessa área nova, coletiva, quanto de áreas antigas, que foram sempre plantadas pelas famílias, e aproveitaram para destruir tudo. Então o povo dizia: E a gente vai fazer o quê? A gente vive disso! A gente vai ter que continuar. Nós não temos como recuar” (Maria José, Assessora da CPP).

A partir desse marco, a luta da AATR foi deslocar a questão judicial da jurisdição local para a esfera federal. O juiz de Cachoeira, envolvido nas relações de poder locais, concedia reintegração de posse “sem sequer vir conhecer a área, baseado apenas nos fatos narrados pelos advogados dos fazendeiros,” que ameaçavam destruir mais roças da comunidade.⁶



O juiz tratava o caso como se fosse ocupação do Movimento Sem Terra, demonstrando desconhecer a lei quilombola. O primeiro passo da AATR foi considerar a justiça local incapaz para dirimir os conflitos e tomar decisões em uma área que, por ser quilombola, é de jurisdição federal.

Outro ponto crítico foi dar visibilidade ao processo policial, conseguindo que a Polícia Federal impedisse a Polícia Estadual de agir, “o que foi uma grande vitória”. Em 2005, o governo estadual ainda era “carlista”⁷ e a polícia agia de forma muito parcial, hospedando-se nas casas dos fazendeiros e servindo-os à paisana. Em 2006, com o novo governo,⁸ começou a haver alguma melhora. Os quilombolas avaliam que, se continuasse o mesmo governo anterior, os abusos não teriam diminuído.

Histórico do conflito judicial

- Fevereiro de 2006: fazendeiros entram com ações de reintegração de posse contra quilombolas, baseadas na suposta propriedade das terras e no arrendamento forçado. Governo inicia o processo de regularização fundiária da comunidade com visita do Inkra ao local.

- Meados de 2006: sete pessoas da comunidade pedem uma ação cautelar do judiciário, solicitando revisão do reconhecimento por não serem quilombolas e por estarem sendo coagidas a assumir uma identidade falsa.

- 2007: denúncias de falso quilombo na TV Globo e na grande mídia em geral. Processo de reconhecimento é paralisado por um ano e meio. FCP revisa o reconhecimento e o reafirma. Publica o

RTID, mas por causa dos conflitos no Poder Judiciário não notifica os ocupantes não quilombolas. Com isso, a contagem dos 90 dias para contestação do laudo não é aberta.

- 2008: as ações de reintegração de posse dos fazendeiros (quatro ações, ao todo) não foram paralisadas. Por isso, foi necessária maior articulação política e jurídica para dar suporte à comunidade.

- 2009: suspensão da medida cautelar, continuidade do processo de reconhecimento.

- 2010: à época do estudo, ainda não se sabia se o Inkra havia conseguido noticiar a todos os envolvidos, para então contar o tempo de 90 dias de prazo de contestação e passar para a próxima etapa, que é a de resposta às contestações.

A estratégia utilizada pelos fazendeiros foi utilizar pessoas de dentro da comunidade para criar conflitos com as lideranças e enfraquecer o movimento: a manipulação foi econômica e também afetiva. Para dar seguimento a essa estratégia, foram cooptadas seis famílias da comunidade que são as únicas que não se reconhecem como quilombolas, frente a outras 350 que se assumem como tal. Os fazendeiros procuraram relacionar o termo quilombola a pessoas que roubam terras, o que gerou muita revolta dentro da comunidade, composta por pessoas que prezam a sua honradez.

Chamaram os quilombolas, sabe de quê? De ladrões de terra! Meu irmão ali mesmo, foi chamado, na cara, de ladrão! “Vocês têm que sair das terras!”. Esse aqui já foi chamado de ladrão! Aquele também já foi chamado de ladrão! Aquele dali, oh, foi chamado de ladrão! Essa senhora foi chamada de ladrona!



Os fazendeiros dispararam então uma campanha “Não somos quilombolas!” colocando cartazes com esses dizeres nas portas das casas das seis famílias que não aderiram à identidade quilombola, mas também nas portas de muitas outras casas fechadas, não habitadas cotidianamente, sendo, em sua maioria, de veranistas. Assim dariam a impressão de que havia mais famílias aderindo à campanha do que de fato havia. Outros cartazes também foram vistos em casas não habitadas, com os dizeres: “Fora CPP, Xô Maria José e Marcos”.

Outro aspecto da estratégia dos fazendeiros foi se utilizar de políticas públicas ou benefícios que seriam voltados para a comunidade,

⁶ As ações de reintegração de posse foram utilizadas pelos fazendeiros como um dispositivo legal rápido e que se baseia em grande parte na credibilidade de quem faz a queixa. Para conceder uma liminar em favor da reintegração de posse, o juiz não precisa ouvir a outra parte, ou seja, os que estão acusados de tomar, por meios violentos, a propriedade alheia. Funcionou como um “cheque em branco” para que a polícia destruísse roçados quilombolas em várias áreas e não apenas naquelas que estavam sob liminar, já que esta não trazia descrição física exata de localização ou limites, e que os policiais eram guiados pelos fazendeiros. (Fonte: BONFIM, Joice Silva. A criminalização do movimento quilombola: reintegração de posse em São Francisco do Paraguassu. AATR, 2008).

⁷ “Carlista” – expressão para definir uma oligarquia política ligada a Antônio Carlos Magalhães, que foi governador da Bahia e senador da República durante vários anos, cuja forma conservadora, coronelista e truculenta de governar e cuja permanência quase vitalícia no poder criaram “escola”, alimentando interesses das oligarquias locais. Ser “carlista” significa ser da facção política vinculada a Antônio Carlos Magalhães.

⁸ Foi o ano em que o governo na Bahia mudou de facção, vencendo para governador o candidato do Partido dos Trabalhadores, depois de 40 anos anos de carlismo.

criando mais de cinco associações que disputam espaço e recursos. Essas associações, como a de “Moradores e Amigos”, por suas vinculações e relações políticas, conseguem receber alguns benefícios, como, por exemplo, o Ponto de Cultura, programa do Ministério da Cultura. Esta iniciativa foi instalada na casa de uma das fazendeiras, que é vinculada ao movimento ambientalista e que denunciou a comunidade como depredadora do meio ambiente. Ironicamente, esse Ponto de Cultura foi aprovado com base na história e na cultura da comunidade negra.

Os membros da Associação Quilombola acreditam que as famílias que não se reconhecem como quilombolas têm uma relação de subserviência com os fazendeiros e não aceitam sua própria identidade racial e histórica.

Acham que quilombola é coisa de negro, então eles que têm uma corzinha mais clara acham que não é quilombola. Se eles mesmos se autodefinirem que não querem ser, isso passa a ser um problema deles. Mas a nossa vontade é que eles vivam com a gente aqui dentro, porque são nascidos e criados.

Uma questão que acompanha todo o processo é o que acontecerá quando for reconhecida a titulação coletiva. Os quilombolas

não têm dúvida do direito ao reconhecimento, embora saibam que a luta é grande e o processo é longo. A intenção é que todos fiquem na área, “todo mundo junto porque somos todos parentes, descendentes de escravos, está tudo feito em ata e nenhum vai sair daqui de dentro”. São contrários apenas à permanência dos fazendeiros, “que quando chegaram aqui já encontraram nosso povo”. Os quilombolas esperam que o problema seja resolvido com justiça, que os fazendeiros recebam as indenizações a que fizeram jus e “deixem a gente em paz”.

Enquanto a AATR atuava na frente jurídica, a estratégia de articulação da comunidade e da CPP foi dar visibilidade ao que estava acontecendo junto aos órgãos públicos e à sociedade civil. O apoio e a mobilização dos parceiros foi fundamental, com destaque para a atuação da CESE⁹. Outro lado da estratégia da CPP foi aprofundar o debate na própria comunidade, fortalecendo a autonomia local para enfrentar a morosidade do Estado. Também nesse aspecto, o apoio da CESE foi fundamental na criação de um projeto de horta comunitária apresentado pela Associação.

Com o recuo do Incra no processo de regularização do território, a comunidade realizou uma série de ações de visibilidade e

cobrança, entre eles atos públicos, manifestações, debates, marchas, ocupação da sede do Incra em Salvador e idas a Brasília, até conseguirem ser recebidos pelo presidente da instituição, quando denunciaram o órgão por racismo institucional e exigiram providências imediatas para retomada do processo de titulação.

Situação inicial

Em 2005, iniciou-se a intervenção da CPP a pedido da comunidade para discutir a temática quilombola. Existiam então na comunidade pessoas vinculadas ao trabalho com pescadores, por ser esta uma das bases econômicas da subsistência local. No entanto, em termos de organização, tudo era ainda muito incipiente, com iniciativas individuais ou organizações realizadas artificialmente por políticos regionais, ou pelos próprios fazendeiros.

As pessoas pagavam arrendamento aos fazendeiros pelo uso das terras e pela moradia na vila e não desenvolviam uma reflexão sobre sua história e sobre sua identidade, desconhecendo seus direitos como quilombolas. Viviam um processo de expulsão ou de êxodo forçado para as cidades, por falta de perspectivas de trabalho na terra, já que os fazendeiros, a partir do direito de propriedade que impunham, determinavam mudanças arbitrárias nas áreas de cultivo das famílias, desorganizando-as e desestimulando tal atividade. Dessa maneira, as famílias possuíam acesso reduzido e limitado ao seu próprio território, vivendo uma situação de crescente desterritorialização.

A comunidade vivia uma situação de grande isolamento, tanto em termos geográficos como em termos políticos. Não tinham nenhuma experiência de luta política ou de mobilização social, participação em eventos, reivindicação junto a órgãos públicos, participação em reuniões, ou experiência em falar em público. Não possuíam organização própria, muito menos uma associação formalizada, e nenhuma experiência com negociação e gestão de projetos.



⁹Mais informações sobre esse tema no item “Contribuição da organização de apoio”

4. Mudanças significativas

Mudanças na vida e nas condições de vida

- Identidade, autonomia e autoestima

Na visita à comunidade, percebia-se claramente a afirmação da identidade quilombola nas casas pintadas com dizeres “Sou quilombola com muito orgulho”, nas camisetas com motivos quilombolas e no discurso. Para esta comunidade, o processo de reconhecimento foi a retomada e a valorização de sua história, de sua identidade racial e de sua ancestralidade. Uma mudança enorme em relação à situação anterior e que iniciou uma nova perspectiva de vida para a comunidade.

O quilombola vem de quê? Dos negros fujão, que não aguentaram o sofrimento nas usinas, então fugia. Aí chegou o reconhecimento desse grande sofrimento dos escravos, aqui no nosso país indígena.

A gente, todos, fomos nascidos e criados dentro do território. Aqui nossos avós, bisavós, tataravós, nasceram dentro desta terra, se criaram dentro desta terra, morreram dentro desta terra. E ficou agora os frutos para os que está aqui agora, em cima da terra. Somos nós.

Então chegou pra aqui esses fazendeiros e resultou botando nós pra fora de lá do Quilombo Boqueirão aqui pra de junto da maré. Em tapeação, eles plantando capim, plantando capim e botando gado, e tal, e tiraram nós de lá. Quando, agora, nós fomos procurar nossos direitos, aí encontramos nossos direitos como nós somos remanescentes de quilombos. Aí eles começaram com muito ataque, muitos conflitos, muitas ameaças, e a gente começamos nosso trabalho honesto.

- Maior valorização da história e da cultura.

Com a afirmação da identidade, as expressões culturais passaram a ser mais valorizadas e reforçadas, como parte da identidade etnicorracial.

- Conhecimento da lei, dos direitos e do funcionamento do Estado.

Esse conhecimento foi acessado por meio de formações realizadas pela CPP, como o curso de juristas leigos, mas também por meio de atividades de articulação e mobilização. A luta política serviu como processo de aprendizagem.

- Aproximação entre pessoas de diferentes religiões.

No processo de resistência, atos ecumênicos foram realizados e iniciou-se o debate sobre a união entre católicos, evangélicos e povo de candomblé.

- Autonomia no território, liberdade para produzir e para construir suas casas.

Realmente se assenhorear do próprio território. Então o território é nosso, é a gente que tem que cuidar, a gente não vai mais ficar submetida e isso fez com que eles consigam plantar mais, plantar com liberdade, não dividir mais a produção, ter acesso aos mangues, pegar a piaçava sem medo. Às vezes era proibido pegar piaçava, era proibido pegar o dendê... (Maria José, Assessora da CPP).

Esse aspecto é fundamental porque está relacionado com a sobrevivência das famílias e com sua relação com a terra, a qual, por sua vez, está na raiz da identidade quilombola e com o conceito de território como espaço de produção e de reprodução física, cultural e espiritual e não apenas de sobrevivência física. Para eles, a terra não é um bem para ser vendido, mas uma mãe generosa que alimenta e cuida.

Eles dizem ser donos e não reconhecem a nossa mãe natureza, ela é mãe de nós todos. Então cabe aos que sabem estudar reconhecer ela, porque sem ela não existe criação. Quando Deus fez o mundo, ele deixou a terra pra ela ser responsável de tudo o que nascer ela criar. Eu tenho uma fazenda com mil cabeças de gado, tenho mil tarefas de terra. Quem cria minha fazenda e meu gado é a terra ou é meu nome de fazendeiro? É uma falta de respeito à humanidade não entender o que é nossa mãe, nossa mãe-natureza. Se eu tenho minha mãe – minha mãe é muda – será que a Justiça

Brasileira dá direito a eu vender a minha mãe, porque é muda? É como a terra. Será que eu digo que vou vender a terra, porque ela é muda, ela não fala? Tudo isso está acontecendo no nosso país, no nosso mundo.

O sentimento de pertencimento é forte e as pessoas não se adaptam quando tentam a vida na cidade, ao serem expulsos pela falta de condições de sobrevivência, como foi narrado por um jovem que terminou seu depoimento dizendo:

A gente aqui está na boa, conhece todo mundo, todo mundo brinca com todo mundo, ninguém tem violência com ninguém aqui. E hoje o que o fazendeiro quer é ver coisas que eu vi lá na cidade. Tirar a gente daqui e levar pra cidade, pra quando chegar lá, ficar na mão da malandragem. É isso que o fazendeiro quer, mas isso, eu tenho certeza, isso não vai acontecer. Agora sim, quem vai sair daqui é eles e a gente vai ficar aqui, que nós somos nascidos e criados aqui na comunidade, isso daqui pertence à gente e a gente não vai sair nunca!

Outro aspecto que demonstra essa autonomia e tem reflexos diretos na vida prática das famílias é o não pagamento do arrendamento de suas casas, nem de suas terras, e o fato de poderem construir casas novas ou reformar suas casas na Vila.

Essas casas feitas aí é uma vitória nossa, uma vitória dos quilombolas. Isso aí tudo é uma liberdade, e vamos ter mais liberdade de agora pra frente. Só é a gente se unir mais e partir pra isso.

- Produção de horta coletiva agroecológica e gestão de recursos de projetos

Conseguiram apoio da CESE para um projeto de horta coletiva agroecológica, com o objetivo de melhorar a segurança alimentar e de reverter a falsa propaganda dos fazendeiros que os apresenta como depredadores do meio ambiente. A horta tem servido de fonte de renda, utilizada como um ponto de reunião e trabalho conjunto, e tam-



bém uma experiência importante de gestão de recursos.

Quando os fazendeiros estavam articulando coisas, ou dando terra a um ou arranjando trabalho pra um e pra outro, a horta comunitária também foi importante para aglutinar famílias empobrecidas a terem um projetinho e para a associação também se mostrar articulando uma ação direta (Maria José, Assessora da CPP).

A comunidade também obteve uma experiência semelhante com o Ministério da Pesca, no projeto para compra de canoas e outros equipamentos.

Mudanças do ponto de vista de equidade de gênero

- Participação das mulheres na luta

Não há um trabalho específico de gênero, nem uma identificação claramente delimitada de tratamento do tema, mas as mulheres, que estavam presentes em número equivalente ao dos homens na reunião convocada pela associação para tratar deste estudo de impacto, falaram sobre sua participação na luta. Uma participação relacionada com resistência, com reconhecimento da força da ancestralidade, com o trabalho cotidiano das mulheres no manguê, com a presença delas nos momentos de confronto com a polícia e de mobilização para enfrentamento da criminalização da comunidade.

Dona Maria, liderança feminina falecida em decorrência dessa luta, é um símbolo da força e da presença das mulheres em São Francisco do Paraguauçu.

A participação de nós mulheres nessa luta está sendo ótima! Nós participamos assim, já tivemos muitos confrontos, justamente porque a polícia veio aqui pra querer desmanchar roças, essas coisas, e as mulheres estão sempre junto, defendendo igualmente, de igual pra igual. Quando a polícia veio pra derrubar a nossa sede também, a gente ficou junto com o pessoal aí: era pra um, era pra tudo! Discutimos aí, enfrentamos a polícia, e, graças a Deus, foi tudo resolvido. A mulherada enfrenta. As mulheres chegou ali, meteu um bocado de pau ali no caminho, e disse pra eles: Vocês não passam!

Mudanças na organização e no movimento quilombola

- Processo coletivo e autônomo de organização

A formação da associação foi resultado da necessidade de um movimento oficial; mas um jeito próprio de se organizar sempre existiu. O avanço do processo de organização é considerado uma mudança significativa, porque antes “eram pessoas individuais geralmente articuladas pelo político” e agora “tem uma articulação comunitária dando passos frequentes de forma coletiva, na qual todo mundo opina, que tem

uma coordenação colegiada. Antes, as organizações que existiam, tipo de bairro, estavam sempre na mão do vereador ou do candidato...” (Maria José, Assessora da CPP).

Existe um processo coletivo de exercício da liderança, inclusive como forma de enfrentamento à criminalização. As intimações policiais vinham sempre em nome de algumas lideranças, mas o coletivo procurou encarar todas as situações como um grupo, desmontando a estratégia dos fazendeiros em criminalizar pessoas específicas, identificadas como as lideranças do movimento. Esse exercício gerou grande maturidade para o coletivo, que se faz representar em diversos espaços por diferentes pessoas, resultando em uma impressionante unidade de discurso e de ação. Todos se consideram parte e, portanto, representantes dessa luta, e assim se manifestaram durante as entrevistas para este estudo.

Uma demonstração dessa força coletiva foi a construção da sede da Associação Quilombola, realizada em mutirão, com trabalho voluntário de todos, “as mulheres ajudando, as mulheres também são as primeiras, elas escorraçou a polícia”. Esta sede, cuja construção tentou ser impedida pelos fazendeiros, foi derrubada três vezes e houve uma ação de reintegração de posse, que felizmente foi negada pela justiça, e é hoje um orgulho para a comunidade e um símbolo forte de sua identidade e resistência.

- Aproximação com outros quilombos e organizações da Bahia e do Brasil:

A participação coletiva em manifestações públicas e reuniões e, a preparação de pautas comuns foram uma grande ampliação de horizontes para a comunidade, um reforço para sua luta e para sua apropriação da identidade quilombola. Perceberam a necessidade de uma organização cada vez mais coesa e se afirmaram na luta por seus direitos, viajando para Salvador e Brasília, ocupando o prédio do In-cra, participando do Fórum Social Nordestino e de outras ações públicas. Houve também participação em várias reuniões e espaços de articulação de comunidades quilombolas na Bahia. Em novembro de

2009 foi realizado um Ato Público em Salvador, em apoio à luta de São Francisco do Paraguaçu. Os apoios externos reforçaram a participação interna e a visita da Defensoria Pública, do Incra e do Ministro da Igualdade Racial fortaleceram a comunidade.

As outras comunidades quilombolas da região foram muito solidárias e presentes na luta de São Francisco. A Conaq esteve no momento do episódio com a Rede Globo e fez a denúncia da situação. Mas, nas palavras da assessora do CPP, “causou uma certa frustração” por não continuar contribuindo para a inserção dos quilombolas de São Francisco na articulação em nível nacional. Esse comentário talvez reflita as dificuldades da Conaq, sua estrutura quase “virtual” com uma representação por estado, sua falta de financiamento e sua necessidade de atuar respondendo às questões imediatas do movimento.

Poder de influência sobre decisões que os afetam

- Rompendo o isolamento, articulando apoios e solidariedade e ganhando aliados para influenciar decisões

Toda a história desta comunidade baseia-se na luta por seus direitos, numa relação desigual de poder. No entanto, quando foram ganhando aliados, articulando e mobilizando a comunidade em prol de seus interesses, sua causa foi ganhando visibilidade. Este foi um processo de rompimento com o isolamento existente e de articulação política e social. As comunidades vizinhas se mobilizaram e estiveram sempre presentes no apoio à comunidade de São Francisco do Paraguaçu. Foi realizada uma ampla mobilização do movimento negro em Salvador, articulando diversas organizações e representações, inclusive em manifestações públicas. A questão de São Francisco passou a ser vista pelos grupos e organizações de defesa dos Direitos Humanos. Isso culminou com a visita do Ministro de Igualdade Racial, Edson Santos, à região. Com essa visita e a de outras autoridades governamentais, “algumas pessoas de fora da comunidade passaram a nos respeitar”, assim como pessoas da comunidade que não acreditavam na causa frente

à desigualdade da relação de poderes na região. A ocupação do prédio do Incra, as diversas cartas e manifestos, a reunião com o presidente do Incra, tudo isso foram momentos de ganhar um pouco mais de poder em relação às decisões que afetam seus direitos.

Muitos pensavam que nós não tinha uma autoridade ao nosso respeito. E naquele momento que o Ministro chegou aqui, muitas pessoas ficaram assim envergonhadas, no momento que o ministro chegou para se reunir conosco... Nós pudemos observar que muitos quilombolas se alegraram com aquilo. Houve uma devoção assim, que muitas pessoas não acreditavam, realmente, que o ministro estava naquele momento aqui. Aquilo deu muita alegria para todos. E uma tristeza para todos também que era contra, que procurava mentiras contra nosso respeito.

Mudanças na relação com o governo

- Diminuição do custo da publicação do RTID.

A publicação do relatório técnico no diário oficial, passo obrigatório para a regularização fundiária, tinha um custo entre 30 e 45 mil reais. Com o apoio do parlamentar Luiz Alberto, esse custo baixou para R\$500,00, segundo informação da CPP. Isso torna muito mais viável o cumprimento dessa exigência.

- Avanços em direção à titulação:

Estamos chegando mais perto do nosso reconhecimento, que por meio do nosso direito nós vamos caminhando, no dia-a-dia, de passo a passo, até chegar; pra sair dessa escravidão. Até hoje nós estamos vendo vitória pra nós. Porque o pé que dói é o que toma a topada.

- Acesso a políticas públicas:
 - Cestas básicas para famílias cadastradas – uma ação que permite que famílias comprovadamente em situação de extrema necessidade recebam alimentos básicos.
 - Merenda escolar diferenciada – uma das lutas dos quilombolas

e também dos agricultores familiares rurais em todo o Brasil é para terem merenda escolar diferenciada, com compra de produtos locais e respeitando a cultura alimentar local. As crianças quilombolas podem assim receber uma alimentação nutricional melhor e mais adaptada no período em que estão na escola.

- Instalação de Posto de Saúde na comunidade para atendimento básico.

- Escola e creche – embora existam esses dois serviços, a escola não é diferenciada, pois não trabalha o tema quilombo, mesmo tendo maioria de crianças quilombolas. Na creche, a orientação geral para as crianças foi para não dizerem que eram quilombolas. A Associação denunciou esse fato ao Estado e ao Município. No entanto, como há vários interesses envolvidos, a questão não avança.

- Serviços de seguridade social e de saúde por intermédio da Defensoria Pública.

- Projetos apoiados por órgãos de governo

- Compra de canoas e outros equipamentos, projeto financiado pelo Ministério da Pesca.

- Construção de uma casa de mel, financiada pela SEPRMI,
- em processo de aprovação à época deste estudo.

Mudanças na percepção pública sobre os quilombolas

O quilombo de São Francisco do Paraguaçu, ou do Boqueirão, ficou conhecido nacionalmente como o “falso quilombo”. Não se pode dizer que haja uma mudança de percepção da população em geral; o direito de resposta não garantiu o mesmo espaço da reportagem inicial. Mas tornou-se conhecido de todo o movimento quilombola e seus aliados na Bahia e no Brasil como símbolo de luta e resistência. Foram feitos vídeos, que estão na internet, como parte de uma estratégia de comunicação e visibilidade positiva da comunidade.¹⁰

¹⁰ Um desses vídeos é o “Maria do Paraguaçu”, feito em homenagem a Dona Maria, falecida em decorrência do processo de criminalização da comunidade.

5. Fatores de mudança

- Força interna da própria comunidade
- Articulação jurídica coordenada pela AATR
- Articulação política. Envolveu deputados, órgãos do governo, ONGs e movimentos sociais. Proporcionou a aproximação entre movimento negro urbano e movimento quilombola.
- Trabalho da assessoria e reflexão constante. Maria José (Assessora da CPP) define o papel da

assessoria como “fazer a leitura do que estava acontecendo e do que tem por detrás”. Apoio para a reafirmação do processo identitário e para conhecimento dos direitos de forma que a comunidade tivesse informação para “ter consciência do que estava fazendo e buscando”. Também apoiar a que a liderança do movimento não fosse personificada, de forma a criar processos sólidos coletivos.

Quando começam os conflitos,

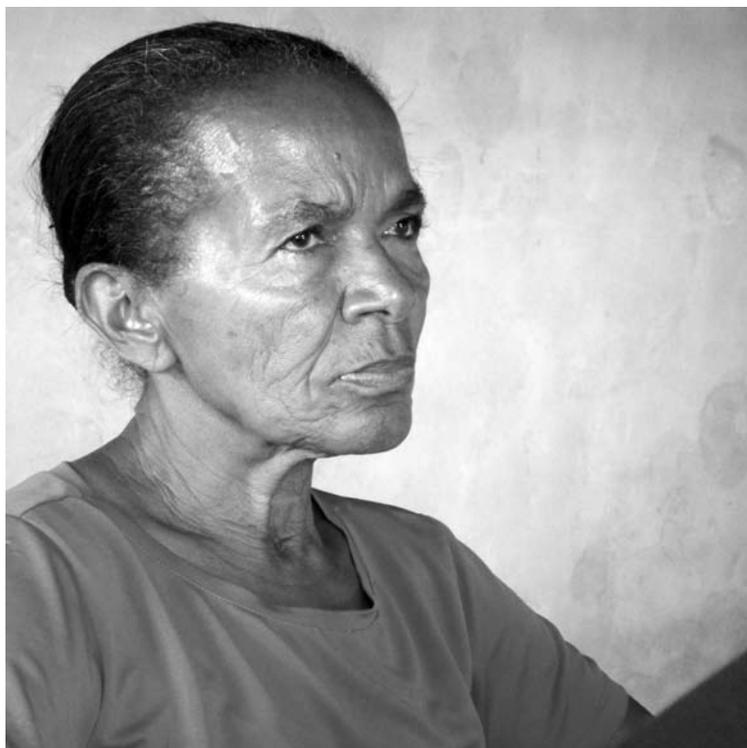
se não se garante um apoio à comunidade, num processo de reflexão da ação, isso pode possibilitar que a comunidade se auto destrua, entre num processo de confusão entre ela mesma, de não compreender todo o processo construído que está por trás daquelas outras pessoas da comunidade que estavam sendo ludibriadas e que de repente simplesmente identificaram os outros como inimigos. (Maria José, assessora da CPP).

6. Dificuldades e desacertos

O caso de São Francisco do Paraguaçu demonstra claramente a ação do racismo ambiental, que se manifesta nas relações desiguais de poder entre os atores desse conflito. Nesse embate, os fazendeiros se utilizam do artifício de criminalização da comunidade como forma de deslegitimar sua luta. Ao utilizar instrumentos como as ações de reintegração de posse, os fazendeiros procuraram se apoiar no aparato legal e jurídico do Estado não apenas para garantir seu direito à propriedade, em clara oposição ao direito fundamental da comunidade quilombola, mas sobretudo para desmobilizar e desacreditar a organização da comunidade.

Esse mecanismo foi ainda acrescido pelo papel dúbio de alguns dos fazendeiros, que ocupavam cargos decisórios ou de representação no governo de esquerda, e que supostamente estariam apoiando a luta quilombola. Outros fazendeiros são ex-prefeitos, vereadores, deputados e mantêm uma rede poderosa de influência na região, no estado e no país.

Outro campo que apresenta dubiedade e confusão é a suposta atuação ambientalista ou preservacionista de alguns dos fazendeiros, acusando a comunidade de desmatamento e destruição da natureza, rompendo uma certa lógica socioambientalista que



existe num pacto às vezes mais forte, às vezes mais frágil, entre ambientalistas e movimentos sociais desde a Conferência Rio-92. Quando o discurso ambientalista é usado contra as comunidades tradicionais – como acontece frequentemente contra as comunidades indígenas – o argumento é facilmente assimilado pela opinião pública, como no caso da Marambaia.

Um problema real é a existência de várias associações na comunidade, criadas por influência ou iniciativa externa de fazendei-

ros e políticos, o que enfraquece, confunde e divide. Tais associações, embora possam ter sua legitimidade questionada, possuem caráter legal e conseguem captar benefícios e recursos públicos para utilização de uns poucos. Vale ressaltar que a única com 350 associados é a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo, que receberá o título coletivo da terra ao final do processo de titulação.

Existem muitas dificuldades práticas para as ações de mobilização e articulação, mas todas

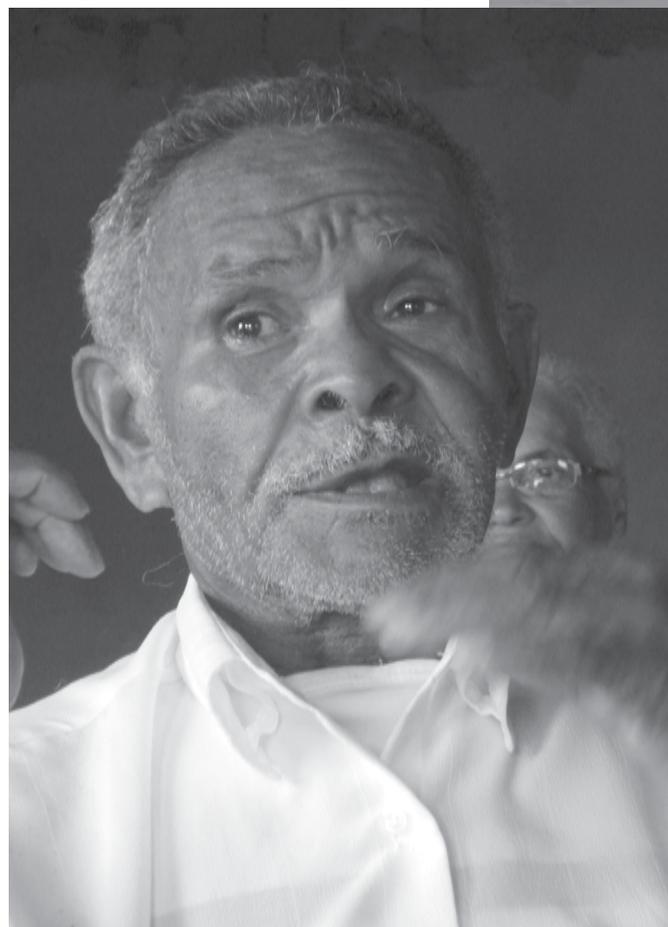
foram superadas pelo trabalho da comunidade e da assessoria e pelos apoios obtidos, com destaque para o apoio da CESE.

A morte de duas das principais lideranças abalou a comunidade, esmoreceu de certa maneira o movimento, mas, no entanto, foi encarada como motor transformador para seguir adiante. “O sacrifício deles não pode ter sido em vão”.

Vale ressaltar a falta de uma assessoria jurídica mais cotidiana, para ajudá-los a enfrentar os vários processos dos quais são réus, dentro da estratégia de criminalização a que estão sendo submetidos. Os fazendeiros realizam a estratégia de impetrarem muitos processos individuais e não contra a comunidade na sua coletividade. A AATR acompanha somente a questão territorial, o processo coletivo. Houve uma tentativa no sentido de que a Defensoria Pública realizasse essa tarefa. A princípio, tal papel não foi realizado, embora tenha

colaborado muito para que a comunidade acessasse seus direitos previdenciários e de saúde. Mas com o agravamento da situação vivida pela comunidade, com ações policiais ostensivas e violentas, a Defensoria nomeou um defensor público para acompanhar as intimações e os casos junto à Delegacia de Polícia, o que está começando a gerar efeitos positivos, embora ainda seja uma experiência recente.

Outra dificuldade enorme é a repercussão da grande mídia, que tem orquestrado um ataque contra os direitos territoriais das comunidades quilombolas no Brasil. São Francisco do Paraguaçu é uma comunidade símbolo nesse processo de desinformação. Tal problema ficou demonstrado na forma como se realizou o direito de reposta à reportagem da Rede Globo. Também nesse aspecto da comunicação, a CESE colaborou muito dando visibilidade à situação em seu boletim e em várias formas e instâncias de comunicação.



7. Contribuição da Organização de Apoio

A CESE buscou construir estratégias, divulgar e difundir as informações reais sobre a situação de São Francisco e viabilizou iniciativas que fortaleceram o processo de resistência da comunidade e da luta quilombola na Bahia e no Brasil.

Uma forma de apoio foi por meio da aprovação de pequenos projetos, com destaque para a participação de representantes de São Francisco no Fórum Social Nordeste, que foi uma forma de garantir ampla visibilidade, apoiar e valorizar a comunidade. O recurso restante desse projeto possibilitou uma série de reuniões entre as comunidades quilombolas e também entre as populações tradicionais para planejar o processo de articulação, possibilitando a construção de alternativas para acompanhamento da ADIN e participação em algumas mobilizações, como na abertura da Conferência Racial em 2009 e no ato realizado

no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, logo após a morte de Seu Altino e Dona Maria.

- A formação de juristas leigos da CPP, com a participação de três lideranças de São Francisco do Paraguaçu possibilitou maior compreensão dos direitos, da legislação, dos entraves e das possibilidades jurídicas existentes. Tal formação também possibilitou uma articulação mais sólida entre as comunidades quilombolas e entre pescadores do Recôncavo Baiano;

- O apoio ao projeto supramencionado da horta comunitária;

- Apoio ao projeto da Conferência Nacional da Pesca Artesanal, que possibilitou às comunidades quilombolas da Bahia a realização de uma audiência com o Presidente Nacional do Incra. A

partir desta audiência, as pautas quilombolas na Bahia começaram a ter mais atenção e o Incra começou a perceber de forma mais ativa as reivindicações e as demandas dos quilombolas.

- Ações de incidência, de comunicação, de intercâmbio e de mobilização, utilizando espaços da própria CESE, como a página web, seminários, encontros, visitas e intercâmbios,¹¹ articulação com outras organizações e participação no Ato Público em Defesa das Comunidades Quilombolas da Bahia, realizado em novembro de 2009.

Características da CESE que contribuíram para as mudanças e resultados

Tanto os quilombolas quanto a assessora da CPP veem a CESE

¹¹ Sean Hawkey, fotógrafo do Setor de Comunicação do Secretariado da Aliança ACT visitou o quilombo em agosto de 2007

como uma parceira dos movimentos sociais, à qual se pode recorrer para apoios de distintas formas. Zezé fala que a credibilidade da CESE foi muito importante na estratégia de visibilização positiva da situação de São Francisco, quando esta não somente apoiou as ações, mas também protagonizou algumas delas, abrigando por exemplo o lançamento do vídeo Maria de Paraguaçu.

No entanto, o destaque vai para o Programa de Pequenos Projetos. A CESE é talvez a única entidade com a qual a comunidade pode contar para obter apoio em situações de articulação e de mobilização. Projetos dessa natureza em geral enfrentam uma dificuldade real no momento de buscar recursos. A CESE, por suas características e sensibilidade, é talvez a única opção dos movimentos para apresentarem seus pequenos projetos em um cenário geral de retração de recursos.

O diferencial é que na CESE é mais fácil acessar esses recursos para processos desse tipo - de mobilização, de formação - a CESE aceita isso melhor. Imagina você conseguir isso com o governo! Você pode conseguir

um apoio pontual como um ônibus, por exemplo, mas apoiar essas coisas assim com uma noção de processo de articulação é mais difícil.

É também considerada muito positiva a possibilidade de realização de um pequeno projeto, como o da horta comunitária, a partir do qual aprendem a fazer gestão de projetos e a trabalhar com essa linguagem.

Outros atores e organizações com papel relevante

AATR – Assessoria jurídica na questão da titulação da terra e parceira em todas as articulações e mobilizações.

CDCN – Aglutinou um número significativo de entidades negras no apoio ao quilombo.

Deputado Luis Alberto - Defendeu a comunidade das ações ilegais da polícia. Foi um grande aliado nos momentos mais difíceis e perigosos. Conseguiu também reduzir o custo da publicação do RTID.

Defensoria Pública - Atuou na comunidade concedendo assessoria a ações individuais de seguridade social e articulações

com Secretaria da Saúde e delegou um defensor para acompanhar membros da comunidade na delegacia quando são convocados.

Incrá – Apesar de haver um grupo na instituição fortemente comprometido com a questão quilombola, o órgão foi denunciado pelos quilombolas da Bahia por racismo institucional, devido à excessiva lentidão de andamento do processo de titulação.

SEPPIR - Organizou uma audiência pública convocando as demais entidades, dentre as quais a FCP e a Defensoria Pública da União.

Conaq e Movimento Quilombola – Foi muito presente no momento do embate com a rede Globo.

CJP – Foi extremamente importante para garantir as articulações e a respeitabilidade.

CPT – Realizou seu apoio a partir de sua experiência de articulação.

Geografar – É programa da Universidade Federal da Bahia, presente e atuante nas articulações e mobilizações.

MNU – Com destaque para algumas lideranças, no processo de mobilização e articulação.





8. Principais impactos

Os principais impactos estão relacionados à própria continuidade da existência da comunidade (resistência), apesar do processo violento de criminalização e de racismo ambiental e institucional que vem enfrentando.

Avanços muito significativos na organização, com a consolidação de um processo autônomo e com exercício coletivo da liderança, possibilitando maior capacidade

de acessar o Estado e de mobilizar apoios e construir alianças para garantia de seus direitos e para acesso a serviços públicos que antes não chegavam à comunidade. Tais avanços possibilitaram também o exercício de mobilizar e gerenciar, de forma autônoma, projetos e recursos externos para apoio à melhoria de vida da comunidade.

Maior visibilidade da luta quilombola e ampliação da articula-

ção com outras comunidades e organizações.

A prática ecumênica aproximou pessoas de diferentes religiões, ao valorizar a religiosidade como valor central para a vida das pessoas da comunidade, sem cair nas armadilhas da intolerância religiosa, mas, ao contrário, conseguindo união a partir da busca comum por justiça social e pelo direito da comunidade à vida e à auto-determinação.





MARAMBAIA



I. Apresentação do local/região

A Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia está localizada no litoral de Mangaratiba (RJ), em uma área considerada de segurança nacional administrada pelo Comando da Marinha do Brasil, onde funciona o Cadim – Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia.

Distribuídas pelos dois pontos extremos da ilha, antigas casas de alvenaria e estuque, distribuídas por dez praias, abrigam aproximadamente 200 famílias quilombolas. A comunidade da Marambaia vive em harmonia com a Mata Atlântica, ainda bastante conservada no local. A pesca artesanal e a extração de moluscos são as principais formas de sustentação econômica da comunidade e a base da alimentação são o peixe e a farinha

de mandioca. É também muito comum a prática de coleta de alimentos e de matéria-prima para construção das casas e confecção de utensílios (cará da Angola, cipó, palha e bambu), além de material para fins terapêuticos. A agricultura de subsistência, principalmente de mandioca, cana e banana, também é praticada, mas nem sempre é possível manter o cultivo, uma vez que têm de dividir o espaço com os militares em treinamento.

A chegada à Ilha da Marambaia diz muito sobre a desigualdade de condições entre os militares e a comunidade. Logo do atracamento do barco da Marinha, ao cais de Itacuruçá, desembarcam, por ordem de patente, os militares da Marinha e, atrás deles, membros da comunidade quilombola, com suas trouxas,

balaios e sacolas. Começa então o movimento de embarque: primeiro os oficiais, suas famílias ou convidados, depois os soldados em treinamento. A um canto do cais, em fila, esperam as pessoas da comunidade. Um militar com uma prancheta vai verificando os nomes na lista previamente elaborada. Depois dos militares, suas famílias e convidados, entram os moradores; então, se há espaço, seus convidados cujos nomes estejam na lista. Caso não haja espaço suficiente, entram os que chegaram primeiro. Dentro do barco, há cabines separadas para oficiais e suas famílias e para o resto das pessoas embarcadas. Há também uma ordem indumentária: ninguém pode viajar de sandália nem descalço no barco da Marinha. E é essa a única forma de chegar à ilha.



2. Apresentação da problemática

Durante a escravidão, a ilha era mantida por seu dono, o Comendador Breves, como local de “engorda” e passagem de escravos, antes de serem vendidos para outras fazendas. Os atuais moradores contam que, pouco antes de morrer, o Comendador teria doado verbalmente toda a ilha para os ex-escravos que ainda permaneciam nela.

Na época Vargas, funcionou

ali uma Escola de Pesca, que ensinava a produzir pescado, fabricava gelo e alimentava um forte empreendedorismo ao seu redor, sendo considerada referência em todo o país e recebendo alunos de todas as partes. Muitos moradores guardam boas recordações dessa que costumam chamar de a “era de ouro” da Marambaia. Mas, com a morte do administrador responsável, o projeto acabou

se desarticulando e a escola foi abandonada.

Depois de passar por muitos administradores, em 1971 a instituição foi assumida pela Marinha do Brasil, que inaugurou, dez anos depois, o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia, Cadim, aproveitando a bela infraestrutura da antiga Escola de Pesca. Trata-se de um bonito conjunto arquitetônico, que ocupa cerca

de três quilômetros de praia, incluindo uma igreja e vários edifícios que funcionam como salas de aula e vivendas.

A partir de 1998, a Marinha iniciou diversas ações judiciais de Reintegração de Posse contra os antigos moradores da ilha, alegando que estes seriam invasores de terras da União e, em decorrência, alguns deles foram expulsos. Nesse mesmo ano, a Pastoral de Itaguai, da Igreja Católica, escreveu uma carta à Fundação Cultural Palmares denunciando as constantes ameaças e despejos feitos pela Marinha contra essas famílias, anexando um dossiê com muitas notícias de jornais locais. Tal dossiê deu visibilidade pública ao caso vivenciado pela comunidade e tornou-se a base para todos os trabalhos de intervenção e apoio na ilha.

Significado da Marambaia para a questão quilombola no Brasil

Para o Procurador do Ministério Público Daniel Sarmento, a Ilha da Marambaia é um caso emblemático para o Brasil, ou, em suas palavras, um “teste para o estado de direito” no país, porque coloca, de um lado, a comunidade quilombola e, de outro, as Forças Armadas – “o poder estatal em sua forma mais autoritária, o estado em sua faceta mais opressiva.” Segundo Sarmento, é um caso jurídico simples - “as normas jurídicas são muito claras a favor da comunidade quilombola” -, mas trata-se

de uma questão de poder:

[Essa é] Uma questão de honra para o Ministro da Justiça, para os comandantes da Marinha, uma questão que se tornou extremamente grave e que está envolvendo o primeiro escalão do governo. Um caso extremo, que galvanizou as energias todas daqueles que se opõem à causa quilombola, não só os militares, mas de outros segmentos do pensamento conservador.

Ele considera que o caso da Marambaia é um “laboratório” para toda a questão quilombola no Brasil, ao questionar até que ponto um grupo tão pobre, estigmatizado, é capaz de vencer o poder militar, que nessas situações se alia a uma série de outras pessoas?”

José Maurício Arruti, membro de Koinonia, antropólogo e professor da PUC-RJ, lembra que o caso da Marambaia está há anos na Casa Civil e que está no centro do questionamento do principal decreto que regulamenta a questão quilombola, por meio da ADIN 3229 (Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o decreto 4.887/2003). Nos dois casos emblemáticos (Marambaia e Alcântara), o governo tende a favorecer os militares, impondo barreiras e facilitando certos interesses por meio de Instruções Normativas (IN). Caso o decreto 4.887/2003 seja anulado, há um grande risco para toda a situação quilombola no Brasil, abrindo-se inclusive uma brecha para a

revisão de todas as titulações já realizadas, o que seria um grande retrocesso. Conforme aponta a ONG Mariana Criola¹², teme-se que os casos de Marambaia e Alcântara representem para os quilombolas o que foi Raposa Serra do Sol para os índios – a demarcação finalmente saiu, mas o processo trouxe uma série de retrocessos legais.



3. Período, tema da intervenção e situação inicial

Período da intervenção:
1999-2010

Tema: direito territorial

Koinonia começou a visitar a Marambaia em 1999, em função de um projeto de pesquisa individual de José Maurício Arruti, que pretendia realizar um levantamento de comunidades quilombolas no Rio. Essa pesquisa serviu de plataforma para se repensar o trabalho da instituição e culminou na criação da categoria

territórios negros e no programa que hoje é seu carro-chefe e engloba o trabalho com terreiros de candomblé e com comunidades quilombolas.

Na época, seis áreas quilombolas haviam sido reconhecidas no Rio de Janeiro pela governadora em exercício, Benedita da Silva. “Mas ninguém sabia, exatamente, o que significava remanescente de quilombos,” explica

Arruti.

A desinformação sobre a questão quilombola era geral – das comunidades, dos pesquisadores, de todos. O reconhecimento das seis áreas pelo Estado chega assim, como algo externo às comunidades: o estado cria uma categoria jurídica e administrativa – que é também política – e inicia-se um processo de afirmação de identidades. Mas

¹² Organização formada por advogadas, que trabalha de forma associada a KOINONIA com a comunidade da Marambaia.

era notável a necessidade de um trabalho com as comunidades para que, revisitando a própria história, pudessem compreender a dimensão da nova classificação e traduzir nela suas categorias nativas.

Mudança na perspectiva de intervenção – 1999

Nesse contexto, Koinonia adaptou a proposta inicial de mapeamento de comunidades para a mediação da relação Estado-comunidade no tocante ao processo “violento” de atribuição de identidade, facilitando o acesso à pesquisa e à informação qualificada sobre o tema.

Assim, a proposta de intervenção passou a ser mediar o processo de conhecimento – um objetivo “pedagógico”, envolvendo comunicação, pesquisa e pedagogia, com ênfase na produção de conhecimento e na difusão da informação. Marambaia foi incluída na proposta, pois havia ali uma demanda clara de construção de identidade e de fortalecimento da representação que a comunidade tinha sobre si mesma e sobre suas questões, e esse era o critério de Koinonia, conforme o princípio da autonomia.

Grupo de Trabalho Jurídico – 2000

Ao perceber a necessidade de se gerar conhecimento sobre o tema, Koinonia criou, em 2000, o Grupo de Trabalho Jurídico – uma rede de pessoas interessadas no tema quilombola - como uma atividade programática formativa. Esse grupo era formado por um conjunto de pessoas e instituições interessadas em se aprofundar no entendimento da questão quilombola a partir da prática, da vivência: membros da Defensoria Pública, do Ministério Público, de faculdades de direito e

a equipe de Koinonia. Os quilombolas das distintas comunidades eram convidados a compartilhar suas realidades e impressões com o grupo. “Isso foi muito bonito e muito educativo pra todo mundo”, afirmou Arruti).

Seminários Públicos e atividades de formação – 2001

Foram realizados dois seminários públicos sobre a Marambaia: um com o Ministério Público (MP) e a Sexta Câmara, em Brasília e outro no MP do Rio. Foi a primeira vez que as pessoas da comunidade falaram de sua questão em público fora da ilha. Em seguida, foi realizado outro seminário, na Defensoria Pública. Ao mesmo tempo, foram realizadas muitas oficinas com a comunidade e os quilombolas da Marambaia passaram a participar de vários outros espaços de formação, no Rio e em outras regiões do país. De 2000 a 2010 a comunidade também participou dos Encontros de Comunidades Quilombolas, promovidos por Koinonia e considerados tanto pelos participantes quanto pela assessoria como momentos privilegiados de formação.

Relatório e Laudo – 2002-2003

Por solicitação do MP, Koinonia preparou um relatório preliminar sobre a situação em Marambaia; e, a pedido da FCP, fez também um laudo antropológico. A elaboração desses documentos enfrentou alguns desafios, entre os quais a recusa de apoio da OAB e a proibição de entrada na ilha por parte da Marinha, sendo necessária a intervenção do MP para o prosseguimento da pesquisa. O laudo foi entregue em 2003 e questionado pela Marinha; ainda hoje continua a disputa entre

a Marinha e o Incra para validar ou não o laudo antropológico que compõe o RTID da comunidade.

Ação Civil Pública

Em 2003, o MP instaurou a Ação Civil Pública solicitando o reconhecimento da comunidade da Marambaia como remanescente de quilombo e a suspensão da derrubada de casas, expulsões e proibições impostas pela Marinha. A liminar da juíza suspendeu as demolições e expulsões dos moradores da ilha e solicitou que a FCP se pronunciasse sobre o reconhecimento dos ilhéus como comunidade remanescente de quilombo. No entanto, essa ação está paralizada até hoje, por intervenção da Casa Civil.

Campanha Marambaia Livre – 2006

Outro momento muito significativo foi a Campanha Marambaia Livre, quando se ampliaram as alianças entre várias ONGs e movimentos. A campanha foi planejada em um seminário realizado por Koinonia, com representantes das associações quilombolas e das entidades parceiras¹³ e lançada oficialmente no dia 30 de abril de 2006, durante um Ato Público realizado em Itacuruçá, que reuniu mais de 100 pessoas e representantes de cinco comunidades quilombolas do estado. Durante todo o ano, foram tomadas diversas iniciativas de pressão junto aos órgãos governo, culminando na ida dos quilombolas à Brasília, onde se reuniram com representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria Especial de Políticas Promoção da Igualdade Racial, da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Defesa e da Casa Civil e exigiram obter informações sobre o andamento do processo de regularização fundiária. Os principais resultados da campanha foram a mobilização de uma rede de apoio

¹³ Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR), Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), Coordenação Nacional das Comunidades de Quilombos (Conaq), KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, Projeto de Direitos Econômicos Sociais e Culturais da FASE (DESC/FASE), Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), CRIOLA, Centro Pelo Direito à Moradia Contra Despejos (COHRE), Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá (GDASI), Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP), Justiça Global, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), Comissão Pró-Índio de São Paulo, Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Grupo Tortura Nunca Mais, HUMANITAS - Organização para Direitos Humanos e Cidadania.

à Marambaia, composta por 18 organizações de várias partes do país, e a visibilidade que o caso ganhou na mídia, além da circulação de informação pelas redes de cada organização participante.

Situação inicial da comunidade

Quando Koinonia começou a atuar na Marambaia, o conflito com a Marinha já estava instalado, tendo sido denunciado pela Igreja Católica em um dossiê. A comunidade, no entanto, não estava organizada e a luta era travada de forma individual, por pessoas ou famílias. A Marinha tratava os ilhéus sem nenhum respeito e eles tinham pouca autonomia, sendo impedidos inclusive de reformar suas casas ou construir novas, para abrigar as famílias nascentes. O grande isolamento tanto físico quanto político da comunidade era um dos fatores que tornava mais fácil a atuação coercitiva da Marinha, por diversos meios, inclusive - extrapolando suas atribuições - intimando as pessoas a depor, num claro movimento de criminalizá-las, deslegitimando sua luta e rotulando suas atividades básicas de sobrevivência como atuações ilegais.

O medo era constante e a

pressão da Marinha estava de fato conseguindo expulsar algumas famílias da ilha. Esse êxodo forçado foi vivido por algumas pessoas, que tiveram dificuldades em se adaptar à vida fora da ilha. Desde antes da intervenção de Koinonia foram diversas as investidas da Marinha para impedir que a comunidade se organizasse. Entre as estratégias utilizadas, estavam o terror (atuação militar

coercitiva), o isolamento (a Marinha controlava, como ainda controla, embora de forma menos explícita, o ir e vir das pessoas da comunidade) e a cooptação. Esse terror se exercia de várias formas, desde a ação policial de intimidar e interrogar pessoas, executada irregularmente pela própria Marinha, até a derrubada de casas e a instauração de ações judiciais contra os moradores.



4. Mudanças significativas

Mudanças na vida e nas condições de vida

- Mais respeito por parte da Marinha; menos coação

Essa é a primeira resposta quando se pergunta sobre o que mudou. Dizem que hoje, mesmo com a arrogância da Marinha, que atua como proprietária da ilha e domina o direito de ir e vir das pessoas, a situação é muito melhor do que antes. Embora ainda relatem muitas cenas de coação, de terror, de perseguição, afirmam que hoje são mais respeitados, que a Marinha já não faz mais os “interrogatórios” que fazia antes e já os vê como pessoas que têm alguns direitos.

- Possibilidade de construir ou de reformar suas casas

Esse foi outro ponto realçado por todos. Os quilombolas conta-

ram vários casos em que a Marinha impediu que reformassem suas casas – velhas, de estuque, necessitando reparos ou ampliações; ou mesmo casos em que a Marinha derrubou casas que estavam sendo erguidas. Desde a liminar concedida a partir da Ação Civil Pública, já podem construir ou reformar suas moradias, mesmo que para isso ainda precisem solicitar permissão da Marinha e que essa permissão dependa de uma série de fatores, geralmente subjetivos. Mas há casas novas, casas reformadas e isso já é uma grande vitória.

- Terra: luta pela regularização. “Isso aí eu quero levar até o fim da minha vida. Alcançar meu objetivo que é a conquista da posse da terra” (Sônia). Essa é a maior luta citada por todos, sem exceção. No

momento deste estudo, estavam preocupados com a revisão dos limites da demarcação, solicitado pelo Inbra, já que não entendem o porquê da solicitação, uma vez que o mapa anterior (realizado à época do laudo antropológico) foi “bastante consciente. O que queremos continua ali. Não tem como mudar de ideia. Vamos reafirmar aquilo ali. A gente tem medo de que a tendência seja continuar a mesma coisa, do jeito que está, sem avançar” (Vânia).

- Apropriação e valorização da própria história

A gente vê os quilombos aqui do litoral e acaba descobrindo que todos eles, os antepassados daquele povo, passaram todos por aqui, pela Marambaia. Uns roubados da África e outros não roubados.

A gente veio descobrindo a história, fazendo parceria, fazendo amizade, conhecendo pessoas. (Vânia).

- Reconhecimento da identidade racial de povo negro

Os mais velhos tinham muita vergonha de falar nesse assunto. A luta e a vitória é (sic) como as crianças se assumem enquanto negras, porque os pais às vezes não se assumiam enquanto negros. Hoje mudou, mas a gente teve que começar do último, teve que começar pelos pequenos (Vânia).

- Jovens assumindo identidade quilombola

Esse é considerado um grande avanço, porque no início do trabalho, um jovem, ao ser entrevistado por Koinonia, disse que “eu não sou quilombola não; quilombola é o meu pai”. A estratégia foi trabalhar com a cultura. Hoje os jovens se orgulham de serem negros e de serem quilombolas. “A consciência mudou. Aí eu acredito que foi a melhor coisa que me aconteceu, ver isso nos meus filhos” (Vânia).

- Escola até a oitava série, com educador jovem nativo contratado pela prefeitura

Anteriormente a escola não

abrangia todo o ensino fundamental. Essa conquista foi resultado de uma luta. Houve um momento em que a escola chegou até a oferecer ensino médio, mas com a separação de responsabilidades entre estado e município, retornou-se ao ensino fundamental, que é do município. É muito positivo ter Nilton Carlos, jovem da comunidade e um dos diretores da Associação, atuando como educador nessa escola, buscando tratar temas da cultura e da identidade junto aos alunos.

- Mulheres: fortalecimento do movimento, da autoestima e cuidado de si mesmas

Na Marambaia, pode-se dizer que as mulheres sempre ocuparam papel fundamental e motivador na luta por direitos. Continuam sendo maioria nas atividades dentro e fora da comunidade, em articulações com prefeitura, com movimento quilombola, com outras comunidades. “Nós mulheres somos a maioria do movimento aqui”, afirmam. São elas que produzem as festas animadíssimas da comunidade, cujo ápice é a comemoração do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, que já é um evento na agenda regional. Há também as festas juninas e o aniversário da Arqmar.

em março. A época das festas “é a mais feliz para a comunidade, é quando mostramos nosso poder, mostramos que isso aqui é nosso”. São as que estão na frente de luta da associação, que teve uma mulher na presidência por duas vezes - Vânia Guerra, que hoje atua como articuladora da associação da Marambaia e também da Aquilerj (Associação das Comunidades Quilombolas do Rio de Janeiro). A responsável pela vinculação com a prefeitura também é uma mulher, Joeci. Com a participação no movimento quilombola, Vânia disse que aprendeu a valorizar o que a cerca e a amar-se mais. “Eu também pude olhar para mim. Tenho olhado mais em volta de mim, tenho admirado as árvores, tenho olhado melhor o que me cerca, amado melhor o que me cerca, porque é assim que eu vou aprendendo a me amar, eu sei que faço parte disso aqui”.

- Atuação dos jovens na associação e no movimento jovem

Há dois jovens na diretoria da associação atualmente, Nilton Carlos e Monique, mas consideram que, em geral, é muito difícil manter um movimento com os jovens na ilha e estimulá-los a estarem na Associação.

Nós da associação somos muito cobrados, o trabalho é pouco reconhecido, mas continuamos na torcida para que os jovens se lancem nesse trabalho, que é um trabalho comunitário, que a Marambaia precisa muito desse trabalho de jovens.

Muitos saem em busca de estudo ou de trabalho e não voltam. Há muita dificuldade para os que querem estudar: têm que tomar o barco da Marinha bem cedo, estar na escola durante as quatro horas do período letivo e ficar o resto do tempo perambulando, esperando, até as 18 horas, quando o barco volta. Às vezes o barco atrasa e então chegam em casa muito tarde, de madrugada.

- Criação do Grupo Cultural Filhos da Marambaia

Esse grupo envolve cerca de 20 pessoas da comunidade, com maioria jovem, e vem suprir a falta de lazer e de formação cul-



tural, sobretudo para os jovens. O grupo já se apresentou em vários eventos dentro e fora da ilha e as viagens representam uma oportunidade de conhecerem outras culturas e comunidades. O reconhecimento do público valoriza as habilidades artísticas e culturais dos participantes.

Mudanças do ponto de vista da equidade de gênero

- Mais oportunidade para as mulheres participarem

Com as oficinas feitas por Koinonia,

começou a ter mais compreensão entre esposa e marido, quem pode ir, quem pode ficar, mais conscientização dos homens e das próprias mulheres, quando um não ir, o outro ir, dar oportunidade para os dois (Sônia).

Algumas mulheres narram a estratégia de levar os maridos para as oficinas, depois para as reuniões, encontros, viagens, até que eles “entendem” e tudo fica “mais tranquilo” (Sônia). E afirmam que “aquí as mulheres participam mais do que os homens. É o contrário. A maioria dos homens é mais envergonhada para sair, pra falar” (Sônia).

Mudanças na organização

- Criação de associação comunitária

A Marinha utilizou todo um aparato repressivo, inclusive a instalação de inquéritos policiais militares, para coibir e assustar a população. Nas palavras do procurador Daniel Sarmento, usou “de várias estratégias para eliminar a associação ou para isolar seus líderes”. Ele teve que ir algumas vezes à ilha para garantir à comunidade o direito de criar sua própria associação, que a Marinha tentava impedir, “nunca de maneira explícita”, mas, por exemplo, por várias formas de cooptação, tais como a criação de uma cooperativa de prestação de serviços. Segundo Seu Naná, atual presidente da Associação, a Marinha antes “cooptava nós todos – todos! – hoje ela só consegue um ou outro. Nós aprendemos muito, muito!”

- Logros da Associação (Arq-mar):

- Distribuição de cesta básica

A partir de sua organização, a comunidade conseguiu acesso a esse benefício do governo, que chega via associação.

- Mais união, mais conhecimento dos direitos, mais consciência

O povo está mais unido, se unindo pra reivindicar os seus direitos. Coisa até que a gente não tinha antes. Com isso, a gente passou a ter mais conhecimento, e lutar por nossos direitos (Mara).

- Aumento do número de pessoas envolvidas no movimento

Com a associação a gente conseguiu trazer mais pessoas pra estar na luta (Sônia).

- Conquista de espaços

Tem um significado muito grande ter participado dessa luta, ajudado a comunidade a reivindicar seus direitos, conquistar espaço dentro da própria comunidade, e fora da comunidade também, foi muito importante (Nilton Carlos).

- Participação no movimento quilombola

Estamos em sintonia com esse movimento, nos encontros de que participamos fora da ilha, os contatos que nós temos, que às vezes é difícil de manter, mas quando podemos, nós mantemos esses contatos. Sabemos que a situação quilombola não é só na Marambaia, é em todo o Brasil e nós temos que estar juntos, unidos pra vencer essa barreira que tem contra os quilombolas dentro do país (Nilton Carlos).

- Primeiro projeto aprovado com gestão do recurso de forma direta

Projeto apresentado pela Associação e aprovado pela CESE para apoio à realização da Festa do dia 20 de Novembro de 2010.

– **Poder de influência sobre as decisões que os afetam**

- Maior articulação e ganhos em políticas públicas

O poder de influência dos quilombolas da Marambaia sobre as decisões da Marinha ou do Estado Brasileiro é muito pequeno, mas os avanços alcançados foram resultado de sua luta, com destaque para as mulheres. Houve avanços em relação a políticas públicas (ver item relação com governos) e conquistaram forte representação no movimento quilombola estadual (Aquilerj) e boa articulação com a rede que apóia a Marambaia. Mas, como frisa José Maurício Arruti, “seu discurso (de articulação, de conquistas alcançadas) não pode ocultar sua fragilidade. São muito frágeis!” Nas palavras de Vânia: “Nosso trabalho é quase impossível. A gente é que é madeira de dar em doido, pau de cerne”.

Mudanças na relação com o governo

- Alguns programas de governo agora chegam à comunidade

São eles: o Programa Saúde da Família, com um agente de saúde da própria comunidade; escola de ensino fundamental; empresa terceirizada da prefeitura de Mangaratiba, que mantém as praias e os caminhos limpos, gerando emprego e renda dentro da comunidade. Há também trabalho de assistência social na comunidade.

- Maior vínculo entre prefeitura e comunidade.

Uma funcionária, Joeci, foi contratada para fazer a vinculação entre a prefeitura e a comunidade, comunicando as demandas dos quilombolas.

- A questão da energia elétrica

A energia elétrica ainda não chegou à Marambaia, embora tenha sido uma das primeiras comunidades a se cadastrar no Programa Luz Para Todos. Uma ilha vizinha, por ser considerada “uma ilha livre”, onde há turismo, já recebeu o serviço. Logo após a visita de campo para realização deste estudo, no segundo semestre de 2010, os postes de iluminação começaram a ser instalados. No entanto, a chegada da luz elétrica trará outros desafios relacionados ao problema habitacional – a Marinha só aceita que se reforme ou

se construa casa de estuque, com esteios de madeira, por onde não se pode passar fiação elétrica.

- Informações do governo federal, de maneira geral, não chegam à ilha, ou chegam tarde, com dificuldades. Há um isolamento real sofrido pela comunidade. A avaliação de Vânia Guerra, articuladora externa da comunidade e participante da Aquilerj e da Conaq, é de que não existe vontade política do governo para que as informações, sobretudo as relativas aos direitos e especialmente aos direitos territoriais, cheguem à comunidade. “Não existe informação porque o governo não permite que a gente chegue até ela”.

Mudanças na percepção pública sobre os quilombolas

5. Fatores de mudança

- Resistência do povo da Marambaia

“Uma luta muito grande! Uma luta de quarenta anos, pra fazer uma casa! Pra ter a minha casa. Eu escolhi o lugar... Eu não tinha o direito e nem dinheiro, mas agora tenho minha casa” (Vânia). A luta pelas casas é um exemplo da resistência, demonstrado também pelo fato de que a população não foi embora da Marambaia, apesar de todo o esforço da Marinha para expulsá-los.

- Mobilização da comunidade

“Pra mim é uma luta que tem que ser constante. Não podemos parar. É gratificante poder lutar e eu não pretendo parar” (Sônia).

- Aquisição de conhecimento

“A gente ficou sabendo de leis. A sede de conhecimento é importante no ser humano. A vontade de conhecer, de saber tanto quanto aquele que está ali falando, é a forma mais fácil de não se deixar cooptar. É você mostrar que sabe” (Vânia).

- Divulgação da cultura

O trabalho feito pelo grupo Cultural Filhos da Marambaia ajuda muito na afirmação da identidade, na mobilização da comunidade e na resistência.

- Parceiros da sociedade civil organizada: existe hoje uma rede de apoio à Marambaia, construída com apoio de Koinonia.

Esse setor da sociedade civil organizada, com organizações socioambientalistas, conhece e apoia a luta da Marambaia. Segundo a ONG Mariana Criola, hoje a situação tem maior visibilidade, há listas de apoio, campanhas, tudo em decorrência do trabalho de Koinonia.

- Opinião pública em geral desfavorável.

Os principais meios de comunicação hoje estão contra a causa quilombola, que está mexendo com o interesse latifundiário, com os grandes proprietários de terra, aí o grande capital e as empresas de comunicação de massa se posicionaram contra (Daniel Sarmento).

O principal argumento utilizado pela Marinha para formar a opinião pública contrária à comunidade quilombola é de que iria “favelizar” a ilha e que os militares preservariam melhor o ambiente. Utilizaram esse argumento inclusive para tentar impedir a realização da festa do dia da Consciência Negra de 2009, cuja divulgação estava criando uma movimentação dos barcos de turismo de Itacuruçá, que vendem pacotes para levar as pessoas para a festa. Outro argumento criado muito recentemente é de que a área será reservada para a criação de um submarino atômico e, portanto, como trata-se de tema de segurança nacional, a comunidade não pode se tornar um impedimento.



6. Dificuldades e desacertos

Do ponto de vista da comunidade:

- Direito territorial negado: titulação não aprovada, proposta de demarcação questionada, RTID não aprovado.

- Êxodo dos jovens para estudar e trabalhar.

- Controle da Marinha: comunidade ainda à mercê da Marinha para transporte e para recebimento de vários serviços públicos.

Exemplo 1: não foi possível realizar o Projeto Cine mais Cultura da Secretaria de Cultura do Estado com o apoio do governo federal porque a associação não tem sede própria e não seria possível executá-lo na escola, porque o prédio pertence à Marinha.

Exemplo 2: um projeto de valorização da cultura a partir da escola, com as lendas, histórias e cultura de raiz da comunidade não pode ser realizado porque a Marinha impôs dificuldades para o uso de espaço e para as datas propostas. Segundo Nilton Carlos,

isso significa que eles não querem que a gente exponha a nossa identidade pra nossa comunidade e para outras pessoas que estariam participando. De alguma forma é um ganho, porque apesar deles dizerem que não nos reconhecem, mas se não deixam uma atividade nossa acontecer, eles afirmam que realmente a cultura da comunidade existe.

Exemplo 3: as correspondências passam pela Marinha antes de chegar às mãos da comunidade.

Exemplo 4: embora os trâmites para construção e reforma de casas tenham ganhado a liminar da juíza, se querem construir ou reformar suas casas os quilombolas têm que fazer uma solicitação à Marinha explicando o porquê; a Marinha emite uma Comunicação Interna e inicia uma tramitação cujos tempo e resultado podem variar muito.

Exemplo 5: a Marinha quer que a comunidade tenha um número fixo de famílias. “Ela quer fazer controle de natalidade? Se a gente ficar grávida de gêmeos, vai matar um? A



gente não manda na natureza...”

- Isolamento: a comunicação é feita via telefone celular e, como não há energia elétrica, não se pode carregar os telefones a não ser na área da Marinha.

- Estratégia da Marinha para desmobilizar a comunidade e o movimento:

A Marinha tem uma estratégia de regular o aperto na medida exata – é perfeito, porque eles têm o controle do território, o controle do fluxo de comunicação, então mantém os quilombolas na tensão perfeita para a própria Marinha. Porque quando a Marinha aperta muito, eles gritam e a gente se mobiliza e aí a coisa anda, tem uma ação civil pública, ganha. Todo mundo acha que a coisa foi, então a Marinha entra com uma ação por outros caminhos, enquanto afrouxa o aperto na ilha. Eles também se desmobilizam porque têm que trabalhar pra comer, não dá pra ficar mobilizados o tempo inteiro. A ADIN também está fazendo a mesma coisa que a Marinha, que é uma regulagem perfeita de desmobilização do movimento. Eles anunciam que vai ser votado, todo mundo se mobiliza, as agências arranjam passagem,

fazem reunião, conseguem falar com o Ministro do Supremo, e não entra em votação. Aí desmobiliza, mas todos os recursos já foram gastos... (Arruti).

- Falta de visibilidade: o movimento quilombola é antigo, só não tem visibilidade. Na interpretação de Vânia, o movimento é a própria resistência dos negros e nunca deixou de existir. No entanto, não tem visibilidade como a dos movimentos negros urbanos. “Minha visão é que o governo luta pra enfraquecer os movimentos e, principalmente, o movimento quilombola.”

Do ponto de vista da organização e da rede de apoio à Marambaia

- Desigualdade no campo da luta jurídica: a luta no campo jurídico para todas as comunidades quilombolas é desigual, com advogados das ONGs, geralmente recém formados, litigando contra os advogados das grandes empresas, muito mais preparados e bem pagos. Em alguns casos, o MP acaba assumindo essa função, mas muito aquém do que seria necessário frente ao número de

processos abertos contra os quilombolas.

- Falta de apoio para a comunicação entendida como advocacy, gerando ausência de recursos para potencializar as ferramentas (como o OQ) e para manter um trabalho constante de transformar

as denúncias e conflitos em notícia, o que tem efeito direto sobre a política pública, na avaliação de José Maurício Arruti.

- Dificuldade de apoio para manutenção da assessoria jurídica. As advogadas da Mariana Crioula procuram manter seu trabalho a

partir de pequenos projetos (ex: Fundo Brasil de Direitos Humanos, para a Arqmar contratar seus serviços), vinculando o apoio jurídico direto (acompanhamento dos casos) à formação em direitos, o que é mais favorável para conseguir apoio de fundos públicos.

7. Contribuição da organização de apoio e de outros atores

As estratégias de oficinas, trabalho pedagógico, produção de conhecimento e circulação de informações, intercâmbios e encontros, comunicação e advocacy, com os resultados já referidos;

Sempre vi Koinonia como a principal parceira do MP no Rio para a questão quilombola e tenho uma excelente avaliação de seu trabalho (Daniel Sarmento, Procurador do MP).

A Campanha Marambaia Livre foi muito significativa. Na avaliação de Vânia, gerou uma visibilidade positiva e outra negativa.

Ao invés da gente sensibilizar as pessoas que a gente mais precisava sensibilizar, o efeito foi o contrário. Devido a termos chamado atenção, acabou que boa parte do Brasil, descobrindo a beleza que é a Marambaia, e a falta também de conhecimento, ou de qualquer vivência, ou alguma outra coisa, fez com que várias pessoas se colocassem contra a gente, a favor da Marinha. É um discurso ambiental que a Marinha faz. Então foi quando a gente entrou com uma ação de racismo ambiental.

Koinonia nos fez nos enxergar, porque até então nós não sabíamos. A comunidade não achava que esse tipo de comunicação tinha valor, que precisávamos dela. Nós vivíamos aqui e pra nós, a organização militar aqui dentro era lei. Nós não tínhamos direito nenhum... isso no nosso pensar. Depois, com Koinonia, e com o Ministério Público, a gente veio saber. E também a nos sentir, viemos a nos integrar num meio que realmente era nosso.

Só de o quartel saber que Koinonia vigia, já é bom.

Rafael, Diretor Executivo de Koinonia, ressalta o trabalho de advocacy que foi possível fazer em

maior escala a partir de alianças (como a ACT) e da ocupação de espaços ou fóruns internacionais, ajudando a dar maior visibilidade à questão da Marambaia. “Várias vezes nós tornamos tema nacional em internacional na defesa da comunidade da ilha da Marambaia.”

Características da organização de apoio que contribuíram para as mudanças

- Trabalho “pedagógico” centrado na informação e na formação, a partir da pesquisa.

Essa característica do trabalho de Koinonia foi fundamental para o êxito da intervenção, para o fortalecimento da organização e da autonomia da comunidade e para a redução da repressão por parte da Marinha. A percepção do trabalho de assessoria como um “tradutor” de informações, fazendo com que cheguem “de forma compreensível e palpável” e circulem nas comunidades e entre elas.

- Encontros com outras comunidades, vinculação com movimento quilombola estadual e nacional.

Os intercâmbios, encontros e viagens foram muito citados como oportunidades ricas de fortalecimento do movimento. É importante que a realização de encontros e intercâmbios seja parte do processo de formação. “Esses encontros são de uma potência de geração de identidade fundamental” (Arruti). “Aprendi com eles a conhecer a luta das outras comunidades e trazer pra cá, levar as pessoas daqui pra ir conhecer e saber que o problema não é só aqui, que tem em outros lugares” (Joeci).

- Advocacy com ênfase na comunicação.

É essencial o lugar da comu-

nicação na estratégia de advocacy de Koinonia. Para apoiar a circulação de informações entre as comunidades e demais interessados (pesquisadores, militantes, ONGs, academia), foi criado o Boletim Territórios Negros, com tiragens iniciais de 500, chegando a 1200. Em 2005, houve a criação do portal Observatório Quilombola, ainda hoje referência para a militância, para a academia e para o governo, que busca ali as informações atualizadas sobre o tema, de acordo com depoimento de técnica do MDA citado por José Maurício Arruti: “O governo tem um clipping, mas quando a gente quer saber alguma coisa atualizada, procura no OQ”. A grande frustração é que o OQ nunca conseguiu financiamento próprio, apesar de sua relevância para o tema no país.

- Assessoria jurídica

A assessoria jurídica é fundamental para a mudança da correlação de forças entre quilombolas e Marinha no cotidiano da ilha. As advogadas da ONG Mariana Crioula entendem esse trabalho como um compromisso. A coerção utilizada pela Marinha era chamar as pessoas para um inquérito penal militar e os depoimentos eram considerados “prova” de que eram invasores do território da Marinha. Com o apoio jurídico in loco, o acompanhamento desses inquéritos pelas advogadas, o tratamento passou a ser “totalmente diferente”. Esse procedimento diminuiu e chegou a parar. Os momentos mais críticos foram a década de 90 até 2003, retomada em 2007, quando foi aprovada sentença favorável aos quilombolas na questão das casas: um casal construiu uma casa em quinze dias e a Marinha tentou interromper e derrubar a obra.

- Apoio do MP e de outros

parceiros

Foi essa rede, criada a partir do Grupo de Trabalho Jurídico e expandida com a Campanha Marambaia Livre, que permitiu dar visibilidade à situação e provocar mudanças no comportamento da Marinha. É também esse apoio que permite que o processo da Ação Civil Pública não caia no esquecimento.

• Princípio da autonomia

“Um dos princípios que nós temos no programa EBGÉ é primar pela autonomia do grupo, e isso quer dizer instrumentalizá-lo para que tome suas decisões e caminhe sozinho” (Ana Gualberto, Assessora de Koinonia). Nesse sentido, a primeira experiência da associação em gerenciar um projeto é fundamental, já que, para Ana Gualberto, “fazer a gestão interna me parece o maior desafio para as comunidades”.

Outros atores e organizações com papel relevante

Já que o governo não nos abraça como deveria ser, já que as leis que nos abrangem aqui não che-

gam, então a gente continua ainda precisando muito de Koinonia, de Mariana Criola, de todos os outros companheiros que sempre nos ajudaram, fazendo parte da Campanha Marambaia Livre, a gente precisa de todos eles (Vânia).

Ministério Público – com ação reforçada pela Constituição de 1988, o MP tem um campo de atuação de proteção de minorias no marco dos Direitos Humanos e criou uma expertise e uma trajetória de trabalho com a sociedade civil. Para o procurador Daniel Sarmiento, o ideal seria ter uma sociedade civil com estrutura jurídica forte, que pudesse prescindir do papel do MP, mas por enquanto ainda não é assim.

Movimentos Negros urbanos – São parceiros na medida em que falam de lutas comuns, embora tenham um enfoque urbano e não estejam conectados com a questão da terra e do território como foco central ou como vivência, segundo avaliações de Vânia e de Ronaldo, representante da Conaq e presidente da Aquilej.

Conaq – Coordenação Nacional de Articulação das Comunida-

des Negras Rurais Quilombolas. Existe uma proximidade física com o representante regional da Conaq para o sudeste, que é um quilombola do Rio de Janeiro; em algumas situações isso facilita a mobilização da Conaq junto à comunidade da Marambaia, assim como da Aquilej (organização quilombola de nível estadual), em cuja presidência está o mesmo representante da Conaq na região.

Políticas públicas, programas do governo – alguns programas estão chegando, como os de combate à fome, mas falta ainda muito – exemplo do caso da energia elétrica em Marambaia.

Mídia – a grande mídia defende abertamente interesses contrários aos dos quilombolas, tratando-os de forma pejorativa, criando notícias falsificadas.

Cooperação internacional – poderia colaborar mais em termos de advocacy dentro e fora do Brasil, contribuindo na formação da opinião pública brasileira e reforçando a visão positiva internacional desse tema como parte da luta por democracia e cidadania reais.



8. Principais impactos

A afirmação da identidade quilombola, com seus componentes étnico-territoriais e de relação com a terra e com o território, permitiu que a comunidade se fortalecesse para o enfrentamento da situação com a Marinha.

Neste caso, assim como nos demais, o próprio fato de a comunidade continuar existindo e resistindo frente a um ataque tão cerrado, é um grande logro e um indicador

de que o fortalecimento da comunidade e a articulação de organizações de apoio fazem valer o estado de direito, embora em situação de equilíbrio precário.

A organização da comunidade tem permitido o acesso a serviços públicos que antes não conseguiam acessar, embora isso ainda seja feito com dificuldade.

A vigilância e o trabalho de advocacy realizados por Koinonia e

também pelas demais organizações de apoio à Marambaia, com forte componente de comunicação, têm sido fundamentais para os avanços testemunhados na ilha. O mesmo pode-se dizer do fortalecimento da organização dos ilhéus por meio de processos de formação e de mobilização e articulação política, para que o direito fundamental dessa comunidade a seu território se torne realidade.



A tropical landscape featuring a calm river or canal. The left bank is lined with dense green trees and vegetation. The right bank has a grassy area with several tall palm trees and a brick building partially visible. The sky is blue with scattered white clouds. The text 'BAIXO SUL DA BAHIA' is overlaid in white, sans-serif font on the right side of the image.

BAIXO
SUL
DA
BAHIA

I. Apresentação do local/região

A viagem para o Baixo Sul da Bahia impressiona pela beleza da região, ainda com muito verde, uma exuberância de vegetação, cachoeiras e diversos portos nos seus braços de mar, lembrando pinturas pitorescas e bucólicas de paisagens rurais com água e barquinhos flutuando. Mas também impressiona pelo avanço das monoculturas, como a seringueira e o eucalipto e pelo crescente investimento turístico. O ponto de convergência do movimento quilombola na região é o município de Camamu, tradicional reduto da política carlista, recentemente substituída pelo Partido dos Trabalhadores, nas eleições municipais de 2009.

O Baixo Sul da Bahia é uma região de 7.168,10 km², composta por 14 municípios e com uma população de 321.139 habitantes, dos quais 46,24% vivem na área rural. Seu IDH médio é 0,63¹⁴. Nessa região há 43 comunidades quilom-

bolos reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares¹⁵. Este estudo abarca um grupo de 18 comunidades quilombolas distribuídos em quatro municípios, três deles localizados na Baía de Camamu.

A Baía de Camamu foi um dos portos do comércio de pessoas africanas escravizadas no Brasil e vinculadas a processos de produção principalmente de dendê e de cacau. Muitos nomes de localidades e de acidentes geográficos são de origem africana ou de origem indígena, indicando a veracidade das histórias de origem das comunidades, que se reportam à época colonial e reivindicam ascendências africanas e indígenas.

O Baixo Sul é uma região turística chamada “Costa do Dendê”, com uma nova estrada pavimentada que liga Salvador a uma das mais movimentadas praias da Bahia, Itacaré, conhecida internacionalmente. Essa nova estrada passa pelos territórios de muitas das 18

comunidades quilombolas com as quais Koinonia atua, nos municípios de Camamu, Igrapiúna, Nilo Peçanha e Ituberá. Em Camamu está a maior parte dessas comunidades (10); cinco em Ituberá, duas em Nilo Peçanha e uma em Igrapiúna. A produção desses municípios é basicamente dendê, piaçava, mariscos e produtos da agricultura familiar.

Entre as forças atuantes na região, as principais são a Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia (Amubs) e a Fundação Odebrecht, uma instituição civil sem fins lucrativos criada e subsidiada pela empresa construtora Odebrecht, que investe grandes volumes de recursos na região por meio do Programa de Desenvolvimento Integral Sustentável (DIS). Existe um protocolo de compromisso entre o governo do Estado, a Amubs, que reúne a força política dos prefeitos de todos os municípios da região, e a Fundação Odebrecht, viabilizando a execução do Programa. Há poucas ONGs atuantes em projetos sociais, entre as quais destaca-se o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop), e o movimento social tem sua base no sindicalismo rural.

Em 2010 a região foi classificada como um Território da Cidadania, política do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que implica maior priorização de recursos públicos federais – programas e projetos destinados a melhorar a vida das populações consideradas mais vulneráveis – por meio de uma gestão compartilhada pelo governo e pela sociedade civil. Esse espaço de disputa política é hoje muito importante para o Baixo Sul e para as comunidades quilombolas, pois é nesse marco que se decidem as prioridades de investimento dos recursos do Território. É um espaço de distribuição desigual de poder, no qual as comunidades quilombolas organizadas estão conseguindo ingressar.



¹⁴ Página eletrônica do Território da Cidadania do Baixo Sul

¹⁵ Fonte: site da Fundação Cultural Palmares, consultado em novembro de 2010.

2. Apresentação da problemática

Em 2006, iniciou-se um diálogo na região sobre as Comunidades Quilombolas ali existentes, com informações difusas, descontraídas, equivocadas. Agentes do poder público municipal começaram a procurar as associações das comunidades para que assinassem cartas auto-denominando-se quilombolas, sob a condição de que era necessário o reconhecimento por parte da Fundação Cultural Palmares para acessar as políticas públicas específicas para quilombolas. Para os governos municipais, essa possibilidade era muito mobilizadora, já que os recursos federais são municipalizados para

sua execução.

No entanto, as comunidades não entendiam o que estava acontecendo nem o que ou porque estavam assinando aquelas cartas. Conforme estudo diagnóstico de 2008 contratado por Koinonia, “o processo de oficialização da identidade quilombola foi deflagrado por agentes externos, com destaque para a Amubs e a Fundação Odebrecht, sem a devida participação da comunidade, causando desconhecimento e dúvidas” (Arruti, 2008).

Tendo ouvido falar do trabalho de Koinonia com comunidades negras tradicionais em Assembleia da

AATR (Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais/BA, parceiro institucional de Koinonia), o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Camamu (STR) procurou Koinonia para conseguir informações sobre Comunidades de Remanescentes de Quilombos. O STR é um sindicato forte, com uma tradição muito grande de luta pelos direitos dos trabalhadores rurais de Camamu; uma organização com grande capilaridade e credibilidade junto às comunidades. Koinonia iniciou então um processo centrado na informação para as comunidades e na formação de multiplicadores sobre o tema quilombola.

3. Período, tema da intervenção e situação inicial das comunidades

Período da intervenção:
2007-2010

Tema: Autorreconhecimento, direito territorial, políticas públicas

Koinonia iniciou sua intervenção no Baixo Sul em 2007, com o foco na formação de multiplicadores de 22 comunidades negras rurais que estavam querendo compreender o que significava essa novidade de “ser quilombola”. A intervenção de Koinonia foi baseada em cursos de capacitação, encontros de comunidades, seminários públicos, comunicação e advocacy. A metodologia utilizada foi a formação de multiplicadores, com produção de material didático específico, a cartilha sobre Direitos Territoriais; pesquisa sobre a realidade local e as políticas públicas na região; apoio às comunidades para formularem projetos de desenvolvimento local; formalização de parceria com o STR e o Sasop, que trabalha na assessoria a comu-

nidades de agricultura familiar. Esses dois parceiros davam a garantia de capilaridade e de presença constante na região.

O tema central da intervenção de Koinonia foi o Direito Territorial dessas comunidades. No entanto, para chegar a essa questão, primeiro foi necessário realizar uma discussão sobre identidade – o que significa ser quilombola, porque existe essa categoria e quais as implicações. Vale lembrar que a categoria quilombola foi criada primeiro juridicamente, na Constituição de 1988, e só quase dez anos depois começou a ser apropriada pelas comunidades. Em 1995 tornou-se foco de debate público, mas na região do Baixo Sul da Bahia o assunto chegou somente em 2007, quando as comunidades tomaram conhecimento do termo. “Quando ouvem a palavra pela primeira vez é com alguém dizendo que elas são quilombolas” (Arruti, entrevista, 2010). Há resistências desde o princípio com o próprio termo

“quilombola”, que historicamente é uma designação acusatória, e há a necessidade de se fazer o caminho da afirmação da identidade de maneira que as comunidades possam “traduzir” suas categorias nativas de autoidentificação com esta nova categoria. O descompasso entre a ação do Estado a partir de uma categoria jurídica e administrativa criada e a desinformação das comunidades é uma marca da relação Estado-Comunidades Quilombolas (Arruti, entrevista, 2010).

Outro grande debate promovido por Koinonia com as comunidades foi o de Identidade e Desenvolvimento: “Que desenvolvimento queremos?” Esse debate gerou um documento reivindicatório que foi apresentado pelas comunidades a representantes do poder público federal e estadual em seminário público, gerando compromissos de parte desses poderes. A memória com os compromissos assumidos nesse seminário foi publicada por Koinonia em livro, vídeo (visão das

¹⁶ Um fato a registrar é que no período de 2003 a 2005, os investimentos federais saltaram de R\$ 7 milhões para R\$ 67 milhões em ações de promoção da igualdade. Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Agrário destinou sozinho R\$ 82 milhões para o desenvolvimento dos Territórios Quilombolas. Esses investimentos crescem ao longo dos anos e passam a beneficiar várias políticas setoriais, como saúde, educação, desenvolvimento agrário e outros. Essa nova disponibilidade de recursos mobiliza os governos locais e estaduais que identificam na presença dessas comunidades novas oportunidades de acesso a recursos. (Denise Lima, 2009).

¹⁷ Esta organização e a AMUBS, constantes parceiros, parecem estar presentes em todos os espaços de decisão e nas políticas públicas sobre o município. Existe um protocolo de compromisso assinado pelo Governo do Estado da Bahia, Amubse Fundação Odebrecht, que estabelece um Plano de Ações em apoio ao DIS Baixo Sul (Arruti, 2008).

comunidades sobre desenvolvimento) e cartazes.

Os temas de saúde e direitos, incluindo direitos sexuais e reprodutivos e Hiv-Aids, assim como as questões referentes à intolerância religiosa e de equidade de gênero foram também trabalhados nas formações e seminários promovidos por Koinonia, que continua atuando no Baixo Sul da Bahia com uma ação específica voltada para o fortalecimento político e econômico das mulheres quilombolas.

Situação inicial das comunidades

Todas as comunidades quilombolas da região eram vinculadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e já possuíam associações de moradores ou de agricultores familiares no início da intervenção, mas

nenhuma com caráter quilombola. Muitas delas localizavam-se em regiões de difícil acesso, com estradas intransitáveis no período das chuvas. Na maioria dos casos, o apoio era fornecido pela Igreja Católica.

O acesso a serviços públicos era muito limitado: escolas de ensino fundamental, muitas delas com salas multisseriadas, e postos de saúde - nada mais. A grande maioria não tinha sequer luz elétrica, embora muitas já estivessem vinculadas ao trabalho de assessoria à agricultura familiar feito pelo Sasop.

A maioria tinha ouvido falar do tema quilombola por agentes seja da Fundação Odebrecht seja da Amubs, mas nada conheciam sobre a questão do autorreconhecimento, do significado da identidade quilombola e do conceito e

passos para regularização fundiária de seus territórios.

Em termos de cultura, algumas dessas comunidades mantinham vivas suas tradições, embora com dificuldades. Entre essas tradições, estão rezas, festas de santo, sambas de roda. No aspecto religioso, há uma forte influência da igreja católica, inclusive na formação de lideranças, mas também uma presença cada vez maior de igrejas evangélicas, em sua maioria neo-pentecostais. Aparentemente, não havia presença de religiões de matriz africana nas comunidades. Com o avanço do trabalho, tais religiões se manifestaram e se fortaleceram, contribuindo para o debate sobre a convivência harmoniosa entre diferentes religiões e para o enfrentamento do racismo vinculado às religiões afrobrasileiras.

4. Mudanças significativas

Período da intervenção: 2007-2010

Tema: Autorreconhecimento, direito territorial, políticas públicas

Para este estudo foram entrevistadas oito pessoas de comunidades distintas; duas comunidades foram visitadas e realizou-se uma mini-oficina com um grupo de 25 quilombolas, sendo 17 homens e 13 mulheres.

As respostas à pergunta a respeito do que havia mudado nos últimos quatro anos, a partir da intervenção de Koinonia, distribuem-se pelos seguintes campos:

Mudanças na vida e nas condições de vida

- Apropriação da identidade quilombola, aumento da autoestima, maior conhecimento

Em geral, as primeiras respostas são vinculadas aos aspectos da apropriação da identidade quilombola e do aumento da autoestima como frutos de um processo de conhecimento no qual eles foram os sujeitos:

Quando entrou o trabalho, foi um processo de conhecimento.



Ser quilombola não é um processo de cima pra baixo, é um processo de conhecimento. Uma realidade

que tem que ser debatida por a gente mesmo, para a gente ficar mais prático para resolver.

Mudou a autoafirmação, de quem eu sou, de onde vim, mudou o modo de ver uma comunidade quilombola, ver a pessoa como negro, e de estar liderando mesmo na comunidade, de estar buscando nossas políticas, a reparar tudo aquilo que nos foi arrancado. E mudou de modo geral o modo de pensar, o modo de viver como ser humano, de estar vendo na família os pontos positivos, dentro da comunidade, ver e respeitar os outros em cada determinado lugar.

Eu descobri, foi uma descoberta que eu tive, que foi me resgatar, resgatamento de autoconhecimento, de eu entender que sou uma das quilombolas, que moro numa comunidade quilombola. Eu não sabia, tinha medo de dizer que era quilombola, porque eu achava que por ser quilombola eu era uma pessoa que não tinha um valor, mas hoje eu estou descobrindo que a gente é muito valorosa. Isso foi um descobrimento muito importante de 2007 pra cá, um descobrimento que eu nunca pensava descobrir em minha vida! Demonstra na segurança, na coragem de você chegar na população e dizer que é quilombola, você ter seu auto-reconhecimento; saber também, quando as pessoas falarem em comunidade quilombola, explicar como foi que nasceu essa comunidade, porque nasceu, saber o resgate da cultura, das coisas que foram pra trás.

Logo quando surgiu essa ideia de quilombola as pessoas pensavam só em captar recursos, projetos – hoje aprendemos que ser quilombo não é isso, são valores de resistência. Não ter vergonha de ser da roça, de uma comunidade quilombola. Venho de um povo que resistiu, descendente de escravos...

Essa construção identitária tem a ver com a forma como as comunidades se apropriam de categorias criadas pelo Estado brasileiro ao reconhecer as diferenças. Quilombola é um conceito que provoca o que em antropologia se chama de “sobreposição de discriminações” (Arruti, entrevista, 2010), somando-se as questões de racismo e de negação do acesso à terra de populações historicamente discriminadas. O Estado, ao promover políticas de reparação, reconhece essa discriminação.

Levado a se posicionar frente a tratados internacionais como a Convenção 169 da OIT, por exemplo, o Estado brasileiro tem que avançar no reconhecimento da alteridade para além das populações indígenas. Cunha então o conceito de “populações tradicionais” – para Arruti, “uma espécie de indigenização das populações rurais brasileiras, que também está ocorrendo em toda América Latina” – e desenvolve uma política específica para essas populações. Quando as Comunidades Remanescentes de Quilombo surgem como sujeitos de direito, tocando nas duas grandes feridas nacionais, as questões do racismo e do acesso a terra e território, criam uma nova alteridade, uma expansão da alteridade indígena. Se a questão da alteridade no Brasil eram os índios, o grande problema nacional eram os negros (Arruti, entrevista, 2010).

- Ambiente mais livre para a expressão das religiões afrobrasileiras

Quando Koinonia começou a atuar no Baixo Sul da Bahia, buscou saber em que comunidades havia grupos religiosos de matriz afrobrasileira e não encontrou nenhuma. Começou a promover o contato e o intercâmbio entre as Comunidades de Terreiros de Candomblé com as quais trabalha em Salvador e as comunidades quilombolas do Baixo Sul e, como resultado, as pessoas de religiões de matriz africana nas comunidades do Baixo Sul começaram a se pronunciar. Viviam ocultas. Várias das pessoas entrevistadas falaram da importância de terem participado de encontros em Salvador com as comunidades de terreiro para romper preconceitos, compreender e vivenciar a tolerância religiosa e para compreender que há certos temas de luta em comum – por exemplo, o racismo.

Outra experiência narrada por jovens foi a participação na Rede Eumênica da Juventude (REJU), a convite de Koinonia, e a interação com os jovens do candomblé. Participaram de momentos de formação, de viagens e de seminários e isso proporcionou uma ampliação de sua visão sobre o candomblé, a par-

tir de uma vivência de jovem para jovem e da noção de direitos juvenis, dialogando sobre de que forma a violação desses direitos acontece na área urbana e na área rural.

Na primeira reunião para falar sobre Koinonia muitas mães de santo e pais de santo não foram porque tinham medo.

Hoje teve muita liberação, nessa parte. Os zeladores não têm mais preconceito e os protestantes também não estão mais como eram, deixando que “cada um pegue sua cruz e siga”. A tolerância melhorou muito, hoje o medo diminuiu. Antes a intolerância era mais. Pessoas que estavam escondidas, não usavam certas coisas, e hoje já usam, estão mais disponíveis.

Hoje temos um espaço mais aberto – todo mundo tem sua liberdade. Temos trabalho cultural, eu sou evangélico, mas temos todos os trabalhos; tem pessoa que bate candomblé lá na comunidade.

- O direito territorial é discutido nas comunidades e a questão territorial quilombola entra na agenda do poder público

O que mudou foi a inserção da questão territorial quilombola na pauta das comunidades e do poder público federal, estadual e municipal. Este tem sido o debate mais difícil e a situação com menos avanços concretos, sendo, no entanto, a questão central.

No Baixo Sul da Bahia a maioria das comunidades rurais são comunidades negras, com laços de parentesco e histórias de ocupação do território que remontam ao tempo da escravidão. A Baía de Camamu foi um grande porto de comércio de escravos africanos.

A luta pela terra na região levou algumas dessas comunidades, deslocadas pelas grandes propriedades, a se engajarem no Movimento Sem Terra, conseguindo finalmente acessar a terra por meio de Assentamento da Reforma Agrária – um formato de distribuição de terra por módulos familiares. Outras comunidades conseguiram títulos individuais de suas terras concedidos pelo órgão fundiário estadual. Outras ainda não têm titulação alguma, sendo que grande parte das terras que eram dessas

comunidades hoje foram “vendidas” ou tomadas por pessoas de outras partes do país (“sulistas”) ou por estrangeiros.

Há na região grandes propriedades de monocultura (a maior é a da Michelin, fábrica de pneus, que planta seringueira) e uma crescente especulação com vistas ao turismo. Como grande parte da produção das comunidades é baseada no extrativismo (dendê, piaçava, marisco), a perda ou diminuição do território, ou o impedimento de transitar em áreas de coleta, é um problema que vem se agravando.

Em 2007, as comunidades não identificavam a questão fundiária como um problema. Hoje já não é assim. A pressão da especulação aumenta, ao mesmo tempo em que o debate sobre o direito territorial quilombola divide opiniões entre as pessoas das comunidades. Ao se declarar quilombola, a comunidade passa a ter acesso ao Incra para iniciar o processo de titulação coletiva de suas terras. Esse é um processo longo e moroso, mas é o passo necessário para a garantia do território da comunidade. O problema, no entanto, reside no caráter coletivo da titulação – o título sai em nome da associação quilombola e a terra não pode ser vendida nem parcelada. Muitas pessoas das comunidades quilombolas têm medo desse tipo de titulação.

O medo de perder a terra ainda é forte – o tema da demarcação ainda é problema, e grande. Tem pessoas que entende, e outras que não quer participar.

O assunto da demarcação está sendo discutido, ainda tem gente que diz que não porque vai voltar a ser escravo.

O assunto da terra é uma coisa muito crítica, porque a gente sabe que todo o tempo a gente foi explorada, e que as pessoas nunca gostou do negro ter terra. A minha própria comunidade é uma comunidade de luta, é um assentamento que foi a primeira luta por terra, o primeiro assentamento aqui de Camamu, e essa terra hoje ficou um pouco abandonada. Hoje a gente vê os moradores de lá, eles não conhecem o valor que tem a terra, que a terra nunca foi feita pra vender, ela foi feita pra ser cultivada, não negociada, e eles vendem. E a minha preocupação é que essa comunidade é quilombola, e às vezes a gente mora naquela terra, e depois alguém pode vender a uma pessoa, e ser prejudicada a comunidade toda.

A dificuldade é que ainda tem uma dúvida das comunidades, que é o seguinte: ainda tem muitas comunidades que as terras estão todas já tituladas. Esse título foi dado pelo governo do estado. E hoje existe um receio nas associações das comunidades dessa terra ficar presa aqui, só vai ter um

documento, e amanhã ou depois ter alguns problemas dentro da comunidade, porque até hoje essa comunidade não tem nenhum problema. E depois que esse documento passar a ser gerido pela associação, a gente fica em dúvida que venha a ter alguns conflitos. O objetivo é porque ali, como o Incra fala, e o CDA, não pode vender aquelas terras. Então ali vai ficar de geração para geração. Ninguém sabe a próxima geração qual a união que vai ter, porque uma geração é uma coisa, e nova geração já é outra, já vem com um pensamento diferente.

Mudanças do ponto de vista de equidade de gênero

- Maior empoderamento das mulheres quilombolas

Hoje existe um grupo de mulheres quilombolas que estão se organizando, com o apoio de Koinonia, para maior participação em espaços políticos de decisão e para melhorar suas condições de produção, especialmente o artesanato. Esse grupo faz parte da Rede de Mulheres Produtoras do Baixo Sul, criada em 2009. Os depoimentos dessas mulheres denunciam que ainda há muita desigualdade nas relações de gênero, mas narram também como elas estão se empoderando para mudar essa situação. Uma evidência de mudança é o fato de existirem hoje três mulheres presidentes de associações de comunidades quilombolas e duas articuladoras do movimento de mulheres que são multiplicadoras quilombolas formadas por Koinonia. Uma ação que merece destaque foi a vigília contra a violência à mulher, realizada em outubro de 2010 pela Rede de Mulheres, em Camamu.

Mudanças na organização e poder de influência sobre as decisões que os afetam

- Criação de Comissão de Comunidades Quilombolas para dialogar com poder público

No início da intervenção de Koinonia, em 2007, a organização à qual as comunidades negras rurais se vinculavam era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Com o trabalho de formação sobre iden-



tidade quilombola, as comunidades se organizaram em uma Comissão de Comunidades Quilombolas, passando a representar seus interesses junto aos poderes públicos e a outros atores a partir de 2009. As comunidades se queixavam de que o poder municipal cadastrava as famílias para receberem benefícios das políticas públicas específicas, desconsiderando se eram ou não quilombolas e o debate que a comunidade havia feito até então. Em reação, criaram uma Comissão para dialogar com o poder público. Hoje fazem parte do Conselho Estadual Quilombola, criado em 2010, que reúne comunidades quilombolas de toda a Bahia.

- Autonomia frente às tentativas de cooptação

Por outro lado, o IDES (Instituto de Desenvolvimento Sustentável, ligado à Fundação Odebrecht e à Amubs) lançou uma proposta de criação de uma única associação guarda-chuva que abrigasse todas as associações de comunidades quilombolas, com a função de representá-las em todos os níveis nas relações com o poder público, inclusive de captar e gerir recursos e projetos em nome dessas comunidades. Aquelas com as quais Koinonia trabalha, porém, não aceitaram entrar nessa associação-mãe, sendo muito assediadas e criticadas por isso. Essa foi mais uma razão pela qual preferiram instituir uma representação própria, tornando-se referência em toda a região.

- Autorreconhecimento e mudanças nos estatutos das associações

No campo administrativo e jurídico, essas comunidades solicitaram o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, já com o entendimento do que isso significava. A partir daí, mudaram os estatutos de associações de moradores ou de produtores rurais para associações de comunidades quilombolas, o que é um dos primeiros passos para avançar na questão da titulação da terra. À época deste estudo havia 43 comunidades certificadas pela FCP como quilombolas na região e pelo menos outras dez aguardando esse reconheci-

to. Dessas 43, aproximadamente 10% já estavam organizadas em Associações de Comunidades Remanescentes de Quilombo, o que é fundamental para se avançar tanto na questão fundiária como nas políticas públicas. Nesse universo, menos de 5% tinham dado entrada em processos de regularização fundiária no Incra.

- Participação no Conselho Estadual Quilombola e no Colegiado do Território do Baixo Sul

A participação no Conselho Estadual Quilombola ofereceu aos quilombolas do Baixo Sul a possibilidade de se articular com seus pares em toda a Bahia e de participar de diferentes situações da luta dessas comunidades, visitando outras regiões, conhecendo situações diferenciadas e dialogando entre si.

Um importante espaço político conquistado foi o Colegiado do Território do Baixo Sul. Ao abrir esse espaço de participação, os quilombolas ingressaram na disputa política para definição de prioridades para os recursos do Território.

- Criação de Eixo Quilombola na estrutura do Território da Cidadania

A criação de um Eixo Quilombola na estrutura do Território foi outra grande conquista da organização dessas comunidades e reflete o reconhecimento público que passaram a ter. A importância da criação desse eixo reside no fato de que o planejamento do Território no momento de priorizar as ações a serem executadas com recursos do governo federal, é feito a partir dos eixos temáticos.

- Criação de setor específico quilombola dentro do Sindicato de Trabalhadores Rurais

Outro espaço muito significativo foi a criação, dentro do STR, de um setor específico para tratar do tema quilombola. Isso é muito importante, considerando que historicamente os sindicatos não têm esse tipo de inserção. Repete-se aqui o que aconteceu no Maranhão no final da década de noventa e inícios dos anos 2000 – a aliança entre o STR de Itapecuru-Mirim e o movimento quilombola, com ganhos para ambos. Em Camamu, o STR deixou

claro, desde 2008, sua intenção de “aproveitar” os multiplicadores formados por Koinonia para atuarem dentro do Sindicato, informando e orientando as comunidades quilombolas. Atualmente há uma sala no STR de Camamu cedida para o trabalho quilombola, sob a coordenação de uma diretora do sindicato, multiplicadora formada por Koinonia e atualmente responsável pela articulação local de um grupo de mulheres quilombolas.

Estamos começando a caminhar com nossas próprias pernas, organizando nossas comunidades, formando conselho estadual e regional ...

Temos mais independência, essa independência, essa liberdade das pessoas estarem buscando, reivindicando seus direitos, a decidir aquilo que querem ...

A gente não conhecia todas as comunidades. Hoje a gente conhece as dezoito comunidades, conhece as pessoas.

A participação, colocar seus desejos, suas vontades, sua insatisfação, mudou. Em vez de dizerem: é isso que vocês (do STR) têm que fazer, não, nós discutimos e decidimos. Quando iniciamos, não tínhamos nada para apresentar... Hoje temos conhecimento e participação.

Mudanças na relação com o governo

- Projeto de desenvolvimento e propostas para a região

O debate sobre identidade e desenvolvimento promovido por Koinonia para facilitar o diálogo entre as comunidades quilombolas e os representantes do Estado em seus diferentes níveis, concretizado em um Seminário Público realizado em outubro de 2008, teve, entre outros desdobramentos, a elaboração de uma proposta conjunta de seis dessas comunidades para criação de um espaço compartilhado de comercialização de seus produtos com marca diferenciada – produtos quilombolas. Esse projeto hoje é apoiado pelo Programa Acua, da Colômbia (parceria articulada por Koinonia) e é o primeiro projeto autônomo dessas comunidades. Supõe um grande esforço de organização porque depende da gestão compartilhada de um



espaço comum de comercialização – uma lojinha de produtos artesanais e alimentícios oriundos das seis comunidades envolvidas.

A proposta ainda está em fase inicial e as comunidades estão fazendo uma primeira experiência de gerenciar recursos de um projeto próprio e de buscar parceria com a Prefeitura Municipal. A ação tem como propósito, ainda, dar visibilidade ao tema quilombola na região, colocando essa marca diferencial em seus produtos. O local escolhido para a lojinha fica à beira da estrada para Itacaré, onde há um mirante com uma deslumbrante visão da baía de Camamu, ponto de parada natural para os turistas. Os quilombolas apostam nessa ideia.

Outras propostas vêm sendo discutidas desde o Seminário Público sobre identidade e desenvolvimento, nas áreas de educação, meio ambiente e apoio à produção familiar rural. Apesar do não cumprimento de muitos dos compromissos assumidos pelos órgãos públicos, as comunidades têm conseguido avançar em alguns desses temas.

- Acesso a políticas públicas e serviços

As políticas públicas pelas

quais as comunidades estão lutando ainda não se concretizaram – luz elétrica, melhoria ou construção de novas casas, estradas recuperadas, água e saneamento básico. Todos esses serviços são foco de programas do governo prioritários para a região, pelo fato de ser um Território da Cidadania. Dentro do Território, há prioridade para as comunidades quilombolas. Ainda assim o avanço é muito lento. No momento da realização deste estudo, algumas das comunidades ainda não tinham recebido a energia elétrica e apenas uma tinha conseguido acessar o projeto de melhoria e construção de casas para a comunidade. Contudo, esse projeto foi executado de forma absolutamente alheia à realidade local, com a criação de uma “rua” de casas pequenas e geminadas no centro da comunidade, totalmente diferente das tradicionais casas espaçosas, com jardins e quintais, distantes umas das outras, em que vivem os quilombolas.

A implementação de um desses programas, Água Para Todos, gerou um grande debate e trouxe à tona uma situação conflitiva dentro das comunidades quilombolas a respeito da titulação coletiva das terras.

Aqui em Camamu tem sete comunidades que têm um projeto de Água para Todos e hoje esses projetos se encontram ainda com pendências. As comunidades hoje estão necessitando dessa água, mas isso está ainda com uma grande pendência e nós estamos preocupados com essa situação. A pendência é que eles (o governo) alegam hoje que já tem que ter uma oficialização de demarcação, porque o governo está preocupado e quer saber, exatamente, em que local vai ser instalado esse projeto, delimitar a área pra saber a extensão, o tamanho da área que pertence às comunidades quilombolas.

O Estado tem oferecido formação específica para professoras de escolas quilombolas, mas, segundo as professoras das comunidades, não é suficiente. Uma escola para o ensino fundamental completo será construída na comunidade de Jetimana, município de Camamu, com recursos do Território, assim como, em Laranjeiras, uma Escola Família Agrícola, que trabalha com a pedagogia da alternância e já é antiga reivindicação das comunidades. No entanto, a maioria das comunidades ainda conta apenas com escolas que vão até o quinto ano do ensino fundamental.

Acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – um programa do governo que garante a compra da produção dos agricultores familiares – é uma grande reivindicação dessas comunidades. Koinonia fez várias gestões junto ao MDS, mas na prática ainda poucas comunidades conseguem acessar o PAA. A aliança das comunidades quilombolas com o STR e outras organizações de agricultura familiar na região tem logrado alguns avanços, especialmente depois da criação do Território da Cidadania. Hoje existem quatro cooperativas de agricultura familiar no Baixo Sul, uma delas em Camamu, cujo gerente é um diretor do STR e um líder de comunidade quilombola. Isso faz com que o conjunto das comunidades quilombolas esteja representado nas negociações da Cooperativa – contratos com o PAA para compra da produção agrícola, contratos de venda de produtos para merenda escolar nas

duas maiores escolas do município (via PNAE) e contrato com a Petróbrás para produção de biocombustível. Algumas das comunidades quilombolas já estão entregando alimentos tanto para o PAA quanto para o PNAE.

Uma reflexão feita por Arruti (entrevista, 2010) é a de que “o quilombo é um conector de muitas questões no Brasil” e “dá rosto” para dois eixos cruciais da luta política no país, as questões da terra e do racismo. Mas também dinamiza outros temas, por exemplo, a segurança alimentar. A questão quilombola também é hoje importante para pensar as políticas de saúde e de educação, porque “apesar da questão fundiária não ter sido resolvida, o Estado Brasileiro funciona com uma lógica interna de que no momento que ele reconhece a diferença, a máquina começa a funcionar. Essa diferença começa a ter que ser replicada nas políticas, porque ele é um estado politicamente correto diante dos acordos internacionais” (Arruti, entrevista, 2010). O que não garante que as políticas cheguem efetivamente até a população à qual se destinam.

Mudanças na percepção pública sobre os quilombolas

- Comunidades reconhecidas pelo poder público e pelas organizações da sociedade local e regional

Hoje os quilombolas são reconhecidos pelos órgãos públicos municipais; não podem mais ser ignorados. Isso se evidencia quando são chamados para reuniões, debates e também quando interpelam o poder público municipal a respeito de recursos, projetos e programas de governo.

A Comissão hoje é recebida pela Secretária Municipal para falar das prioridades quilombolas nas políticas específicas e a questão dos registros: quem é e quem não é quilombola. Aprendi que temos que fazer nós mesmos esse registro de quem é e quem não é quilombola, para a Prefeitura respeitar na hora dos benefícios, por exemplo, no projeto para as casas. Já escola é diferente, é um bem comum. Nós somos os proprietários, nós mesmos somos os donos e os usuários dos bens e temos culpa também do que dá errado.

As comunidades começaram a

ser visitadas por representantes do governo federal que tratam tanto da política fundiária quanto das políticas específicas e, com isso, ganharam mais visibilidade e respeito dentro do município.

O que as pessoas nas comunidades comentam é que antes não eram vistas pelo poder público; hoje são procuradas, visitadas e, quando seus representantes buscam o governo municipal, são recebidos.

Mudou bastante a maneira do pessoal da comunidade se aceitar e começar a ver as coisas – ver o reconhecimento que essas pessoas têm quando chega um órgão do governo, que já não procuram só as pessoas políticas, mas procuram quem é mesmo da comunidade.

Os quilombolas da região foram convidados pelo Território da Cidadania a capacitar as demais comunidades da região na temática quilombola, o que demonstra o reconhecimento público adquirido. Essa capacitação foi feita em um grande encontro promovido pelo Território, no qual os multiplicadores formados por Koinonia atuaram como formadores, em 2009.





5. Fatores de mudança

- Alianças com o STR e o Sasop

Foi fundamental que a intervenção de Koinonia tenha se baseado na aliança com esses dois atores, o que permitiu maior mobilização inicial das comunidades, maior credibilidade, inserção e capilaridade.

- Mudanças no cenário político

Houve avanço no movimento quilombola estadual, na política pública (populações tradicionais), na criação do Território – as mudanças no cenário das políticas públicas aceleraram o processo organizativo das comunidades, que passaram a ter que responder a muitas questões novas e a se posicionar em diferentes espaços.

- Formação de multiplicadores como metodologia

Formar pessoas indicadas pelas comunidades para que pudessem atuar como referências, com informação clara sobre o tema, foi fundamental. Esta é uma avaliação feita pelos próprios quilombolas e pelos parceiros de Koinonia na região, assim como pelas duas avaliações externas de Koinonia realizadas no período.

- Princípio da autonomia

Outro ganho foi o fato de as comunidades se autorrepresentarem e gerenciarem seus projetos próprios. “Um dos princípios que nós temos no programa EBGÉ é primar pela autonomia do grupo, e isso quer dizer instrumentalizar o grupo para que ele tome suas decisões e caminhe sozinho” (Ana Gualberto). Esse aspecto é amplamente citado pelos entrevistados, tanto quilombolas quanto parceiros, e também

aparece nas avaliações externas de Koinonia.

- Encontros e intercâmbios

Os encontros de comunidades são momentos de grande mobilização, citados como fundamentais pelos quilombolas ouvidos. O intercâmbio com comunidades de candomblé foi fundamental para romper preconceitos e trabalhar aspectos de identidade comum entre essas duas diferentes comunidades negras, ambas sujeitos da Política Nacional para Populações Tradicionais.

Por fim, menciona-se o Seminário Público com as comunidades como sujeitos - “Foi a primeira vez que ficamos na mesa e falamos primeiro, não estávamos ali só para aplaudir”.

Características da atuação da Koinonia

Pelo menos dois aspectos positivos podem ser ressaltados:

a) O fato de ser uma organização ecumênica e ter entre seus princípios e eixos de trabalho os temas da juventude e do diálogo inter-religioso foi fundamental para que as comunidades quilombolas passassem a conhecer as comuni-

dades de Terreiros de Candomblé e para que os jovens quilombolas participassem da REJU. Isso também tem a ver com a organização programática de Koinonia.

b) A primazia pelo princípio da autonomia das comunidades, pelo trabalho em parceria com organizações locais de grande en-

raizamento e pela centralidade dada à questão da informação e ao processo pedagógico de formação de multiplicadores. A maioria das pessoas achava que o projeto ia ser de cima para baixo, fácil... Esta parceria conseguiu mostrar o papel da sociedade civil organizada, porque existe as ONGs, as organizações.”

6. Dificuldades e desacertos

O debate sobre direitos territoriais precisa ainda ser mais profundamente enraizado nas comunidades. Ainda que este tenha sido o tema central dos processos de informação e de formação promovidos por Koinonia, ainda é necessário muito mais trabalho junto às comunidades.

A descontinuidade de presença na região (dificuldades de financiamento, lacunas), embora não tenha sido grande, gerou alguns descompassos entre a assessoria necessária às comunidades e o ritmo dos acontecimentos políticos na região.

A existência de muitas comunidades e a impossibilidade de estar em todas diretamente trouxe limitações ao trabalho com multiplicadores. A escolha metodológica de trabalhar com multiplicadores e com parceiros visava suprir uma limitação estrutural de Koinonia, que não poderia estar presente todo o tempo na região e em todas as comunidades. O critério de participação era a adesão das comunidades, ou seja, sua iniciativa de buscar a informação e interesse em participar. Contudo, a intenção inicial de Koinonia de trabalhar com apenas quatro comunidades não pode ser mantida: o trabalho foi expandido para 22 comunidades e chegou a se ampliar para 28. Ainda que atualmente esteja mais centrado em 18 comunidades, as limitações da disponibilidade de assessoria por parte de Koinonia ainda são sentidas pelas comunidades, já que a demanda é sempre muito maior do que a capacidade de oferta.



7. Contribuição da organização de apoio

Iniciativas: Cursos de formação, seminários públicos, vídeos, publicações, intercâmbio entre comunidades, busca de novas parcerias para as comunidades; ações de formação, de informação e de incidência, apoio à formação de redes de apoio.

Resultados: ter multiplicado grupos formados nas comunidades; ter dado visibilidade às concepções e propostas de desenvolvimento das comunidades frente ao poder público; ter aberto um canal de apoio para projeto de desenvolvimento local com captação de recursos e gerência das próprias comunidades.

Uma evidência de que a intervenção de Koinonia foi acertada e eficaz foi o convite feito pelo Território para que Koinonia participasse de seu Conselho Gestor, com uma solicitação de ampliação do trabalho de formação para toda a região do Baixo Sul da Bahia.

A informação empoderou os quilombolas, que passaram a se posicionar de outra maneira no cenário municipal e regional. O processo de formação levou à

criação de uma organização quilombola na região que hoje abre espaços de reivindicação e de participação, com maior poder para influir em decisões que os afetam. São hoje comunidades com um nível de informação e de fortalecimento que lhes favorece o acesso às políticas públicas governamentais e, por outro lado, antecipa a eclosão dos conflitos territoriais – que no momento estão ainda silenciosos, mas cuja explosão é questão de tempo, à medida que se avança na regularização fundiária de seus territórios. O trabalho de informação e de formação foi fundamental para o avanço do movimento quilombola na região.

O seminário público e o monitoramento dos compromissos assumidos foi um caminho encontrado por Koinonia para provocar mudanças nas práticas de governo. Um exemplo concreto foi a busca de parceria para que as comunidades pudessem acessar o PAA. No entanto, a dificuldade administrativa para a atuação do governo inviabilizou essa iniciativa.

Características de Koinonia que contribuíram para as mudanças

Os diferenciais da atuação de Koinonia são a valorização da gestão da informação; a produção de estudos, de publicações didáticas e jornalísticas que circulam entre as comunidades, inclusive utilizando linguagem de vídeo e também os princípios e as escolhas metodológicas de Koinonia, já citadas anteriormente. É válido mencionar, ainda, o cuidado em trabalhar com parcerias locais, com história, enraizamento e capilaridade na região e o empenho em criar redes de apoio para as comunidades.

A priorização do debate sobre intolerância religiosa, colocando em contato as comunidades negras rurais e as comunidades negras urbanas de terreiros de candomblé, com as quais Koinonia atua, gerou um espaço único de reflexão sobre valores éticos e respeito mútuo entre praticantes de diferentes religiões e grande respeito pelas religiões afro-brasileiras, antes vistas como “coisa do demônio” e, por isso, ocultadas e aparentemente inexistentes.





8. Principais impactos

Um dos mais importantes impactos identificados foi o fortalecimento de comunidades que estavam à mercê de intervenções oportunistas, tanto dos governos municipais como de outros atores, interessados em trabalhar o tema quilombola como espaço de vantagens ou como demonstração de responsabilidade social, com projetos de cunho econômico e cultural, evitando, em todos os casos, con-

frontar a questão territorial.

O fortalecimento e a transformação desse grupo de comunidades em ator político que disputa espaços e orçamentos e que faz vigilância sobre os governos locais é o grande diferencial frente à situação inicial encontrada.

O afloramento de pessoas e grupos vinculados às religiões afrobrasileiras que finalmente conseguem falar disso abertamente e

assumem essa identidade sem se sentirem agredidos ou ameaçados foi uma das grandes diferenças experimentadas pelas pessoas nas comunidades. Da mesma forma, atualmente há maior compreensão acerca da convivência pacífica e respeitosa entre pessoas de distintas religiões, a partir da identidade quilombola comum a todos e dos objetivos comuns de participação e de empoderamento.







COMUNIDADES
DO TERRITÓRIO

SUL DO
RIO GRANDE
DO SUL

I. Apresentação do local/região

O CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, criado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) em 1978 e parceiro estratégico da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) – atua em cinco núcleos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O CAPA-Sul, sujeito deste estudo, com sede na cidade de Pelotas, a terceira cidade mais populosa do RS, distante 250 km da capital, atua no Território da Cidadania Zona Sul do Rio Grande do Sul, composto por 25 municípios. Nessa região o primeiro levantamento de comunidades quilombolas foi feito por iniciativa do Território com execução do CAPA, identificando 43 comunidades em 16 municípios. O CAPA foi a entidade executora por indicação dos próprios quilombolas, já que a organização havia iniciado um trabalho junto a quatro dessas comunidades em 2002, a partir de provocação feita pela FLD.

A população rural da região do Território, cujo IDH médio é

de 0,79, representa 14,08% do total de seus habitantes. Essa população rural é majoritariamente formada por pomeranos que vieram como colonos para o Rio Grande do Sul e que hoje compõem um forte contingente de agricultores familiares estabelecidos sobretudo nos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul. Há também assentamentos de reforma agrária na região.¹⁸

A história da região é marcada pelas charqueadas, que tiveram seu auge no final do século XIX. Nas fábricas de charque, o trabalho duro era executado, sobretudo, por mão de obra escrava dos negros trazidos da África. A presença negra na região, embora antiga e numericamente significativa, não é reconhecida. Não existe essa possibilidade no imaginário geral: em todo o Brasil dificilmente se considera que haja negros no Rio Grande do Sul, cuja colonização é associada imediatamente à colonização europeia, sobretudo alemã e italiana. Os negros são invisíveis. “Onde o Rio Grande do Sul teve força e alicerce econômico foi na cidade de

Pelotas. E foi em cima da indústria de charque, na época da escravidão, onde o branco era proibido de trabalhar. Então como é que não tinha negro?” (Mestre Chico, griô, professor, membro do Círculo de Tambores de Angola Agostinho Neto).

As 43 comunidades quilombolas identificadas pelo CAPA estão inseridas em regiões com fazendeiros e com forte presença de “colonos” pomeranos, cuja organização familiar e associativista é forte. Na viagem às quatro comunidades visitadas (Cerro das Velhas, Torrão, Monjolo e Maçambique), percebia-se claramente a diferença – terras planas e vales ocupados pelos pomeranos, com estruturas de produção que incluem tratores e outras máquinas, animais, casas de vivenda sólidas, centros de convivência bem estruturados, serviços (escola, posto de saúde) disponíveis nos centros das vilas e as comunidades quilombolas nos altos dos morros, encostas com muita pedreira, pouca área plana, casas muito precárias tanto na construção quanto no mobiliário e cenário geral de extrema pobreza.

2. Apresentação da problemática

A IECLB e o trabalho do FLD/CAPA com novos públicos

O CAPA foi criado pela IECLB “na busca por justiça social”, quando agricultores familiares (a maioria dos quais de origem alemã e compondo dois terços dos membros da igreja naquela região eclesial) estavam sendo expulsos pela “revolução verde”. Eram em geral comunidades isoladas e fechadas em si mesmas, num processo de “guetização”, para a qual a religião era um fator de identidade.

O CAPA atua então a partir da preocupação com o acesso à terra e de buscar respostas para o modelo de produção, organizando e apoiando a comunidade luterana e outros públicos da área rural. Sua atuação tem resultado na criação



¹⁸ 3.615 famílias - dados do Território.

de associações e cooperativas e em mais benefícios de políticas públicas, em parceria com os governos, tanto estadual como federal, em diferentes momentos e frentes de atuação.¹⁹ Compreendendo que a forma de viabilizar a produção da agricultura familiar era trabalhar na comercialização, o CAPA, de 1995 em diante, apoiou a criação de redes de produção, de comercialização e de consumo – redes de solidariedade, com base no conceito e nas práticas da agroecologia.

Uma primeira grande mudança ocorreu quando o CAPA propôs incluir os assentados de reforma agrária em seu público de atendimento, há 21 anos. Isso provocou um grande debate interno sobre o que significa, para a IECLB, cuja maior parte é branca e de classe média, viver relações ecumênicas, viver em uma sociedade multicultural e multiétnica. Apesar dos questionamentos – “por que trabalhar com pessoas de outras religiões e não com nosso público?” – a orientação da direção da igreja de “ocupar espaços públicos de defesa de direitos, em cooperação e diálogo com outras autoridades religiosas”, que representa a própria essência ecumênica da igreja luterana, proporcionou espaço para reflexões e a ampliação do público foi aceita. Foi aí que se deu a primeira “diferenciação do público cativo”, nas palavras de Rita Surita (Coordenadora do CAPA Sul). “Fomos chamados de loucos e de corajosos por nos envolvermos com os assentados, os sem-terra”.

Quando, nos últimos dez anos, surgiu a proposta do trabalho com os quilombolas, houve - e ainda há - resistências, mas o embate principal já havia sido ganho. A questão que se colocava era: quem são os excluídos da sociedade brasileira? Uma grande ajuda foi o grupo de estudos de teologia afro e um professor negro, luterano, que trabalhava essa africanidade. E já no segundo ano do trabalho, o Sinodo Sul Rio-Grandense (a IECLB divide sua atuação no território brasileiro em 18 sínodos), num gesto muito simbólico, assumiu fazer uma coleta para as comunidades quilombolas.

Invisibilidade, isolamento e exclusão

No entanto, a invisibilidade dos negros na região era tal que tiveram que “campear” as comunidades. “Era a primeira vez que alguém conversava com as comunidades negras, levados pelos agricultores” (Rita). Encontraram uma situação de miséria absoluta e um grande desconhecimento sobre direitos e sobre políticas públicas, que não eram acessadas por essas comunidades. As comunidades viviam isoladas e em situação de profunda exclusão.

A gente só ouvia no rádio notícias que falavam em comunidade quilombola, mas a gente estava isolado, não tinha direito nenhum. Por exemplo, como a gente não tinha reconhecimento como quilombola, não tinha direito das coisas que vem do governo: luz, casas, isso tudo que a gente tem direito.

Segundo Jerry, jovem liderança quilombola, não havia respeito algum pelas comunidades negras: “antes a gente era mais ninguém”.

Por outro lado, as comunidades não estavam organizadas. Algumas tentaram se organizar, mas não conseguiam se reunir para tomar decisões. Trabalhavam de forma individualizada e fragmentada.

O patrão é o dono da terra

O CAPA encontrou também uma situação em que, de acordo com a tradição da região do colono, o proprietário controla o trabalho e a renda do agricultor. O colono faz um documento dizendo que está cedendo alguns hectares para o agricultor, para que ele possa tirar seu “Modelo 15” (nota fiscal de agricultor), documento que permite comprovar sua atividade e que é necessário para a aposentadoria.²⁰

Para que possa ser alguém na agricultura e possa se aposentar, senão tu não te aposenta, trabalha

até morrer. Mas mesmo que tu dê pro colono parte do que tu cultiva em cima daqueles hectares, tu paga, mas fica devendo favor, imagina! Porque ele fica sendo quem te deu existência. “A gente planta de meio a meio com o patrão. Tinha que repartir com o patrão. Com aquela metade a gente tinha que sobreviver, pagar o adubo, pagar a semente, e dali viver todo o ano, com aquela metade! Ai nunca sobrava, né? Sempre estava devendo ao patrão.”

Além disso, não tinham onde entregar a produção nem como comercializar o que conseguiam produzir.

Racismo e discriminação

Tanto os quilombolas como as equipes da FLD e do CAPA afirmaram que a discriminação e o racismo são um problema real na região e relataram vários episódios ilustrativos de atitudes discriminatórias e racistas. Com isso, a autoestima das pessoas e das comunidades negras estava muito baixa, quando se iniciou o trabalho. “Existia e existe o racismo, que começou na época da escravidão. “O negro sempre foi e ainda hoje se sente constrangido na comunidade onde tem pessoas brancas. Eu acho que a maioria dos negros não se sente igual”. “Tem famílias aqui que são afrodescendentes, mas não querem assumir”.

Na análise de Preto, integrante da equipe técnica do CAPA e militante do movimento negro, “perdemos muito da nossa cultura no Rio Grande do Sul, sobretudo o que tem a ver com religiões de matriz africana – as pessoas omitem ainda hoje”. Rita conta a reação inicial de uma associação de agricultores familiares da qual os quilombolas faziam parte, mas apenas nominalmente, sem nenhuma inserção real e às vezes ludibriados pela própria associação, que, por exemplo, vendia para as famílias negras as sementes con-

¹⁹ Governo Olívio Dutra no RS; PAC Assentados; programas do Território desde o segundo ano do Governo Lula.

²⁰ Trata-se da nota fiscal de agricultor, documento que comprova a atividade e por isso é necessário para fins de aposentadoria. Para tirar a nota fiscal, é necessário ter um documento legal que comprove o uso da terra por aquele agricultor. Quando este não possui um título de propriedade, o colono faz o documento do uso da terra em parceria, seja na forma de meeiro (metade da produção é do proprietário da terra) ou em outras formas acordadas de parceria.

seguidas gratuitamente para serem distribuídas para eles. Quando o CAPA começou a trabalhar com os negros, as dificuldades foram surgindo. “Quando começamos, todo mundo era amigo. Mas quando queríamos trabalhar com os negros, os demais fechavam a sede da Associação e não queriam deixar entrar, não davam a chave...” Antônio, também militante negro e parte da equipe técnica do CAPA, lembra que os quilombolas, quando chegavam nas reuniões ou espaços dos agricultores, eram chamados de “nuvem negra”.

Uma das formas de manifestação do racismo e da discriminação em relação a pessoas que vivem na zona rural tem a ver com a questão da escolaridade.

“O quilombola é uma pessoa que não tem estudo. Raramente um quilombola da idade de 60 anos pra frente sabe ler. É uma exceção aqueles que sabem ler. Mesmo na época da liberação dos escravos, o negro não sabia ler, não tinha comunicação. Muitos viveram e morreram depois de ter sido libertos e nem sabiam que estavam libertados. E ainda hoje escutam que não precisam estudar”. “A vizinha veio pedir à mãe para deixar minha irmã trabalhar como doméstica para ela, a mãe disse que não, que sua filha iria estudar e ser professora. A vizinha riu e disse que isso não tinha nada a ver, que ela podia estudar, mas ao mesmo tempo ser doméstica... Acabaram brigando. Hoje minha

irmã é a segunda professora negra da região, é diretora de escola.

No perfil das comunidades visitadas, a maioria dos jovens não completa o ensino fundamental, abandonando a escola. Uma jovem entrevistada na comunidade de Monjolo disse que quer estudar para ser enfermeira (não se atreveu a dizer que quer ser médica) e comentou que sabe que vai ser difícil trabalhar nessa área sendo negra: “Eu acho que vai ter muitas casas em que eu vou chegar, e vão dizer assim ‘Ah, aquela negra não sabe de nada! O que tu quer aqui na minha casa? Não sabe nem ler!’ Então vai ser difícil, mas eu não vou desistir, vou continuar na luta.”

3. Período, tema da intervenção e situação inicial

**Período da intervenção:
2002-2010**

Tema: Autorreconhecimento; acesso a serviços e políticas públicas; desenvolvimento sustentável

Desafiado pela FLD e com o apoio da Evangelical Lutheran Church in America (ELCA), o CAPA iniciou o trabalho com os quilombolas em 2002 com o projeto Pequenos Agricultores Quilombolas, chamando algumas comunidades para uma primeira reunião. De 11 comunidades identificadas, quatro integraram-se ao projeto. Como disse Rita, tinham que “campear” as comunidades, tamanha a invisibilidade. Essa convocatória causou muito rebuliço e estranheza e até hoje todos se lembram disso. “Eu fiquei assim meio espantado: uma reunião de negros? Por que só negros?”

Houve uma grande desconfiança inicial, por parte dos quilombolas, mas ao mesmo tempo uma acolhida considerada pelo CAPA como muito favorável.

A proposta inicial era levar a essas comunidades a informação sobre a existência legal de Comunidades Remanescentes de Quilombo no Brasil e o que isso significava em termos de acesso



a políticas públicas, serviços e direitos. Nas comunidades ouvidas, todos falaram da desconfiança inicial. Muita gente achava que a presença do CAPA era um golpe para tirar alguma coisa deles.

Eles explicaram, explicaram, explicaram e o pessoal ficou todo assim, todo estranho... “O que está acontecendo? Por que isso agora?” Tinha muito negro que não ia. Achava que aquilo ali não estava adiantando. E teve muita gente que veio na casa da gente, dizer pra nós “Olha, vocês não vão a essas reuniões, vocês não participem disso aí, eles vão querer dar um golpe. Se vocês assinarem um papel, eles vão pegar alguma coisa...” A primeira reunião eu não quis me inscrever; foi meu marido que foi. Aí, depois, na segunda eu fui. E a gente iniciou aquela caminhada.

De 2002 a 2008 o CAPA veio trabalhando com as comunidades, aproximando-as dos movimentos dos agricultores familiares, dos espaços de comercialização e de tomadas de decisão, dos quais o principal é o Fórum de Agricultura Familiar. Seguindo sua metodologia de atuação, o CAPA assessorava essas comunidades nos processos organizativos, na produção agroecológica, na comercialização de seus produtos, com destaque para um trabalho específico com artesanato; também em saúde (com ênfase em plantas medicinais e farmácias caseiras) e segurança alimentar.

Uma ação de grande impacto foi a inclusão dos quilombolas na

Rede de Cooperação e Comercialização Solidária, programa organizado pelo CAPA, que encontrou alternativas locais para o enfrentamento da fome – valorizando as potencialidades da agricultura familiar regional, ampliando a produção ecológica e integrando comunidades historicamente marginalizadas, entre essas, os quilombolas. A partir da Rede de Comercialização Solidária, os quilombolas passaram não apenas a comercializar sua produção dentro do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio de cooperativas, passando a acessar o mercado institucional, mas foram beneficiados ao mesmo tempo com o recebimento de alimentos produzidos ecologicamente, com grande variedade e de alta qualidade nutricional. Além disso, uma vez que o programa restringia a compra de produtos de associações e cooperativas, atendeu os objetivos de colaborar na organização e no fortalecimento das comunidades no que se refere ao trabalho em rede.

Em 2008, deu-se outro momento muito significativo, quando o Território definiu o mapeamento das comunidades quilombolas como prioridade e indicou o CAPA para realizá-lo. “Como íamos atender as comunidades quilombolas no Território, se elas não existiam para o governo? O primeiro passo tinha que ser a certificação pela Palmares” (Carla Rech, representante do MDA na região). Esse mapeamento gerou

duas publicações: “Revelando os Quilombos no Sul” e “Tem Raça Negra Aqui”.

O próximo passo foi solicitar a certidão da Fundação Cultural Palmares e, com ela, dar entrada na tramitação da titulação no Incra. Por outro lado, buscar a concretização de políticas públicas tais como acesso a luz elétrica e melhoramento das casas.

Situação inicial das comunidades

Invisíveis, isoladas, com as pessoas trabalhando como empregadas ou sob a forma de me-eiro (parceria em que a metade da produção vai para o dono da terra) para os fazendeiros ou colonos vizinhos. Essa era a situação inicial das comunidades. Sem serviços básicos – luz, água –, sofrendo muita discriminação por causa do racismo e sem perspectivas de continuarem na terra, pequena, apertada e sem segurança fundiária. Não participavam dos espaços da agricultura familiar; muitos não tinham documentos, como carteira de identidade. Os jovens, quando podiam, saíam para as cidades para trabalhar, engrossando as estatísticas do êxodo rural e do crescimento das ocupações nas cidades. Não eram reconhecidos como comunidades, mas como um grupo de mão de obra barata e disponível na área rural. Em termos mais amplos, eram simplesmente invisíveis. Não se falava da existência de comunidades negras na região.

4. Mudanças significativas

Mudanças na vida e nas condições de vida

Autoestima, identidade, respeito

À pergunta “o que mudou?” todos respondem em primeiro lugar identificando a consciência da identidade quilombola, a valorização de sua história, a elevação da autoestima, a conquista de respeito e o enfrentamento do racismo, como um campo altamente significativo de mudança.

Tem história pra trás que a

gente até não sabia, nem o direito que mais tarde o negro ia ter, mas a gente sabia que tem uma história do tempo da escravidão.

Uma comunidade quilombola são aqueles remanescentes do tempo da escravidão que se estabeleceram em algum ponto e formaram seu quilombo, e hoje nós aqui somos um deles. Para mim como quilombola tem um grande valor não só dentro como fora da comunidade, um quilombola hoje, ele é o cara! ... Ele é reconhecido, tem respeito.

O negro, numa repartição que

fosse entrar, era chapéu embaixo do braço, cabeça baixa. Hoje, não. Hoje, eu digo assim com muito orgulho, o negro deu a volta por cima! Caminha de cabeça erguida, entra em qualquer repartição. Eu mesmo, até pouco tempo, não entrava lá na prefeitura, pra falar com o prefeito.

Quantos brancos que tinham aquele pequeno negocinho de racismo, hoje não queriam estar no nosso lugar, vendo tudo isso que está se passando na nossa volta? Tudo isso que nós temos conseguido! Várias pessoas brancas dis-

seram assim: "Ah, mas eu vou me pintar de negro!"

Documentação cidadã

Muitos quilombolas não tinham documento de identidade. Tinham título de eleitor, mas carteira de identidade, não. Para mudar essa situação, o CAPA articulou mutirões de documentação com o governo nas comunidades.

Um exemplo aconteceu durante o IV Encontro Quilombola, realizado em Pelotas no dia 19 de abril de 2010. Além de palestras, apresentações culturais e troca de experiências, o Balcão da Cidadania ofereceu atendimento individual com informações sobre aposentadoria rural e por invalidez e auxílio maternidade, entre outros.

Conhecimento, reconhecimento e confiança para participar em diferentes espaços

Outro aspecto é o conhecimento – aprender a partir das reuniões, oficinas, intercâmbios, encontros. Aprender sobre seus direitos, sobre a história, mas também aprender a participar, a se expressar, ganhar confiança para falar em público, ter firmeza em suas colocações, não ter mais medo de participar, de falar, de se expor.

Tem pessoas que nem eu, que até bem pouco tempo tinha medo de conversar, de falar, explicar as coisas, ou até mesmo perguntar. Eu perdi isso aí, não tenho mais problema.

E a gente vai aprendendo, convivendo com os outros, com as pessoas que trabalham com a gente, vai ganhando experiência, eu acho que isso aí melhorou muito.

No início da comunidade, se me convidassem pra dar uma entrevista, eu não teria coragem. Porque a gente não tem muito estudo... Eu olhava para os lados, ficava com medo de errar. Eu não teria coragem. Hoje, não. Hoje eu posso chegar num público bem grande, se tiver que dar uma entrevista, eu vou tranquila, dou uma entrevista correta.

A certificação da FCP foi fundamental para que essas comunidades passassem a se ver de outra maneira e pudessem acessar as políticas públicas específicas para quilombolas. Em todas as comunidades visitadas, as pessoas mostravam o documento da certificação com muito orgulho.

Acesso a políticas públicas

- Energia elétrica nas comunidades. "Botaram luz para esses todos que estão aqui!"

- Saneamento e água encanada. "A gente recebeu um negócio pra fazer banheiros, água encanada... Não tinha nada disso."

- Melhoria e construção de casas de moradia.

- Centros comunitários estão sendo construídos.

- Participação no Programa Bolsa Família.

Mudança no sistema de produção

- As comunidades passaram a produzir mais e melhor os produtos agroecológicos, com distribuição garantida pelo PAA e pelas redes do CAPA. Na comunidade de Monjolo, por exemplo, que fica num solo com muita pedra, declive, pouca área cultivável, a opção foi trabalhar com hortaliças. Hoje eles as entregam para a merenda escolar e para o PAA. É uma significativa inversão da situação: em vez de receberem cesta básica, entregam produtos para o Fome Zero.

- Aprender a plantar com tecnologia. "Plantar a gente sempre soube, mas tem certas coisas que precisam de tecnologia e, hoje em dia, quem não acompanhar isso aí, fica parado no tempo."

- As sementes de boa qualidade melhoraram a produção e a alimentação da comunidade.

A semente fez uma grande diferença dentro da comunidade, porque a gente era acostumada a ir nas casas de comércio catar as sementes, sem nenhuma qualidade. Hoje não. Hoje a gente consegue, por meio de projetos, sementes de boa qualidade, que produzem mais. Isso faz uma diferença muito grande, tanto na alimentação como na renda.

- Valorização do conhecimento tradicional. Hoje eles ensinam e aprendem uns com os outros como fazer remédio caseiro e vários tipos de artesanato, como pintura em tela, fuxico, trabalho com cipó, peeniras de taquara. Há um processo de intercâmbio, de levar quem sabe fazer alguma coisa para ensinar a outra comunidade, num processo horizontal de aprendizagem. "Nós fomos nossos professores, uns dos outros."

Melhoria da renda e da



alimentação

- As famílias trabalham na própria produção e têm um ganho garantido. “Hoje, de certo modo, todo mundo tem um ganho. A gente faz e ganha. Antes a gente fazia e o retorno nunca era satisfatório.” Esse ganho vem da participação no PAA e da entrega dos produtos nas redes de comercialização das quais passaram a participar.

- Nas três comunidades visitadas, o artesanato ocupa um papel importante na renda atual das famílias. Há distintos tipos de artesanato, dependendo do conhecimento e dos talentos existentes em cada comunidade. De maneira geral, há artesanato para utilização no trabalho do campo (principalmente cestaria e outros objetos feitos de taquara, cipó e fibras) e artesanato para decoração, como tapetes de retalho, peças de crochê etc. Em Maçambique há um grupo registrado de mulheres costureiras, que produzem, sobretudo, bolsas e sacolas para eventos, mas também roupas para consumo na própria comunidade.

- A venda do artesanato acontece nas redes do CAPA e em feiras, sempre com o apoio da organização. Segundo as artesãs, tudo que produzem é vendido.

- A maioria das pessoas que produzem artesanato são mulheres e utilizam essa renda adicional, que é significativa – chegam a ganhar, em média, R\$200,00/mês, para comprar coisas para suas casas. Em Torrão, Márcia, vice-presidente da associação, mostrou com orgulho sua geladeira comprada com dinheiro do artesanato. No Monjolo, dona Maria estava feliz com sua TV, comprada para desfrutar de seu netinho.

- Há também hortas familiares na comunidade de Torrão, plantadas e cuidadas pelas mulheres. Essas hortas ajudam a melhorar a qualidade da alimentação das famílias e também geram alguma renda para as mulheres, que vendem as hortaliças para “as professoras da escola”.

Melhorias na educação: informática, transporte escolar, quilombolas na Universidade

Em Cerro das Velhas, a escola

local conseguiu uma sala de informática por meio do projeto especial quilombola. “A meninada está adorando! E tudo veio por intermédio dos quilombolas. Tem uma quantidade muito grande de quilombolas no colégio.”

Outro benefício que passou a funcionar foi o ônibus que leva os alunos para a escola a partir da quinta série. Isso melhorou muito a vida dos adolescentes e jovens, porque antes eles tinham que ir de madrugada pegar o ônibus da linha local, que só regressava à noite. “Passava o dia inteiro na rua.”

No Monjolo, no momento da realização deste estudo, estava para ser iniciado um projeto de formação de jovens artistas, incluindo aquisição e confecção de instrumentos musicais. “Esse projeto veio para a comunidade quilombola mesmo.”

Hoje há duas pessoas quilombolas cursando Educação no Campo. O CAPA estimula a que façam o ENEM, apoia nos processos de inscrição, pegando os dados pelo telefone, auxiliando a digitar etc.

Jovens com planos de futuro na própria comunidade

O incentivo para que as pessoas estudem tem dado frutos. Rosângela, uma jovem de Monjolo, quer sair para estudar e voltar para trabalhar em sua comunidade. Seu primeiro obstáculo foi o próprio pai, que queria que ela deixasse de estudar para trabalhar na lavoura.

Eu ainda tenho essa ideia de me aventurar, sair, estudar e poder voltar, fazer aqui dentro da comunidade aquilo que eu necessito fazer aqui. Acho que todos vão precisar de mim, se eu tiver capacidade de poder ensinar, poder ajudar as pessoas, na minha volta.

A questão do êxodo dos jovens para estudar e também para trabalhar tende a diminuir, segundo apreciação das pessoas entrevistadas, porque agora eles têm condições de ter uma renda mesmo trabalhando na terra na própria comunidade.

Políticas que incentivam e dão até mesmo um certo retorno

financeiro para esse jovem que vai estar dentro da comunidade é uma oportunidade para ele voltar e ter uma contribuição junto às comunidades.

Isso se constrói também pela autoestima, orgulho de ser quilombola e respeito adquirido. Com isso, diminui a vergonha de ser “da roça.” A participação no movimento, na organização, ajuda a ampliar horizontes e a dar mais significado e futuro para suas vidas. Um exemplo muito comentado foi de Jerry, jovem liderança de Monjolo, que hoje representa todos os quilombolas no Território. Ele saiu para trabalhar, ficou dez anos fora, “se bateu muito,” depois voltou. E hoje tem uma vida mais tranquila, mais feliz e com melhor qualidade. Um velho da comunidade explicou que um quilombola não consegue ir embora assim de sua terra e não voltar mais, isso é muito difícil porque “o umbigo chama. O umbigo do Jerry estava enterrado aí nessas pedras, chamando ele de volta, por isso ele voltou.”

Mudanças do ponto de vista de equidade de gênero

Nas quatro comunidades visitadas, há forte participação das mulheres na associação, inclusive em cargos de direção (vice-presidente). Em geral, opinam sobre os projetos e outras decisões internas. Muitas saem para representar a comunidade, mesmo com as dificuldades que isso implica. Alguns maridos entendem e colaboram; outros, não. As que têm filhos pequenos os levam para as reuniões. Comentam que antes não era assim, elas viviam “só em casa e na roça.” Com o aumento da renda das mulheres, proveniente principalmente do artesanato, sentem-se mais livres para comprar coisas para a casa e empoderadas porque estão “ajudando o marido” a manter a família. No Torrão, as mulheres comentaram que os maridos ajudam a fazer os tapetes de retalho e não se sentem constrangidos. “Levam tudo na brincadeira.”

Mudanças na organização e no movimento quilombola

Na avaliação da equipe do CAPA, começa a surgir uma organização quilombola na região. Já há associações registradas, “com estatuto, CNPJ e tudo”; as comunidades já têm a certidão da Fundação Cultural Palmares e, com isso, começam a pautar as capacitações do próprio CAPA, a lutar por benefícios de políticas públicas e a serem consideradas na esfera municipal. Por exemplo, a vice-presidente do Torrão está lutando na prefeitura pelo auxílio maternidade para as mulheres quilombolas, que ainda não recebem esse benefício.

Sem dúvida, todos os quilombolas entrevistados enfatizaram a participação no Fórum de Agricultura Familiar como a instância organizativa mais importante da qual participam. E a representação no Território é fundamental, porque ali é onde se decidem as prioridades de aplicação dos recursos federais para a região.

Foi uma luta bastante travada pra gente poder conseguir o Centro (comunitário). A tendência era a verba ser toda para as cooperativas. Então a gente teve uma disputa muito grande para conseguir esta verba pra construir o centro, mas conseguimos.

Uma preocupação revelada pelas quatro comunidades visita-

das foi a de rotatividade da representação no Fórum e em outros espaços, para não personalizar demais a liderança e para que todos possam aprender, compreender a dificuldade da luta e apropriar-se dos argumentos. Há uma preocupação de que os jovens também participem desses espaços de representação. O maior cuidado que precisa ser tomado é a tendência natural a que pessoas como Jerry – que saiu e estudou – tornem-se “a única voz” de representação dos quilombolas. Márcia, vice-presidente do Torrão, diz que o trabalho de unir a comunidade não é fácil, mas é o caminho.

A partir da organização das comunidades em associações formais e início do trabalho com o CAPA, novos apoios surgiram, como o da Emater. Com o rompimento do isolamento, passaram a conhecer e a dialogar com as comunidades vizinhas. Antes, mesmo sendo parentes, as comunidades de Torrão e Monjolo, por exemplo, não se relacionavam bem. Hoje começam a frequentar os mesmos espaços e isso gerou também maior respeito mútuo.

Poder de influência sobre decisões que os afetam

O principal espaço de decisão do qual participam por meio de um representante é o do Terri-

tório, onde são priorizados os recursos e projetos. Jerry diz que a disputa é grande, que fazem alianças com outros representantes de comunidades e da sociedade civil organizada e conseguem aprovar suas propostas.

Outro espaço muito importante é o Fórum da Agricultura Familiar, onde também são tomadas decisões que os afetam em relação à produção, comercialização e relação com governos e com políticas públicas.

Citam também a relação com o poder municipal, que mudou para melhor – hoje são recebidos e ouvidos nas prefeituras, onde buscam recursos e procuram vigiar, ainda de forma incipiente, a execução das políticas públicas de seu interesse.

No âmbito interno, as associações representam esse espaço. Outro tipo de espaço autogestionado é o grupo de costura das mulheres de Maçambique, que se organiza e toma decisões sobre divisão da renda e uso dos recursos. Criaram um pequeno fundo com “as sobrinhas de dinheiro” – uma parcela que retiram a cada pagamento recebido, com o qual compram material para fazer as próximas encomendas.

Mudanças na relação com governo

A partir da certificação, foi dada entrada ao processo para a titulação coletiva das terras junto ao Incra. A visita do Instituto às comunidades foi um fato marcante. No Torrão, a comunidade mais discriminada de todas, os quilombolas comentaram como seus vizinhos ficaram espantados por ver o Incra ali, já que autoridades nunca iam ao Torrão, exceto durante as campanhas eleitorais. No entanto, a questão da titulação não avança e há dificuldades, porque as terras quilombolas foram muito reduzidas. Algumas comunidades não têm área para plantar, outras estão cercadas pelas propriedades dos vizinhos, sem saída própria para a estrada, como nos casos de Torrão, 17 famílias em 7 hectares e de Monjolo, 17 famílias em 34 hectares. Pode-se prever que o processo de titulação terá esse fator complicador.



Outro benefício que estão tentando conquistar é o documento da seguridade social para fins de aposentadoria. Karin, da Emater, considera que isso poderia avançar automaticamente a partir da certidão da FCP, mesmo sem ter ainda o título territorial emitido pelo Incra. Ela crê que o governo deveria criar uma categoria especial quilombola para fins de seguridade social e aposentadoria a partir da certidão, como acontece com outras políticas públicas que podem ser imediatamente acionadas, não necessitando esperar a titulação.

De forma geral, hoje os representantes das comunidades conseguem ser recebidos nas prefeituras, o que antes não ocorria. Recebem convites e participam também em reuniões na Assembleia Legislativa no capital do estado. Têm também parceria com a Emater e com outros órgãos do governo do estado. A relação mudou radicalmente: passaram de uma situação de comunidades anônimas ou mesmo inexistentes aos olhos externos para parceiros e beneficiários de órgãos do estado, nos níveis municipal, estadual e federal.

A gente chega, a gente vê que as portas se abrem, ao contrário de antes. Antes, quando não tinha o reconhecimento, a gente chegava e ficava do lado de fora, observando. A gente teve bastante atenção no que levou para discutir com o prefeito. Vimos que as coisas mudaram, porque no passado não era assim. A prefeitura agora enxerga nós, porque também ganha com a nossa existência.

A escola de Cerro das Velhas convidou o representante da comunidade quilombola para falar para os alunos. Esse já é um passo importante, mas há muito a avançar. As outras escolas ainda não tratam do tema e não têm nenhuma ação de implementação da Lei 10.639, que rege sobre a inclusão da história e cultura africana e afrobrasileira no currículo.

Mudança da percepção pública sobre os quilombolas



Com o trabalho do mapeamento, as comunidades quilombolas ficaram conhecidas na região, no estado e, de forma geral, no Brasil. Os títulos das publicações do CAPA enfatizam a importância de dar a conhecer a existência dessas comunidades negras, antes invisíveis. O ganho de visibilidade gerou interesse positivo de grande parte da sociedade e mudou para melhor algumas das relações locais. Por outro lado, gerou-se certa tensão na relação com os vizinhos não quilombolas, que sentem e expressam muitas vezes que os negros estão sendo privilegiados ao receberem benefícios do governo e temem a presença do Incra, que indica que há um processo de regularização fundiária em marcha.

Alguns (vizinhos) dão força, outros são contra: “você já estão aparecendo na telinha, no Jornal Nacional...” Tinha gente que até ali não olhava a gente como humano, como pessoa, mas simplesmente como negro. E agora não. Depois disso tudo aí, olham com admiração! Tem gente que olha pra gente, por tudo isso que vem passando, por reportagem, por livro, por coisa na televisão sobre os quilombolas, olha para a gente com admiração. Vejo que de certo modo, lá fora, lá em Brasília, as comunidades quilombolas têm um bom reconhecimento. Isso faz com que se fortaleça a comunidade. A integração das comunidades, o povo reconhecendo a gente, vendo a gente de outra maneira, com outros olhos. A gente se sente à vontade, feliz, alegre, um pouco mais novo.

5. Fatores de mudança

- O autorreconhecimento e a certidão da Fundação Cultural Palmares.

- A participação no Fórum de Agricultura Familiar e nas redes de comercialização do CAPA.

- A presença contínua do CAPA desde o início do trabalho.

- As alianças com outras comunidades, com o movimento negro urbano, com outros atores governamentais.

- A visibilidade de sua existência veiculada por meio de reportagens, livros, TV etc.

- A união e perseverança das comunidades organizadas, com alto grau de participação interna e preocupação em repassar informações e em não personalizar lideranças.

Características da organização que contribuíram para as mudanças

- O fato de o CAPA ser uma referência para a agricultura fami-

liar, com acúmulo de experiências sistematizadas e canais articulados (redes de produção e comercialização; articulação com políticas públicas e com instâncias organizativas da agricultura familiar).

- Modelo do trabalho do CAPA: abordagem multidisciplinar, articulada e integral

- trabalho integral em produção, renda, educação, saúde, organização, benefícios previdenciários etc.

Nas primeiras comunidades fomos para conhecer; decidimos que íamos trabalhar a partir da agricultura e da metodologia do CAPA. Começaram com semente, depois saúde... Pensei: "Estou em casa, nada diferente do que já fazíamos!" (Rita Surita).

- equipe multidisciplinar: agrônoma; técnica de enfermagem; alguém que trabalha com geração da renda, mulheres e

artesanatos; técnico em agropecuária; professor de capoeira e esporte; arquiteto; professora de história; especialistas em comercialização e agroindústria. A equipe inclui pessoas que tem sua origem nas próprias comunidades, que vêem o trabalho como uma contribuição pessoal e que criam vínculos.

- aprendizagem horizontal (as comunidades ensinam umas às outras)

- intermediação entre as comunidades e os serviços públicos (advocacy)

- O fato de ser parte de uma igreja que quer trabalhar com os mais excluídos. A observação da extrema pobreza vivenciada pelas comunidades negras convenceu a IECLB a continuar com o trabalho.

- Ter uma equipe de gestão altamente qualificada (cinco pessoas) para tratar dos convênios com governo.



6. Dificuldades e desacertos

Terra e titulação

A questão fundiária é um problema real; a falta do título prejudica as comunidades – por exemplo, para conseguirem crédito. E a terra existente é pouca. Com isso, muitos continuam trabalhando à meia com os colonos vizinhos.

A questão territorial não faz parte da experiência e do acúmulo do CAPA, que procura discutir abertamente o assunto com os quilombolas, mas considera que este trabalho deve ser feito por quem atua no tema.

Racismo e discriminação

Demonstrado, por exemplo, em situações com as crianças na escola; talvez seja um dos motivos pelos quais muitos quilombolas não completam o ensino fundamental. Em Torrão, um menino afirmou que em sua escola não tratam absolutamente nada sobre a cultura ou história afrobrasileira; ele sabe sobre Zumbi porque aprendeu nos intercâmbios com outras comunidades, ouvindo canções que falam do tema. O povo de terreiro (religiões de matriz africana) também ainda é muito discriminado. Um dos entrevistados, Jerry, disse que há uma “corrente que luta contra as comunidades”, que não quer ver os quilombolas acessando benefícios e trabalhando unidos.

Desarticulação dos atores envolvidos

Uma dificuldade hoje é o excesso de atores envolvidos e a falta de articulação entre eles, especialmente entre os órgãos públicos.

Cada um tinha a sua ação lá... Emater, prefeitura nas suas diferentes secretarias, uma secretaria lá tem uma ação, outra secretaria tem outra ação, a Pastoral Afro, o CAPA, cada um com sua ação e quase todas, ações isoladas. (Karin Peglow, Emater).

Além da desarticulação, a burocracia estatal impede que os processos avancem e acaba criando um círculo vicioso. O processo



de influenciar os órgãos públicos é lento e difícil. Muitas vezes, embora os chefes tomem decisões favoráveis aos quilombolas, as equipes técnicas não conseguem operacionalizá-las.

Se antes as comunidades negras eram invisíveis, agora “quilombola virou moda”, o que, na avaliação de Rita Surita, atrapalha o trabalho sistematizado e gera relações desrespeitosas, tanto de uso de dados como de não considerar o outro como sujeito.

Começou a invasão, a falta de respeito, enchendo vans de pesquisadores. Por exemplo, quando a primeira comunidade quilombola no Algodão saiu no jornal e na TV, a universidade começou a ir lá sem avisar, sem nada. Prefeituras, ONGs levando refrigerante e pirulito para as crianças...

Demanda X capacidade de atendimento

Há muita demanda para participação em encontros, seminários etc, e a equipe não consegue estar em tudo isso e no campo ao mesmo tempo. “Já está chegando o momento em que as comunidades têm que ir sozinhas.”

Dificuldades para priorizar os quilombolas

A priorização do trabalho com quilombolas – por exemplo,

o mapeamento como ação do Território – foi e ainda é uma disputa política dura, porque as demais comunidades – pescadores, sem terra, agricultores familiares – também querem prioridade.

Os quilombolas de Torrão, cujo nome vem do fato de que as casas eram todas de barro batido, dizem que seus vizinhos colonos

ficaram brabos com a gente porque começamos a trabalhar como comunidade. Eles querem que a gente seja escravo e sempre tenha medo deles. Escravo é do tempo antigo, a gente era antigamente. Agora não precisamos mais trocar dia de trabalho por arado, por boi... Porque já conseguimos essas coisas com os projetos. Eles não gostam, ficam brabos, falam em alemão prá gente não entender.

No âmbito da IECLB também há questionamentos; mesmo que seja a orientação da igreja a partir da sua essência ecumênica, muitos membros luteranos não necessariamente apoiam o trabalho com outras etnias e/ou religiões. “Por exemplo, vendo as fotos no calendário da FLD um agricultor perguntou: por que esses negros estão aí, se não somos nós?” Há todo um debate sobre o fato de que as igrejas pentecostais crescem e as luteranas “encolhem” e uma reflexão sobre “porque nós luteranos fazemos o que fazemos.”

7. Contribuição da Organização de Apoio

CAPA: Além do que já foi comentado sobre a metodologia de trabalho do CAPA, é importante ainda ressaltar algumas iniciativas:

- O mapeamento foi feito em diálogo com o Incra, com georreferenciamento das comunidades, o que facilita o trabalho posterior para a demarcação territorial;
- O envio da documentação de 40 comunidades de uma só vez, pelo Território da Cidadania, facilitou o reconhecimento (certidão da FCP). Já tinham tentado enviar documentação de quatro comunidades, mas não fluía;
- Prestar assessoria e informação técnica sobre produção agroecológica e mercado e também sobre reconhecimento da comunidade como quilombola e processo de titulação;
- O apoio à articulação, ao intercâmbio e à organização interna, que une e fortalece as comunidades;
- A articulação e coordenação de ações com órgãos públicos e outras organizações da sociedade

civil, influenciando suas ações e metodologias de trabalho;

- A ênfase na comunicação e o cuidado na produção de materiais bonitos de divulgação. Por exemplo, uma exposição fotográfica que circulou por vários espaços públicos, mostrando as comunidades quilombolas.
- O trabalho de “desvelar a diversidade da região.” “O CAPA ajuda a região a se ver como é, com sua diversidade, e não só como resquício da nobreza portuguesa. Desvelar, se gostar como é.”

FLD:

- A independência da FLD – autonomia legal, inclusive para buscar recursos.
- A orientação ecumênica da FLD e do CAPA, que atendem a grupos da sociedade civil, sem restrição de apoio a partir de orientação religiosa, entre outros critérios. A proposta é de trabalhar em parceria, aprendendo mais do que ensinando, respeitando a cultura e a autonomia dos grupos.
- O uso de ferramentas de comunicação para difundir informação sobre os quilombolas. Priorizam a internet, mas também produzem material impresso de excelente qualidade. No entanto, na avaliação do Secretário Executivo da FLD, Carlos Bock, há necessidade de fortalecer a comunicação com instâncias mais estratégicas da igreja – “A FLD precisa ser mais conhecida dentro da própria IECLB”.
- A credibilidade que a FLD tem, possibilitando a proposição de um Conselho da Terra no âmbito da IECLB, para tratar do tema fundiário que é conflitivo e envolve indígenas, quilombolas, sem terra e agricultores familiares.
- A priorização na FLD dos temas da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- A necessidade da FLD desenvolver posicionamentos públicos sobre certos temas e influenciar no debate. A FLD valoriza e aposta na comunicação com os grupos e entre os grupos; se um grupo tem algum tipo de posicionamento, a

FLD divulga. Ex: quando o milho transgênico foi liberado pelo estado, a FLD assinou junto o pronunciamento do CAPA, contrário à liberação.

Outros atores e organizações relevantes

Emater – a responsável pelo órgão Emater na região, Karin Peglow, trabalhou antes no CAPA e levou essa abordagem para a Emater. Entre os principais resultados do trabalho com as comunidades, ela aponta: o reconhecimento da importância de participarem nos conselhos municipais onde se discute as políticas públicas; o envolvimento da Defensoria Pública para facilitar o acesso das comunidades aos serviços e benefícios; capacitação de funcionários públicos no tema dos direitos quilombolas.

Prefeituras –

A gente conseguiu essa parceria e articulação, o CAPA trazendo a prefeitura pra dentro do território do programa e do próprio colegiado, tanto que eles iniciaram naquele período e hoje são parceria sim. Independente de vinculação partidária, de nada. Trocou o prefeito; o que saiu estava muito contente e o que entrou - que era oposição ao anterior, e que é oposição à política nacional - também está muito satisfeito, porque tem resultados para o município, tem resultados para as pessoas.

Programas do governo estadual (RS Rural: reforma de casa, geração de renda, sementes, árvores frutíferas, galinhas poedeiras) e federal (PAA, Fome Zero, Luz para Todos, etc).

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e outras organizações que colaboram pontualmente com projetos, serviços ou doações.

O movimento de consciência negra que trabalha em comunidades rurais – um forte trabalho no campo da cultura, com destaque para a formação de grupos de capoeira.





8. Principais impactos

- Ter “desvelado” para a região e para o país a existência de comunidades negras onde parecia não haver negros; trazer à tona o debate sobre racismo e exclusão; proporcionar um aprofundamento do debate sobre a prática ecumênica no âmbito da IECLB.

- Comunidades hoje articu-

ladas, organizadas, participando em espaços mais amplos de deliberação e de execução de políticas públicas; com redes de apoio e alianças estabelecidas; e acessando serviços públicos, como a energia elétrica.

- Aumento da renda e da qualidade de vida, inclusive da

qualidade nutricional e de saúde, dessas comunidades.

- Consciência da identidade quilombola e de seus direitos, com reflexão sobre a questão étnicorracial e o combate ao racismo, por parte de uma população que vivia extremamente marginalizada.



A photograph of a rural scene in Maranhão, Brazil. In the background, a white house with a red-tiled roof is partially obscured by lush green trees. A person in a red shirt and blue shorts is walking away from the camera, carrying a basket on their head. To the right, a fenced-in area contains laundry hanging on a line. The foreground is a grassy field with shadows cast by trees.

MARANHÃO

I. Apresentação do local/região

O Maranhão é um dos dois estados brasileiros com menor IDH – 0,683. Tem uma população de cerca de cinco milhões de habitantes (Censo 2000), dos quais 75% são negros (FCP), e uma área territorial de quase 332 mil quilômetros quadrados, o que significa pouco mais de 32 milhões de hectares de terra. A população rural é de cerca de 2.300.000 pessoas (Censo 2000). É o estado brasileiro com maior percentual de pessoas vivendo em área rural.

Há oito Territórios da Cidadania no Maranhão, incluindo muitos municípios com comunidades quilombolas certificadas. As comunidades visitadas por este estudo, Santa Maria dos Pinheiros, Santa Rosa dos Pretos e Filipa, fazem parte do Território da Cidadania do Vale do Itapecuru, cujo IDH médio é menor que o da média estadual – 0,57. No site oficial do Território, das cin-

co ações de governo referentes a questões fundiárias, apenas uma teve um mínimo avanço em 2010, com dois RTID publicados.

A Fundação Cultural Palmares já certificou 350 Comunidades Rurais Quilombolas no Maranhão, das cerca de 642 existentes. Dessas, 576 foram mapeadas e 267 identificadas pelo projeto Projeto Vida Negro, do CCN. Dentre as comunidades certificadas, há hoje 228 processos de regularização fundiária abertos no Incra e 50 no Iterma (órgão fundiário estadual), em distintos estágios e com diferentes conflitos. Apenas 31 áreas foram tituladas até hoje no Maranhão – 23 pelo Iterma e oito pelo Incra. É um estado em que os conflitos fundiários são enormes, em áreas em que a “exploração da terra [é feita] de forma arcaica” (Dr. Alexandre Silva Soares, procurador do MPF no Maranhão) e a questão agrária é

tratada de forma violenta.

O Maranhão é um dos estados de maior significado para a cultura afrobrasileira e muito representativo do ponto de vista do movimento negro, especialmente do movimento quilombola. Foi no Maranhão que se desencadeou o processo de reivindicação das comunidades negras rurais para regularização de sua situação fundiária, gerando uma demanda sistematizada pelo Centro de Cultura Negra. Em conjunto, o CCN e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará-Cedenpa, com o apoio do Movimento Negro do Rio de Janeiro, encaminharam a proposta sobre a garantia das terras das comunidades negras rurais à Deputada Federal Constituinte na época, Benedita da Silva, o que deu origem ao já mencionado Artigo 68 da Constituição de 1988.

Para este estudo, o foco foram as ações do CCN no Projeto Vida de Negro (PVN), cujo tema é regularização fundiária/direito à terra; e no Projeto Quilombo: Resistência Negra (PQRN), que trabalha em questões de educação e cultura. Esses dois projetos contaram com o apoio histórico da CESE desde a década de 90 e o PQRN com o apoio da Christian Aid na última década. Três comunidades do município de Itapecuru-Mirim onde houve atuação do PVN e do PQRN foram visitadas e lideranças de outras duas comunidades, Soassim, de Alcântara e Penalva, do Médio Mearim, foram entrevistadas. Além disso, foram ouvidas lideranças da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq), da Conaq-MA e representantes do Ministério Público Federal, da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) e do Incra, além da equipe do CCN. Por fim, revisou-se os dados das atuações mais recentes do CCN nas regiões do Médio Mearim e do Baixo Parnaíba, uma continuidade do trabalho do PVN e do PQRN e que contam com apoio da CESE.



2. Apresentação da problemática

Situação fundiária: muitos conflitos e poucos avanços

Nesta última década, a situação de titulação de terras no Maranhão teve pouquíssimos avanços. Há hoje apenas 31 terras tituladas no Maranhão e 278 processos pendentes. O CCN mapeou 576 comunidades quilombolas e a Fundação Cultural Palmares estima em 642 o total de comunidades quilombolas existentes no estado. Segundo a coordenadora do Serviço de Regularização Fundiária de Quilombos do Incra-MA, Lidiane Amorim, os processos são hoje mais lentos do que em 2005 e os avanços do Incra devem-se muito ao trabalho anterior realizado pelo CCN.

Os conflitos são “terríveis, situações difíceis. Difícil falar de prioridade e urgência, porque todos estão em situação de urgência” (Lidiane, Incra). Um agravante é a desinformação das comunidades sobre seus direitos. Na avaliação de Luiz Alves Ferreira, conhecido como Professor Luizão, presidente do Conselho Estadual da Igualdade Étnico Racial e coordenador do CCN, “o ponto central da sociedade brasileira é a questão da terra. A educação, as outras coisas, vêm depois”. Ele explica que não se trata da disputa da terra pela terra, mas que em torno da terra “vai ter a saúde, a educação, tudo”.

Para ele, o racismo ambiental deve ser considerado na análise da situação atual. “Se tiver um desastre ambiental no mundo, quem sofre são as populações negras, as populações pobres do mundo, de qualquer etnia. Já está mapeado”. A atuação do mercado de terras representa um grande entrave não apenas no Brasil, mas no mundo todo, com “as grandes empresas recolonizando a África, comprando grandes áreas de terras ricas”. O mesmo acontece no Maranhão. Lidiane também faz referência ao mercado de terras no país como gerador de muitas interferências na regularização de terras quilombolas. Para o pro-



fessor Luizão, a destruição dos pequizais, babaçuais e bacurizais traz enorme impacto também “simbólico e psicológico” para as populações tradicionais. Esse modelo de desenvolvimento “não é capaz de inserir as pessoas”.

A engenheira agrônoma do Incra estadual há 27 anos, Juliana Rosa Matos Pinheiro, afirma que a violência no Maranhão é muito grande. “Muitas mortes, a polícia ou os fazendeiros põem fogo nas casas, nas roças... A questão de direitos humanos aqui vai demorar séculos para avançar” e que o judiciário é “insensível e fraco” para a questão quilombola.

O procurador do Ministério Público Federal no estado, Alexandre Soares, fala dos conflitos “como formas antigas de apropriação da terra privada – fazendeiro que cria gado, que usa a terra de forma desordenada, mas que coloca obstáculos para as comunidades, como cobrança de foro para que elas permaneçam na terra”. Há constantemente despejos sem ordem judicial e também com ordem judicial – “qual é mais grave?” Esses despejos por ordem judicial vêm aumentando,

desconsiderando o dado étnico e o próprio tempo de ocupação e hoje são ações priorizadas pelo MPE, que analisa, ao mesmo tempo, a incapacidade do Incra de lidar com essas situações. “Hoje é mais fácil titular uma área como assentado de reforma agrária do que como quilombola”.

Outro lado dos conflitos é com novos empreendimentos que surgem na onda de desenvolvimentismo: mineração, com grandes empreendedores como a Vale do Rio Doce e a base espacial em Alcântara, onde o conflito é travado contra a União (Centro de Lançamento de Alcântara) e contra a Alcantara Cyclon Space – empreendimento comercial parceria Brasil-Ucrânia para comercializar veículos para satélites, considerado estratégico para o país. Há também conflitos resultantes da sobreposição de área quilombola com assentamento da reforma agrária, gerando uma situação difícil e muita tensão para os dois lados.

Segundo o procurador, a questão quilombola no estado está conseguindo ganhar mais visibilidade que a questão in-

dígena pela forte presença das comunidades e pelo apoio dos “mediadores”, entre os quais destaca o CCN, cujo papel histórico, em sua avaliação, foi “perceber a presença da questão quilombola e difundir a ideia de que há um direito quilombola à terra”. Nas palavras de Justo Evangelista, ex-presidente do STR de Itapecuru-Mirim e fundador da Aconeruq, foi o “casamento de luta” do movimento negro (CCN, SMDDH) e do STR que conseguiu conter a onda de despejos e violência contra as comunidades negras rurais do município, na década de 80, e garantir avanços e melhoras.

Racismo

A sociedade brasileira é racista e o racismo institucional existe e atua contra a população negra. Essa é a visão dos militantes do CCN, corroborada pelo ex-Secretário Adjunto da Secretaria Extraordinária da Igualdade Racial, Silvio Bembém: “Este país é racista, é desigual, é machista, violento e homofóbico, que começa a despertar para a constituição cidadã (de 1988).”

Militantes do CCN ocuparam – e alguns ainda ocupam – postos no governo, na tentativa de avançar com as lutas e reivindicações. Mas esbarram em muitas dificul-

dades, a primeira delas a negação do racismo.

Essa tal democracia racial acabou com a gente! Acabou! Essa ideia de que o Brasil é um país em que não existe diferença, que nós somos todos iguais. Acabou no sentido da luta, da garantia do direito, porque a gente chega pra discutir com as pessoas, a sociedade, e elas dizem – ainda se escuta isso! – ‘Mas isso não existe!’ (Socorro Guterres, CCN).

No trabalho do PQRN de promover o debate sobre identidade, cultura e história negras dentro das escolas, o CCN observa grandes dificuldades, a maioria delas oriundas do próprio estado, especialmente nos níveis municipal e estadual, “(eles) não têm noção da importância dessas comunidades para o estado e para o país” (Socorro, CCN). Os representantes da instituição consideram que existe “muito racismo” e a questão dos negros só é colocada publicamente como algo exótico, com conotação pejorativa, mas não como um assunto que tenha importância. “O município é dos negros, mas não reconhece. Querem ser brancos. Não nos chamam pelo nome: lá vêm os pretos de Santa Maria... O racismo ainda existe.” (Tinoco, Presidente da Associação Quilombola

de Santa Maria dos Pinheiros).

Democracia, leis e políticas públicas

“Há leis no país, mas ainda não encontrei segurança na lei. Quando falam: há democracia no país, me pergunto: onde ela está? Ainda não encontrei ela”. Com essas palavras, Libânio Pires, de 74 anos e quilombola de Santa Rosa dos Pretos, começa a relatar como vê a situação atual. Para ele, a questão da titulação das terras não se resolve “porque é coisa de negro, se fosse de branco já tinha resolvido”. Lembra que as maiores fraudes de terra eram feitas pelos próprios cartórios, que lavravam escrituras falsas e assinavam como testemunhas. Hoje ele vê que as fraudes continuam “saindo de dentro do poder”, embora reconheça que já há um pouco de respeito pelo movimento social e pelos negros, que antes não tinham direito “nem de falar, nem de votar”. Ele aprendeu com a luta. “A luta ensina você. Nós despertamos uns aos outros”. Isso é corroborado por sua filha, Anacleta, que lembra que

nós vivíamos isolados do conhecimento e enfrentando muitos conflitos, na década de 80. O CCN nos trouxe uma forma de lutar com nossa história, com nossas manifestações, com nossa dança, com a luta pela posse da terra.

Segundo ela, as políticas públicas chegam pela metade no Maranhão. Justo Evangelista, ex-presidente do STR de Itapecuru-Mirim e fundador da Aconeruq polemiza: “como, no século XXI, temos comunidade que ainda não tem água, luz, água que escorre para o poço cheio de sapos e cobras, não tem casa de farinha, não tem nada?”

No momento deste estudo, a situação política no Maranhão era muito instável. Com a cassação do governador eleito, que ficou dois anos em exercício, e a recondução pela quarta vez de Roseana Sarney, em 2010, o governo voltou para as mãos da oligarquia que há muito tempo detém o poder, naquele estado.



3. Período, tema da intervenção e situação inicial

Período da intervenção: 1996-2010.

Temas: direito territorial; afirmação da identidade; educação

O foco deste estudo de caso sobre o Maranhão é o trabalho do CCN em relação à regularização fundiária, a organização do movimento quilombola e o fortalecimento da identidade por meio de ações de cultura e de educação. Desde sua fundação, em 1979, o CCN começou a mapear as comunidades negras rurais do Maranhão, chamadas “terras de pretos”. Identificou os primeiros conflitos na década de 80, um dos quais, refere-se a Santa Maria dos Pinheiros, comunidade visitada por este estudo. Após a Constituição de 88, a estratégia do CCN foi trabalhar em casos paradigmáticos de titulação de terras, a fim de que servissem como modelo de demonstração da aplicação do artigo 68. Novamente Santa Maria dos Pinheiros surge entre as comunidades selecionadas.

Por outro lado, o PQRN começou a trabalhar a partir das escolas das comunidades, com o foco na identidade quilombola e no estudo da história e da cultura local afrobrasileira e africana na linha do que seria regulamentado pela Lei 10.639, que rege a inclusão desses temas no currículo educacional. A aprovação dessa Lei foi resultado da luta dos movimentos negros em todo o país, com participação do CCN.

Este estudo parte do final da década de 90, focando-se espe-

cialmente os anos do Programa de Apoio ao Movimento Negro (PAMN), por meio do qual a CESE apoiou o CCN até 2010. Desde 2002, o PQRN recebe apoio direto da Christian Aid; e a CESE por meio do Programa de Pequenos Projetos, tem apoiado a ação do PVN no Médio Mearim e no Baixo Parnaíba, com ênfase em terra, território, identidade e gênero. As comunidades visitadas foram Filipa, Santa Maria dos Pinheiros e Santa Rosa dos Pretos, todas no município de Itapecuru-Mirim, que tem 23 comunidades quilombolas certificadas. Filipa e Santa Rosa dos Pretos foram certificadas em 2005 e Santa Maria dos Pinheiros, em 2004.

Situação inicial

Na época do PAMN, 1996, à exceção de Filipa, cuja terra havia sido demarcada anteriormente, ainda que não como território quilombola, nenhuma das comunidades visitadas tinha área demarcada, muito menos certificada. Santa Maria dos Pinheiros vivia um conflito grave com os fazendeiros vizinhos e tinha o acesso à estrada principal impedido por um pretenso proprietário de terras. Não havia serviços como luz e água encanada. Filipa começava a trabalhar com a afirmação da identidade quilombola, com sua origem etnicorracial, com o conhecimento de sua história e com a revitalização das manifestações culturais da comunidade, a partir do trabalho do PQRN.

O CCN, muito presente desde sua criação no cenário da luta pe-

los direitos das comunidades negras rurais e contra o racismo, já era referência no estado e no país. Uma das dificuldades institucionais do CCN era a tensão originária de sua dupla identidade: movimento e organização não-governamental, com execução de projetos e captação de recursos. O CCN já fazia algumas parcerias com programas do governo, entre os quais o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e ocupava alguns espaços consultivos como participante de conselhos temáticos.

Em termos de direito territorial, o PVN produzia estudos, laudos e publicações que embasavam a sociedade e o Estado na luta pela titulação das “terras de preto”, chegando a trabalhar em parceria com o Incra e com o Iterma no sentido de avançar com os estudos e laudos. O trabalho do PVN era realizado em parceria com a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, em parte pela parceria na temática (a SMDDH prestava o apoio jurídico), em parte porque a SMDDH possuía uma estrutura institucional mais adaptada para administrar o PVN.

No cenário nacional, as maiores mobilizações quilombolas aconteciam no Maranhão e no Pará. A Aconerug era uma conquista recente, assessorada pelo CCN e voltada basicamente para a luta política. Essas duas instituições eram consideradas pelos quilombolas como referências para qualquer situação de conflito.

4. Mudanças significativas

4.1. Mudanças na vida e nas condições de vida das três comunidades visitadas

Hoje nós temos uma realidade em comunidades, que mudou alguma coisa. Pouco, muito pouco, uma gota d'água no oceano, mas que não é mais aquele quadro caótico, que você chegava e via

só pessoas ali dentro das matas, como se não fossem seres humanos (Ana Amélia, CCN)

Santa Maria dos Pinheiros

- Terra demarcada

Os 400 hectares demarcados são apenas parte do que a comunidade reivindica. A localidade

vive uma situação muito tensa, marcada por conflitos armados, com área delimitada com cerca eletrificada. A ampliação da área está barrada por ordem judicial devido à reivindicação de um haras que ocupa 600 hectares de extensão e que tem interesse em provar que não há quilombolas no local.

A justiça federal do Maranhão tratou de forma agrária e não étnica esta questão. Foi um engenheiro agrônomo quem fez a perícia e não um antropólogo, que pelo menos deveria ir junto (Alexandre Soares, procurador MPF).

- Identidade e cultura

A cultura é marcada pelo orgulho de ser negro e de ser quilombola, com festas tradicionais.

- Acesso a políticas públicas e projetos

A comunidade possui uma escola que oferece ensino fundamental até a 4ª. Série (5º. ano) pouco equipada e funcionando em apenas um turno, sem serviços de educa-

ção de jovens e adultos. O projeto para a construção do Colégio Quilombola, já aprovado, ainda não foi executado. Há na localidade um posto de saúde, mas que não funciona e não conta com um agente de saúde. Há água encanada - "as mulheres não precisam mais carregar na cabeça" - e grande parte de seus moradores são beneficiários do Programa Bolsa Família.

- Acesso à área

Após 45 anos isolada, a maior conquista da comunidade, há dois anos, foi a abertura, por ordem judicial e com apoio do CNN, da estrada que dava acesso à região, fechada por um fazendeiro. Antes disso só era possível chegar ao lo-

cal a pé, pelas trilhas no matagal. "Estamos no céu, a moto vem hoje deixar a gente na porta."

- ▶ Fatores de mudança

"O pessoal se *engrupou* mais". Hoje a liderança, Seu Tinoco, representa a força de resistência, de persistência e conta com o apoio do CCN, do STR e da SMDDH.

- ▶ Visão dos vizinhos

Embora seja uma situação muito tensa, e apesar do racismo ainda presente, "hoje nos respeitam porque sabemos nossos direitos".

Filipa

- Terra demarcada

A terra de Filipa foi demarcada em 1985. Na época, o Incra queria lotear o terreno, mas a comunidade não aceitou - preferiram a terra coletiva, porque "tem parte boa para uma coisa, parte boa para outra...". Na época, eram 25 famílias, hoje são 48; a terra está ficando pequena e o processo para demarcação da área total e titulação iniciado em 2004 está em aberto até hoje.

- Recuperação da identidade

"Estávamos perdendo nossa origem, as pessoas não queriam ser negras; com o CCN, começamos a saber de onde vem a nossa raça" (Dona Nielza). Atualmente existe na comunidade o grupo de Tambor de Crioula e dança de cúria, que tem se apresentado em vários lugares do Maranhão e do Brasil. Com isso, mais pessoas, inclusive jovens, passaram a se interessar pela cultura e pela história daquele povo quilombola. O grupo começou com 10 pessoas e hoje tem 46. Dona Nielza, 69 anos, líder da comunidade e várias vezes presidente da associação, gosta de fazer versos e é quem mais incentiva e organiza a comunidade. Tem orgulho de ser bisneta de Filipa, a negra que deu o nome à comunidade.

- Rompimento com o isolamento e articulação

"Antes todo mundo era parado dentro da comunidade, vivia isolado" (Dona Nielza). Mas após a intervenção do CNN, a comunidade



passou a se abrir, a se organizar e se articular com outros movimentos e associações.

- Acesso a políticas públicas e projetos

Entre os serviços presentes na comunidade estão um poço artesianiano, uma casa de farinha, uma mini-usina de arroz, uma barragem, tanques de peixe. Possuem energia elétrica e água encanada e ali estão localizados um colégio e posto de saúde e computadores para uso público. Já desenvolveram projetos de fomento com o Incra e conseguiram comprar um caminhão e uma Kombi. Espera-se a aprovação de um projeto Ponto de Cultura.

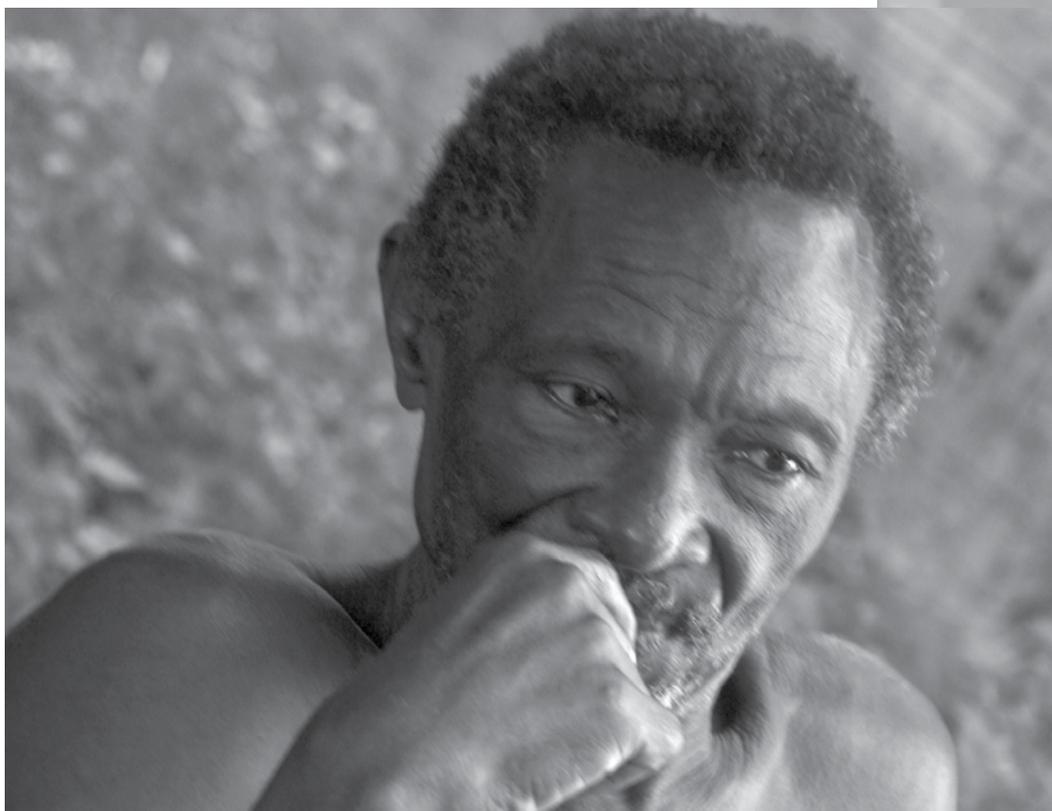
Santa Rosa dos Pretos

- Identidade

“Quilombo, o nome é coisa nova, mas a vivência não é nova. É resistência no sangue, na alma... Chamamos os outros pelo caminho do mato para bater tambor. Ser preto era igual a ser ladrão – “quem quer ser essas coisas?”. Anteriormente a comunidade era denominada Santa Rosa do Barão, mas com a luta e com o reconhecimento da identidade quilombola o nome foi mudado para Santa Rosa dos Pretos. Essa explicação foi dada por Libânio Pires, 74 anos, que ingressou “na luta” em 1952, atuando na Ação Católica Rural, e por sua filha Anacleto, ex-candidata a vereadora (slogan de campanha: “A mulher negra é de raça”), que hoje estuda Pedagogia da Terra na UFMA. “Nunca aceitei trabalhar em casa de família”. Era professora em Itapecuru Mirim e o prefeito a demitiu por causa de sua participação no movimento social.

- Acesso a políticas públicas e a projetos

“Não temos garantia para projetos porque não temos a titulação da terra”. Na comunidade foi possível a recuperação de 26 casas. Contam com energia elétrica e poços artesianos. O prédio da escola localizada em Santa Rosa está em péssimas condições; há a promessa de uma nova escola, que ainda não foi construída.



- Terra

Há conflitos entre o Projeto de Assentamento e os quilombolas, já que uma parte do território quilombola tradicional foi transformada em área de Assentamento de Reforma Agrária. O processo de regularização fundiária foi aberto no Incra em 2005. Seu Libânio Pires, (74 anos), diz: “alcansei meus pais dizendo que esta área não podia ser vendida nem alienada. Comecei a conversar com os companheiros e ficamos com 2.578 hectares.”

4.2. Mudanças observadas no conjunto da intervenção do CCN

Educação

Está sendo implementada a construção de escolas quilombolas de Ensino Médio – EFA (Escola Família Agrícola, que trabalha com pedagogia de alternância) nos municípios de Codó, Itapecuru e Turiaçu, na comunidade de Jamary dos Pretos

e lá, eu lembro muito bem que, quando eu dizia ao Seu Raimundo, que era o dono da casa, “o que vocês queriam que tivesse aqui?”, ele me olhou e disse assim “Um coleginho”. Eu fiquei muito

satisfeita porque... ele não está mais aqui, faleceu ano passado, mas viu a construção da escola. (Ana Amélia, CCN).

Jovens

Os jovens estão mais interessados nas manifestações culturais relacionadas com afirmação da identidade e sua identidade racial está mais fortalecida após a formação oferecida pelo CCN. “Os jovens também se interessaram em aprender capoeira”. (Dona Gilda, de Soassim).

A gente contribuiu, sem dúvida nenhuma, para o processo de fortalecimento da autoestima das crianças e dos jovens. “Sou da comunidade Santo Antônio dos Pretos!” - Eles falam isso, com muito orgulho. (Socorro, CCN).

Mudanças do ponto de vista de equidade de gênero

- Reconhecimento e valorização do papel das mulheres

O papel das mulheres como guardiãs e mantenedoras da cultura tem sido valorizado, assim como sua importância na garantia da vida nas comunidades nos casos de conflitos de terra.

O entendimento era de que essa é uma discussão pra ho-

mens e que os homens é que tinham que estar na reunião, mas no momento das perseguições, a situação de uma liderança ter que ficar 20 dias dentro do mato, escondido, então nessa hora são as mulheres que conseguem garantir essa coisa da manutenção da pessoa lá. Em Frechal as mulheres estiveram muito presentes e também resguardaram as comunidades. (Ana Amélia, CCN)

- Maior participação das mulheres na vida política do quilombo

Antigamente, a gente via só homens na coordenação e na presidência da associação. Hoje, geralmente, as mulheres é que são presidentes. Eu estou vindo de dois mandatos. A gente hoje vê as mulheres participando, dando suas opiniões. Hoje elas estão bem desenvolvidas. Noventa por cento (da participação) são mulheres. Até na questão das organizações, você vê mais mulher. Agora que nós estamos lutando mesmo é pelo espaço da gente, porque nós temos muitas mulheres, mas sempre é como secretária, nesses lugares. E nunca a mulher fica na posição, porque a gente sabe que pra todos os controles a mulher é muito mais preparada para trabalhar quase do que os homens. A gente sabe que os problemas com os homens são mais. As mulheres são mais conscientes dentro da luta. (Dona Nice, representante da Conaq no Maranhão)

- Participação das mulheres em reuniões, assembleias e mobilizações

Até então as mulheres eram mais na lavoura, só na cozinha, e hoje elas já participam bem de reunião, já saem pra participar fora. (Dona Gilda, Soassim)

Em 92, quando eu cheguei, elas eram muito ausentes. Nós tínhamos reunião com 50-60 pessoas, no espaço. Dessas, a maioria era homem. Nós tínhamos ali cinco ou seis mulheres, que ficavam paradas o tempo todo. (Ana Amélia, CCN)

- Conhecimento do próprio corpo

Uma coisa que foi muito boa,

principalmente para as mulheres, foi em relação a conhecer seu corpo, que era uma coisa que as mulheres ainda tinham vergonha de estar se olhando no espelho, de estar procurando os exames necessários, como, por exemplo, o preventivo. E a gente começou a conversar entre si, em relação a tudo o que a gente aprendia nas oficinas. (Dona Gilda, Soassim)

- Mulheres ocupando espaços políticos

Nós já conseguimos muita coisa. Primeiro, a gente não tinha esses conhecimentos; hoje a gente lutou, primeiro, pelo direito do negro; depois, o direito da mulher, o direito do jovem, e aí, por meio desse movimento a gente começou a conseguir nosso espaço. Logo quando nós entramos, pra gente ter uma mulher negra sendo vereadora, prefeita, era muito difícil, e hoje eu já fui vereadora, como negra e quebradeira de coco, e a gente começou a conseguir espaço. Eleger uma quebradeira de coco, uma negra lá das comunidades, lá do quilombo, acho que fui a primeira. (Dona Nice, Canaq)

Poder de influência sobre decisões que os afetam

- Perigo na relação de poder com o Estado

Pra nós é problema, para nós é perigo, porque os governos que estão no poder nunca foram do lado do quilombola, sempre foram do lado do latifúndio, e foram os fazendeiros que sempre tentaram nos despejar das nossas terras. Para nós é um problema muito sério, principalmente no Maranhão. (Dona Nice, Conaq)

- Estratégia de militantes ocupando espaços de governo

Nós precisamos saber o seguinte: qual é o Estado que nós vamos ocupar? E quem são as pessoas que vão estar acima da gente? São racistas? São aliadas da gente? Porque você pode ter um governador aliado, mas você pode ter um governador que é racista e diz pra sociedade que botou alguém lá. E vai dourando a pilula! Numa mesa grandona tu é o único secretário, só tem tu de negro, a festa é só de branco, mas tu tá sentado porque é secretário, tu não consegue fazer essa ava-



liação, a secretaria não tem orçamento... (Sílvio Bembém)

A criação da Secretaria Estadual de Igualdade Racial foi resultado de uma intensa luta. Muitas pessoas do governo desaprovavam a medida, embora o governador fosse favorável. Ao final, os militantes conseguiram conquistar esse espaço político, mas não havia estrutura nem orçamento.

A dificuldade de discutir a política no conjunto do governo foi um desafio muito grande. Não tínhamos absolutamente nada de recursos. Então foi criada uma Secretaria sem estrutura nenhuma, sem condições - nem financeira e nem de equipamento. Era uma estrutura simplesmente inviável para que se pudesse desenvolver qualquer ação efetiva da política de igualdade racial no estado. (Socorro Guterres militante e técnica do CCN e Gestora de Políticas de Ações Afirmativas do governo Jackson Lago).

Este era um dilema. Porque a gente passou tanto tempo sem ter espaço pra pensar, nós mesmos, a nossa política. A gente teve uma oportunidade recente, depois de não sei quantos anos, quando a gente chega, a gente não tem as condições! (Sílvio Bembém, Secretário de Igualdade Racial do governo Jackson Lago).

Ele diz que, mesmo quando se conseguia fazer um projeto para angariar recursos federais, muitas vezes isso ficava inviabilizado porque o estado estava inadimplente com a União. "O Maranhão é o campeão dos estados que não conseguem trazer recursos públicos" (Sílvio Bembém).

Para Socorro Guterres, apesar de todas essas tentativas e da mobilização do movimento,

no Estado do Maranhão a política etnicorracial ainda é uma coisa exótica, bonito ver o negro no carnaval, tanto estampado com seus turbantes, que a gente tem um bloco aqui, tem tambor-de-crioula, dançando para o turista ver, mas política efetiva que tire esse povo do processo de exclusão, nada! Não existe ainda.

Mudanças na organização e no movimento quilombola

O movimento quilombola do Maranhão é histórico. "As lideranças aqui têm história que levam para o nível nacional a repercussão histórica do início" (Lidiane, Incra). O CCN considera que o maior impacto de seu trabalho nas décadas de 80 e 90 foi a criação da Aconeruq, em 1997. No entanto, nos últimos anos, o movimento entrou em crise. Para o CCN, a retomada do movimento é fundamental - "nós estamos tentando recuperar, reconstruir, reorganizar. A Aconeruq é importantíssima!" (Prof. Luizão).

- Crise da Aconeruq e enfraquecimento do movimento

A crise da Aconeruq tem a ver com a captação de um volume enorme de recursos, em cinco anos, principalmente de fontes governamentais, sem estrutura de prestação de contas, de fiscalização, de transparência. A liderança era individualizada e estava muito próxima ao poder político constituído. A inadimplência, ausência de prestação de contas e suspeitas de corrupção em relação à diretoria da Aconeruq, especialmente ligadas à figura do presidente, foram decisivos para seu enfraquecimento. No entanto, recentemente a assembleia instituiu uma nova diretoria, disposta a recuperar o trabalho político da organização. A chapa vencedora tem à frente uma mulher, Maria José Palhano.

- Falta de assessoria à Aconeruq

Eu senti que havia uma crença exagerada de que o movimento quilombola já teria condições de caminhar pelos próprios pés, quando não era esse o debate. Nós queríamos que o movimento quilombola caminhasse pelos próprios pés, desde o início. O que estava em discussão era a questão organizativa, porque estavam em curso projetos e eles não poderiam ser abandonados assim, e estava em curso também a luta do cotidiano. (Pedrosa, SMDDH).

Pedrosa (SMDDH) faz uma reflexão que ajuda a compreender a trajetória histórica dessa construção.

O movimento social no Brasil existe porque existem as ONGs, porque existe assessoria. Nenhum movimento sobreviveu sem assessoria. Todos os movimentos sociais fortes que surgiram no Brasil e que sobreviveram a todos esses reveses existem porque existe uma rede. O MST, o movimento indígena, o movimento dos trabalhadores rurais, todos têm assessoria. Então o que o governo fez com o movimento quilombola? Para poder aprovar esse decreto aí, pegou os quilombolas e disse: "Não tem passagem para as entidades de assessoria - só para o movimento quilombola." Fez a reunião, aprovou a lei, todo mundo bateu a cabeça. Ele vai dizer o quê?

- Individualização da liderança da Aconeruq - concentração de poder, pouca fiscalização ou controle do coletivo.



Perdeu essa ideia do coletivo, da organização mais ampla, começaram as discussões muito individualizadas, muito particularizadas, sem envolvimento do conjunto. Se perdeu essa ideia de reunir com as comunidades - que era a grande força! - de realizar, por exemplo, reuniões, assembleias. (Socorro, CCN)

- Crise identitária da Aconeruc (movimento X organização/entidade) – Ser prestador de serviços para o Estado, executor de políticas públicas, ou movimento reivindicativo e de luta?

O que acontece no Maranhão? A demanda cresceu, necessitava de um controle mais técnico, mais formado, de pessoas mais formadas, para administrar o crescimento da entidade, e as pessoas que estavam não teve a condição, não teve a formação pra isso. Então a coisa cresceu, e quem estava não soube administrar. Há uma queda. Tem que ter transparência. E em primeiro lugar é a responsabilidade. Entender que ao ir pra lá eu não vou ganhar um milhão de dinheiro, que eu não vou ser assalariado com um salário grande, é um processo de sentimento da luta. (Ivo, Aconeruc).

- Existência de muitas frentes de trabalho e dificuldade da Aconeruc em monitorar as ações; fragmentação do movimento e das ações; ausência de planejamento que era mais frequente quando as ONGs de assessoria – SMDDH e CCN – estavam no centro da ação.

- Jogo político / política partidária – jogo de desarticulação do movimento, ligação com políticos locais, fragilidade dos presidentes de associações.

- Cooptação de lideranças, corrupção

um estado que tem 65% da população abaixo da linha da miséria, onde as populações são tremendamente dependentes... Há uma fragilidade do próprio movimento (Prof. Luizão).

“Começou a ser oferecido para algumas lideranças quilombolas

um cenário que até então essas lideranças não tinham, de facilidade, de oportunidade, mas não no campo da garantia do direito num aspecto coletivo” (Socorro, CCN).

- Falta de incorporação da luta quilombola em outras entidades, como o sindicato dos trabalhadores rurais – pouca interlocução política com outros segmentos da sociedade.

- Perda de capacidade política de reivindicar. “No Governo Lula, nós avançamos na política e perdemos na organicidade” (Ivo Fonseca, Aconeruc).

No entanto, mesmo com a crise, “o Maranhão tem participado de todas as brigas junto ao governo. Decreto 4887, IN, cobranças... estamos presentes” (Lidiane, In-cra). Para o procurador do MPF, as comunidades quilombolas têm um “discurso coeso” e suas falas conseguem “trazer sensibilidade para o problema”. Ele vê os quilombolas com mais força que o movimento indígena, com demandas mais sistematizadas. “Santa Rosa dos Pretos – nunca vi gente tão organizada, estão semanalmente em todos os lugares”. A crise da Aconeruc está servindo de reflexão para todo o movimento, para as comunidades, para os militantes. Cumpre, dessa forma, extrair uma função pedagógica deste momento, desvelando os perigos do isolamento das lideranças em relação a suas bases, da personalização em detrimento dos coletivos e da necessidade de assessoria técnica e política para enfrentar as novas e cada vez mais complexas situações colocadas para o movimento quilombola.

Mudanças na relação com o governo

Uma comunidade que passou, 20 anos 50 anos, e não tinha uma escola, não tinha uma estrada, não tinha energia, não tinha reconhecimento do governo, que passa a ter esse reconhecimento, pra ela é um avanço. Agora, a segurança em si, que é a terra, é onde eu digo: Não! (Ivo Fonseca, Aconeruc).

- O olhar do governo para com as demandas quilombolas está um

pouco mais atento. “A gente fez capacitação com os técnicos do governo sobre quilombolas.” (Pedrosa, SMDDH)

- Houve celebração de convênio do CCN com o órgão de terras do estado, para trabalhar nos processos de titulação.

- O PQRN oferece formação de professores e gestores de educação, levando todo o material, inclusive o lanche. As escolas que aceitam a formação oferecem apenas o espaço físico. Dessa forma, o trabalho do PQRN surge sempre como algo externo, não internalizado institucionalmente pelo estado, nem como metodologia, nem como prestação de serviços. Não há convênios formais para essa ação.

- A formação de professores é exitosa em alguns municípios. Um exemplo é o caso da atual secretária de educação de Itapecuru Mirim, formada pelo PQRN quando era professora, e que criou um Grupo de Trabalho municipal para implementação da Lei 10.639. Mas com a rotatividade dos professores, que são contratados e não concursados, é difícil, em geral, manter o acúmulo de aprendizagens.

Mudanças na percepção pública sobre os quilombolas

Não é fácil dar visibilidade à questão quilombola – essa é a conclusão do MPF, do CCN e de todos os demais entrevistados. A divulgação do caso de Alcântara tem sido muito negativa para as comunidades, colocadas como “empecilho” para os grandes empreendimentos.

Socorro, do CCN, afirma que, para a sociedade maranhense em geral, o assunto não tem importância, não tem significado, não circula. A enorme influência da mídia coloca as questões quilombolas de forma negativa e pejorativa. Os negros, em geral, e os quilombolas, especificamente, são vistos como figuras exóticas. “Quem chama de comunidade quilombola é o movimento, é a universidade que estuda essas questões, mas, de uma forma geral, a sociedade e até os órgãos de governo chamam de povoados”.



5. Fatores de mudança

As mudanças são menores do que as dificuldades. Os avanços são lentos, a situação política do Maranhão é muito desfavorável, o movimento vem enfrentando uma crise. Mas pode-se identificar fatores que levaram ao alcance dos resultados e conquistas e evitaram que o retrocesso fosse maior. Do ponto de vista das comunidades, esse fator é a resistência, a capacidade de não desistir

Quanto ao CCN, sua forma de trabalho, que caracteriza uma união rara entre militantes negros urbanos e comunidades negras ru-

rais, quilombolas, é uma das chaves para compreender a força do processo histórico quilombola no Maranhão. Seu trabalho contou com pesquisa de campo, organização do movimento, publicações acadêmicas, assessoria jurídica, formação e educação. A relação de confiança criada ao longo do tempo com as comunidades é um fator importante na análise sobre os avanços alcançados.

Mas os fatores vinculados ao insucesso e ao retrocesso também devem ser analisados, tais como os relacionados ao ambien-

te externo, desde a situação política do Maranhão até os grandes empreendimentos públicos e privados; a orquestração da mídia e dos setores conservadores da sociedade brasileira contra os direitos territoriais quilombolas e a forma como o Estado se relaciona com os movimentos sociais e especificamente com o movimento quilombola. No âmbito interno, também há uma série de aspectos identificados como empecilhos para as mudanças que se quer alcançar, detalhados no próximo item.

6. Dificuldades e desacertos

Educação

Algumas escolas quilombolas foram construídas, mas as de ensino médio, e as EFAS, estão fechadas, sem funcionar por falta de vontade política do governo para colocá-las em funcionamento.

O estado não incorpora a questão de gênero no currículo, nem a intolerância religiosa ou a questão etnicorracial. Há municípios que não conhecem a Lei 10.639. “[a] Formação de professores, no Maranhão, não existe” (Socorro, CCN) – sua afirmação é corroborada por relatório de consultoria do MEC sobre educação quilombola no Maranhão²⁰. As secretarias municipais e estadual de educação, embora reconheçam a importância do trabalho e da metodologia do PQRN, convidando seus representantes a assumirem cargos ou consultorias, não a incorporam como política pública.

Racismo

Os gestores públicos, na experiência dos militantes do CCN que estiveram em cargos públi-

cos de chefia, não reconhecem a importância da questão etnicorracial, “que este é um estado negro.” “Não conseguem compreender(...)”. Nossa cultura ainda é extremamente racista e excludente.” (Socorro, CCN)

Estratégia de ocupação do Estado

- Perigo de cooptação na estratégia de ocupar postos no estado.

Que a gente não seja picada pela mosca azul e esqueça nosso passado, nossas origens, nossa ancestralidade e as nossas relações com aquilo que a gente acredita. (Silvio Bembém, ex-Secretário de Igualdade Racial)

Direito territorial – questão fundiária

- Diminuição das publicações e pesquisas na área feitas pelas organizações.

- Mudanças nas normas, situação da ADIN. “Na política de titulação dos territórios quilombolas há um retrocesso.” (Prof. Luizão).

- Terra e saúde

a titulação das terras é o primeiro item de promoção da saúde da população negra do Brasil. Se eu estou com a terra aqui titulada, trabalhando, tranquilo, sem estar fustigado pelos grileiros, eu tenho tranquilidade. A pessoa aflita, aumentando a pressão, porque vai a polícia, o juiz dá uma sentença, e manda logo pra fora! Quantas pessoas não morrem por AVC, acidente vascular cerebral? (Prof. Luizão)

- Inkra

- O Inkra não incorpora a demanda diferenciada quilombola – não tem a visão, nem a estrutura operacional. Muitos servidores veem a questão étnica como um problema e as capacitações não têm sido suficientes para resolver essa falta de sensibilidade.

- Falta de antropólogos, peça-chave na etapa mais demorada da regularização fundiária, que é a de identificação e delimitação. O Inkra do Maranhão ficou um ano sem antropólogo; agora tem uma. Um antropólogo consegue fazer no máximo três laudos por ano; há mais de 200 processos no Inkra-MA. As normas impedem de contratar antropólogos externos, ou serviços das ONGs ou das universidades, como era possível anteriormente.

- Falhas de procedimento do Inkra geram liminares contra ampliação de território – Santa Maria dos Pinheiros é um desses casos.

- Instituições desarticuladas entre si – As comunidades não sabem a quem recorrer, chegam a várias instituições que tratam a questão de forma assimétrica.

- Aprovação (tardia) da lei estadual quilombola. “O estado que foi pioneiro na luta quilombola, é um dos últimos a ter uma legislação estadual quilombola.” (Pedrosa, SMDDH)

Dificuldades em manter a assessoria jurídica às comunidades



²⁰ Diagnóstico da Educação Básica em Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Maranhão - Ministério da Educação- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD - consultora responsável - Maria da Glória da Veiga Moura – Dezembro 2008.

- Os financiamentos parecem priorizar apenas denúncias nas instâncias internacionais (advocacy) em detrimento do acompanhamento em campo.

Isso é uma frente de luta. Mas em nome disso você não pode abandonar as pessoas aqui, por exemplo, em Alcântara. São duas frentes de luta que uma não pode, simplesmente, engolir a outra (Pedrosa, SMDDH).

- Pulverização do financiamento para as entidades quilombolas e um deslocamento, principalmente para as regiões Sul e Sudeste.

Por exemplo, aqui no estado do Maranhão, o financiamento foi para a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, de São Paulo, que concentrou boa parte das atividades em Alcântara, mas não tinha como de lá assessorar o cotidiano das lutas quilombolas daqui. E a luta não está no ar; o movimento quilombola está enraizado na terra, tem endereço certo (Pedrosa, SMDDH).

Relação do movimento quilombola com o governo

- Ação do governo federal para transformar as entidades quilombolas em executoras de políticas públicas.

- No que transformaram a ACONERUQ: numa executora de projetos governamentais, em que eles tinham uma margem de incidência estreita, transformaram o movimento num balcão do funcionalismo público federal. (...) Não significa que esses recursos estejam de alguma forma reforçando a cidadania quilombola. Às vezes até aprofunda o vínculo de subordinação com as oligarquias municipais, regionais, e aí a gente se questiona se essa cidadania é a que nós idealizávamos nesse período de construção política. (Pedrosa, SMDDH)

- Sistema de “cooptação” de lideranças. Política malvada, criminosa, que destrói o movimento” (Justo Evangelista, STR, Aconeruq).

- Governos locais buscam re-

ursos em nome dos quilombolas, mas benefícios não chegam às comunidades e há “manipulação da politicagem para ir se apropriando dos recursos da população negra. E gente perdendo a vida” (Prof. Luizão).

- Burocracia e exigências de qualificação técnica para gerir projetos. “Dificuldade das organizações dos trabalhadores rurais, dos quilombolas saberem gerir recursos federais”. (Pedrosa, SMDDH).

- Exclusão histórica da população quilombola.

A gente nota que o grau de miséria, de pobreza, é maior [que a dos demais trabalhadores rurais], a dificuldade de se relacionar com a instituição é muito maior, com o banco, com o sistema de crédito. (Pedrosa, SMDDH)

Políticas públicas e inexistência de política efetiva de titulação das terras

O que temos são paliativos e não a política efetiva. Se não tem

a titulação das terras, não tem a garantia de que outras políticas cheguem efetivamente, porque não tem legalidade, como é dito. Brasil Quilombola, Território da Cidadania, se começou no Brasil inteiro e aqui no Maranhão a se vender uma ilusão de que as coisas estavam acontecendo e de que esse é o caminho. Mas, efetivamente, a questão crucial esses planos nem tocam, nem discutem, que é a questão da titulação das terras, que emperra muito o outro processo da política. (Socorro, CCN)

- Risco de perder o foco da luta pela terra para lutar pelas outras políticas. “Deixa de brigar pela terra para brigar por recursos... esse é o problema das políticas públicas. Não vejo nada de específico nessas políticas e programas” (Procurador MPF).

- Projetos executados de forma inadequada. “Por exemplo, o programa de moradia – o projeto vem empurrado de cima pra baixo, qual é a casa, qual o feitiço... só tem servido para enricar empreiteiro (Juliana Pinheiro, Inkra)



7. Contribuição da organização de apoio e de outros atores

Atuação do CCN

- Informação, formação e fortalecimento das comunidades

“Faz toda a diferença a comunidade que já teve visita do movimento e outras que nem sabem de nada” (Lidiane, Incra).

Essas ONGs de apoio são fundamentais. As comunidades ficam reféns de tudo – pretensão proprietário que toma tudo, pede aforamento e as comunidades têm que pagar foro. Se sujeitam a isso... Às vezes é prefeito que faz chantagem... A questão da informação continua sendo muito importante (Pedrosa, SMDDH).

- Fiscalização e qualificação
“O CCN, junto com todo o movimento, fiscaliza o governo e qualifica sua intervenção nas comunidades.” (Lidiane, Incra).
- Assistência jurídica e mediação

São muitos processos de reintegração de posse, ações possessórias e as comunidades não têm a quem recorrer para falar em nome delas em juízo. Quem tem feito isso é o CCN e o SMDDH e às vezes a Defensoria Pública do estado. Há muita necessidade dessas ONGs do ponto de vista judicial, porque quem deveria fazer, a Defensoria Pública, não funciona. (Alexandre Soares, Procurador MPF)

- Papel aglutinador e de formação de quadros

O CCN desempenha um papel aglutinador do movimento, formando redes de apoio, mobilizando parcerias. Sua atuação na formação não se dá apenas junto às comunidades e ao movimento, mas também com tomadores de decisão, como o caso da procuradora responsável pela Sexta Câmara (que trata dos direitos das comunidades tradicionais no MPF – Índios e Minorias), que “começou a aprender o que sabe de quilombola com o CCN”, segundo o procurador no Maranhão, que, por sua vez, foi estagiário do PVN/CCN quando era estudante. Para ele, o CCN “en-

sinou ao MPF” sobre a questão quilombola.

- Assessoria ao movimento quilombola

Nesta última década houve certo afastamento do CCN no assessoramento à Aconeruq. Isso está sendo atualmente reavaliado, apontando para a necessidade da assessoria. Tanto para o CCN como para as comunidades, a assessoria às associações e ao movimento é fundamental.

- Contribuição para criação das novas instâncias do estado para igualdade racial

Quem realmente fez com que o estado criasse essa estrutura formal da Secretaria da Igualdade Racial, do Conselho, partiu do Centro de Cultura Negra do Maranhão com as outras entidades. O projeto mais importante do movimento negro brasileiro, na minha opinião, é o projeto Vida de Negro – e digo isso sem a mínima intenção de desmerecer o movimento negro brasileiro – que é a titulação das terras, que permitiu até criar a SEPPIR. (Prof. Luizão, CCN)

- Ocupação de cargos no governo (Secretaria do Estado de Igualdade Racial; coordenação de Educação no Campo na Secretaria de Educação) com poder de incidir na implementação de políticas públicas – articulação com os demais órgãos do estado a política de igualdade racial; construção de EFA e escolas quilombolas.

- Intervenção nas Políticas Públicas de Educação

Assento no Fórum de Diversidade Etnicorracial no âmbito da Secretaria Estadual de Educação.

Participação na construção de material didático para educação quilombola (livro MEC/SE-CAD); consultoria para o MEC

Contribuição no processo de Implementação da Lei 10639/03.

Conseguimos que isso fosse trabalhado nas escolas. A ambientação das escolas já é feita de uma forma diferente. Trabalhamos com processo educativo, peda-

gógico, para ter algum resultado, alguma interferência na escola, principalmente com as crianças e jovens. (Socorro, CCN)

Características do CCN que contribuíram para as mudanças

- Convivência diária com as comunidades, muita atividade de campo, vivenciando o problema junto, criando vínculos.

O hotel que nos recebia eram as casas dessas famílias. Aprender com elas e a ajudá-las a compreender todo esse processo, porque existia um entendimento de que se você está numa comunidade que não tem estrutura, e você não tem terra, não tem nada, é porque Deus quer. As pessoas não conseguiam fazer uma leitura de que ali estava presente uma negação de direitos, de valorização da vida, e um processo de exclusão da sociedade brasileira. Essa discussão nós conseguimos perpassar mediante momentos de seminários, de reuniões, de oficinas, da convivência diária. (Ana Amélia, CCN).

- Compreensão da importância dos encontros de comunidades negras, que eram enormes (duas ou três mil pessoas) e foram fundamentais para o movimento. Pesquisa (formação de pesquisadores do CCN), análise e publicação de resultados, mostrando para o governo, para a academia e para toda a sociedade os dados e a realidade, fornecendo laudos para o Incra ou dados que aceleram os processos.

- Trabalho simultâneo como movimento negro urbano, tendo em seus quadros pessoas de proeminência na vida intelectual do Maranhão, fazendo parte dos movimentos negros nacionais, e com total identificação com as questões do movimento quilombola. Ser ao mesmo tempo um movimento, no sentido da militância, e uma ONG, com estrutura, projetos, institucionalidade.

- Formação de quadros – o procurador do MPF, Alexandre Silva Soares, foi estagiário do PVN; há outras pessoas que hoje

coordenam projetos no CCN e que foram, antes, beneficiários de ações do Centro de Cultura Negra.

Outros atores e organizações com papel relevante

- Aconerug – criada a partir do trabalho do CCN, ator fundamental no movimento quilombola nacional, reúne centenas de associações de comunidades quilombolas no Maranhão. Em fase de superação da atual crise administrativa e política.

- SMDDH – parceira histórica do PVN atua sobretudo na área de assessoria jurídica.

- Sindicatos de Trabalhadores Rurais – uns mais envolvidos que outros. Apoiam mobilizações, reuniões, passagens etc. O STR de Itapecuru Mirim foi um parceiro fundamental no início do trabalho; hoje está distante, com outra orientação política, “cooptado” (segundo analisa Justo Evangelista, ex-presidente do STR e militante fundamental do movimento quilombola).

- Fetaema – “Acho que próxima formação da Fetaema já deve ter um departamento para discutir a questão dos quilombos” (Ivo Fonseca, Aconerug).

- Incra – A responsável local no Incra e sua equipe (uma engenheira) são aliadas fortes do CCN e do movimento, embora trabalhem numa estrutura emperrada.

- MPF – aliado fundamental

na estratégia de levar para o judiciário as ações que não avançam no Incra, provocar, fazer audiências públicas.

CESE e Christian Aid

“A CESE, como agência, é uma das poucas que apoia a reflexão. Apoia a realização de assembleia, apoia o movimento.” (Pedrosa, SMDDH)

A CESE continua apoiando ações do CCN nas novas regiões – Médio Mearim e Baixo Parnaíba, onde a organização está expandindo sua atuação, nos mesmos moldes e metodologias trabalhados na região de Itapecuru-Mirim, Codó e Alcântara na época do PAMN.

Foi e continua sendo fundamental o apoio da Christian Aid e da CESE porque a gente entende que esse processo de fortalecimento organizativo das comunidades continua agora mais ainda, muito mais forte do que alguns anos atrás. (Socorro, CCN)

Características diferenciais desses apoios

Autonomia no desenvolvimento das ações

Essas instituições sempre nos permitiram ter autonomia e, a partir das nossas ideias, das nossas propostas em conjunto com as comunidades, desenvolver o trabalho. É claro que existem e existem diretrizes que

são importantes para o apoiador e para as agências, mas essas diretrizes nunca se caracterizam como uma camisa-de-força. Ao contrário, houve sempre um diálogo muito aberto em relação às diretrizes que sempre foram colocadas como importantes no processo. (Socorro, CCN)

Apoio ao desenvolvimento institucional

O apoio foi sempre no sentido do fortalecimento institucional. A Christian Aid investiu muito nisso, durante todos esses anos que tem nos apoiado. Uma preocupação muito presente da Christian Aid e também da CESE foi que a organização não é o projeto em si, o Projeto Vida de Negro, o Projeto PQRN, mas como é que a organização está constituída, como é que ela se fortalece no sentido de potencializar suas ações, e que essas ações permitam ter consequências positivas. (Socorro, CCN)

Reconhecimento e valorização da história de luta da organização

É importante essa característica de ser não somente como uma pessoa que receba um apoio financeiro como se fosse um beneficiário somente, que só está em busca de recursos, mas por ser enquanto sujeito que tem autonomia, que pensa, que tem uma história que deve ser respeitada, valorizada. (Socorro, CCN)

8. Principais impactos

O papel do CCN, cada vez mais destacado nos espaços de participação política tanto no Estado como em nível federal tem a ver com seu desenvolvimento institucional, apoiado tanto pela CESE quanto pela Christian Aid. O avanço em espaços de criação e de execução de políticas identitárias, tanto no Maranhão quanto no país, têm relação direta com a luta dos movimentos

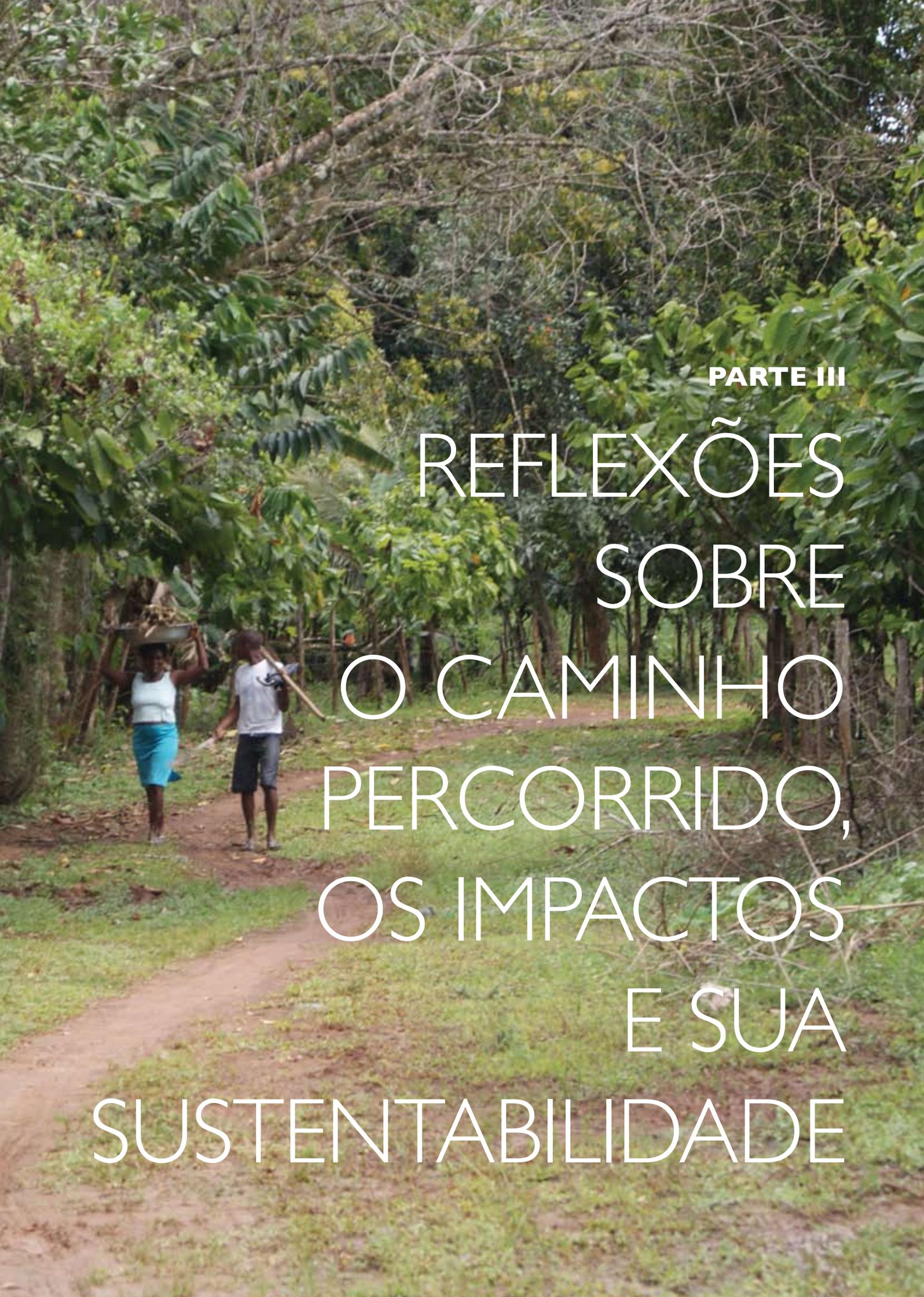
negros e com a luta do CCN. O fato de o CCN ter hoje militantes convidados a ocupar postos de decisão no governo estadual é significativo, assim como a ampliação do trabalho do CCN para novas regiões do Maranhão, onde há grande tensão fundiária.

A reflexão do movimento quilombola sobre os riscos da relação com o estado, da capta-

ção de recursos, das lideranças personalistas e sobre a necessidade de retomar a parceria mais próxima com as organizações de assessoria é um aspecto que merece destaque.

Ainda que tenha havido pouco ou quase nenhum avanço nas titulações, outras políticas públicas começam a ser acessadas pelas comunidades, a partir da certificação como quilombolas.





PARTE III

REFLEXÕES
SOBRE
O CAMINHO
PERCORRIDO,
OS IMPACTOS
E SUA
SUSTENTABILIDADE

I. Algumas reflexões iniciais

O conceito de desenvolvimento veio sendo modificado ao longo dos últimos cinquenta anos. O Índice de Desenvolvimento Humano, que começou a ser utilizado para medir o desenvolvimento dos países com base no Paradigma do Desenvolvimento Humano, diz que

o que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez. Além do acesso às oportunidades, as pessoas precisam ser preparadas para fazerem escolhas (IULIANELLI, 2010).¹

A atuação das organizações da Aliança ACT é pautada pelo conceito de desenvolvimento transformador. A questão de fundo é:

em que bases assentar modelos de desenvolvimento que permitam a produção e reprodução da vida de todas e todos, cuidando da sustentabilidade ambiental e assegurando modos de vida justos para as gerações futuras (e para a presente)?²

A abordagem do desenvolvimento transformador³ busca preservar os direitos humanos e gerar mudanças para todos os envolvidos a partir da aprendizagem mútua. É nesse marco que se insere a proposta deste estudo de impacto.

No Brasil, os oito anos de governo Lula, de 2003 a 2010, embora tenham garantido uma série de avanços sociais e econômicos, resultou também no acirramento - ou ao menos na

revelação - de graves dificuldades e problemas resultantes do modelo de desenvolvimento. Por exemplo, a criminalização dos movimentos sociais e das classes populares em geral, ou seja, a percepção de suas ações e mobilizações como criminosas. Esse processo se inicia com a estigmatização de pessoas ou coletivos que buscam afirmar suas identidades. A diversidade etnicorracial e cultural não é vista como riqueza, mas como algo ilegítimo (IULIANELLI, 2010).

A questão quilombola é ilustrativa desse problema, embora não seja a única na qual a criminalização ocorre. Conforme visto, as comunidades quilombolas vivem uma situação de desigualdade socioeconômica e de violação de direitos. A questão quilombola também traz à tona outro problema fortemente vinculado à noção de desenvolvimento: o racismo ambiental.

Chamamos de racismo ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e outras comunidades, discriminadas por sua origem ou cor (PACHECO 2007).

O racismo ambiental está presente quando

as instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares influem na utilização local da terra (...) e, de forma particular, os lugares onde moram, trabalham e têm o seu lazer as pessoas de cor.⁴

No Brasil, foi feito um mapa dos conflitos de racismo ambiental,⁵ que explicita uma série de si-



¹ IULIANELLI; Jorge Atilio (org). Contribuições ecumênicas para o desenvolvimento transformador. Koinonia, Tempo e Presença Digital, 2010.

² Idem

³ O desenvolvimento transformador deve considerar: participação (direito da autodeterminação); empoderamento; capacidade de desenvolvimento (capacidade daquelas pessoas e comunidades que tiveram seus direitos violados a superar a pobreza e a injustiça e a determinar o seu próprio futuro, aumentando suas capacidades, conhecimento e acesso a recursos); sustentabilidade ambiental; não à discriminação; igualdade de gênero; sensibilidade cultural e espiritual; comunicação efetiva; reafirmação dos Direitos Humanos; incidência política e defesa de causas; promoção de relações justas, de paz e de reconciliação.

⁴ Site do GT Racismo Ambiental, racismoambiental.net.br

⁵ Mapa de conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil, levantamento inicial junho de 2007. Pesquisa: Tereza Ribeiro. Coordenação: Tania Pacheco. FASE.

tuações de injustiças sociais ligadas à questão ambiental em todo o país e demonstra como as populações rurais e as comunidades tradicionais são vitimizadas nesse processo. No Maranhão estão identificados oito casos de racismo ambiental, dos quais três concentram-se explicitamente em comunidades quilombolas, um em comunidade de quebradeiras de coco de babaçu – que também estão reivindicando sua identidade quilombola – e um em que convivem indígenas e quilombolas. Os casos da Marambaia e de São Francisco do Paraguaçu também estão no mapa do racismo ambiental.

Diversas indagações revelam de maneira mais explícita a ocorrência de racismo ambiental, tais como “para que deixar terras férteis, com água corrente e belas paisagens reservada para os negros, retirando-as do mercado? Como pode ser que os negros tenham direito a essas terras?”

O racismo muitas vezes assume um caráter institucional, manifestando-se por diferentes formas e instrumentos estatais que legitimam a opressão ou a negação de direitos a pessoas ou grupos por causa de sua origem etnicorracial, ou por causa de sua cor (ALVES DOS SANTOS, 2004). É o que acontece quando se observam os índices de atendimento escolar nas áreas quilombolas⁶ ou quando se observam situações como as do Maranhão, em que as escolas de ensino médio já construídas em áreas quilombolas ainda não estão em funcionamento.

A criminalização das comunidades e do movimento quilombola é absolutamente visível nas situações estudadas, especialmente nos casos de São Francisco do Paraguaçu e da Marambaia. A criminalização é um mecanismo que envolve vários setores da sociedade, desde o legislativo, que tipifica condutas criminosas, passando pelo aparato judicial até a mídia, que forma opinião pública e reforça a estigmatização de indivíduos e coletivos como criminosos. A polícia e a mídia exercem um papel fundamental na escolha



das situações ou sujeitos considerados como criminosos. Note-se que não é preciso que haja julgamento para que haja a criminalização – basta que se considere pessoas ou coletivos aprioristicamente como criminosos para que a criminalização aconteça.⁷

Quando uma comunidade ou suas lideranças recebem uma intimação policial para comparecer à delegacia, ou quando se refere a eles como “bando de vândalos e criminosos” em um processo judicial, como em São Francisco do Paraguaçu, está instalado um processo de criminalização. A comunidade estigmatizada sofre duramente as consequências desse “etiquetamento”, tendo que conviver diariamente com a violência psicológica, chegando até mesmo à violência física e patrimonial. Foi o caso da comunidade de São Francisco, que teve

suas casas e roças invadidas por 40 policiais militares cumprindo uma ação de reintegração de posse e das famílias da Marambaia, quando tiveram suas casas destruídas pela Marinha ou quando foram chamados a depor no quartel.

Para entender a situação quilombola e avaliar os impactos e sua sustentabilidade futura, é fundamental considerar a atuação do racismo, especialmente do racismo ambiental, e da criminalização das comunidades e do movimento quilombola a fim de justificar o não cumprimento do artigo constitucional que lhes garante o direito à terra. Essa medida de reparação adotada pelo Estado brasileiro tem sido duramente atacada pelos setores conservadores justamente porque toca em duas feridas nacionais: o acesso a terra e o racismo.

⁶ Ver dados no capítulo 1 deste documento.

⁷ BONFIM 2008. A criminalização do movimento quilombola: reintegração de posse em São Francisco do Paraguaçu. In: www.aatr.org.br

2. Principais impactos

2.1. Afirmação da identidade e enfrentamento ao racismo

A história das comunidades negras é acima de tudo uma história de resistência e de pertencimento a seus territórios. A afirmação da identidade quilombola é o primeiro passo para o processo de emancipação e de reconhecimento e promoção de seus direitos. “A afirmação e a identificação como comunidade quilombola pressupõe a declaração e o reconhecimento de um conflito e a busca por sua superação.”⁸

Reconhecer-se como negro e quilombola significa romper com uma longa história de exploração e invisibilização.⁹ Entender que as condições de exclusão são construídas socialmente e não inerentes à condição de ser negro ou negra é um grau de conscientização que permite às pessoas e comunidades entenderem como a sociedade está hierarquizada a partir da questão racial – entender a existência e o funcionamento do racismo.¹⁰

Quilombola foi uma categoria jurídico-administrativa criada externamente pelo Estado, utilizando uma palavra carregada de conotações históricas pesadas, vinculadas à escravidão e também à criminalização – quilombola remetia à ideia de bandido, de “negro fugido”. Por isso, a recuperação da história e da forma de viver da comunidade são fundamentais para que a categoria “quilombola” seja assimilada pelas pessoas e pelo coletivo como sua identidade, baseada fundamentalmente na resistência.

Os setores conservadores atacam essas comunidades em sua base, a identidade, com evidentes manifestações de racismo, alegando que ‘os negros estão inventando uma falsa identidade para tirar vantagens, eles são aproveitadores, falsificadores’. Essa é a imagem que é veiculada pela mídia em seus ata-



ques, como foi o caso de São Francisco do Paraguaçu, o que acarretou na inclusão de novas exigências por parte da Fundação Palmares para o reconhecimento da legitimidade das solicitações de certificação. Koinonia, por exemplo, tem sido acusada sistematicamente de estar ‘criando falsos quilombos’.

Esse tipo de argumentação tem uma aceitação fácil e uma grande repercussão na sociedade devido à naturalização do racismo, que sempre atribui aos negros condições de subalternidade, de incapacidade e a imagem de mentirosos, malandros, violentos, pouco inteligentes etc. A naturalização do racismo impõe barreiras a seu enfrentamento. A negação da existência do racismo

é patente: ninguém se considera racista, e, com isso, as relações socioafetivas tendem a mascarar o racismo atrás do mito da democracia racial, que ainda atua fortemente na sociedade.

Por outro lado, a figura do quilombola, ou da comunidade quilombola, não está construída no imaginário nacional. Por isso, a percepção da Conaq sobre a importância de realizar uma grande campanha para veicular a imagem do que significa ser quilombola, no Brasil e no exterior,¹¹ tem muito sentido.

IMPACTO 1: Comunidades afirmam sua identidade quilombola e racial como sujeitos de direitos e atuam pela

⁸ BONFIM 2008. A criminalização do movimento quilombola: reintegração de posse em São Francisco do Paraguaçu. In: www.aatr.org.br Idem.

⁹ CESE, “Identidade Negra – Direitos Humanos e Fortalecimento das Organizações Populares.

¹⁰ CESE, “Identidade Negra – Direitos Humanos e Fortalecimento das Organizações Populares.

¹¹ Campanha que estava sendo preparada pela Conaq, segundo nos informou Ronaldo dos Santos, representante da Conaq no sudeste, em entrevista para elaboração deste estudo.

sua garantia

Ação: As metodologias de trabalho de Koinonia, da FLD/CAPA e da CESE e seus parceiros (CCN e CPP) têm a característica pedagógica e política da recuperação da história da comunidade por ela mesma, da reflexão sobre seu pertencimento etnicorracial e sobre sua forma de viver e de produzir; de maneira que aquele coletivo construa uma consciência de sua identidade como quilombola.

Em todos os casos estudados, a afirmação da identidade quilombola é vista como uma mudança muito significativa. É a primeira à qual se reportam quando questionados sobre as mudanças, constituindo um marco nas vidas individuais e coletivas.

Como identidade é sempre relacional, ela se afirma na diferença; e a identidade coletiva se estabelece pelo pertencimento a um grupo, ou seja, quando as pessoas se sentem parte daquele grupo e são reconhecidos por ele como tal. Quando a identidade quilombola é colocada em questão, o que lhes está sendo negado/tolhido é justamente essa afirmação da diferença. Esse questionamento é provocado sobretudo pelos setores conservadores dominantes, que querem que as terras quilombolas continuem disponíveis no mercado fundiário.

Sustentabilidade do impacto: A sustentabilidade do impacto depende da continuidade e melhora do desempenho das intervenções que buscam reafirmar a identidade quilombola e do combate ao racismo, em todas as suas formas.

IMPACTO 2: Comunidades com expressões culturais recuperadas.

Ação: Em todas as comunidades estudadas há ações de recuperação de expressões culturais e artísticas tradicionais, com a incorporação de jovens, ressignificando-as, como na Marambaia (RJ), em Filipa (MA), em Monjolo (RS), em Maçambique (RS), em São Francisco Paraguaçu (BA) e em Jatimane (BA). O direito quilombola garantido pela legislação¹² diz respeito à terra não somente como espaço de produção, mas também de reprodução social e cultural – ou seja, como território.

O Estado deve resguardar as manifestações culturais do patrimônio brasileiro, entre as quais estão as das comunidades quilombolas, ao contrário de negá-las, como feito pela reportagem da Rede Globo em São Francisco do Paraguaçu.

IMPACTO 3: Agentes do Estado mais preparados para lidar com a questão quilombola e capazes de compreender e atuar pela garantia de direitos das comunidades

Ação: As organizações de apoio analisadas desenvolvem um trabalho de formação e de informação para a sociedade em geral e para quadros do governo. Exemplos do Grupo de Trabalho Jurídico em Koinonia e do trabalho de formação de quadros do governo pelo CCN, no Maranhão.⁷

Essa ação teve um grande impacto real e atualmente as comunidades contam, dentro de algumas das estruturas do Estado, com pessoas capazes de compreender e apoiar a garantia dos seus direitos, como narrado nos casos da Marambaia, do Maranhão e do Rio Grande do Sul.

Sustentabilidade do impacto:

De forma geral, o Estado ainda não está preparado para tratar da dimensão etnicorracial que a questão quilombola traz. Conforme mencionado, o Incra não tem uma cultura institucional que absorva a dimensão étnica, que compreenda o diferencial da situação quilombola, incorrendo muitas vezes em racismo institucional. A tradição do Incra é de trabalhar com assentamentos de reforma agrária; a tradição do MDA é trabalhar com agricultores familiares. Ainda é necessário muito trabalho de formação, a exemplo do que já foi feito até agora por Koinonia, CESE e FLD, para agentes governamentais.

Os governos municipais e estaduais, embora em menor grau, são atores importantes na prestação dos serviços públicos e no acesso aos projetos federais. Muitas vezes, há desconhecimento ou descaso, por parte dos municípios, das políticas federais. Outras vezes, acessam os recursos federais, mas não executam de forma adequada os projetos nas áreas quilombolas. É um desafio para as organizações de assessoria e para o movimento quilombola tra-



¹² Ver Parte I deste documento.



balhar em parceria com os municípios e órgãos do governo estadual, o que confirma a necessidade de formação, de informação e de incidência.

IMPACTO 4: Redução da intolerância religiosa com o afloramento das religiões de matriz africana em contextos em que antes eram silenciadas e ocultas, pela intolerância dos segmentos religiosos cristãos dominantes.

Ação: No Baixo Sul da Bahia, Koinonia iniciou o debate sobre intolerância religiosa junto às comunidades quilombolas, com um resultado muito positivo – católicos, evangélicos de diversas denominações e praticantes de religiões afro-brasileiras perceberam que as diferentes religiões não são impedimento para a afirmação da identidade etnicorracial nem para a união em torno da mesma luta por direitos. Com isso, as pessoas de religiões de matriz africana sentiram-se mais livres para assumir sua religião e passaram a ser tratadas com mais respeito pelos demais.

De forma geral, embora a religiosidade seja importante na vida das comunidades, o fato de as in-

tervenções serem realizadas por organizações de origem religiosa definida (por exemplo, a Comissão Pastoral da Pesca, em São Francisco do Paraguaçu, ou a Fundação Luterana de Diaconia, no Rio Grande do Sul) não ocasiona nenhum atrito ou confusão entre a afirmação da identidade, a luta por direitos e as distintas expressões religiosas vivenciadas nas comunidades.

Sustentabilidade do impacto: continuidade de ações inter-religiosas e de intercâmbio entre comunidades.

IMPACTO 5: Quilombolas têm veiculadores de informação alternativa de qualidade, que invertem o olhar racista

Ação: FLD/CAPA, CESE, Koinonia e CCN produzem e divulgam informações e imagem real dos quilombolas, o que ajuda a criar esse lugar de identidade no imaginário nacional. A sociedade, baseada no mito da democracia racial alimentado pela mídia e pelos setores conservadores dominantes, não costuma ver os quilombolas como sujeitos de direito nem tem uma imagem do que significa ser quilombola, a não ser a partir de histórias deturpadas, como a de falsificação de identidade

para tirar vantagem. Daí a importância das publicações, dos vídeos, dos sites eletrônicos produzidos por essas organizações. Seu primeiro espaço de circulação são as próprias comunidades quilombolas; depois, organizações afins, algumas escolas, espaços de feiras etc. Além, claro, da Internet. Isso reforça a importância da comunicação em todas as suas formas e possibilidades; a “comunicação efetiva” e a “defesa de causas”, como princípios do desenvolvimento transformador.

Sustentabilidade do impacto: Para que essa comunicação seja cada vez mais efetiva, é importante ampliar os espaços em que essas publicações efetivamente circulam, e manter a comunicação como estratégia e não apenas como ferramenta. O desafio é ampliar a comunicação a partir da aliança das organizações ecumênicas e das comunidades e movimento quilombola, de forma a chegar à população em geral.

IMPACTO 6: Comunidades e movimento quilombola contam com reforço da autodeterminação e conexões com movimentos sociais antirracistas e com movimentos negros

Ação: A metodologia de trabalho das organizações envolvidas neste estudo parte dos princípios da participação, da sensibilidade cultural e da não-discriminação, com profundo respeito pela autodeterminação das comunidades quilombolas. A base de todo o caminho para a garantia dos direitos dessas comunidades parte da recuperação da história e da reflexão sobre a identidade. A incorporação de pessoas advindas dos movimentos negros ou de comunidades quilombolas às equipes técnicas das organizações, como é o caso explicitamente da FLD/CAPA, de Koinonia, da CESE e do CCN, favorece a identificação entre as comunidades e as organizações e, ao mesmo tempo, estimula a reflexão dos próprios movimentos negros e aproxima mais as agendas das organizações com as dos movimentos.

Capacitações, intercâmbios, encontros – momentos extremamente privilegiados de afirmação da identidade – são fundamentais, assim como a estratégia de visibili-

dade e de incidência permanentes, em contraposição à bem orquestrada campanha de desinformação e de ataque à identidade quilombola no país.

Sustentabilidade do impacto: Melhorar a comunicação, manter e ampliar encontros, capacitações, intercâmbios a partir do conceito e da prática da construção de alianças.

2.2. Direito a Terra e Território - titulação e integridade territorial

A questão territorial quilombola é hoje um tema de debate nacional, tendo conquistado uma visibilidade e importância política muito maior do que na década de noventa. Esse avanço faz dela uma questão de âmbito nacional com repercussões internacionais.

No entanto, a regulamentação fundiária mostra que o aumento da quantidade de titulações é mínimo e que há risco de retrocesso em relação aos direitos já conquistados. Esse risco, atrelado à possibilidade de aprovação da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o atual decreto que regulamenta a titulação das terras quilombolas, representa a correlação de forças absolutamente desigual que os quilombolas e seus aliados enfrentam frente a setores poderosos da população, como se pode depreender dos grupos e instituições que apoiaram o Partido Democrata (propositor) no processo da ADIN. Esses grupos refletem a visão de muitos outros espalhados por todo o país, que se consideram ameaçados em seu direito de propriedade da terra, cuja base ideológica está assentada na história da Lei de Terras no Brasil, que sempre valorizou a propriedade em detrimento da posse ou do domínio.

Nos anos 90, o processo de titulação, embora lento, teve maior força. A atuação dos estados, por meio de seus órgãos fundiários, foi decisiva para que os processos de demarcação avançassem. No caso do Maranhão, em 1996, o Instituto de Terras do Maranhão (Iterma) firmou convênio de cooperação técnica com o CCN e a SMDDH para a regularização, preservação e desenvolvimento sustentável das

terras de preto no estado. Foi durante a época do Programa de Apoio ao Movimento Negro (PAMN), da CESE, que o avanço na titulação das terras quilombolas no Maranhão foi mais significativo (nove áreas tituladas em cinco anos).

No entanto, durante os oito anos do governo Lula (2003 a 2010) as dificuldades burocrático-administrativas para regularização das terras aumentaram muito. As normatizações foram criando mais e mais exigências de conteúdos dos laudos que davam origem ao RTID – peça-chave para a titulação – e mais restrições para sua elaboração. Anteriormente esses documentos eram produzidos por ONGs (como foi o laudo feito por Koinonia para a Marambaia e laudos feitos pelo PVN no Maranhão) e posteriormente por centros de pesquisa, mas atualmente apenas antropólogos do Incra podem ser responsáveis pela elaboração de tais laudos. O Incra do Maranhão, por exemplo, ficou mais de um ano sem ter nenhum antropólogo/a em seus quadros. No momento deste estudo, havia apenas uma antropóloga, que, ademais, respondia pela chefia do departamento. Ela considera que se se dedicasse apenas aos laudos de territó-

rios, seria possível fazer três por ano; em sua mesa aguardam mais de 200 processos. Essa situação se repete em todo o Brasil. O direito territorial das comunidades quilombolas tem sido sistematicamente violado por essa morosidade dos procedimentos.

Os quilombolas da Bahia, tendo à frente o grupo de São Francisco do Paraguaçu, denunciaram o Incra por racismo institucional. Em todos os casos estudados, o Instituto surge na posição dúbia de “aliado”, com funcionários que atuam na coordenação quilombola e que são comprometidos com a causa, e de “inimigo”, ao não cumprir seu papel institucional. Dentro do Incra há uma luta constante entre o grupo envolvido com a questão quilombola e o restante da instituição – denúncias que demonstram que a regulamentação fundiária quilombola não tem o espaço devido dentro da instituição, nem em termos de pessoal, nem de estrutura, nem de poder político.

Por que a questão territorial quilombola não avançou durante os dois mandatos do presidente Lula? O governo tem atuado em uma via de mão dupla: por um lado, avança nas questões de seguridade social



e de serviços, mas não na questão fundamental de território. As alianças do governo com o agronegócio e com outros setores conservadores não permitem esse avanço. As normatizações e os ataques ao princípio do autorreconhecimento são demonstrações claras disso. Há inclusive uma disputa política quanto à interpretação do artigo 68 da Constituição: alguns juristas compreendem que ele é autoaplicável como direito fundamental e, portanto, não necessitaria de novas leis para regulamentá-lo, apenas normas administrativas; outros sequer veem a questão territorial quilombola como um direito fundamental.

Por outro lado, são criadas novas políticas – como a dos Povos e Comunidades Tradicionais e os projetos especiais quilombolas – que constituem, de fato, avanços. Mas a questão territorial, além de não avançar, ameaça retroceder. O ataque ao critério de autorreconhecimento acontece não só nas campanhas midiáticas, mas também no âmbito do legislativo e do judiciário.

Juízes, tribunal de contas, advogados, políticos - todos emitem pareceres julgando a legitimidade da identidade quilombola.

IMPACTO 7: Comunidades quilombolas atuam com resistência, ganham visibilidade e experimentam solidariedade

A simples existência e persistência dessas comunidades, especialmente em casos como os da Marambaia e de São Francisco do Paraguaçu podem ser consideradas uma vitória. Esse fato demonstra os avanços democráticos do país como um todo: já não é possível simplesmente “passar por cima” dessas comunidades, eliminá-las ou desconsiderá-las, porque existe um aparato legal e instrumentos que, no exercício da democracia, permitem essa existência, mesmo criminalizada, perseguida e em pleno risco. A luta pela titulação das áreas quilombolas é, portanto, parte central da luta pela democracia no país.

Ação: A repercussão nacional e internacional que as organizações

de apoio e de luta pelos Direitos Humanos têm conseguido dar a esses casos é fundamental para influenciar as decisões governamentais, profundamente comprometidas com interesses contrários, conservadores e retrógrados; mas que também devem manter o espaço democrático em funcionamento.

Sustentabilidade do impacto: A realidade é que hoje a reação contrária ao direito territorial quilombola é muito mais sofisticada do que era nos anos 90. Os grupos e corporações contrários se utilizam de serviços altamente especializados, não somente no campo jurídico, contratando os melhores especialistas para defenderem seus direitos, mas também nas áreas da comunicação, do marketing e da influência política. Por outro lado, o movimento quilombola, ou partes dele,¹⁶ tem se afastado das assessorias na busca por uma determinada compreensão de autonomia. A questão central neste caso é: como fortalecer o movimento quilombola e conseguir contrabalançar essa situação tão desigual e como continuar mantendo uma assessoria forte, ao mesmo tempo bem preparada tecnicamente e sintonizada com o movimento quilombola.

IMPACTO 8: Comunidades são respeitadas, afirmam seus direitos territoriais coletivos e têm auto-determinação quanto à autoatribuição como Quilombo.

Ação: Apoio à afirmação de direitos territoriais coletivos. A discussão da titulação coletiva é delicada e está intimamente relacionada com a construção ou apropriação da identidade quilombola. As organizações analisadas desenvolveram metodologias e abordagens muito ricas para dar conta desse desafio.

Sustentabilidade do impacto: A compreensão do que significa ter uma terra titulada de forma coletiva como Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) nem sempre é tranquila. Quando a rela-



¹³ Importante destacar o papel da bancada ruralista no Congresso Nacional, em favor da ADIN.

¹⁴ Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Confederação Nacional da Indústria, Associação Brasileira de Celulose e Papel, a Sociedade Rural Brasileira e o Estado de Santa Catarina.

¹⁵ Dados retrados da publicação “Racismo no Brasil – Por que um programa com quilombos?”, CESE-EED, 2003.

¹⁶ Ver mais sobre movimento quilombola no próximo item.



ção das comunidades com a terra e o território está desgastada por migração ou assentamentos e a identificação como quilombola chega por via externa, o processo é mais lento e confuso, podendo se criar tensões entre “coletivos” e “individuais”, “quilombolas” e “não quilombolas”.

IMPACTO 9: Comunidades têm direitos defendidos no campo jurídico, político e de mobilizações sociais e garantias temporárias que apoiam a resistência na Terra.

Ação: As organizações de apoio, especificamente as estudadas, têm sido fundamentais para exercer pressão sobre o governo. A mediação das ONGs de assessoria possibilita que o MPF tenha

informação de qualidade e a tempo. Quando ele atua como aliado dos quilombolas, aciona o executivo via judiciário. Também para o Incra as informações das organizações de apoio e assessoria são preciosas e ajudam a avançar na composição de relatórios técnicos.

Sustentabilidade do impacto: A falta de capacidade técnica suficiente no Incra leva a uma enorme morosidade nos processos; por outro lado, não é possível contratar as organizações não governamentais para fazer os laudos. E essas, por sua vez, têm cada vez menos condições próprias para executar esse serviço. Por outro lado, os interesses contrários iniciam processos de todo tipo - erros de procedimento do Incra, contestações, inclusive

quanto à identidade das comunidades. O movimento não conta com assessoria jurídica permanente e, quando existe, não tem pessoal nem recursos para dar conta do volume de trabalho. A falta de apoio jurídico é comum à maioria das comunidades, representando um vazio de que se ressentem as organizações de apoio, que chegam a ter que diminuir seus quadros especializados – advogados, antropólogos e outros especialistas - em razão da menor mobilização de recursos da cooperação internacional.

Há situações em que as tensões fundiárias se dão entre diferentes grupos vítimas de exclusão social, como assentados da reforma agrária, ou como a minoria pomerana. O desafio é como trabalhar essa tensão

com sentido de justiça, considerando o direito territorial quilombola como um direito fundamental. No caso das comunidades quilombolas da Região Sul do Rio Grande do Sul, a FLD propôs a criação de um Conselho da Terra como espaço de mediação dos conflitos territoriais, no marco da promoção de relações justas, de paz e de reconciliação, de acordo com a abordagem do desenvolvimento transformador.

2.3. Movimento e organização quilombola

De acordo com alguns entendimentos, o movimento quilombola existe desde que passaram a existir pessoas negras escravizadas neste país, nascendo com a força de resistência dos negros e negras que não se sujeitavam à escravização. Vamos considerar aqui o conceito de movimento como tendo objetivos comuns, valores próprios e projeto coletivo de mudança social a partir da própria experiência vivida (SOUZA JUNIOR, 2002).¹⁷

Considerando a história recente, a partir da Constituição de 1988, o movimento quilombola ganha

força com uma série de iniciativas e lutas pioneiras pela regularização dos territórios, com a criação de organizações estaduais e da Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), em novembro de 1995.

A Conaq “surge não só para reivindicar soluções para os problemas locais, mas como movimento político para alterar as relações desiguais historicamente estabelecidas, em defesa dos direitos do povo negro, no meio rural”¹⁸. A instituição não tem personalidade jurídica e se organiza atualmente em uma coordenação executiva com um representante por estado, normalmente um militante quilombola envolvido nas lutas de sua comunidade e no trabalho para garantia da própria subsistência, acumulando ainda o cargo de representante da organização estadual quilombola quando necessário. Nos primeiros anos, sua secretaria executiva ficou a cargo do Maranhão, com forte atuação do CCN como organização de apoio e assessoria.

A instância máxima da Conaq é o fórum, que reúne todas as asso-

ciações dos 22 estados que fazem parte da articulação nacional. No entanto, essa estrutura, embora bastante orgânica como movimento, tem resultado pouco operativa,¹⁹ sobretudo porque faltam recursos para bancar a atuação dos representantes em seus estados e sua articulação em nível nacional. Com a falta de financiamento e a fragilidade do trabalho baseado apenas na militância, a Conaq não consegue ter uma estratégia de ação definida; tem dificuldades em manter o movimento e seus aliados suficientemente mobilizados e não tem conseguido manter com qualidade sua representação nos espaços de decisão ou de influência política, como os conselhos. A construção de memória institucional e o acúmulo de experiências políticas da organização ficam, assim, comprometidos.²⁰ Isso acontece basicamente pela dificuldade desses representantes em se mobilizar para atuar em diferentes frentes de luta. No entanto, mesmo assim, a Conaq tem conseguido se manifestar nas frequentes situações emergenciais e constituir-se como uma voz pública reconhecida no cenário da luta política.

Financiamento, alianças e autonomia

A falta de financiamento é um empecilho real para o funcionamento da Conaq, que não pode se restringir ao apoio de recursos governamentais sob o risco de ficar refém das políticas e decisões do governo. Para mobilizar as organizações estaduais, as comunidades e seus aliados em situações emergenciais – por exemplo, a cada vez que é anunciada a votação da ADIN – a Conaq precisa contar com a colaboração de diversos parceiros. Atualmente, o maior apoio de base vem dos sindicatos de trabalhadores rurais, que garantem transporte, alimentação e hospedagem para as mobilizações, que geralmente ocorrem em Brasília.

A aproximação do movimento quilombola com o movimento sin-



¹⁷ Citado por AATR em “Ações Possessórias e Criminalização”.

¹⁸ <http://www.Conaq.org.br/>

¹⁹ Avaliação feita pelo representante da Conaq na região sudeste e presidente da Aquileirj, Ronaldo dos Santos, em entrevista para este estudo.

²⁰ Idem.

dical²¹ e com o movimento da agricultura familiar tem sido também um indicador do fortalecimento e do avanço, embora a parceria nem sempre seja consolidada com facilidade. Ainda há certa resistência, tantos nos espaços sindicais como nos espaços da agricultura familiar, quanto a admissão da categoria quilombola, assim como de outras categorias que surgem no bojo das “populações e comunidades tradicionais”, tais como as quebradeiras de coco babaçu. Esses grupos tendem a ser considerados como categorias externas, especiais, já que contam com políticas específicas e, muitas vezes, com financiamentos específicos. Mas aos poucos os quilombolas levam a questão etnicorracial e cultural para dentro dos sindicatos, estimulando-os a trabalhar com a diversidade. Há exemplos históricos dos resultados positivos dessa parceria, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapecuru-Mirim (Maranhão) e o de Camamu (Baixo Sul da Bahia), este último pretendendo criar um departamento ou coordenação quilombola dentro do sindicato.

Por outro lado, de fato existe uma tendência do Estado em transformar o movimento em prestador de serviços, por meio de repasse de recursos para cumprimento de projetos de política pública. Isso tem funcionado com muitas organizações de nível local ou estadual, como a Aconeruq, no caso do Maranhão, e também com a Conaq. Essa forma de atuação pode enfraquecer o movimento, minar sua combatividade e de despolitizar suas pautas.

Uma estratégia política do movimento quilombola e também do movimento negro em geral é a ocupação de cargos políticos, eletivos ou não. Essa estratégia, embora tenha ampliado a participação política do movimento quilombola nos processos decisórios, pode ser prejudicial ao “esvaziar” o papel de militância de quem foi ocupar cargo no governo, além abrir margem para a cooptação, conforme relatado no caso do Maranhão.

Para compreender a situação atual do movimento quilombola em nível nacional é preciso considerar duas questões. A primeira é a forma como o Estado apoiou a cria-



ção da organização nacional quilombola, respondendo sobretudo à necessidade do governo de ter uma representação da categoria como interlocutor. Caso esse interlocutor não exista, o Estado “nomeia”²² essa representação. Esta mesma dinâmica tem sido utilizada com o movimento indígena, e com a atual Política para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

A outra questão refere-se ao receio do movimento quilombola organizado, de que as organizações de apoio ou de assessoria e as organizações do movimento negro urbano em algum momento queiram controlar ou tutelar o movimento, prejudicando sua autonomia.²³ A proposta da Conaq é de “dar o tom” do movimento e da luta e seus representantes sentem que isso fica difícil face às fragilidades intrínsecas do movimento.

IMPACTO 10: Comunidades têm seu movimento organizado e apoiado por meios alternativos aos do Estado

Ação: Em todos os casos es-

tudados, o apoio das organizações abordadas neste estudo (CESE, Koinonia, FLD/CAPA) foram citados como fundamentais para a articulação e o fortalecimento do movimento quilombola, sobretudo nos níveis locais, ou seja, nos seus espaços de atuação direta, mas não apenas nesse nível. O cuidado com a autodeterminação e com a autonomia das comunidades e do movimento é um dos princípios centrais dessas organizações, e tem se mostrado um fator fundamental para os avanços e mudanças verificados, assim como a promoção do empoderamento e do fortalecimento das capacidades quilombolas. A CESE, por meio do seu Programa de Pequenos Projetos, é reconhecida como um parceiro que pode apoiá-los na mobilização e articulação.

A despeito das fragilidades atuais e das prospecções em relação ao movimento quilombola há muitos acúmulos positivos nos últimos 15 anos que ressaltam a importância desses apoios diferenciados, os quais permitem ao movimento se articular e realizar as mobilizações políticas necessárias.

²¹ O reconhecimento da existência da questão quilombola e do debate sobre territorialidade e não apenas terra pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhados na Agricultura) também pode ser citado como um avanço.

²² De acordo com José Maurício Arruti em entrevista concedida para este estudo.

²³ De acordo com Ronaldo dos Santos, representante da Conaq e presidente da Aquilerj, em entrevista concedida para este estudo: “os aliados do movimento quilombola são, em algum momento, o principal problema”.

Sustentabilidade do impacto: A sustentabilidade desse impacto depende em grande medida da capacidade de superação dessas fragilidades. Há espaços de incidência que é preciso ocupar, não só nacional como internacionalmente e que o movimento ainda não tem ocupado..

Nem sempre destinar recursos diretamente para “a ponta”, prescindindo das organizações que fazem o trabalho de mediação e de assessoria, é o caminho mais estratégico para o empoderamento das comunidades e para o fortalecimento de sua autonomia. Ao contrário, muitas vezes a execução de projetos governamentais reforça laços de subordinação dos quilombolas às oligarquias locais. É preciso ter independência e visão crítica para acessar as políticas e para tal o trabalho de assessoria tem se mostrado primordial e sua ausência tem causado muitas dificuldades, tais como as apresentadas no caso do Maranhão. Além disso, manter os Pequenos Projetos como política de apoio da cooperação ecumênica possibilita a relação local, dá capilaridade e garante a presença das agências local e nacionalmente.

IMPACTO 11: As comunidades têm a mediação entre seu movimento e os movi-

mentos negros estabelecida e suas causas de direito à terra e ao território reconhecidas pelos movimentos antirracistas, especialmente os urbanos.

Ação: Nos casos estudados, a parceria entre movimento quilombola e movimentos negros urbanos foi relatada no Maranhão, na Marambaia, em São Francisco do Paraguaçu e nas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul. No Maranhão, o CCN é parte do movimento negro urbano, mas nasce com a proposta de apoiar as comunidades negras rurais. No Rio Grande do Sul, o trabalho da FLD/CAPA incorpora militantes dos movimentos negros urbanos, os quais viveram seus momentos de tensão, tendo inclusive que se afastar da militância por algum tempo a fim de continuar no trabalho com a organização de assessoria às comunidades quilombolas. No entanto, com o tempo, o resultado desse trabalho tem ficado mais claro para os próprios movimentos negros urbanos e a tensão vai se diluindo e se transformando em parceria. No caso da Marambaia, a relação é de apoio simbólico ou de mobilização em momentos emergenciais; no caso de São Francisco do Paraguaçu, a comunidade e seus aliados con-

seguiram mobilizar um significativo grupo de organizações do movimento negro da Bahia em apoio à luta quilombola.

Sustentabilidade do impacto: Os movimentos negros, historicamente urbanos, sempre foram parceiros do movimento quilombola, inclusive na luta pela inclusão do artigo 68 na Constituição. No entanto, essa parceria não é isenta de certa tensão, já que, embora tenham como objetivo comum o enfrentamento do racismo e a luta pelos direitos dos negros, os movimentos são de natureza diferente, especialmente porque uns são urbanos e o movimento quilombola é rural. A questão de terra e território, central para os quilombolas, não é o que move os movimentos negros urbanos. Essa incompatibilidade era evidente especialmente no início, quando o movimento quilombola teve que afirmar seu discurso diferenciado, gerando resistências. Mas posteriormente, de forma geral, os movimentos negros incorporaram a temática quilombola em suas pautas, mesmo que de forma simbólica ou em situações de apoio emergencial; e, dentre as variantes dos movimentos negros, há os que estão de fato mais alinhados com a causa, atuando de forma mais concreta.

Índios e Quilombolas: visibilidades sociais diferentes

Pensando nas alianças possíveis entre movimento indígena e movimento quilombola – por exemplo, alianças na mesma luta por garantia de direitos, primordialmente territoriais – é preciso considerar as semelhanças e as diferenças. Embora apresentem semelhanças, como o enfrentamento do racismo, acusações de falsa identidade e a luta por seus direitos territoriais – há também diferenças significativas.

Uma delas tem a ver com a alteridade no imaginário nacional. Enquanto há uma imagem antiga e romantizada do índio construída no imaginário social - que não reflete a situação atual da luta indígena, especialmente a dos índios do nordeste brasileiro, não há uma imagem formada do quilombola, a não ser uma noção negativa e cheia de preconceitos, como a de negro escravizado fugido, ou de comunidades que estão “inventando” uma identidade para tirar proveito disso.

Mas a principal diferença tem a ver com a existência de aliados históricos do movimento indígena, começando pela igreja católica e outras igrejas, intelectuais, artistas, estudantes e antropólogos na década de setenta. O movimento quilombola está construindo agora essas alianças. Existe, portanto, uma mobilização em torno da questão indígena e uma notoriedade política que permitiu, por exemplo, a vitória no caso da demarcação da TI Raposa Serra do Sol²⁴. O caso “foi revertido pela opinião pública, não pela sensibilidade dos ministros.”²⁵ E a mobilização dessa opinião pública foi feita por um conjunto de atores, não apenas pelo movimento indígena.

²⁴ No entanto, essa “vitória” trouxe uma série de retrocessos legais como parte da negociação (19 condicionantes).

²⁵ Reflexão feita por Ronaldo dos Santos, da Conaq/Acquilerj.

IMPACTO 12: Movimento quilombola possui organizações comunitárias e locais eficientes e consideradas referências nacionais, superando isolamentos forçados e racismos institucionais

Ação: Em todos os casos estudados, há avanços na organização em nível local, com a consolidação das associações e avanços na busca por ampliar parcerias, ocupar espaços de incidência política, ampliar sua capacidade de mobilização,

fortalecer o trabalho na luta por melhorias para as comunidades e o controle social – embora às vezes ainda incipiente – sobre os governos locais na realização das políticas públicas.

A existência de associações quilombolas nas comunidades e sua mobilização e realizações são um importante indicador de avanço, apesar de todas as dificuldades, tais como a localização áreas rurais distantes. O caso da Marambaia é ilustrativo do grande isolamento

provocado pelo controle da Marinha sobre a ilha. Considerando a especificidade da organização e da resistência do movimento quilombola, é preciso compreender este nível de organização – local, comunitário – como um espaço fundamental para analisar o fortalecimento da organização como impacto positivo, ou seja, como mudança que permanece e que proporciona outras mudanças na vida daquelas pessoas e daquela comunidade.

Organização local e estadual

Nos casos estudados, a forma como essa organização começa a se estruturar tem diferenças, que se relacionam com a história da autoidentificação das comunidades como quilombolas. No Rio Grande do Sul, as associações locais foram fortalecidas e participam conjuntamente de outros coletivos importantes: o Fórum dos Agricultores Familiares, citado por todos os entrevistados como o grande lugar de articulação política e de aprendizagem; e o Território da Cidadania, no qual têm representação. Há uma preocupação com a rotatividade das representações, com os mais velhos incentivando jovens a participarem dos encontros e reuniões. No Baixo Sul da Bahia, onde também foi estudado um grupo de comunidades, foi criada inicialmente uma comissão, com presidentes de associações ou lideranças comunitárias, a fim de enfrentar as pressões dos governos locais e seus aliados empresariais. Essa comissão passou a ser reconhecida não apenas no município onde foi criada (Camamu), mas em toda a região do Baixo Sul, sendo chamada a participar de espaços como o Território da Cidadania. Ali foi criado um eixo quilombola para contemplar as questões específicas dessas comunidades. A comissão do Baixo Sul também tem representação no Conselho Estadual Quilombola da Bahia. Embora no discurso esteja presente a preocupação com o rodízio e com a ampliação da representação na comissão, isso de fato ainda não acontece; pode-se observar, ao contrário, certa tendência a se “profissionalizar” a representação, o que pode trazer uma série de riscos para o movimento.

Na Marambaia, a associação é forte e tem poder de mobilização, mas, embora haja alguns jovens na diretoria, ainda se resente da participação juvenil, que está mais concentrada no Grupo Cultural Filhos da Marambaia. A ex-presidente da Associação, Vânia Guerra, é também representante da Aquilerj. Ela possui uma trajetória de vida muito inspiradora e exerce forte liderança, embora personalista. Hoje ela se dedica mais ao Grupo Cultural, que tem representado a ilha em vários eventos externos e cumpre também uma função política. A Associação mobiliza de fato os moradores da ilha e mantém relações de parceria institucional iniciadas na época da Campanha Marambaia Livre. A simples existência da Associação frente a todo o impedimento da Marinha é uma grande e significativa vitória.

No caso do Maranhão, a história da Aconeruq é ilustrativa de como o movimento se fortaleceu a ponto de criar a primeira organização estadual quilombola do Brasil, mas também dos riscos e dificuldades na relação com o governo – tanto na relação de prestação de serviços, como no risco da cooptação; do surgimento de lideranças personalistas e individualistas; do afastamento das organizações de apoio (no caso, o CCN). A Aconeruq hoje está começando a se recuperar de um período extremamente difícil com enormes problemas na execução e na prestação de contas de recursos governamentais, o que despolitizou a organização e a deixou numa situação de inadimplência e descrédito. Na retomada das atividades, no âmbito de Assembleia realizada durante este estudo, o CCN foi convidado a voltar a prestar assistência à organização. Tanto o CCN quanto a SMDDH entendem que a assessoria é importante para o movimento, a fim de evitar esse tipo de situação que “desvia” a organização quilombola de suas finalidades e fragiliza sua imagem. Membros da Aconeruq entrevistados durante a realização deste estudo reconhecem que o movimento precisa de assessoria, tanto no nível técnico – para lidar com as questões administrativas do Estado, por exemplo – como no aspecto de formação, “que não pode parar”.²⁶ Avaliam que a demanda cresceu muito, tanto a partir das comunidades como a partir do governo. Notam que o movimento é chamado a opinar ou a participar em vários espaços antes não ocupados, inclusive de política pública, que a pauta da regularização fundiária não avança e que a possibilidade de acessar recursos governamentais gera uma série de dificuldades e problemas. Por isso a formação não pode ser apenas técnica mas sobretudo política, a fim de esclarecer o significado da luta e do papel das lideranças à frente das organizações – a consciência de que representam toda a categoria, o coletivo, a luta quilombola.

²⁶ Ivo Fonseca, militante e fundador da Aconeruq, Maranhão, em entrevista para este estudo

Por outro lado, o CCN, como organização do movimento negro, teve um crescimento institucional grande, conseguindo superar de forma criativa a aparente dualidade entre ser movimento e ser organização; consolidando seus programas e tendo uma presença cada vez mais significativa no debate tanto estadual quanto nacional no que se refere à questão quilombola, mas também em relação às questões que envolvem identidade etnicorracial, enfrentamento ao racismo e afirmação da diversidade. Para o CCN, os apoios recebidos tanto da CESE quanto da Christian Aid têm direta conexão com os avanços no desenvolvimento institucional da organização.



IMPACTO 13: O movimento e as comunidades ganham visibilidade no debate sobre direitos étnicos e territoriais e causam intensa reação das elites econômicas, tanto contra elas como contra seus aliados.

Ação: A ação de dar visibilidade às comunidades e à sua luta pela garantia dos direitos étnicos e territoriais tem sido eficaz e gerado reações muito fortes por parte das elites econômicas. A garantia de direitos aos quilombolas representa um processo de ruptura com estruturas de dominação que têm a ver com o agronegócio e com a propriedade da terra, ao reconhecer direitos a comunidades que vivem com valores e formas de produção diferenciados e que concebem a terra como um território, com todo o significado simbólico que esse conceito car-

rega. Ao defender esses direitos, o movimento quilombola torna-se um “inimigo” a ser deslegitimado, desmobilizado. O racismo tácito tão profundamente inscrito na tecitura social brasileira não permite admitir que o Estado garanta direitos a essa categoria, especialmente o direito de propriedade da terra.

Sustentabilidade do impacto: A criminalização tem sido o mecanismo utilizado para amedrontar e deslegitimar o movimento quilombola, mascarando as verdadeiras raízes do conflito. Esse mecanismo representa a “esquizofrenia” do Estado que, por um lado, reconhece a dívida histórica e garante os direitos a esse segmento da população negra, mas, por outro lado, propicia e legitima as reações contrárias, por meio do aparato legislativo e judiciário.

O caso mais extremo dentre os estudados foi o de São Francisco do Paraguaçu, onde duas lideranças morreram em consequência do desgaste e da vergonha de serem criminalizados, intimados a depor como “ladrões de terra”. Mas o processo de criminalização está presente também em outros casos, como o da Marambaia, onde a Marinha aterrorizava os moradores intimando-os a depor. Essa situação melhorou com a entrada em cena das advogadas da organização Mariana Crioula, parceira de Koinonia.

No Maranhão, além da estratégia de cooptação, utilizada com algumas lideranças, há também a forte atuação da criminalização, com ameaças, apresentação de queixas e intimações e mesmo com a morte de lideranças quilombolas. Dentre as comunidades visitadas, as pessoas de Santa

Maria dos Pinheiros narraram, durante entrevista coletiva para este estudo, as diversas intimidações e queixas policiais de que têm sido vítimas, por parte de seus vizinhos fazendeiros.

IMPACTO 14: Comunidades têm agentes capazes de captar e gerir recursos para pequenos projetos

Ação: As organizações sujeito deste estudo têm capacitado as comunidades para captação de recursos, execução de projetos e prestação de contas.

Sustentabilidade do impacto: Este tipo de ação é difundido em todo o Brasil, mas sua incorporação se dá apenas por um grupo de indivíduos e não pelo todo de cada comunidade. Trata-se, portanto, de um impacto que carece de maior continuidade e poder de multiplicação.

2.4. Incidência em políticas governamentais

Compreender como avançou o movimento quilombola e suas organizações é fundamental para se analisar os impactos e aprendizados no campo da incidência sobre políticas públicas governamentais, que têm conexão direta com a capacidade de mobilização em favor dos direitos quilombolas. No final da década de 90, a questão quilombola estava concentrada no Maranhão e no Pará e ainda não havia ganhado a abrangência nacional que tem hoje. As estratégias referentes à questão territorial passavam pelas audiências públicas, que davam mobilidade e visibilidade às questões. Hoje, com a trama normativa criada para complicar a regularização fundiária e a série de outras leis, normas e políticas que envolvem a questão quilombola, as estratégias são distintas e as alianças são mais amplas, assim como a reação contrária.

IMPACTO 15: Movimento e comunidades têm aumento

de ações de incidência pública e efetivação de direitos sociais conquistados

Durante os oito anos de governo Lula, embora a questão territorial não tenha avançado – pelo contrário, há retrocessos em termos de procedimento e riscos de perda de direitos – as comunidades quilombolas ganharam visibilidade e se consolidaram como segmento alvo de políticas públicas específicas.

Em relação ao acesso a essas políticas, o avanço é evidente nos casos estudados: hoje as comunidades contam com energia elétrica, água, melhorias nas escolas e outros serviços, embora de forma ainda incipiente e com execução altamente condicionada a poderes políticos locais ou regionais/estaduais. Na área cultural, houve avanços com a criação de pontos de cultura e de apoio a grupos culturais, como os citados nos casos do Maranhão, do Rio Grande do Sul, da Marambaia.

Ação: As organizações da Aliança ACT tornam efetiva a ação de incidência partindo do empoderamento das comunida-

des envolvidas para que ampliem e fortaleçam suas capacidades de lutarem por si mesmas e também por meio da formação de pessoas em espaços de poder político de decisão. A incidência política, juntamente com a defesa de causas, é um princípio do desenvolvimento transformador, que “busca resolver as causas e os efeitos básicos da pobreza e injustiça em âmbito local, nacional e internacional”.²⁷ Para isso, considera que é necessário promover mudanças de atitude, mobilizar a opinião pública e fortalecer alianças estratégicas, de maneira a influenciar decisões no jogo de poder político.

Sustentabilidade do impacto: A capacidade de incidir sobre essas políticas – na agenda do governo, na criação das políticas, em sua execução e seu monitoramento – tem relação direta com a capacidade das organizações quilombolas nos diferentes níveis – local, estadual, nacional. Isso varia muito, dependendo da capacidade institucional e de mobilização de cada organização e de como conseguem superar suas fragilidades.²⁸ O acesso às políticas



²⁷ IULIANELLI; Jorge Atílio (org). Contribuições ecumênicas para o desenvolvimento transformador. Koinonia, Tempo e Presença Digital, 2010.

²⁸ O risco da cooptação, a pouca capacidade técnica para enfrentar a burocracia administrativa do estado, a fragilidade política nos momentos de disputar pautas, prioridades e orçamento, a dualidade entre autonomia do movimento e necessidade das assessorias, de forma a manter uma análise de contexto atualizada assim como um trabalho contínuo de formação técnica e política.

sociais do governo traz certos riscos, como a cooptação ou a transformação da execução das ações governamentais em moeda de troca política.

IMPACTO 16: As comunidades e movimento têm, por parte das organizações de apoio, as políticas públicas monitoradas e redes de mobilização de apoio informadas e acionadas.

Ação: A necessidade de exercer vigilância e pressão constantes em relação ao governo e às políticas públicas é um campo de forte atuação das organizações objeto deste estudo, em parceria com o movimento quilombola.

Sustentabilidade do impacto: A questão de fundo que se coloca hoje, com todos os espaços políticos que foram criados, por exemplo os conselhos temáticos municipais e estaduais de segurança alimentar, saúde, educação, desenvolvimento sustentável, ou dos Territórios da Cidadania, é como melhorar o desempenho das organizações e do movimento quilombola; como avançar no fortalecimento do desenvolvimento institucional dessas organizações, no fortalecimento das alianças, na ocupação de espaços estratégicos, com qualidade. Para as assessorias, uma das questões que se co-

loca é como manter especialistas, cada vez mais necessários no enfrentamento desigual da luta, com um grau de sofisticação inédito, no cenário de redução dos financiamentos; ou como trabalhar em parceria com o governo, sem se tornar seu refém como “prestador de serviços”.

É imprescindível manter o monitoramento das políticas já conquistadas por parte das organizações envolvidas (EED, Christian Aid, Koinonia, CESE e FLD), assim como criar espaços de monitoramento coletivo, como poderiam ser o PAD e o FE Brasil, como uma oportunidade de envolvimento de mais agências.

IMPACTO 17: As comunidades e os movimentos consideram as organizações de apoio como centros de referência e conhecimento com credibilidade para municiar a defesa de direitos, a construção de processos educacionais e o enfrentamento das iniciativas antiquilombolas.

Ação: No campo dos direitos territoriais, as organizações de apoio e assessoria têm cumprido historicamente um papel fundamental, inclusive na elaboração de estudos, pesquisas e laudos. A visibilidade conquistada pelas comunidades e suas lutas e os pro-

cessos formativos desenvolvidos por Koinonia, FLD e CESE têm fortalecido a incidência dessas comunidades em relação ao acesso a políticas públicas sociais.

Tanto o MPF como o Incra, citam a importância das pesquisas e informações que “municipiam” esses órgãos para o melhor cumprimento de sua missão institucional. O caso do portal eletrônico Observatório Quilombola, de Koinonia, é um exemplo da importância desse tipo de espaço de produção e veiculação de informação e de análise, utilizado como referência inclusive pelos órgãos do governo.

Sustentabilidade do impacto: Hoje, é vedada a possibilidade de contratação das organizações de apoio pelos órgãos do estado para elaboração do RTID. No entanto, continua sendo extremamente necessário que as assessorias mantenham informações de qualidade e atualizadas, assim como análises da situação. Mas a tendência tem sido a redução desse tipo de serviço, pela conjuntura de crise dos financiamentos da cooperação internacional. Por outro lado, a credibilidade das organizações de apoio e assessoria e das organizações quilombolas, é alvo de ataques da oposição para desqualificar e deslegitimar sua ação de incidência pública.

IMPACTO 18: As comunidades quilombolas têm sua visibilidade aumentada por meio e no interior da família ecumênica, o que ajuda a reduzir o estigma e a isolar o racismo estrutural.

Ação: As organizações deste estudo têm buscado abrir e/ou ampliar o debate sobre a questão quilombola dentro do campo ecumênico, evidenciando o debate sobre racismo no Brasil²⁹ e sobre a questão fundiária no país, que envolve trabalhadores rurais sem terra, índios, quilombolas e outros segmentos dos povos e comunidades tradicionais numa luta desigual contra o agronegócio e os interesses especulativos e empresariais.



²⁹ A exemplo da publicação do PAMN “Racismo no Brasil: por que um programa com quilombos?”, de 2003

Mobilizar a sociedade e estimular a reflexão sobre a solidariedade e os princípios da diversidade e do respeito são ações necessárias e centrais para as organizações ecumênicas. O trabalho com comunidades quilombolas é uma oportunidade para essa reflexão na prática.

IMPACTO 19: As comunidades têm conexão com movimentos diferenciados da sociedade civil nacional e internacional e outros setores, como igrejas e organizações do movimento ecumênico.

Ação: As organizações de apoio e assessoria dão respaldo e ampliam as lutas e demandas de seus parceiros locais, cumprem o papel de mediadores e fazem avançar as reflexões em âmbitos mais amplos. É muito importante que a incidência não fique só nos movimentos e denúncias, mas que promova a criação de um apoio diversificado para que os temas sejam conhecidos e divulgados. O papel de intermediar relações é fundamental e é um diferencial positivo das três organizações. Uma das capacidades de uma comunidade local é saber que essas organizações existem e que não estará sozinha, quando tiver de enfrentar uma situação de emergência ou até mesmo o Estado.

Sustentabilidade do impacto: É fundamental compreender a importância da assessoria para o movimento social no Brasil. Nenhum movimento forte no país sobreviveu sem assessoria, que sempre esteve presente para apoiar nos momentos dos reveses, criando redes de solidariedade e de incidência. O movimento quilombola organizado é relativamente recente e está construindo e consolidando essas redes de apoio tão importantes para outros segmentos, como o Movimento Sem Terra e o Movimento Indígena, para citar alguns.

IMPACTO 20: Comunidades têm aumento de lideranças e de conscientização por meio de informação e formação qualificadas.

Ação: As organizações de



apoio desenvolvem um trabalho “pedagógico” de formação e de informação de qualidade. A confiança das comunidades nesse trabalho está na base dos avanços alcançados. Essa confiança tem a ver com a forma da assessoria - presença no campo, vivências com as comunidades, abertura de canais de diálogo – MPF e outros - com a qualidade da informação prestada e com as metodologias de formação.

A formação e o acesso à informação permitem que as comunidades tenham conhecimento, participem de espaços de debate e de decisão, compreendam a disputa política e criem suas associações civis com personalidade jurídica. Esses são aspectos fundamentais para que as comunidades consigam acessar os serviços e estruturas do Estado, fazendo valer seus direitos de cidadania.

Sustentabilidade do impacto: depende da ação continuada do trabalho pedagógico, incidindo também sobre novas lideranças e sobre um número crescente de pessoas em cada comunidade.

2.5. Acesso a serviços e melhoria da qualidade de vida

Uma série de avanços podem ser observados no período do governo Lula em relação à ampliação de serviços governamentais e apoio à sustentabilidade econômi-

ca da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Luz para Todos e os distintos projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A criação dos Territórios da Cidadania foi um formato encontrado pelo governo para concentrar e coordenar ações e programas governamentais em áreas de menor IDH e com um determinado nível de articulação e organização social.³⁰ Também nesse período foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, encabeçada pelo MMA.

Em relação aos quilombolas, o governo criou, como parte das políticas de reparação em relação à população negra, o Programa Brasil Quilombola,

que tem por finalidade coordenar as ações governamentais para as comunidades quilombolas que visam garantir o direito à terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, serviços de infraestrutura, previdência social, educação e cultura. O Programa é coordenado pela SEPPIR e agrega 23 órgãos da administração pública federal.³¹

³⁰ Esse programa é coordenado pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social (MDS) e do Meio Ambiente (MMA).

³¹ Capítulo 1 deste documento, texto de Lucia Andrade.

Isso significa que vários dos programas de governo já existentes – como o Luz para Todos – ou a Minha Casa, Minha Vida – passam a ter um tratamento prioritário para territórios quilombolas. No entanto, como a maioria desses programas federais tem execução descentralizada, ou seja, passam pelo governo municipal, nem sempre essa priorização é verificada. No caso da educação, por exemplo, as escolas quilombolas recebem um percentual mais alto do recurso per capita para merenda escolar. Isso tem representado em alguns casos não um facilitador, mas um problema real para as comunidades, devido à “corrida” dos municípios para acessar esses recursos. A descentralização implica também que as organizações de apoio e assessoria envolvam os governos municipais em sua intervenção, o que nem sempre é simples.

Para acessar algumas dessas políticas públicas, basta a certificação quilombola, emitida pela Fundação Cultural Palmares. É o que tem acontecido com algumas das comunidades visitadas, que têm acesso a recursos para cultura, por exemplo. No entanto, há serviços que dependem da delimitação territorial, como é o caso do projeto de água no Baixo Sul da Bahia – enquanto não há a definição dos limites do território quilombola, esse serviço não avança. Outra situação pendente é a da seguridade social citada no caso do Rio Grande do Sul, onde as organizações de assessoria levantam a possibilidade de o governo aceitar a certificação quilombola como documento comprobatório para a aposentadoria dos quilombolas na categoria de trabalhador rural.

Como apresentado na Parte I deste estudo, a situação da maioria das comunidades é de insegurança alimentar, risco nutricional, falta de saneamento básico - nenhuma das comunidades visitadas tem estrutura de saneamento básico -, falta de energia elétrica, serviços de saúde precários ou quase ausentes e acesso deficitário à educação.

Em relação à energia elétrica, as comunidades quilombolas da



região de atuação da FLD/CAPA no Rio Grande do Sul somente tiveram acesso a esse serviço depois da certificação como quilombolas. No Baixo Sul da Bahia, nem todas as comunidades têm acesso à luz, assim como no Maranhão. Na Marabá, o serviço ainda não tinha chegado à época da realização deste estudo, embora tenha sido a primeira comunidade quilombola do Rio de Janeiro a se inscrever no programa.

A questão da educação é ilustrativa de como o racismo prejudica essas comunidades em seu acesso aos serviços. No Maranhão, embora escolas de ensino médio tenham sido construídas nas áreas quilombolas, a reação política contrária impede que funcionem – foram construídas, mas estão fechadas. O trabalho do CCN de formar professores e de produzir material didático específico não é internalizado pelo estado, nem como metodologia, nem como convênio para prestação de serviços. No Rio Grande do Sul, a maioria dos quilombolas desiste da escola antes de completar o ensino fundamental. Algumas das crianças entrevistadas declararam

que sofrem racismo na escola e que esta ignora o tema quilombola, embora exista a Lei 10.639 que trata da inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo.

Há muitas críticas aos resultados dos programas do governo, uma das quais é que esses projetos especiais quilombolas servem apenas para desviar a atenção das comunidades da questão central, que é a terra, o território, ou então de que as políticas de governo servem como espaços de clientelismo e de manutenção da subserviência das comunidades. No entanto, apesar da validade dessas e de outras críticas, é evidente que a própria existência dessas políticas, programas e projetos do governo representam uma conquista no reconhecimento dos direitos quilombolas.

Quando se observa a questão da sustentabilidade econômica, também é inegável que houve avanços a partir das políticas de seguridade social do Estado, especialmente o Bolsa Família, mas fica evidente a prática sistemática de violação dos direitos das comunidades quilombolas, quando estas

têm o acesso impedido aos recursos naturais de seus territórios ou quando esses recursos estão ameaçados pelo impacto de empreendimentos vizinhos. No Baixo Sul da Bahia, o avanço das monoculturas de eucalipto e de seringueira e dos interesses imobiliários e turísticos começa a ameaçar fortemente os territórios quilombolas. É uma questão de pouco tempo para que o conflito ganhe uma proporção maior. O extrativismo de dendê e de piaçava já sofre restrições – por exemplo, na comunidade de Jatimane os locais de extração já foram privatizados, assim como no caso das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.

No caso da Marambaia, a Marinha faz exercícios de guerra no meio das roças dos quilombolas,

destroçando a produção, e explodem granadas e outros artefatos na água, inviabilizando a pesca. Agora, anunciam a construção de um submarino nuclear. No Maranhão, uma das comunidades visitadas, Santa Maria dos Pinheiros, apenas recentemente teve seu acesso à estrada aberto por ordem judicial. No Rio Grande do Sul, as comunidades estão em territórios extremamente reduzidos, às vezes sem acesso à estrada. Em São Francisco do Paraguaçu, a ação dos fazendeiros destruiu as roças dos quilombolas com apoio/anuência da polícia militar; impediu a comunidade de utilizar seu território para subsistência; tentou impedir a pesca, a mariscagem e o extrativismo de piaçava, sob alegação de privatização das áreas do

porto, do mangue e dos piaçavais.

No entanto, de forma geral, há um avanço no acesso a serviços e na melhoria das condições econômicas das comunidades. É importante compreender, contudo, que a simples existência dessas políticas públicas não garante o acesso das comunidades a esses benefícios. Nem que a criação do Programa Brasil Quilombola resolva a situação das comunidades. A necessidade de formação e de informação é fundamental para que as comunidades possam buscar direitos. O trabalho de incidência, de vigilância e de mediação realizado pelas organizações de assessoria e pelas organizações e comunidades quilombolas continua sendo essencial para garantir os avanços anunciados pelas políticas.

Avanços no acesso a serviços e melhoria da qualidade de vida

No caso do Rio Grande do Sul, nas comunidades da área de atuação da FLD/CAPA, os avanços no acesso a serviços e a melhoria da qualidade de vida são evidentes e impactantes. Devido à natureza do trabalho do CAPA, voltado para as questões da agricultura familiar, as comunidades quilombolas, quando identificadas e chamadas a participar, encontram um caminho já bastante estruturado e eficaz. Acessam o PAA, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e dizem com orgulho que hoje, ao invés de receber cestas básicas do Fome Zero, entregam produção para ser distribuída pelo governo em escolas, creches, hospitais etc. O artesanato quilombola é tratado pela FLD/CAPA com um cuidado todo especial e tem representado uma fonte significativa de renda, segundo depoimento das mulheres entrevistadas. Até no campo nutricional e de saúde houve melhoras, com a introdução de uma alimentação mais saudável e da recuperação de conhecimentos da fitoterapia tradicional.

A matriarca da comunidade de Filipa, no Maranhão, falou com alegria dos avanços que sua comunidade conquistou e que envolvem desde manifestações culturais até melhorias na produção e comercialização agrícola. No Baixo Sul da Bahia, há a iniciativa de um conjunto de comunidades quilombolas, apoiadas por Koinonia, para a criação de uma “lojinha” comum, que agregue valor aos seus produtos e dê visibilidade à existência dos quilombolas na região. Em São Francisco do Paraguaçu, a horta orgânica apoiada pela CESE começa a representar também uma nova frente de ingressos e de melhoria alimentar para a comunidade.

IMPACTO 21 - Comunidades têm alianças que auxiliam na produção e comercialização agrícola e de artefatos de valor cultural

Ação: A aliança com agricultura familiar no RS facilitou a comercialização para os quilombolas. Essa aliança foi possível porque o CAPA-Sul fez a mediação e os quilombolas passaram a participar de uma estrutura consolidada da agricultura familiar. Na ausência dessa mediação, nem sempre essa aliança pode ser firmada, já que os agricultores não vêm os quilombolas como aliados históricos e muitas vezes

se ressentem de que eles formam organizações específicas e de que tenham políticas públicas diferenciadas. No Baixo Sul da Bahia, essa aliança está começando a se consolidar.

Sustentabilidade do impacto: O trabalho com produção familiar rural consegue financiamento governamental com mais facilidade que o trabalho por garantia de direitos territoriais. No entanto, mesmo no caso de recursos para atividades produtivas, há toda uma discussão sobre o acesso a fundos governamentais, cada vez mais engessados e difíceis de executar, inviabilizando muitas

vezes a efetivação de parcerias. O CAPA-Sul, que executa alguns projetos com recursos públicos, tem uma equipe especializada para trabalhar especificamente nessa gestão. Na ausência de uma estrutura assim, fica complicado dar conta da burocracia e das exigências administrativas e legais. Também há a questão de concepção – por exemplo, o BNDES, que gerencia o Fundo Amazônia, considera como pequenos os projetos de valor mínimo de 600 mil reais. A participação da CESE nesse fórum ajudou a criar um GT para considerar um programa especial de micro-projetos.

3.A contribuição da cooperação ecumênica

O trabalho com as comunidades e organizações quilombolas é uma oportunidade para que as organizações da Aliança ACT reflitam sobre o que significa apoiar processos de desenvolvimento transformador pautado na garantia dos direitos humanos. A luta por justiça social e pelo aprimoramento da democracia no Brasil tem, um tema gerador de desafios e de oportunidades na questão quilombola, com aprendizados interessantes para o debate internacional acerca de como a cooperação pode contribuir para mudanças que façam a diferença nas vidas das pessoas e comunidades mais excluídas.

O trabalho com o tema quilombola auxilia a desvelar outros elementos causadores das desigualdades, possibilitando o entendimento de que a exclusão não se dá apenas do ponto de vista da pobreza, mas também a partir do racismo, que naturaliza a subalternidade de certas populações – no caso, da população negra.

Apesar de existirem hoje no Brasil leis, instrumentos e mecanismos de exercício da democracia, políticas públicas favoráveis e relativa riqueza econômica no país, as profundas desigualdades persistem e se aprofundam, assim como em toda a América Lati-

na, e a situação de violência e de violação dos direitos humanos – inclusive do direito à vida – é sofrida cotidianamente por esse segmento.

A criminalização dos movimentos sociais e a atuação do racismo em suas diversas formas, inclusive ambiental e institucional, são aspectos centrais trazidos ao debate, que tem sido ampliado no interior das igrejas e do mundo ecumênico pelos membros da Aliança ACT. Este estudo pretende contribuir para que esses temas sejam aprofundados nas igrejas e no campo ecumênico e contribuam para a revisão de suas práticas em direção à superação das injustiças, das desigualdades e da pobreza, na construção de um desenvolvimento realmente transformador.

Essa reflexão pode auxiliar a encontrar novas respostas na relação entre sociedade civil e estado, considerando as forças que mobilizam as tomadas de decisão dos governos e a necessidade de fortalecimento das populações excluídas, em exercícios cotidianos de enfrentamento da criminalização construída para deslegitimar sua luta. Pode ser um elemento importante para a compreensão do difícil exercício da governança e da transparência em situações em

que o aparato legal e os mecanismos de participação existem, mas não são suficientes para garantir os direitos dessas comunidades.

Os desafios enfrentados pelo movimento quilombola, já mencionados não são exclusivos desse segmento, mas compartilhados por outros povos e comunidades tradicionais ou por minorias étnico-raciais. A luta pela afirmação e efetivação dos direitos quilombolas como parte do compromisso com um desenvolvimento com justiça social faz parte da mesma luta das populações marginalizadas e excluídas de todo o mundo. Por isso, a compreensão do funcionamento dos mecanismos de exclusão e de criminalização é fundamental para se entender a dicotomia entre ter estados democráticos, com mecanismos e leis progressistas, e as práticas de governo, que colaboram para que essas mesmas leis não sejam cumpridas.

O estudo da questão quilombola também auxilia a compreender como se dá a intervenção pública nos países do Sul, mesmo que os estados avancem nos aspectos de seguridade social, como é inegável no caso do Brasil. É importante compreender como os mecanismos de discriminação funcionam não somente no tratamento que as instituições públicas dedicam a essas pessoas e comunidades, como na própria visão dos excluídos de sua “impossibilidade” de acessar os serviços e benefícios públicos. Há uma quase ausência do conceito de cidadania e as pessoas não se reconhecem como sujeitos de direitos. A naturalização do tratamento desigual, da falta de oportunidades e da história de exclusão total, impede que essas pessoas e comunidades façam escolhas ou percebam que é possível fazer escolhas legítimas na direção de uma real participação na riqueza e no bem estar social. Por isso, a afirmação da identidade, a recuperação da própria história, o aumento da auto-estima e a consciência de cidadania são mudanças profundamente significativas nas



vidas das pessoas e comunidades.

As organizações da cooperação internacional têm observados avanços e aprendizados sobretudo da luta dos movimentos sociais e suas conquistas no contexto brasileiro, assim como, reafirmado a necessidade de leituras mais abrangentes das causas das desigualdades e das dificuldades para se conquistar situações de equilíbrio social e desenvolvimento com respeito à vida e à criação.

A contribuição da Christian Aid e do EED

Tanto o EED como a Christian Aid mantém relações de parceria com as três organizações brasileiras – Koinonia, FLD e CESE – e têm uma atuação histórica com a questão da terra e do território e com a questão quilombola. Há diferenças nas formas de concretização dessas parcerias, que variam de acordo com as prioridades e formatos de trabalho das agências, assim como dos espaços de diálogo e de interação entre estas e suas parceiras no Brasil.

O EED sempre priorizou o território e o trabalho rural, entendendo a questão do campo, da terra e do território no Brasil como um tema estrutural e estruturante. A percepção dos direitos perpassa transversalmente todas as políticas do EED para o Brasil; o aspecto étnico, embora não esteja tão evidenciado, é considerado importante.

Também para a Christian Aid as questões de terra e território sempre estiveram no centro de sua política para atuação no Brasil. Ao abordar o enfrentamento das desigualdades a partir da proposta de gerar mudanças significativas (“*no small changes*”), a questão do direito quilombola, assim como do direito indígena, à terra e ao território, continua em pauta como desafio. A Christian Aid vem apoiando o trabalho com comunidades e organizações quilombolas desde a década de noventa. O maior programa de Koinonia, o Egbé Territórios Negros, iniciou o trabalho com comunidades quilombolas em 1997-98, já com apoio da Christian Aid. Parcerias antigas da Christian Aid têm se



construído e consolidado ao longo desses anos, como a CPI-SP no trabalho com as comunidades e as organizações quilombolas no Pará, sobretudo a ARQMO, que incorporou fortemente a dimensão de justiça climática e florestas e a parceria com o CCN, no Maranhão. A Christian Aid também tem apoiado historicamente o trabalho da CESE com comunidades quilombolas por meio do Programa de Pequenos Projetos. A partir de 2008, houve um reforço do apoio a partir do programa Fundo de Governança e Transparência (GTF), com recursos da agência de cooperação governamental britânica (DFID), direcionados para comunidades indígenas e quilombolas que acessam os pequenos projetos da CESE.

O envolvimento do EED com o Programa de Apoio ao Movimento Negro, da CESE, nos anos 90, demonstrou a sensibilidade desta agência para com o tema, resultado da reflexão sobre a temática do acesso à terra, priorizada anteriormente no Programa Terra e Democracia, que trouxe da Alemanha parlamentares de diferentes correntes políticas, convidados a conhecer a questão da terra no Brasil. Com isso, conseguiu que este tema tivesse maior

repercussão na Alemanha, e que os parlamentares alemães interpelessem o governo brasileiro sobre a situação, assim como a seu próprio parlamento.

As três organizações brasileiras são apoiadas pelo EED na realização de seu trabalho com quilombolas em diferentes formatos. Uma é que o EED é o maior apoiador direto da FLD e do Consórcio CAPA (que congrega os cinco núcleos CAPA existentes hoje). Embora haja uma relação de dependência financeira da FLD em relação ao EED,³² a relação é de transparência e diálogo, com a possibilidade de proposição de agendas, de prioridades e de participação na definição de estratégias.

No caso de Koinonia, o apoio da Christian Aid, tanto quanto o do EED, tem permitido à organização manter a prioridade no trabalho com as populações negras tradicionais. Em 2010, a relação de Koinonia com a Christian Aid avançou para um patamar de maior abertura, possibilitando àquela priorizar temas e intervenções. Além desse apoio institucional, durante três anos Koinonia captou mais recursos, por meio da intermediação da Christian Aid em cofinanciamento com o

³² No momento deste estudo, em processo de fusão com a Pão para o Mundo.

EED para um projeto desenvolvido com a União Européia com o objetivo de trabalhar com comunidades negras tradicionais.

Historicamente, as agências ecumênicas permitiram a criação de fundos de pequenos projetos (fundos delegados), cuja importância foi comprovada por estudos já realizados, em razão de sua agilidade, sua capacidade de atender situações-limite etc. Dos fundos dessa natureza, hoje funcionam apenas o da FLD e o da CESE. O Programa de Pequenos Projetos da CESE foi citado pelas organizações do Maranhão, CCN e SMDDH, como muito importante para os movimentos, que contam com esse canal para atender a suas necessidades de mobilização e de articulação. O desafio que se coloca é a manutenção desses pequenos projetos, com a redução dos recursos das agências internacionais e as limitações na relação entre as organizações de apoio e o governo brasileiro, que impedem a intermediação de recursos governamentais por organismos da sociedade civil.

O questionamento à continuidade da cooperação internacional no Brasil, com as dificuldades no entendimento das desigualdades, tem feito aumentar as exigências, tanto para as agências como para os seus parceiros, acerca do monitoramento, avaliação, identificação de impacto e visibilidade. Tanto os parceiros no Brasil como as próprias agências precisam se atualizar quanto a estes temas e aperfeiçoar as suas intervenções. Daí a compreensão de que a elaboração de relatórios mais exigentes, embora signifique maior volume de trabalho imediato para as organizações no Sul, é a contraparte dessas organizações no processo político de apoio à sustentabilidade da cooperação e também parte de uma estratégia comum de sustentabilidade do Brasil na agenda da cooperação ecumênica.

A própria formação da Aliança ACT como novo ator abre muitas novas possibilidades para a cooperação Sul-Norte, que precisam ser aprofundadas.

O valor agregado da cooperação ecumênica

Quando se fala em valor agregado, é preciso esclarecer que não se está falando de valor de exclusividade, ou seja, valor agregado por alguns em detrimento de outros. Não se trata de comparação, mas de constatação de onde, como e por que a cooperação ecumênica agrega valor às intervenções.

Transparência, diálogo, atitude de escuta e abertura

Essas características são fundamentais para o aprendizado mútuo, segundo o princípio do desenvolvimento transformador.

As relações têm mão dupla e por isso, quanto mais essas características estiverem presentes, maior a qualidade da intervenção e da parceria. Por exemplo: se, por um lado, o EED ajuda a FLD a refletir e a planejar, o trabalho da FLD/CAPA também está influenciando o EED a criar maior interesse específico no tema quilombola. O trabalho da FLD/CAPA levou o EED a trabalhar com uma ampliação do público rural atendido, mostrando

que este público não é composto apenas de agricultores, mas também de pescadores artesanais, indígenas, quilombolas.

Outro exemplo é a relação de Koinonia com a Christian Aid, que, a partir do apoio institucional, tem permitido a Koinonia avançar em suas prioridades e definir o foco da intervenção, o que deu origem a experiências inovadoras como a criação do Grupo de Trabalho Jurídico e a criação do informativo Territórios Negros e do Observatório Quilombola. Essa atitude, firmada na confiança mútua, permite que a intervenção vá se adaptando às descobertas e necessidades do processo em seus diferentes momentos.

Apoio Institucional

O apoio institucional dirigido para a missão da organização fortalece o parceiro em sua atuação de incidência política e é um valor agregado porque confere mobilidade política para atuar.



Potenciais de ajuda e solidariedade

Outro valor agregado são os potenciais de ajuda e de solidariedade que as organizações, tanto as do Norte como as do Sul, prestam umas às outras a partir da compreensão de seu trabalho ecumênico. Isso significa ajudar-se uns aos outros em momentos de necessidade – não apenas por questões emergenciais, mas também na mobilização de recursos de outros doadores institucionais, incluindo as dificuldades políticas, administrativas e burocráticas que esse tipo de parceria possa acarretar.

Esse histórico de parcerias permite diálogos que não se restringem ao funcionamento financeiro, à troca de relatórios, a uma boa prestação de contas, mas também sobre potenciais de ajuda ou de solidariedade com as comunidades negras tradicionais na defesa de seus direitos.

Compartilhar princípios comuns

Os potenciais de ajuda e solidariedade somente são realizados quando se compartilha princípios e valores, como é o caso das organizações ecumênicas. As possibilidades de cooperação ficam comprometidas quando não há o mesmo entendimento a respeito de conceitos fundamentais, como o de desenvolvimento.

Na situação estudada, a luta por justiça social, pela garantia dos direitos humanos, sociais, ambientais, culturais e econômicos das comunidades quilombolas, por seu direito de autodeterminação, tem como base a preocupação ecumênica para com a garantia de vida com qualidade para todas as pessoas.

Compartilhar espaços comuns de inserção e incidência

Outro aspecto que agrega valor à intervenção é a possibilidade de compartilhar espaços de inserção e de incidência, ampliando a capacidade de cada organização na defesa das causas. Entre os casos estudados, destaca-se o PAD – Processo de Articulação e Diálogo



de Agências Ecumênicas Europeias e Parceiros no Brasil. É possível mobilizar um debate sobre apoio às lutas nacionais das comunidades quilombolas no campo do PAD e usar dos meios de divulgação de todos, dentro do espírito de atuação conjunta como rede, em torno da defesa de um problema específico emergencial de uma comunidade. É possível, nesse espaço, levar para o âmbito internacional situações nacionais – como o caso da Marambaia, ou o debate no Supremo Tribunal Federal da ação de inconstitucionalidade dos últimos direitos adquiridos pelas comunidades quilombolas por legislação no Brasil.

Outro importante espaço compartilhado de articulação, de compartilhamento de agendas e de formação de coalizão é o Fórum Ecumênico Brasil (FE Brasil), ampliado recentemente para a América do Sul, do qual as três organizações também fazem parte.

A cooperação pode colaborar e tem colaborado com a divulgação de temas como a criminalização dos movimentos e a violação dos direitos, motivando discussões. Esse é um grande potencial da Aliança ACT que pode ser cada vez mais trabalhado na defesa da causa quilombola. No entanto, há um desafio colocado pelo cenário de redução da cooperação internacional, que está aquém do

apoio financeiro necessário neste momento para o movimento social, e para o movimento quilombola em particular.

O trabalho em redes

O trabalho em redes temáticas tem crescido e se mantido no Brasil e tem feito parte das estratégias das organizações. O PAD pode ser visto também desta forma – espaço de convergência de diálogos e debates temáticos, de formação e de incidência. A abertura das organizações para esse tipo de abordagem, favorecendo as relações multilaterais mais que as bilaterais, é, no olhar do EED, um valor agregado.

Trazer novas reflexões de caráter ecumênico para dentro das agências

A atuação com comunidades negras e quilombolas leva para dentro das agências outros temas de caráter ecumênico, como as questões de espiritualidades e religiosidades negras no Brasil, ou o diálogo interreligioso. Mesmo o tema de direitos humanos ganha amplitude, tratado a partir da ótica da questão quilombola, que necessariamente traz o tema da não-discriminação tanto por questões de pertencimento etnicorracial, como por questões de caráter religioso. Para a Christian Aid, este é um importante valor agregado.

Corresponsabilidade

Trata-se de uma relação de compromisso entre organizações que partilham de princípios e valores comuns e que podem ajudar-se mutuamente, potencializando suas capacidades. Quando as prioridades são estabelecidas e traduzidas em apoio financeiro, a interpretação não é a de que as organizações do Sul recebem uma ajuda financeira para realizar seu trabalho, mas que ali se desenvolve um trabalho corresponsabilizado. Essa corresponsabilidade significa que, a qualquer momento, é possível apelar para a contribuição dos outros parceiros na defesa dos direitos ou para ajudar a dar visibilidade à ação dos parceiros.

Relação Sul-Sul com a África e com a América Latina

A cooperação Sul-Sul já está ocorrendo. Por exemplo, o CAPA começou uma relação com Angola. O Programa do Brasil de Christian Aid também tem uma proposta de intercâmbio com o programa de Angola, nas áreas de experiências de direitos humanos, ecumenismo e diálogo interreligioso. As comunidades daquele país solicitam tecnologias agrícolas apropriadas, trabalho com artesanato, aspectos que estão bem desenvolvidos no trabalho com as

comunidades quilombolas aqui, que preservaram muito de sua cultura, assim como as comunidades negras de forma geral. Muitas vezes, pessoas, organizações e grupos africanos vêm ao Brasil para recuperar aspectos de sua cultura que na África já foram muito debilitados, mas que no Brasil continuam fortes e vivos. Também com a América Latina há um trabalho sendo realizado no âmbito ecumênico, com forte presença de Koinonia, da CESE e do Programa do Brasil da Christian Aid, principalmente no âmbito da América do Sul e com a República Dominicana e Jamaica, o que revela o valor agregado dessa cooperação.

Impactos das ações diretas das agências em relação às comunidades quilombolas

IMPACTO 22 - As Comunidades e movimento tiveram sua visibilidade internacional ampliada.

Ao mesmo tempo em que as agências são diversas, porque correspondem às dinâmicas próprias de seus países, a articulação que existe entre várias delas tem facilitado o aprofundamento e a visibilidade do tema quilombola no campo internacional, possibilitando ampliar discussões fundamentais como o racismo, o acesso

à terra e a criminalização dos movimentos sociais.

IMPACTO 23 – Direitos culturais étnicos e religiosos das comunidades tratadas no interior das agências, reforçando suas políticas de apoio ao Brasil e, consequentemente, na ponta, para as comunidades

IMPACTO 24 – Recursos mobilizados mantêm as comunidades fortalecidas e atuam de forma preventiva frente à situação de vulnerabilidade

A mobilização de recursos para fortalecer a situação de vulnerabilidade das comunidades é foco das organizações de apoio. A ação - e o desafio - é estabelecer mecanismos de organização, e de fortalecimento, ou seja, capacidades que façam com que o Estado atue de maneira adequada. Busca-se fortalecer a capacidade da sociedade civil em manter os processos de maneira adequada, antes que ocorra uma emergência, um descontrole ou a inviabilidade das comunidades.

A sustentabilidade dos impactos e a contribuição da cooperação ecumênica

É preciso garantir o que se conquistou, mas com autonomia. Não se consegue autonomia local a curto e médio prazo, necessariamente, com recurso local, que é marcado, complexo e dependente. Por isso é tão importante a mobilização de recursos da cooperação.

Entre as capacidades de qualquer grupo social não estão só as capacidades daquele grupo, mas também as de seus aliados. Existe, a partir de ações de coalizão e de alianças – como, no caso, a ACT – uma agregação de capacidades: as que cada organização tem mais as suas relações. Essa estratégia está presente em muitas das ações que promoveram o processo democrático brasileiro recente. Não é o movimento social isolado em si e numa atuação local que obteve resultados. A ação sempre foi concatenada e coordenada, nacionalmente ou nacional e internacionalmente. Manter os vín-



culos entre comunidades locais, organizações de apoio e assessoria no Brasil e organizações parceiras no Norte é manter-se conectado internacionalmente. O que se coloca para as organizações ecumênicas a atuação em redes, em processos coletivos, não apenas canalizando recursos do Norte para que se resolva o problema, mas atuando coletivamente para uma mudança sustentável, duradoura e concreta.

Nesse sentido, é importante mostrar o Brasil real para os países do Norte. Nas questões relativas à seguridade social e ao acesso a serviços, a consciência social dos países do Norte indica que o principal foco é o atendimento à popu-

lação e não o reforço da sociedade e de sua capacidade de organização, de monitoramento de políticas, de pressão sobre o Estado. É importante mostrar ao Norte que no Brasil a existência de políticas sociais de atendimento não significa que as comunidades tenham esse acesso. Para tal, é necessário se organizar, fazer incidência, mobilizar e exercer controle social. Trata-se de fortalecer essas comunidades para que elas façam com que os serviços cheguem até elas, superando as barreiras do racismo, da criminalização e da burocracia estatal.

A reflexão que muitas vezes é feita com ênfase no alívio da pobreza, inclusive justificando a

retirada da cooperação do Brasil, precisa ser acrescida da complexidade da luta por direitos e para o exercício da cidadania. Ao se negar às comunidades quilombolas seu direito a terra e território, gera-se um movimento de expulsão dessas pessoas e de empobrecimento e dependência, com ampliação do grupo dos excluídos nas grandes metrópoles. É fundamental que a cooperação mantenha como um de seus eixos a defesa dos direitos humanos, em sua acepção mais ampla, como foco de sua política de intervenção no Brasil, na luta para diminuir as desigualdades e para se conseguir mudanças que de fato sejam significativas e duradouras.



A Aliança ACT no Brasil e o apoio aos quilombolas

A Aliança ACT

A ACT é uma aliança de mais de 110 igrejas e organizações que trabalham no desenvolvimento e ajuda humanitária, todas relacionadas ao Conselho Mundial de Igrejas e/ou à Federação Luterana Mundial.

Essa Aliança foi estabelecida no início de 2010 pela fusão de ACT Internacional, que desde 1995 mobilizava recursos para ajuda humanitária frente a catástrofes naturais e outras emergências, e ACT Desenvolvimento, fundada em 2007, comprometida com o “desenvolvimento transformador”.

As três entidades brasileiras envolvidas neste estudo são membros da Aliança ACT:

- CESE, com sede em Salvador, Bahia, criada em 1973 por igrejas evangélicas, membros do Conselho Mundial de Igrejas, junto com a Igreja Católica (CNBB). A CESE atua em todo o território nacional, com prioridade para as regiões Nordeste e Norte, visando fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas que primem pela democracia com justiça.

- FLD, com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, fundada em 2000 por decisão do Conselho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB – depois de uma avaliação externa que reco-

mendou a transformação do Serviço de Projetos de Desenvolvimento em uma fundação autônoma. Canaliza apoio a grupos socialmente vulneráveis e comunidades empobrecidas, sem discriminação de etnia, gênero, convicção política ou credo religioso.

- KOINONIA, com sede no Rio de Janeiro, criada em 1994 como afirmação da vocação diaconal da comunidade ecumênica que constituiu sua Assembleia de Associados, representantes de mais de duas décadas de luta pela democracia e de afirmação dos valores do movimento ecumênico no Brasil. O propósito era dar continuidade à tradição ecumênica da prestação de serviços a comunidades locais e ao movimento social, bem como às igrejas. Em sua vocação diaconal, KOINONIA se compreende como um ator político do movimento ecumênico e que presta serviços ao movimento social.

As três entidades eram membros de ACT Desenvolvimento e a CESE era membro de ACT Internacional. Hoje, outro organismo ecumênico brasileiro – Diaconia, com sede em Recife, Pernambuco – também faz parte da Aliança ACT.

A nova aliança teve sua primeira assembleia em Arusha, Tanzânia, em outubro de 2010, quando Francisco Assis, membro de KOINONIA e agora bispo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, foi eleito Vice-Moderador. A pastora Luterana Cibele

Kuss, Vice-Presidente da Diretoria da CESE, foi eleita para o Comitê de Nomeações.

A principal referência para ACT no Brasil é o Fórum Ecumênico FE Brasil, no qual participam várias igrejas e organismos ecumênicos brasileiros além dos quatro membros brasileiros de ACT e Christian Aid, agência ecumênica do Reino Unido e Irlanda, com representação no Brasil. Outro membro europeu da Aliança, Ajuda da Igreja Norueguesa, também é membro da Aliança ACT no Brasil. Membros de FE Brasil junto com igrejas e organizações de outros países da América do Sul e organizações regionais conformam o Fórum Ecumênico FE Sul, referência para ACT nesta região.

O Projeto Impacto foi lançado por ACT Desenvolvimento em 2007, visando identificar e construir princípios comuns e um marco metodológico para apreciar e difundir “A Diferença Que Logramos”. Em maio de 2009 foi editado em inglês e espanhol o Guia para apreciar nossa contribuição à mudança. O projeto foi assumido depois pela Aliança ACT. No Grupo de Trabalho responsável, com pessoas de várias regiões do mundo, participa Alonso Roberts, da CESE.

A atual etapa desse projeto (2010-2011) inclui estudos de impacto na Armênia e na Índia, além do Brasil. Ademais, o Creas (Centro Regional Ecumênico de Asessoria e Serviço) – entidade regional com sede em Buenos Aires – está implementando uma iniciativa de autoapreciação e capacitação sobre impacto com membros de ACT na América do Sul, na América Central e no Caribe.

O atual estudo resulta de uma confluência de interesses entre esses atores. O Grupo de Trabalho de ACT procurava avançar da teoria à prática, enquanto Christian Aid e EED queriam ter uma apreciação do impacto de seu trabalho no Brasil, com um interesse especial no tema das comunidades quilombolas. Assim, reunidas como ACT, as organizações envolvidas neste estudo definiram conjuntamente os Termos de Referência e suas participações relativas.



As Organizações Brasileiras da Aliança ACT e o apoio às comunidades quilombolas

CESE

A CESE sempre teve uma preocupação especial com a população rural e apoiou muitos projetos com os sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), suas federações estaduais e a confederação nacional (CONTAG). Os STRs representam os assalariados agrícolas, principalmente, os agricultores familiares. Ademais, nos anos 80 e crescentemente nos anos 90, a CESE desenvolveu parcerias com organizações alternativas que surgiram para representar setores específicos, tais como o Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o movimento dos seringueiros.

A CESE apoiou desde o início a luta das comunidades e do movimento quilombola. Entre 1991 e 1994, a CESE apoiou a longa luta da comunidade de Rio das Rãs, no Oeste do Estado da Bahia, mencionado na seção histórica deste estudo. Projetos também foram apoiados com comunidades no Estado do Maranhão – inclusive outra comunidade pioneira, Frechal – e no Município de Oriximiná, no Estado do Pará.

Entre 1996 e 2002, o PAMN – Programa de Apoio ao Movimento Negro, um programa especial da CESE financiado pela agência ecumênica alemã EZE, precursora do EED – possibilitou o fornecimento de recursos maiores a quilombolas, em parceria com a entidade representativa em Oriximiná (ARQMO) e com duas ONGs no Maranhão, o Centro de Cultura Negra (CCN) e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). O CCN implementou um amplo projeto de conscientização com professores em comunidades quilombolas, enquanto a SMDH, a partir da experiência de Frechal, produziu estudos históricos e antropológicos em diversas comunidades, para desenvolver a jurisprudência que tornaria efetivo o instrumento constitucional que estabelece a propriedade coletiva da terra.

Por outro lado, a CESE vem apoiando a causa quilombola por meio do Programa de Pequenos Projetos. Entre 1996 e 2009, 111 dos pequenos projetos tinham relação



com a população quilombola. O alcance geográfico desses projetos tem se ampliado, porque comunidades negras rurais em muitos estados do Brasil têm investido na afirmação da sua identidade etnicorracial. Embora a questão da terra e do território seja fundamental, muitas outras questões surgem. Além da organização e mobilização, há projetos que promovem a geração de renda, a segurança alimentar, saúde e questões de gênero.

Por meio de projetos e outras estratégias, a CESE promove ligações com outras organizações rurais e com o movimento negro urbano, com o intuito de apoiar a busca de articulação dos quilombolas com outros movimentos sociais. Lideranças quilombolas e assessorias têm participado de diversas reuniões organizadas pela CESE, a exemplo de seu Encontro com Movimentos Sociais, realizado a cada dois anos, reunindo representações nacionais dos principais movimentos do país. Em 2009, a CESE e Heifer Internacional promoveram uma Roda de Diálogo de quilombolas da Bahia.

As ações de advocacy da CESE – de iniciativa/origem própria ou

de parceiros – complementam os programas de apoio a projetos. Nos últimos anos, a comunidade de São Francisco do Paraguaçu tem sido um foco particular dessas ações. No âmbito nacional, a CESE tem apoiado iniciativas do movimento quilombola pela implementação de políticas públicas e garantias constitucionais para as comunidades e territórios quilombolas.

FLD/CAPA

Com o seu surgimento como fundação autônoma ligada à IECLB, a FLD assumiu o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) e o COMIN (Conselho de Missão entre Indígenas), antes abrigados no Serviço de Projetos de Desenvolvimento, como parceiros estratégicos.

O papel da FLD junto ao CAPA é acompanhar a área temática e de gestão, além de fortalecer sua ligação com a IECLB. O trabalho com as comunidades quilombolas no Sul do Rio Grande do Sul teve início depois de uma provocação feita pela FLD ao CAPA.

O CAPA foi criado em 1978 pela igreja luterana para contrapor



CESE

A CESE sempre teve uma preocupação especial com a população rural e apoiou muitos projetos com os sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), suas federações estaduais e a confederação nacional (CONTAG). Os STRs representam os assalariados agrícolas, principalmente, os agricultores familiares. Ademais, nos anos 80 e crescentemente nos anos 90, a CESE desenvolveu parcerias com organizações alternativas que surgiram para representar setores específicos, tais como o Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o movimento dos seringueiros.

A CESE apoiou desde o início a luta das comunidades e do movimento quilombola. Entre 1991 e 1994, a CESE apoiou a longa luta da comunidade de Rio das Rãs, no Oeste do Estado da Bahia, mencionado na seção histórica deste estudo. Projetos também foram apoiados com comunidades no Estado do Maranhão – inclusive outra comunidade pioneira, Frechal – e no Município de Oriximiná, no Estado do Pará.

Entre 1996 e 2002, o PAMN – Programa de Apoio ao Movimento Negro, um programa especial da CESE financiado pela agência ecumênica alemã EZE, precursora do

EED – possibilitou o fornecimento de recursos maiores a quilombolas, em parceria com a entidade representativa em Oriximiná (ARQMO) e com duas ONGs no Maranhão, o Centro de Cultura Negra (CCN) e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). O CCN implementou um amplo projeto de conscientização com professores em comunidades quilombolas, enquanto a SMDH, a partir da experiência de Frechal, produziu estudos históricos e antropológicos em diversas comunidades, para desenvolver a jurisprudência que tornaria efetivo o instrumento constitucional que estabelece a propriedade coletiva da terra.

Por outro lado, a CESE vem apoiando a causa quilombola por meio do Programa de Pequenos Projetos. Entre 1996 e 2009, 111 dos pequenos projetos tinham relação com a população quilombola. O alcance geográfico desses projetos tem se ampliado, porque comunidades negras rurais em muitos estados do Brasil têm investido na afirmação da sua identidade etnicorracial. Embora a questão da terra e do território seja fundamental, muitas outras questões surgem. Além da organização e mobilização, há projetos que promovem a geração de renda, a segurança alimentar, saúde e questões de gênero.

Por meio de projetos e outras estratégias, a CESE promove ligações com outras organizações rurais e com o movimento negro urbano, com o intuito de apoiar a busca de articulação dos quilombolas com outros movimentos sociais. Lideranças quilombolas e assessorias têm participado de diversas reuniões organizadas pela CESE, a exemplo de seu Encontro com Movimentos Sociais, realizado a cada dois anos, reunindo representações nacionais dos principais movimentos do país. Em 2009, a CESE e Heifer Internacional promoveram uma Roda de Diálogo de quilombolas da Bahia.

As ações de advocacy da CESE – de iniciativa/origem própria ou de parceiros – complementam os programas de apoio a projetos. Nos últimos anos, a comunidade de São Francisco do Paraguauçu tem sido um foco particular dessas ações. No âmbito nacional, a CESE tem apoiado iniciativas do movimento quilombola pela implementação de políticas públicas e garantias constitucionais para as comunidades e territórios quilombolas.

FLD/CAPA

Com o seu surgimento como fundação autônoma ligada à IECLB, a FLD assumiu o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) e o COMIN (Conselho de Missão entre Indígenas), antes abrigados no Serviço de Projetos de Desenvolvimento, como parceiros estratégicos.

O papel da FLD junto ao CAPA é acompanhar a área temática e de gestão, além de fortalecer sua ligação com a IECLB. O trabalho com as comunidades quilombolas no Sul do Rio Grande do Sul teve início depois de uma provocação feita pela FLD ao CAPA.

O CAPA foi criado em 1978 pela igreja luterana para contrapor uma nova proposta à Revolução Verde. Em 1972, 70% dos membros da IECLB eram constituídos de pequenos agricultores descendentes de agricultores alemães. No final dos anos 70, preocupada com a significativa redução do número dos membros e com o crescente empobrecimento daqueles que permaneciam, a IECLB decidiu organizar um serviço específico para os agricultores familiares, chamado

inicialmente de Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor (o nome Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor foi adotado em 1988).

Muito rapidamente, as ações passaram a compreender grupos não vinculados à IECLB, com o incentivo da agência financiadora internacional, a EZE (depois EED). A pergunta das coordenadoras e dos coordenadores do CAPA – onde estão os mais excluídos dos excluídos? – apontava para a necessidade de ampliar a compreensão a respeito dos conceitos de público rural ou de “pequenos agricultores familiares”.

Assim, além dos agricultores ligados à Igreja Luterana, a organização passou a atender agricultores familiares de outras denominações religiosas, incluindo aos poucos agricultores assentados e pescadores profissionais artesanais, organizados em grupos, associações comunitárias e cooperativas. As equipes técnicas, formadas por profissionais das áreas da agricultura, saúde, administração e comunicação, prestam assessoria na organização social e política, na formação e na produção econômica – comercialização e distribuição da produção. O atendimento a grupos do povo indígena guarani também foi incorporado, a partir da preocupação com a soberania e segurança alimentar e nutricional.

No tema quilombola, o desafio proposto pela FLD para o seu parceiro estratégico CAPA/Núcleo Pelotas resultou, em 2002, num projeto piloto chamado “Pequenos Agricultores Quilombolas”, com apoio da *Evangelical Lutheran Church in America* (ELCA). De um total de 11 comunidades identificadas e convidadas, quatro se dispuseram a participar. O projeto está descrito na publicação intitulada “Descobri que tem raça negra aqui”.

De acordo com a sua metodologia, o CAPA não interferiu na organização, na cultura, nas crenças religiosas e nem na vida comunitária dos grupos. O projeto considerou seis linhas de trabalho: memória histórica, cultura e etnia; cidadania; espaços de organização comunitária; soberania e segurança alimentar e nutricional; geração de renda; e saúde comunitária.

Devido a essa postura de cuidado – que os próprios quilombolas reconhecem como um diferencial em relação a outras entidades que “surgiram” na esteira da sua visibilidade – o projeto foi um sucesso e deu ao CAPA reconhecimento nacional no que se refere ao trabalho com os afrodescendentes. Em novembro de 2010, o CAPA recebeu a medalha Zumbi dos Palmares, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em reconhecimento por seu trabalho com as comunidades quilombolas.

Oito anos depois de começar o trabalho com quatro comunidades, o CAPA está envolvido com mais de 40, agora em atividades do projeto do Governo Federal Território da Cidadania. Os avanços são visíveis, tanto em termos de acesso a políticas públicas, melhoria da qualidade de vida e de autoestima. As disputas pela terra – o problema mais grave enfrentado pelos grupos tradicionais – estão em fase inicial. Ao antecipar esse cenário difícil, a IECLB, junto com a FLD, CAPA (sempre com o apoio do EED, Pão para o Mundo e outros parceiros da cooperação internacional, além da ELCA), criou o Conselho de Direito à Terra – Mediação de Conflitos, para tratar de questões agrárias que envolvem agricultores familiares luteranos, quilombolas e povos indígenas.

Koinonia

Koinonia Presença Ecumênica e Serviço é uma entidade composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Sua missão é mobilizar grupos históricos e culturalmente vulneráveis e aqueles em processo de emancipação social e política. Para isso, desenvolve programas de produção de conhecimento, informação e educação que atuam por meio de redes, em busca de espaços democráticos que garantam a justiça, os direitos humanos – econômicos, sociais, culturais e ambientais –, a produção do ecumenismo e do movimento ecumênico e de seus valores libertários em nível nacional e internacional.

Koinonia presta serviços e estabelece alianças com a população negra organizada em comunidades urbanas e rurais, trabalhadores rurais, agentes de solidariedade com pessoas que vivem com Hiv/AIDS e lideranças intermediárias das igrejas, priorizando, sempre que possível, a juventude e as mulheres. Outras alianças naturais que perpassam toda ação de Koinonia dizem respeito ao campo das organizações ecumênicas, no qual a instituição não só presta serviços como também é um agente político de mobilização e disseminação de valores. A abrangência dos serviços



de Koinonia, devido à sua estratégia de comunicação e ao atendimento às solicitações de assessoria, é nacional e internacional.

Ainda em 1994, ano de sua fundação, Koinonia criou o Programa Egbé Territórios Negros, uma resposta às desigualdades que atingem a população negra brasileira. Egbé vem do Iorubá: sociedade e o lugar onde ela se reproduz. O programa trabalha com as comunidades negras tradicionalmente estabelecidas no que se convencionou chamar Territórios Negros.

Num primeiro momento, o foco do programa voltava-se exclusivamente para os Terreiros de Candomblé de Salvador/BA, com os objetivos de assistir e assessorar essas comunidades nas áreas de regularização fundiária, recuperação étnico-botânica e diálogo inter-religioso. Em 1999, com o crescimento da temática quilombola e a reflexão institucional sobre as semelhanças

que poderiam ligar a experiência territorial desses dois tipos de comunidade, a equipe de Koinonia ampliou o propósito do programa original. A garantia da propriedade de terra foi percebida como um fator fundamental para a sobrevivência, reprodução e melhoria da qualidade de vida das comunidades remanescentes de quilombo e dos Terreiros de Candomblé.

Atualmente, Koinonia trabalha com comunidades negras rurais e quilombolas do Rio de Janeiro e do Baixo Sul da Bahia. Num primeiro momento o programa dedicou-se à identificação das comunidades, ao contato inicial com elas, a estabelecer relações com seus líderes e ao levantamento do conhecimento existente sobre as comunidades remanescentes dos quilombos. A partir daí, passou a fomentar redes regionais para esclarecimento e apoio a essas comunidades, tendo em vista as possibilidades de regularização fundiária

e os direitos culturais instituídos na Constituição de 1988 (além do artigo 68 das ADCT e os artigos 215 e 216 sobre direitos culturais), por meio da troca de informações, de experiências e da realização de eventos científicos e culturais.

Além disso, concentrou esforços no sentido de promover iniciativas que permitam a efetiva manutenção desses territórios, nos seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, sempre de uma forma que respeite as concepções e prioridades de suas populações.

Para isso, Koinonia promove capacitações técnicas a partir de conhecimentos tradicionais das comunidades, diálogos para a superação da intolerância religiosa, assessoria jurídica educativa e defesa de direitos. Edita os informativos *Territórios Negros e Fala Egbé*, gerencia o portal *Observatório Quilombola* e distribui semanalmente notícias sobre a temática.



Resumo executivo

Este estudo tem por objetivo avaliar o impacto do apoio das organizações da Aliança ACT no Brasil ao movimento e às comunidades quilombolas de 1996 a 2009¹. Entende-se por impacto as mudanças duradouras e significativas para as quais o trabalho de uma entidade contribui, direta ou indiretamente. O estudo contou com o apoio da Christian Aid e do EED, instituições europeias que compõem a Aliança ACT, e se concretizou a partir da cooperação entre três membros da Aliança ACT no Brasil: Koinonia – Presença Eumênica e Serviço, Coordenadoria Eumênica de Serviço (CESE) e Fundação Luterana de Diaconia (FLD).

Como estudos de caso, foram selecionadas cinco situações distintas, tanto em relação à localização geográfica quanto à natureza do problema vivido e da intervenção realizada: São Francisco do Paraguaçu (Bahia); Marambaia (Rio de Janeiro); Baixo Sul (Bahia); Comunidades vinculadas ao Centro de Cultura Negra (Maranhão); comunidades quilombolas do Território Sul do Rio Grande do Sul. Embora esses casos não esgotem o panorama da situação quilombola no Brasil, atuam como um importante referencial para compreender essa realidade com maior profundidade.

A metodologia toma como base o método “Fazendo a Diferença”, da Christian Aid, que consiste em ouvir beneficiários, parceiros e demais implicados nas comunidades e em seu entorno a fim de observar as mudanças significativas em suas vidas, captar sua percepção sobre as causas dessas mudanças e identificar a contribuição das organizações da Aliança ACT.

A atuação das organizações da Aliança ACT é pautada pelo conceito de desenvolvimento transformador, que busca afirmar os direitos humanos e gerar mudanças para todos os envolvidos a partir de aprendizagem mútua. Seu trabalho diversificado, evidenciado



pelas ações da CESE, FLD e Koinonia, detalhadas nos estudos de caso, foi relevante para o alcance das mudanças positivas identificadas.

O estudo identificou 24 impactos no âmbito de cinco grandes áreas de mudanças – afirmação da identidade, direitos territoriais, organização, incidência em políticas públicas e qualidade de vida – e também impactos relacionados mais diretamente à cooperação ecumênica e à permanência da transformação ao longo do tempo. Tais impactos são apresentados a seguir.

Afirmação da identidade e enfrentamento ao racismo

1. Comunidades afirmam sua identidade quilombola e racial e defendem o reconhecimento e a garantia de seus direitos. Esse impacto está ligado às metodologias de trabalho de Koinonia, da FLD/Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e da CESE e de seus par-

ceiros locais, cuja característica pedagógica possibilita a construção, pelo coletivo, de sua identidade quilombola, traduzindo o conceito da política pública para suas categorias nativas.

O primeiro elemento do processo de regularização fundiária é o auto-reconhecimento. Reconhecer-se como negro e quilombola significa romper com uma longa história de exploração e invisibilidade. Entender que as condições de exclusão são construídas socialmente e não são inerentes à condição de ser negro ou negra favorece a compreensão sobre a hierarquia social fundamentada em questões raciais e as origens e o funcionamento do racismo.

2. Em todas as comunidades estudadas observa-se um movimento de recuperação e **ressignificação de expressões culturais e artísticas tradicionais**, com a participação de jovens.

3. Hoje há **agentes do Estado mais preparados para lidar com a questão quilom-**

¹ Este estudo foi conduzido por consultoria externa contratada e contou com a colaboração de especialista para a contextualização histórica.

bola e capazes de compreender e atuar pela garantia de direitos das comunidades. As organizações de apoio desenvolvem um trabalho de formação e de informação para a sociedade em geral e para quadros do governo, com vistas a capacitá-los a compreender e contribuir para a garantia dos direitos quilombolas, combatendo, assim, a falta de preparo para tratar da dimensão etnicorracial que geralmente os quadros governamentais enfrentam. Os governos municipais e estaduais são atores cruciais na prestação dos serviços públicos e no acesso aos projetos federais e, por isso, é importante que as organizações de assessoria e o movimento quilombola criem um ambiente fértil para trabalhar em parceria com os municípios e com órgãos do governo estadual.

4. Especialmente no caso do Baixo Sul da Bahia, houve claras evidências de **redução da intolerância religiosa**, com o afloramento de religiões de matriz africana em contextos em que antes eram silenciadas e ocultadas devido à intolerância dos segmentos religiosos cristãos dominantes. Hoje, naquelas comunidades, católicos, evangélicos de diversas denominações e praticantes de religiões afro-brasileiras perceberam que as diferentes religiões não representam um impedimento para a afirmação da identidade

eticorracialmente para a união em torno da mesma luta pelo reconhecimento de seus direitos.

5. Quilombolas hoje têm importantes fontes de informação alternativa de qualidade acerca de suas realidades, que contribuem para dissolver o olhar racista. A FLD/CAPA, a CESE e Koinonia produzem e divulgam informações sobre os quilombolas, o que **ajuda a criar uma imagem real dessas comunidades e a construir sua identidade no imaginário nacional**. Reafirma-se a importância da comunicação em todas as suas formas e possibilidades; a “comunicação efetiva” e a “defesa de causas”, como princípios do desenvolvimento transformador.

6. As comunidades e o movimento quilombola contam com o **reforço da auto-determinação e conexões com movimentos sociais antirracistas e movimentos negros**. A incorporação de pessoas advindas dos movimentos negros ou das próprias comunidades quilombolas às equipes técnicas das organizações tem sido um fator de maior aproximação e identificação entre as comunidades e as organizações, estimulando, ao mesmo tempo, a reflexão dos integrantes dos movimentos negros e aproximando as agendas de ambas as partes. Capacitações, intercâmbios, encontros

de comunidades quilombolas são momentos extremamente privilegiados para a afirmação da identidade.

Direitos territoriais

7. Comunidades quilombolas **atuam com resistência, ganham visibilidade e experimentam a solidariedade**. As simples existência e permanência dessas comunidades podem ser consideradas uma vitória, especialmente em casos como os de Marambaia e de São Francisco do Paraguaçu. Hoje a reação contrária ao direito territorial quilombola é muito mais sofisticada do que nos anos 90. Os grupos e corporações contrários se utilizam de serviços altamente especializados, não somente no campo jurídico, mas no campo da comunicação, do marketing e da política. A visibilidade nacional e internacional que as organizações de apoio e de luta pelos direitos humanos têm conseguido dar a esses casos é fundamental para influenciar as decisões governamentais.

8. Comunidades **são respeitadas, afirmam seus direitos territoriais coletivos e têm autodeterminação como integrantes de Quilombo**. Os avanços garantidos a partir da autodeterminação são diariamente questionados pelas forças contrárias aos direitos quilombolas. O debate acontece nos níveis jurídico e político – há uma ação de inconstitucionalidade pendente de votação –, e na mídia, que, na esmagadora maioria das vezes, é contrária aos quilombolas. A ação de apoio à afirmação de direitos territoriais coletivos se dá, em alguns casos, em situações muito desgastadas, quando a identificação como quilombola chega por via externa, a partir de interesses escusos ou imediatistas, vinculados, por exemplo, ao interesse fundiário na região, o que gera tensões entre “coletivos” e “indivíduos”, “quilombolas” e “não quilombolas”.

9. Os direitos das comunidades têm sido defendidos no campo jurídico, político e de mobilizações sociais e garantias temporárias que apóiam a resistência na terra têm sido



concedidas. As organizações de apoio são fundamentais para gerar pressão sobre o governo, produzindo informação de qualidade para subsidiar a ação do poder judiciário e a composição de relatórios técnicos. Uma fragilidade é que o movimento não conta com assessoria jurídica permanente, nem em quantidade suficiente. Outro aspecto relevante são as situações em que as tensões fundiárias acontecem entre diferentes grupos vítimas de exclusão social, o que gera uma demanda de ação mediadora e um grande desafio para as organizações de apoio.

Movimento e organização quilombola

10. O movimento das comunidades tem sido **organizado e apoiado**, sobretudo em nível local, mas também nacional, por meios alternativos aos do Estado, que criam dependência e submissão. Numa curva de 15 anos, há muitos acúmulos que ressaltam a importância dessas contribuições diferenciadas, que permitem ao movimento se articular e realizar as mobilizações políticas necessárias. A aproximação do movimento quilombola com o movimento sindical, com o movimento da agricultura familiar e seus espaços de decisão tem sido um indicador de seu fortalecimento e avanço, embora nem sempre essa parceria seja concretizada com facilidade. Porém, há espaços importantes de incidência, em nível nacional e internacional, que o movimento ainda não tem conseguido ocupar. A falta de assessoria ou a pouca disponibilidade de assessoria para as comunidades e para o movimento quilombola tem gerado muitas dificuldades. Por outro lado, manter o mecanismo de pequenos projetos como uma política de apoio da cooperação ecumênica possibilita a relação local, confere capilaridade e garante a presença das agências local e nacionalmente.

11. A relação entre o movimento das comunidades e os movimentos negros está estabelecida e **o direito dos quilombolas à terra e ao território é reconhecido pelos movimentos antirracistas, especialmente**



Foto: Uendel Galter

urbanos.

12. O movimento quilombola tem **fortes organizações comunitárias e locais**. Entre elas, algumas são muito eficientes e tidas como referências nacionais, superando isolamentos forçados e racismos institucionais. Em todos os casos estudados registram-se avanços na organização em nível local, como a consolidação das associações e sua busca por ampliar parcerias, por ocupar espaços de incidência política, sua capacidade de mobilização, seu trabalho na luta por melhorias para as comunidades e o controle social – embora ainda incipiente – sobre os governos locais na realização das políticas públicas.

13. O movimento e as comunidades **ganham visibilidade entre as questões de direitos étnicos e territoriais** e causam intensa reação das elites econômicas, tanto contra elas como contra seus aliados.

14. Os agentes que compõem as comunidades **são capazes de captar e gerir recursos para projetos**.

Incidência em políticas públicas

15. O movimento e as comunidades **augmentam suas ações de incidência pública** e a efetivação de direitos sociais conquis-

tados, a despeito dos empecilhos e do risco de retrocesso na questão territorial. As comunidades quilombolas ganharam visibilidade e se consolidaram como segmento alvo de políticas públicas específicas durante os oito anos de governo Lula. Nos casos estudados, as comunidades começam a contar com energia elétrica, água, melhorias nas escolas e outros serviços, embora de forma ainda incipiente e com execução altamente condicionada a poderes políticos locais ou regionais/estaduais.

16. As comunidades e movimento têm, por parte das organizações de apoio, as **políticas públicas monitoradas** e redes de mobilização de apoio informadas e acionadas.

17. As comunidades e o movimento **reconhecem as organizações de apoio como centros de referência com grande credibilidade**, sendo capazes de municiar a defesa de direitos (resistência na terra e acesso a políticas sociais públicas) e o enfrentamento das iniciativas anti-quilombolas (criminalização, por exemplo), bem como processos educacionais voltados para a promoção desses direitos.

18. A ampliação da **visibilidade por meio e no interior da família ecumênica** tem ajudado a reduzir o estigma e a isolar

o racismo estrutural.

19. As comunidades têm **pontos de conexão com movimentos diferenciados no interior da sociedade civil nacional e internacional** e com setores que não são capazes de atingir quando isolados, como igrejas e organizações do movimento ecumênico.

20. As comunidades aumentam seu poder de **liderança e de conscientização** por meio do trabalho pedagógico de informação e formação qualificadas realizado pelas organizações de apoio.

Melhoria da qualidade de vida

21. As comunidades têm alianças que auxiliam na **produção e comercialização** agrícola e de artefatos de valor cultural.

Impacto direto das agências ecumênicas

22. As comunidades e movimentos ampliaram sua **visibilidade internacional**.

23. Os **direitos culturais étnicos e religiosos das comunidades são tratados no interior das agências**, reforçando políticas de apoio ao Brasil e às comunidades.

24. Os recursos mobilizados pela cooperação ecumênica **mantêm as comunidades fortalecidas e atuando de forma preventiva** frente à situação de vulnerabilidade.

Uma das primeiras reflexões que o tema quilombola traz é o entendimento de que a exclusão não se dá apenas do ponto de vista da pobreza, mas é gerada também a partir do racismo, que naturaliza a subalternidade da população negra. Apesar de existirem hoje no Brasil leis, instrumentos e mecanismos que favorecem o exercício da democracia, políticas públicas favoráveis e uma relativa prosperidade econômica, as desigualdades

persistem e a situação de violência e de violação dos direitos humanos – entre eles, o direito à vida – é vivida cotidianamente por esse segmento, assim como por grande parte da população.

O estudo da questão quilombola auxilia também a compreender como se dá a intervenção pública nos países do sul. Ainda que os estados avancem nos aspectos de seguridade social, como é inegável no caso do Brasil, isso não implica no benefício de pessoas, comunidades e povos historicamente excluídos. É importante compreender como os mecanismos de discriminação funcionam não somente no tratamento que as instituições públicas dedicam a essas pessoas e comunidades, como na própria visão dos excluídos quanto a sua “impossibilidade” de acessar os serviços e benefícios públicos. Há uma quase ausência do conceito de cidadania – as pessoas não se reconhecem como sujeitos de direitos. A naturalização do tratamento desigual, da falta de oportunidades e da história de exclusão total impede que essas pessoas e comunidades façam escolhas ou percebam que é possível fazer escolhas legítimas rumo a uma participação efetiva e equitativa na riqueza social. Por isso, a afirmação da identidade e a recuperação da própria história são tão importantes. O aumento da auto-estima e a consciência sobre a cidadania são mudanças profundamente significativas nas vidas das pessoas e comunidades estudadas.

Essa é uma diferença fundamental entre a forma de funcionamento dos estados e sociedades nos países do norte e nos países do sul. Não bastam leis, instrumentos e mecanismos para que haja igualdade de oportunidades ou de tratamento. As desigualdades, nos países do sul, tendem a se manter ou mesmo a se aprofundar, apesar

das estruturas democráticas e de seguridade social formalmente conquistadas.

Neste estudo, o valor agregado da cooperação ecumênica foi observado como um diferencial positivo nessas relações. Ela se pauta no diálogo, na transparência, na abertura, na escuta e na corresponsabilidade. Tem potencial para mobilizar a ajuda e a solidariedade, compartilhar espaços comuns de inserção e incidência e trazer novas reflexões de caráter ecumênico para dentro das agências e de avançar na relação Sul-Sul com a África e com a América Latina. O fato de compartilhar princípios comuns também foi apontado como um valor agregado, assim como o trabalho em redes.

A sustentabilidade dos impactos tem a ver com garantir as conquistas, mas sempre com autonomia. Alcançar autonomia local a curto e médio prazo, com recurso local – que é marcado, complexo e dependente – nem sempre é possível. Por isso é tão importante a mobilização de recursos da cooperação.

A reflexão que muitas vezes se faz a respeito do alívio da pobreza precisa englobar toda a complexidade da luta por direitos e do exercício da cidadania, que, no limite, trata de questões tão graves quanto o combate à fome: ao se negar às comunidades quilombolas seu direito à terra e território, gera-se um movimento de exclusão, de empobrecimento e de dependência, com ampliação do grupo dos excluídos nas grande metrópoles. O estudo ressalta a importância da cooperação ecumênica no apoio à luta dos quilombolas. A proteção aos direitos humanos, em seu sentido mais amplo, como foco da política de intervenção da cooperação ecumênica no Brasil, é fundamental para diminuir as desigualdades e para alcançar mudanças significativas e duradouras.



Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara. Brasília: Ibama, 2006:55.
- ARRUTI, [nome]. Estudo Baixo Sul, 2008.
- ARRUTI, José Maurício. Mocambo, antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: EDUSC, 2006, 26p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Carta de Porto Seguro. Sobre as posturas estatais diante das consultas formais aos antropólogos. Porto Seguro, 04 de junho de 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. Rio de Janeiro, aprovado em 17-18 de outubro de 1994.
- BONFIM, J. S. A criminalização do movimento quilombola: reintegração de posse em São Francisco do Paraguaçu. 2008. Consultado em www.aatr.org.br, acesso em novembro de 2010.
- CHRISTIAN AID. Fazendo a diferença. Consultado em <http://www.christianaid.org.uk/images/no-small-change-2010.pdf>.
- CCN & SMDDH. Vida de Negro no Maranhão: Uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. São Luis, 2005, 41p.
- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor CAPA. Descobri que tem raça negra aqui. Pelotas, s.ed, 2007, 104p
- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor CAPA. Revelando os quilombos no Sul. Pelotas . 2010, 64p.
- CESE. Identidade Negra – Direitos Humanos e Fortalecimento das Organizações Populares. Salvador; 2010.
- CESE-EED. “Racismo no Brasil: por que um programa com quilombos?” In: Racismo no Brasil – Por que um programa com quilombos?, 2003.
- COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS. Relatório II Reunião Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, 17 e 18 de agosto de 1996, São Luis, Maranhão.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Terras Quilombolas - Balanço 2009, São Paulo, 2010. Consultado em <http://www.cpis.org.br/upload/editor/file/TerrasQuilombolasBalanço2009.pdf>, acesso em setembro de 2010.
- DALLARI, Dalmo de Abreu: “Direitos constitucionais dos quilombos” In: Gazeta Mercantil, Caderno A., março de 2009, p.1023.
- FASE. Mapa de conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil. Pesquisa: Tereza Ribeiro. Coordenação: Tânia Pacheco, junho de 2007.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (Unicef). Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009 – O Direito de Aprender: Potencializar avanços e reduzir desigualdades. Brasília: Unicef, 2009.
- GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX” REIS & GOMES (Org). Liberdade por Um Fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 282p.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Brasília: IBGE, 2010. Consultado em http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php, em dezembro de 2010.
- IDE, Hans-Ullrich. A gente pega junto: protagonismo na agricultura familiar. Porto Alegre, 2008, 116 p.
- INESC. Orçamento Quilombola 2008–2010 e a maquiagem na titulação. Nota Técnica 168, Brasília, julho de 2010, 3p.

IULIANELLI; Jorge Atilio (org). Contribuições ecumênicas para o desenvolvimento transformador. Koinonia, Tempo e Presença Digital. Rio de Janeiro, 2010.

KOINONIA. Quilombolas baianos criam Conselho Estadual. Consultado em <http://www.koinonia.org.br/comunicacao-noticias-detalhes.asp?cod=1456>, acesso em setembro de 2010.

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Visões quilombolas. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/visoes_quilombolas/. Acesso em: 01 out 2011.

LIMA, Denise. Relatório Avaliação Koinonia. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Diagnóstico da Educação Básica em Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado Do Maranhão. Produto de consultoria, consultora responsável: Maria da Gloria da Veiga Moura, dezembro de 2008.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Chamada Nutricional Quilombola 2006 - Resumo Executivo. Brasília, 2007, 7p.

OBSERVATÓRIO QUILOMBO/KOINONIA. Dossiê Imprensa Anti-quilombola. Consultado em <http://www.koinonia.org.br/oq/>, acesso em setembro de 2010. http://www.koinonia.org.br/oq/dossies_detalhes.asp?cod_dossie=2, acesso em outubro de 2010.

PNUD. Desnutrição é 76% maior entre quilombolas. Informe de imprensa publicado em 16 de maio de 2007, consultado em: www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=2684&lay=rac, acesso em setembro de 2010.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos "Introdução - Uma História da Liberdade," In: REIS & GOMES (Org). Liberdade por Um Fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 282p., pp. 9 -25.

SANTOS, Alves dos. 2004. O que entendemos sobre racismo institucional. Consultado no site racismoambiental.net.br em 10/01/2011.

SEPPPIR, Comunidades Quilombolas Brasileiras - Regularização Fundiária e Políticas Públicas, Brasília, 2010, 6p, consultado em https://gestaosepppir.serpro.gov.br/arquivos/relatorio_gestao_pbq2009, acesso em 12 de julho de 2010.

SEPPPIR. Comunidades Quilombolas Brasileiras - Regularização Fundiária e Políticas Públicas, Brasília, 2010, 8p. Consultado em https://gestaosepppir.serpro.gov.br/arquivos/relatorio_gestao_pbq2009, acesso em 12/07/2010

SILVA, Helena Oliveira et al. "Diagnóstico das Condições de Vida nas Comunidades Incluídas na Chamada Nutricional Quilombola." In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Políticas Sociais e Chamada Nutricional Quilombola: estudos sobre condições de vida nas comunidades e situação nutricional das crianças. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – n. 9, Brasília, 2008, 45p.

TRECCANI, Girolamo D. Terras de Quilombo - Caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva da Justiça/Programa Raízes, 2006, 77p.

VIANNA, Manoela (Org.). Identidade e Desenvolvimento: ação e pensamento de comunidades negras rurais, quilombolas e Terreiros de Candomblé. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2008. 84 p.

VIEIRA, Isabel Cristina Groba. In: ANDRADE, Lúcia M. M. de (Org.) Desafios para o Reconhecimento das Terras Quilombolas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1997, pp. 51-52.

Páginas eletrônicas consultadas

Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia - www.aatr.org.br

Câmara dos Deputados - <http://www.camara.gov.br/>

Centro de Cultura Negra do Maranhão - <http://www.ccnma.org.br/>

Comissão Pró-Índio de São Paulo - www.cpisp.org.br/terras

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas: <http://www.Conaq.org.br/>

Fundação Cultural Palmares - www.palmares.gov.br.

Fundação Palmares - www.palmares.gov.br

Grupo de Trabalho Racismo Ambiental - racismoambiental.net.br

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - www.Incra.gov.br

Koinonia - <http://www.koinonia.org.br/>

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - <https://gestaoeppir.serpro.gov.br/>

Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos - <http://www.smdh.org.br/>

Território da Cidadania do Baixo Sul - http://www.abahia.net/baixo_sul.html







Impresso em papel reciclado 90g/m²



actaliança

APOIO

